UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ROBERTA YOSHIE SAKAI

A Ocupação da Área Central pelo Comércio Ambulante
Negociações e Produção do Espaço Urbano

São Carlos-SP
2011

ROBERTA YOSHIE SAKAI

A Ocupação da Área Central pelo Comércio Ambulante
Negociações e Produção do Espaço Urbano

Dissertação apresentada ao Instituto de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre.

Área de Concentração: Teoria e História

Orientadora: Cibele Saliba Rizek
Sub-área: Teoria e História

Versão corrigida

São Carlos-SP
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

S158o Sakai, Roberta Yoshie
A ocupação da área central pelo comércio ambulante : negociações e produção do espaço urbano / Roberta Yoshie Sakai ; orientadora Cibele Saliba Rizek. -- São Carlos, 2011.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2011.

1. Ambulantes. 2. Área central. 3. Revitalização.
4. Economia informal. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Arquiteto ROBERTA YOSHIE SAKAI.

Dissertação defendida e julgada em 31/03/2011 perante a Comissão Julgadora:

Prof. Associada CIBELE SALIBA RIZEK - (Orientadora)
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

aprovada

Prof. Dr. RUY SARDINHA LOPES
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

aprovado

Prof. Dr. ISABEL PAULINE HILDEGARD GEORGES
(Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP)

aprovada

Prof. Titular RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Prof. Associado PAULO CÉSAR LIMA SEGANTINE
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da EESC

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Cibele Rizek pela orientação precisa e generosa.

Ao Prof. Rui Sardinha e à Prof.^a Isabel Georges, pelas valiosas contribuições nas bancas de qualificação e defesa.

A todos os entrevistados: ambulantes, lideranças e membros da gestão municipal 2001-2004.

À Capes e à Fapesp, pelo suporte financeiro para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos do LEAUC. Ao Manoel pelo incentivo ao mestrado ainda na graduação. À Lúcia e Olívia pelo apoio de sempre. Ao Léo e Carol pelas enriquecedoras conversas.

Aos pesquisadores Fábio Tozi, Carlos Freire, Silvana Silva e André Dal'Bó, por compartilharem discussões e visitas de campo.

Aos colegas, professores e funcionários do Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

À minha turma de graduação e ao Coletivo Terra-a-Terra, que surgiu das amizades cultivadas nesse período.

Aos amigos da turma de 1999 e aos professores do Curso de Edificações do COTIL-UNICAMP.

Às famílias Sakai, Chikuba e Maia; especialmente à minha batiam Sadako.

Aos meus irmãos Juliano e Carolina, grandes companheiros de uma vida. Aos meus pais, Roberto e Elizabete, que construíram para nós um lar de profundo respeito e amor.

Ao Anderson, por tudo que (trans) formamos nesses anos juntos.

SAKAI, Roberta Y. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante: negociações e produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

Através do estudo do trabalho ambulante regularizado, a pesquisa discute as transformações na área central influenciadas pela espacialização dos circuitos de produtos que compõem o denominado “comércio popular”. Cada circuito aciona uma rede de relações específicas, as quais podem existir na mais absoluta legalidade ou estarem ligadas ao contrabando, pirataria e falsificação. O mercado de produtos cuja oferta é criminalizada movimenta outro que transaciona “mercadorias políticas” – negociações de caráter político transformadas em valores monetários – tanto no âmbito das normas comerciais, quanto das que regulamentam a apropriação do território. A hipótese é que as negociações observadas no comércio ambulante constituem formas de gestão dos espaços da área central, as quais são compartilhadas entre o Poder Público e outros agentes. Por continuamente transitarem nas liminaridades do ilegal, ilícito e informal; elas caracterizam o território como uma “zona de indeterminação” entre o direito e o não-direito, a lei e a norma, o juízo e o arbítrio. Aborda-se a questão tendo como referência o caso de Campinas, cidade sede de uma região metropolitana localizada no interior do estado de São Paulo. A organização dos trabalhadores em ocupações nos espaços públicos – realizada pela Prefeitura desde os anos 1980 – resultou na construção de um imaginário sobre a atividade, no qual tem papel fundamental a negociação monetária da licença de uso. Para compreensão deste processo, foram analisadas especificamente as políticas de regulamentação adotadas de 2001 a 2004, período em que a regularização de novos espaços perpassou o debate sobre os sentidos da revitalização do centro. Os desdobramentos dessas políticas, captados nas falas dos entrevistados de 2005 a 2010, ajudaram a montar um quadro das negociações e a identificar a complexificação da população que vive da atividade. A convivência nas áreas regularizadas entre as dimensões clássicas e as reconfigurações do trabalho ambulante – provenientes do atual papel que a informalidade ocupa nos processos de acumulação – abre novas questões para a análise do chamado centro “degradado” e “decadente”, *locus* do comércio popular.

Palavras-chave: Ambulantes, Área Central, Revitalização, Economia Informal.

ABSTRACT

SAKAI, Roberta Y. **The occupation of downtown by street trading, negotiations and production of urban space.** Dissertation (Master). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

Through the study of the regularized street trading, the research discusses the transformations in the central area influenced by the spatialization of products circuits that constitute the known “popular trade”. Each circuit triggers a network of specific relationships which can exist in the strictest legality or be linked to smuggling, piracy and counterfeiting. The market of products whose bid is criminalized moves other which transacts “political commodities” – political negotiations converted into monetary values – both in the context of trade rules, as those which regulate the appropriation of the territory. The hypothesis is that the negotiations observed in the spaces of street trading constitute a form of downtown’s territory management, which is shared between Public Power and other agents. By continually transiting in illegal’s liminality, illicit and informal, they characterize the territory as a “zone of indeterminacy” between right and rightless, law and norm, judge and will. It is addressed taking Campinas as a reference, a regional metropolis located within the state of São Paulo. The organization of workers in public territory occupations - held by the Prefecture since the 1980s - resulted in the construction of an ideal about the activity, in which the license’s monetary negotiation plays a key role. To understand this process, the regulatory policies adopted from 2001 to 2004 are analyzed specifically, during which the regularization of new territories pervaded the debate on the meanings of downtown’s revitalization. The consequences of these policies, as captured in the words of those interviewed from 2005 to 2010, helped to set up a negotiating framework and to identify the complexification of the population which does this activity for a living. The living in the regularized areas between classical dimension and the reconfiguration of street trading – from the current informality role in the process of accumulation – opens new questions for analyzing the “degraded” and “decadent” downtown, *locus* of the popular trade.

Key-words: Street vendors, Downtown, Revitalization, Informal Economy.

Siglas

Sigla	Nome
CEASA	Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
FEPASA	Ferrovia Paulista S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores

Glossário com as diferentes denominações para os ambulantes

Termo	Significado
Carrioleiro	Ambulante que comercializa frutas em carriolas.
Fruteiro	Comerciante de frutas
Marreteiro	Usado, principalmente até os anos 1980, para caracterizar o ambulante irregular.
Paredeiro	Trabalhador que expõe seus produtos nas paredes, usando varais ou grades como suporte.
Para-quedas	Ambulante que expõe sua mercadoria no chão, sobre uma lona.

Entidades

Sigla	Nome	Fundação	Atuação
ACIC	Associação Comercial e Industrial de Campinas	1920	Representa os empresários do comércio, indústria e serviços associados à entidade de classe.
CDL	Câmara dos Diretores Lojistas	1959	Representa os lojistas associados à entidade de classe.
Sindilojas	Sindicato dos Lojistas	1963	Representa os lojistas associados à entidade de classe.
Setec	Serviços Técnicos Gerais (Autarquia da Prefeitura Municipal de Campinas)	1974	Fiscaliza e disciplina a ocupação do solo público. Administra o Serviço Funerário Municipal e os três cemitérios municipais. Disciplina a ocupação do solo público pela publicidade.
STEIC	Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas	1992	Até 2008, representou os ambulantes regularizados dos Setores Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente, Terminal Fundos, Benedito e Jayme. Presidentes: Antonio Belo da Silva (1992-1996; 2010); Estanislau Pereira Coelho (2008-2009); Maria José Massaioli Salles, Zezé (1996-2008).
STEIC	Sociedade dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas e Região	2008	Representa os ambulantes regularizados dos Setores Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente, Terminal Fundos, Benedito e Jayme. Presidente: Maria José Massaioli Salles, Zezé. Vice-presidente: José Carlos dos Santos, Carlinhos.
Associcamp	Associação do Comércio Informal de Campinas	2006	Presidente: Maria de Fátima de Souza.
-	Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal e Formal com Estabelecimentos em Solo Público, com Ponto Fixo ou Removível da Macrorregião de Campinas	2009	Presidente: Antonio Belo da Silva. Vice-presidente: Maria de Fátima de Souza.
Sindipec	Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas	2010	Representa os ambulantes regularizados dos Setores Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente, Terminal Fundos, Benedito e Jayme. Presidente: Zezé. Vice-presidente: José Carlos dos Santos, Carlinhos.

Imagens

Figura 1: Interior de uma das áreas regularizadas.....	22
Figura 2: Mapa das áreas regularizadas no centro de Campinas	23
Figura 3: Boxes fechados no Setor Jayme.....	27
Figura 4: Viaduto Miguel Vicente Cury e seu entorno	33
Figura 5: Mercado Municipal e a Praça Corrêa de Mello em 1966.....	53
Figura 6: Viaduto Miguel Vicente Cury e a Praça Ópera Guarani.....	53
Figura 7: Rua Treze de Maio.....	63
Figura 8: Setor Mercado	71
Figura 9: Setor Carlos Gomes.....	72
Figura 10: Setor Jumbo.....	73
Figura 11: Setor Terminal Fundos	74
Figura 12: Setor Terminal Frente em 2003.....	75
Figura 13: Ambulantes na Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra.....	111
Figura 14: Boxes na Rua Benedito Cavalcanti Pinto.....	112
Figura 15: Ambulantes no calçadão da Rua Treze de Maio.....	119
Figura 16: Centro Popular de Compras	122
Figura 17: Acesso ao Setor Jayme pela Rua dos Expedicionários	127
Figura 18: Galeria Pajé de Campinas	166

Tabelas

Tabela 1: Períodos de regularização do comércio ambulante.....	189
--	-----

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	12
LISTAS	13
Siglas.....	13
Glossário com as diferentes denominações para os ambulantes	13
Entidades.....	14
Imagens.....	15
Tabelas	15
 SUMÁRIO	 17
 INTRODUÇÃO.....	 19
Apresentação	21
A pesquisa	32
Organização do texto	40
 PARTE I	
O comércio ambulante e os sentidos da revitalização.....	43
O centro de Campinas, os ambulantes e as	45
políticas de regulamentação.....	45
Revitalizar e organizar o comércio ambulante.....	76
Uma questão de planejamento urbano, cultura ou inclusão?	83
O espaço de decisão: o Orçamento Participativo	94
A construção de uma versão oficial	102
Negociações monetárias da licença de uso	113
Novos e velhos significados	128
 PARTE II	
Trabalhadores, mercadorias e circuitos na área central.....	137
Trajetórias.....	139
Vendendo de frutas a mídias piratas	152
A produção do espaço urbano e os mercados informais.....	173
 PARTE III	
O sindicato e a gestão de um território.....	185
Entre o Poder Público e os ambulantes	187
A administração dos setores.....	191
As disputas pela legítima representação	198
Um papel incerto.....	210

PARTE IV	
Notas finais.....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
ANEXOS	231
Relação das áreas regularizadas para o Comércio Ambulante no Centro de Campinas	232
Mapas de Campinas	234

INTRODUÇÃO

Apresentação

Esta pesquisa trata da ocupação da área central pelo comércio ambulante e as negociações que envolvem a produção do espaço urbano. A análise tem como referência o caso de Campinas, cidade sede de uma região metropolitana localizada no interior do estado de São Paulo. Segundo o último censo do IBGE, a população do município é de um milhão de habitantes¹. O principal objetivo é discutir o impacto das políticas de regulamentação da atividade sobre a dinâmica de apropriação do centro.

A principal particularidade do comércio ambulante do município é a dimensão dos espaços regularizados para exercício da atividade nas áreas públicas. Ao contrário da imagem clássica do trabalho em barracas ou instalações removíveis, observa-se a predominância de corredores de “boxes”² conformando grandes ocupações permanentes sobre ruas e praças.

¹ Segundo o Censo Popular de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Campinas é de 1.080.999 habitantes.

² Nome dado às unidades padronizadas permanentes onde estão instalados os ambulantes.

Figura 1: Interior de uma das áreas regularizadas

Setor Benedito em 2005. O corredor é formado por instalações padronizadas e uma cobertura única que cobre toda a Rua Benedito Cavalcanti Pinto. Foto: arquivo pessoal.

Figura 2: Mapa das áreas regularizadas no centro de Campinas

Foto aérea: Google Maps, 2009.

São sete áreas regularizadas, onde estão instalados cerca de mil trabalhadores³. Localizadas nas imediações e no eixo formado pelos Terminais Mercado – antigamente chamado de Terminal I – e Central, elas resultam da adoção, desde os anos 1980, de sucessivas medidas para proibir a presença dos ambulantes nos principais espaços comerciais, em especial a Rua Treze de Maio.

As ocupações receberam o nome de “setores”⁴. O primeiro deles, o Setor Mercado, localiza-se em três calçadas da praça na qual foi implantado, no ano de 1980, o primeiro terminal de ônibus do Centro. Logo em frente, encontra-se o Mercado Municipal, patrimônio histórico de Campinas. Seguindo pela Rua Álvares Machado, que conecta o local a um dos acessos para o outro terminal, estão localizados os Setores Carlos Gomes – entre a Rua General Osório e a Av. Campos Salles – e o Jumbo – no trecho delimitado pelas Ruas Costa Aguiar e Ferreira Penteado. Ambos foram implantados em calçadas construídos pela Prefeitura após a construção do Terminal Central, em 1985, no interior do Viaduto Miguel Vicente Cury. Esta grande estrutura viária de transposição do Antigo Complexo da FEPASA e de articulação do sistema de tráfego do centro com a região sul foi inaugurada em 1963 como símbolo do progresso de Campinas. Hoje, considerado um dos fatores de “degradação” do Centro, tem seu interior e duas vias adjacentes ocupados pelos Setores Terminal Frente, Terminal Fundos, Benedito e Jayme.

Os ambulantes de cada um dos setores trabalham em instalações semelhantes às bancas de jornais e revistas, construídas com estrutura e vedação em material metálico. A licença de uso do solo público foi condicionada à permanência do trabalhador em um ponto fixo, no qual se comercializa e estoca as mercadorias dentro de um espaço médio de 2,5m². A dimensão da banca pode variar, sendo comum vê-las unificadas formando pequenas lojas. Os corredores de boxes são cobertos por uma estrutura única em seis dos sete setores, dando a aparência de galerias comerciais às áreas regularizadas.

A correspondência do ponto regularizado com um box fez com que a licença de uso passasse progressivamente a ser entendida como um direito de posse sobre o espaço concedido. A venda e aluguel tornaram-se práticas comuns a partir do momento em que o acesso ao uso do solo público para o comércio mostrou-se mais

³ A estimativa tem por base diferentes fontes. As informações foram sistematizadas no anexo “Relação das áreas regularizadas para o comércio ambulante no centro de Campinas”.

⁴ Setores: termo utilizado pelo sindicato e o Poder Público para identificar as áreas regularizadas.

viável por meio da negociação monetária do que pela concessão da prefeitura. Com a restrição da licença a um grupo limitado de ambulantes, ela passa a ser negociada como mercadoria rara⁵, formando um mercado paralelo ao das mercadorias comercializadas pelos trabalhadores.

O histórico das políticas de regulamentação da atividade é fundamental para entender a constituição desse imaginário e pode ser dividido em três períodos: os anos 1980, 1990 e 2000. O primeiro compreende a delimitação da primeira ocupação, o Setor Mercado; o segundo, à implantação dos Setores Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente e Terminal Fundos; e o terceiro, à constituição dos Setores Benedito e Jayme.

Ao contrário do que aconteceu nos dois primeiros períodos – quando os ambulantes adquiriram as instalações padronizadas após um tempo de trabalho nos pontos –, nos anos 2000, aqueles que receberam a permissão para praticar o comércio regularizado assumiram imediatamente o compromisso de pagar pelos boxes, coberturas e instalações elétricas.

A análise deste último processo de regularização é o foco da pesquisa. A concessão da licença de uso condicionada ao pagamento das instalações padronizadas aconteceu na gestão municipal 2001-2004⁶. As negociações com o Poder Público foram intermediadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC), atualmente intitulado Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas (Sindipeic). A entidade representa a maioria dos ambulantes regularizados – a exceção são os trabalhadores do Setor Mercado – e é responsável pela gestão dos setores junto com a autarquia municipal responsável pelo uso do solo público, a Serviços Técnicos Gerais (Setec).

Durante o governo observou-se o encontro de duas questões há anos relacionadas no debate sobre a área central: o destino dos ambulantes e a

⁵ A arquiteta e urbanista Luciana Itikawa abordou a negociação da licença de uso do solo público na cidade de São Paulo – onde se usa a denominação Termo de Permissão de Uso (TPU) – na sua tese “Trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas” e no artigo “Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo”, publicados em 2007 e 2006, respectivamente.

⁶ A gestão municipal 2001-2004 teve dois prefeitos, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o assassinato do candidato eleito – o arquiteto e urbanista Antônio da Costa Santos – em setembro de 2001, a vice-prefeita Izalene Tiene assumiu o governo.

revitalização⁷. O diferencial foi a construção de uma versão oficial de concretização de medidas nos dois sentidos, com a construção do “Centro Popular de Compras” no âmbito de um programa de intervenções na área central, nomeado “Projeto Centro”. Tais medidas compreenderam a implantação dos Setores Benedito e Jayme, e a reorganização e padronização do Setor Terminal Frente.

De acordo com o plano oferecido pela empresa executora do projeto, o valor pago por cada trabalhador variou de R\$ 6 mil a R\$ 8 mil e foi parcelado em até dois anos. A associação de um custo por parte do próprio município funcionou como um lance inicial na negociação monetária dos pontos, trazendo importantes implicações à dinâmica de apropriação da área central pela atividade.

Muitos tiveram que trabalhar em locais proibidos para custear as despesas familiares, a reposição de mercadorias e as parcelas; embora a prefeitura tenha disponibilizado uma linha de crédito com juros de 1% pelo Banco do Povo. Outros não conseguiram arcar com a dívida, repassaram sua licença a terceiros e voltaram à irregularidade. Um fator determinante foi que as áreas regularizadas demoraram a se consolidar como locais de compra procurados pela população, apesar de estarem próximas do Terminal Central.

Finalizado em 2007, o Setor Jayme ainda sofre com o baixo movimento e parte dos ambulantes ali instalados expõe suas mercadorias fora do horário comercial no calçadão da Rua Treze de Maio – principal símbolo do comércio no centro de Campinas.

O resultado são boxes fechados durante o dia, servindo como estoque ou simplesmente sem ocupação.

⁷ Para um panorama desse debate, consultar: PEDROSO, Francis. "O Centro de Campinas: usos e transformações". Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2007.

Figura 3: Boxes fechados no Setor Jayme

Alguns trabalhadores mantêm as bancas abertas para “fazer o ponto”. Foto: César Rodrigues, Agência Anhanguera de Notícias, outubro de 2009.

O histórico de constituição dos setores revela que a apropriação do espaço público pelos trabalhadores aconteceu com o direcionamento do governo municipal. Bruno Lautier (1997, p.80) afirma no artigo “Os amores tumultuados entre o Estado e a Economia Informal” que “a economia informal não está ‘fora’ da regulação estatal, negocia-se tanto a não observância do direito, quanto o seu respeito”. Nesse sentido, a tolerância à ocupação do solo público em determinadas ruas do centro torna-se uma forma de controle sobre a atividade, de administração dos conflitos entre ambulantes e lojistas. Assim como a transferência da licença de uso a terceiros precisa ser validada para conter reivindicações por novos espaços regularizados. Tanto a Prefeitura quanto o sindicato afirmam proibirem tal prática, mas dados coletados em campo revelam que ela ocorre com frequência.

O valor de venda varia de R\$ 5 mil a R\$ 200 mil⁸ e o aluguel de R\$ 50 a R\$ 2 mil, dependendo da localização e das dimensões do box negociado.

Apesar da diferença nos preços, é significativo que os seus extremos superiores alcancem patamares tão altos. Basta pensar na própria dimensão dos espaços, os quais, mesmo sendo resultado da união de dois ou três boxes, equivalem a uma parcela de salas comerciais que podem ser negociadas pelo mesmo valor⁹. Além disso, a venda dos pontos nada mais é que a comercialização de uma licença de uso do solo público concedida a título precário.

O trabalho de campo nos setores mostrou que a transformação da licença de uso em direito de posse sobre o ponto carrega um conjunto de significados para além da garantia de trabalho. É um investimento visto como a “casa própria” ou equivalente ao que se faz no mercado imobiliário. Representa uma segurança financeira na velhice, a forma de extrair dos anos de trabalho na rua algo que possa assisti-los, complementando a aposentadoria por idade.

⁸ Francis Pedroso (2007, p.98 e 99) afirma ter encontrado, durante seu trabalho de campo realizado em fevereiro de 2006, diversas vezes placas nas barracas de “passamos o ponto”: “Em conversa com o trabalhador de uma destas barracas, ele disse: ‘Esta barraca não é minha não, eu só trabalho aqui, o dono dela tem várias barracas no camelódromo, ele vende e compra barraca, esta aqui é ponto bom e tá valendo uns R\$200 mil’”.

⁹ COEV, Evandro. “Ponto de camelô custa até R\$ 100 mil”. Correio Popular, 12 de setembro de 2002.

O discurso “privatização dos espaços públicos”¹⁰ é constantemente utilizado para qualificar a atividade, criminalizando os trabalhadores. A noção reduz a compreensão do fenômeno. É certo que há a restrição de um espaço que deveria ser de usufruto de todos e acaba se tornando o local de uma atividade restrita. Em todo o território, a produção do espaço é social, mas a apropriação é privada. A lógica da privatização estabelece desigualdades no acesso à terra tanto nos espaços públicos, como nos privados. A questão está em identificar os mecanismos que estendem o processo de valorização fundiária para o espaço público e as nuances que existem nessa problemática.

Para analisar a negociação monetária da licença de uso é preciso atentar ao processo de reconfiguração das dimensões do comércio ambulante no contexto atual, decorrentes das novas formas de acumulação do capital. Não se trata de levantar uma imagem de novidade – como parecem objetivar noções como globalização e “mundialização por baixo”¹¹ – mas de considerar os efeitos da “complexificação, aperfeiçoamento e agravamentos simultâneos da dicotomia ‘modernização x crise estrutural’ que vêm sendo construídas pelo capitalismo desde a Revolução Industrial” e sobre os quais João Whitaker Ferreira (2007, p.110) discorreu em seu livro “O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano”.

Francisco de Oliveira, em “Crítica à Razão Dualista”, de 1972, observando os padrões primitivos da agricultura brasileira em um momento de modernização da economia com a industrialização, alertou sobre a dependência entre o “moderno” e o “arcaico” e a importância da precariedade para a acumulação do capital.

Um importante fato é que a chamada informalidade deixou de ser exceção para tornar-se a regra. Segundo o autor, “a tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 1980, e expandiu o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal”. Citando Robert Castel, Oliveira¹² lembra que, entroncada com

¹⁰ Entidades como a Associação Viva o Centro incorporaram o termo para se referir e criminalizar a presença dos ambulantes nos espaços públicos. Ver “O comércio dos camelôs no Centro” no endereço: www.vivaocentro.org.br/biblioteca/0301_01.htm. Acessado em dezembro de 2010.

¹¹ Alejandro Portes e Alain Tarrius utilizam a expressão “mundialização por baixo” para tratar do movimento global de trabalhadores no âmbito da chamada Economia Informal, a qual se faz contornando determinadas regulamentações estatais e tendo em vista um imenso mercado que se articula a partir dos espaços ocupados pelos ambulantes.

¹² Ver o livro de Francisco de Oliveira “Crítica à Razão Dualista/Ornitórrinco” (2003, p.142). A obra de Robert Castel à qual o autor faz referência é “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1998.

a denominada reestruturação produtiva, assistimos à “desconstrução da relação salarial” em todos os níveis e setores. Seus efeitos são terceirização, precarização, flexibilização, desemprego e um contexto em que não se vive mais de emprego, mas de ocupação – como mostram os “grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares”.

Se antes o comércio ambulante era visto como a atividade de sobrevivência dos aposentados, deficientes, pessoas com algum histórico criminal ou desempregados pela falta de qualificação ou escolaridade; constata-se que a heterogeneidade do grupo amplia-se ainda mais. Encontra-se nos setores trabalhadores com nível técnico e universitário, jovens que estão inseridos no trabalho na rua apesar da oferta de vagas no comércio e outros setores. Uma jovem vendedora de bolsas disse ter pedido demissão de uma grande rede varejista para ser ambulante. No antigo emprego, era submetida a jornadas exaustivas de trabalho no fim de semana sem receber pelas horas-extras. Afirmou sentir as pessoas a olharem “com dó” quando expunha sua mercadoria no chão da Rua Treze de Maio. Mesmo em situações como esta disse não se arrepender da escolha que fez, pois entendia estar em uma condição melhor, regulando os próprios horários, sacrificando-se por um negócio que é seu e obtendo uma maior renda. Sua fala mostra como o rebaixamento das condições de trabalho no setor formal pode estar reconfigurando o julgamento moral sobre o comércio ambulante.

Em relação à produção do espaço urbano, é preciso atentar às transformações no centro, provenientes da territorialização dos circuitos de produção e distribuição de mercadorias no âmbito do comércio popular. Sua principal característica é a oferta de produtos a baixos preços, um imaginário de consumo que atrai todas as classes.

Por ali circulam produtos cuja oferta e consumo são criminalizados, na medida em que estão relacionadas ao contrabando, pirataria, falsificação, sonegação de impostos e contratos informais de trabalho. São circuitos que abastecem as bancas dos ambulantes, mas também atendem lojas, galerias e grandes redes varejistas – principalmente pela importação do produto “Made in China”.

Os circuitos que abastecem o ambulante são os mesmos que atendem as galerias e os *shopping's* populares instalados em terrenos privados. Contudo, sobre os trabalhadores de rua sempre recairá um julgamento moral mais incisivo e

criminalizador, pela própria tensão que sua atividade estabelece ao ocupar o espaço público.

Segundo o sociólogo Michel Misse, é próprio do mercado de produtos cuja oferta é criminalizada movimentar outro que transaciona “mercadorias políticas”¹³ – negociações de caráter político transformadas em valores monetários. A sua transação funciona como uma forma de negociar o respeito às fronteiras entre o legal e ilegal, o formal e informal, o lícito e ilícito.

Essa operação é fundamental para manutenção do que se convencional chamar de Economia Informal. Seu conjunto de práticas por muito tempo esteve associada a certa marginalidade. Contudo, é preciso contextualizá-las em uma realidade em que a exceção torna-se a regra e está inserida nos circuitos de geração de riquezas.

A hipótese deste trabalho é que as negociações observadas nos espaços do comércio ambulante formam ordens lícitas e ilícitas de gestão dos conflitos e do território, as quais são divididas entre o Poder Público e outros agentes. Por continuamente transitarem pelas fronteiras entre o legal e ilegal, lícito e ilícito, formal e informal; as negociações caracterizam o território como uma “zona de indeterminação” entre o direito e não-direito, a lei e a norma, o juízo e o arbítrio – para usar a concepção de Giorgio Agamben¹⁴.

Muito se fala sobre como a produção ideológica da globalização atua na produção das novas centralidades urbanas. Pouco se aborda sobre as transformações que as mudanças no sistema capitalista acarretam em outros espaços da cidade, como o “centro das classes populares”¹⁵. Espera-se que esta pesquisa consiga comprovar a importância dessa questão ao entedimento das dinâmicas de ocupação dos centros tradicionais, *locus* do comércio popular e de muitos ambulantes.

¹³ Misse (2002, p.12) explica que o termo “mercadorias políticas” baseia-se na noção de “capitalismo político”, cunhada por Max Weber para referir-se às transações econômicas cujo recurso aquisitivo era baseado no poder e na violência e não na troca pacífica livremente pactuada. Pode ser definido como o conjunto de bens cuja troca se faz sob condição assimétrica, quase sempre compulsória e cujo valor incorpora igualmente custos econômicos e políticos (MISSE, 2007).

¹⁴ Diversos pesquisadores têm discutido o referencial elaborado pelo filósofo Giorgio Agamben, segundo o qual uma “zona de indeterminação” estabelece-se na medida em que as diferenças entre a política e a força, entre o direito e a exceção, entre o público e o privado, entre o lícito e o ilícito, entre a justiça e o arbítrio. Indeterminação que transforma a todos em “vida matável”. Uma importante publicação no âmbito brasileiro é o livro “A Era da Indeterminação”, organizado por Francisco de Oliveira e Cíbele Saliba Rizak.

¹⁵ Referência de Flávio Villaça (1998) aos bairros centrais paulistanos como o Brás.

A pesquisa

Em 2004, a Prefeitura publicou o caderno intitulado “Governo Democrático e Popular de Campinas” para divulgar as principais realizações da gestão que se encerrava naquele ano. Assim anunciou-se no capítulo “Políticas Sociais”:

“Trabalhando próximo aos terminais de ônibus e nas ruas mais movimentadas do centro de Campinas, muitos ambulantes que atuam na região central da cidade têm agora um espaço próprio e regularizado pelo Poder Público, com instalações padronizadas e melhores condições de atendimento ao público. A transferência dos trabalhadores da Economia Informal para o novo Centro de Compras Popular (sic), no entorno do Terminal Central, foi iniciada em fevereiro de 2004. Na primeira fase do projeto, 300 trabalhadores estão atuando no local. Numa segunda fase, outros 160 serão realocados. Seiscentos mil reais estão sendo investidos em todo o projeto. Os informais contemplados com o novo local foram cadastrados em 2003 por uma cooperativa de assistentes sociais, que fez um levantamento sócio-econômico desses trabalhadores e suas famílias. Com a construção do Centro de Compras Popular (sic), a administração dá um passo importante na busca de soluções para uma questão que se arrastava havia pelo menos dez anos.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2004, p.33)

O Centro Popular de Compras, que contemplava a regularização de centenas de ambulantes sobre a área pública, foi ainda anunciado como uma das 15 ações do programa de revitalização “Projeto Centro” implantado pelo governo.¹⁶

¹⁶ Ao final da administração municipal 2001-2004, foram anunciadas como ações no âmbito do Projeto Centro: (1) criação da Zeladoria do Centro; (2) construção do Centro de Compras Popular; (3) reurbanização da Rua Treze de Maio; (4) reforma da Praça Imprensa Fluminense; (5) construção do Ceprocamp Antônio da Costa Santos; (6) restauração do Palácio dos Azulejos; (7) negociação com a Rede Ferroviária Federal para aquisição de bens e imóveis do centro pertencentes a ela; (8) construção da nova rodoviária de Campinas; (9) implantação da Estação Cultura no antigo complexo da FEPASA; (10) intervenções na Vila Industrial; (11) intervenções no entorno da Estação Cultura; (12) restauração do Palácio da Mogiana; (13) restauração da Catedral Metropolitana; (14) recuperação de espaços públicos; e (15) implantação do Centro Cultural Evolução e outros equipamentos.

Figura 4: Viaduto Miguel Vicente Cury e seu entorno

O interior abriga o Terminal Central. Os ambulantes ocupam as áreas livres e ruas adjacentes. Os espaços que compõem o Centro Popular de Compras podem ser identificados pelas coberturas brancas. Foto: Eduardo Beck/AAN

A publicação foi o ponto de partida desta dissertação. Levantava-se as seguintes questões: 1) Como as medidas de regularização dos ambulantes foram progressivamente inseridas no conjunto de ações de revitalização do centro? 2) Por que optou-se pela permanência dos trabalhadores nos espaços públicos quando outros municípios adotavam a transferência para *shopping's* populares em terrenos privados? Com o decorrer da pesquisa, verificou-se uma situação diferente da que poderia ser qualificada como consenso. A leitura de reportagens publicadas no período junto à realização de entrevistas¹⁷ revelou o embate entre uma versão oficial, dada pelo governo, e o conflituoso processo de viabilização dos setores.

A restrita concessão da licença para exercício regular da atividade gera um mercado de negociação do solo público, a qual pode acontecer dentro do mais aprimorado esquema de corrupção, como atestaram as investigações sobre a Máfia da Propina¹⁸.

O acesso à licença de uso era uma problemática desde o início da pesquisa, mas a sua negociação monetária firmou-se como eixo de análise no começo de 2009, após a entrevista com um imigrante brasileiro que trabalhava de ambulante no Mercato del Porcellino, em Florença, Itália. Descendente de italianos, contou ter emigrado ao país legalmente, já que possuía a dupla cidadania.

Em toda a feira, percebia-se a predominância de estrangeiros, principalmente brasileiros e indianos. Era intrigante o fato de estarem estabelecidos no lugar, uma feira com forte apelo turístico pela comercialização de um produto genuinamente

¹⁷ Além de ambulantes e diretores de representação do grupo, dois membros do governo municipal 2001-2004 foram entrevistados: o ex-presidente da Setec, o economista Paulo Daniel Silva, e o ex-diretor da Secretaria de Planejamento, o arquiteto e urbanista Ricardo Badaró.

¹⁸ Na cidade de São Paulo, é emblemático o caso da Máfia das Propinas, em que a cobrança ilícita de trabalhadores irregulares gerava grandes receitas para os partidos de base da gestão de Celso Pitta. Mesmo com a punição de alguns envolvidos no esquema, indícios mostravam que a prática não estava extinta em 2002: “Em 2002, o esquema, investigado pela Ouvidoria do Município de São Paulo revelou-se um pouco mais complexo, com divisão de poderes entre as áreas da então Subprefeitura da Sé. O centro era dividido em seis regiões de fiscalização, onde atuavam 21 fiscais: dez para o Centro Velho; sete para o Centro Novo; oito para a região da Rua 25 de Março; um para o Brás; um para a Liberdade e um para a Luz. Dados da Ouvidoria em 2002 indicavam que a propina chegava a R\$ 1.210.640 por mês. A partir do registro da quantidade de trabalhadores clandestinos no espaço público multiplicado pelo valor da propina em um mês (período de levantamento), foi possível ter uma dimensão dos recursos que vão para as mãos de poucos. Os números, de fato, impressionam: só na região da rua 25 de Março, segundo a Ouvidoria em 2002, cada um dos oito fiscais embolsaria R\$58.500 por mês.” (ITIKAWA, 2006, p.143). José Eduardo Cardozo registrou o período das investigações no livro “A Máfia das Propinas: investigando a corrupção em São Paulo”.

local, o couro florentino. As bancas removíveis eram padronizadas e ao final do dia era possível ver o movimento em direção aos galpões onde eram guardadas. A demarcação dos espaços na rua era permanente, deste modo encontrava-se o trabalhador todos os dias no mesmo ponto.

“Imigrantes também pagam impostos, não vivem sem dar um retorno para o país. Eu como, compro roupas; comprei uma TV esses dias. Quem trabalha aqui, por exemplo, tem custos. Todo ano pagamos taxas para a prefeitura. E quem paga aluguel ainda gasta uns € 2,4 mil. As pessoas acham que o imigrante só quer tirar o dinheiro do país, mas também damos nossa contribuição para a economia”, contou. O pagamento de aluguel dizia respeito a um ponto na feira. Assim como havia o valor médio para tal, existia o mesmo para a venda: € 200 mil¹⁹.

A negociação monetária do solo público mostrava-se presente em uma cidade europeia, colocando a necessidade de entender a questão para além das incoerências, que tanto caracterizam as análises sobre as cidades latino-americanas.

Denúncias sobre a venda de boxes a R\$ 100 mil já haviam sido veiculadas pela imprensa campineira. Contudo as evidências de negociações dos pontos surgiram no trabalho de campo revelando particularidades fundamentais no histórico de regularização do comércio ambulante da cidade.

Ao ser questionado sobre a veracidade do valor de venda, um ex-ambulante afirmou que as pessoas enxergavam apenas os “benefícios alcançados” e não as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam para começar o negócio, como a falta de dinheiro. Lembrou do pagamento de R\$ 7 mil pelo box no Centro Popular de Compras, fato até então desconhecido. Como ambulantes que trabalhavam irregularmente – na condição de carroleiro ou paredeiro – haviam arcado com um custo tão alto?

¹⁹ Maria Beatriz Afflalo Brandão (2008, p.89) , em sua dissertação “Comércio de rua: ocupação consolidada no espaço público, possibilidades de abordagem no projeto urbano”, também faz referência ao preços dos pontos regularizados para o ambulantes na cidade italiana: “Entrevistas com os ambulantes de Florença revelaram que, as taxas pagas no paralelo são bastante superiores àquelas recebidas pela administração pública. Cada ambulante de Florença paga anualmente aos cofres públicos oito mil euros de taxa pela ocupação do solo público, mas pode pagar três mil euros mensais de aluguel do ponto ou comprá-lo, no mercado paralelo, por trezentos ou trezentos e cinquenta mil euros, dependendo da localização. Os locais mais valorizados são a Loggia del Porcellino [Piazza del Mercato Nuovo] e os arredores da Igreja de São Lourenço.”

O que se constatou foi a associação de um valor monetário à licença de uso pela própria Prefeitura, dando dimensões legais a uma prática criminalizada.

A indeterminação nas fronteiras do informal, ilegal e ilícito em relação aos seus correspondentes duais – o formal, o legal e o lícito –, tratada por alguns autores, revelou-se então um achado empírico. Qualificava-se como parâmetro da ação do Estado – natural detentor da legalidade segundo os marcos jurídicos. Para a legislação urbanística, o exercício do comércio no espaço público é irregular. Entretanto as exceções abertas permitiram a constituição de significativos espaços para a atividade no centro de Campinas. Nesse processo, as ocupações não foram necessariamente o resultado de tomadas do espaço, de invasões. Derivaram da complacência do Poder Público com a presença dos trabalhadores em determinados locais, inclusive direcionando-a para o entorno dos terminais de ônibus. Não é o caso de incriminar a gestão municipal 2001-2004 ou a relação estabelecida entre a Setec e os ambulantes no período – já que a regularização sobre as áreas públicas é uma construção de três décadas na cidade –, mas de atentar aos conflitos existentes nesse contexto.

A (re) construção da legalidade urbana perpassa a constante negociação das fronteiras por diferentes agentes. As imposições para o desenvolvimento do trabalho de campo explicitaram essa condição já nas primeiras visitas, realizadas em janeiro de 2005²⁰. Ao fotografar um dos setores localizados ao redor do Terminal Central, houve a abordagem por alguns trabalhadores, que questionaram se havia permissão para realizar os registros²¹. Permissão da Prefeitura? Não, do STEIC/Sindipeic, responsável por aqueles espaços, e da sua principal liderança, Maria José Marsaioli Salles, conhecida como Zezé. A sobreposição de funções da maior entidade representativa dos ambulantes com a Prefeitura é a emergência de uma figura diversa na gestão dos espaços do centro.

Nesse momento, o trabalho de campo concentrou-se nos ambulantes membros da diretoria da entidade. Cada setor tem a sua comissão formada por

²⁰ As primeiras visitas às áreas regularizadas do centro de Campinas foram realizadas em 2005 com o intuito de levantar informações para o Trabalho de Graduação Integrado. Desta época até meados de 2009, segundo ano do mestrado, foram realizadas observações assistemáticas e algumas entrevistas, principalmente com a diretoria do STEIC/Sindipeic. A partir desta data, investiu-se em uma pesquisa de campo com características etnográficas.

²¹ As imagens do interior dos setores realizadas em 2005 foram as únicas desse tipo em seis anos de trabalho. Existe um forte receio de que as fotografias sejam utilizadas em processos criminais sobre o comércio de mercadorias com algum grau de contravenção nos boxes.

trabalhadores regularizados que auxiliam Zezé na administração. Quando se tenta falar com quem não é membro da diretoria, já se é orientado a conversar com os responsáveis pelos setores. Durante uma visita à sede do sindicato, em que se solicitou maiores informações sobre a formação das áreas regularizadas, a indicação da própria presidente foi procurá-los: “eles te explicam, porque conhecem o local em que estão trabalhando”.

Com o início do mestrado, em 2008, era necessário ampliar o grupo de entrevistados. Assim Zezé alertou ao autorizar a pesquisa²²: “Eu não sei se o pessoal vai querer responder suas perguntas. Eles ficam meio arredios porque têm medo de falar das mercadorias, tem muita gente que vende pirataria. Talvez, se você falar primeiro com o pessoal mais antigo, ajude. Os outros podem sentir mais confiança e falar com você”.

Para identificar o vínculo com a USP, apresentou-se a carteirinha de estudante. Durante a entrevista de um grupo de ambulantes, um dos responsáveis pela segurança perguntou: “Tem certeza que ela é arquiteta? Não é nenhuma jornalista disfarçada de arquiteta?”. Seu olhar de reprovação amenizou quando os próprios ambulantes disseram: “Ela é estudante mesmo, mostrou a carteirinha pra gente, já até conversou com a Zezé”. Foi preciso explicar que conhecia os setores desde janeiro de 2005 e procurava desenvolver um trabalho que contasse a história dos ambulantes como parte da história do centro de Campinas.

A realização do trabalho de campo durante o mestrado seria impossível sem a aprovação da presidente. Observando os colegas serem entrevistados, outros ambulantes manifestaram o interesse de participar.

Empreender uma pesquisa sobre a atividade foi estar diante de um objeto de estudo em constante mudança, que demandou a revisão de categorias e métodos em certos momentos. O que dizer sobre a chamada informalidade, tão usual na caracterização do trabalho ambulante e muitas vezes utilizada para criminalizá-lo? Adentrando o cotidiano da atividade, foi possível conhecer situações distantes da sua concepção clássica. A prática do comércio no espaço público é sempre a tentativa de escapar das regulações econômicas? Se assim é, como explicar os casos de funcionários contratados com carteira assinada, a existência de negócios

²² Zezé não emitiu uma autorização por escrito, o acordo foi oral. Ficou acertado que os ambulantes responderiam a um questionário; contudo, já nas primeiras entrevistas as falas dos trabalhadores mostraram-se ricas, difíceis de serem tabuladas. Manteve-se o objetivo inicial, de ouvir dos ambulantes as dificuldades de viver da atividade e a relação com o centro; mas optou-se por uma conversa menos sistemática.

formalizados²³ e a oferta de produtos de marca originais, atestados com a nota fiscal de compra do fornecedor?

Informados de que a pesquisa contava com a autorização, cada ambulante sentiu-se mais à vontade para falar sobre o cotidiano na atividade e sua trajetória de vida²⁴. Deste modo é que o método biográfico surgiu, revelando questões inimagináveis no começo do trabalho, como a existência de famílias de ambulantes nos setores já na segunda geração.

Embora seja uma metodologia pouco usual entre urbanistas²⁵; a apreensão das trajetórias, das falas e dos percursos foi enriquecedora para o estudo da relação da atividade com a área central. Se assim ampliaram-se os horizontes analíticos, a proibição do uso de câmeras fotográficas e de vídeo limitou as leituras espaciais, fundamentais para uma pesquisa de Arquitetura e Urbanismo. A fim de compensar a ausência de imagens, desde a graduação as impressões eram anotadas, compondo as primeiras páginas do diário de campo que registrou seis anos de observações e entrevistas.

As trajetórias mostram como a posse de um ponto regularizado perpassa a vida das pessoas com diferentes significados. A negociação monetária da licença de uso compõe com o comércio de determinadas mercadorias o cotidiano que funciona nas liminaridades do informal, ilegal e ilícito e se mantém em um instável jogo de garantias. A revitalização como ideário de intervenção urbana tem forte impacto sobre a dinâmica do comércio ambulante, influenciando diretamente o mercado de negociação da licença de uso; já que além da viabilização de uma fonte de renda, o que está em jogo é a oferta de produtos que não podem ser comercializados em outros espaços.

Deste modo, o trabalho de campo de 2005 a 2010 acabou por ser uma forma de analisar os desdobramentos das políticas adotadas durante o último processo de regularização, ocorrido na gestão 2001-2004. Somando ao levantamento do histórico de formação das áreas regularizadas, feito através da consulta a fontes secundárias, de

²³ Antes mesmo da aprovação da Lei do Empreendedor Individual em 2009.

²⁴ Como trata-se de uma atividade permeada por diferentes graus de ilegalidades, optou-se por preservar a identidade dos entrevistados, utilizando nomes fictícios.

²⁵ A análise das informações coletadas em campo, principalmente no que diz respeito às trajetórias, poderia ter sido melhor aprofundada com uma formação em ciências sociais. Mesmo com a dificuldade de teorização, o uso do método biográfico mostrou-se válido para esta pesquisa.

forma heterogênea, são discutidas nesta pesquisa três décadas de políticas de regulamentação do comércio ambulante na cidade²⁶.

Além das acusações de concorrência desleal com o chamado comércio formal, desrespeito aos direitos autorais e sonegação de impostos recai sobre os ambulantes a responsabilidade pela chamada degradação do centro²⁷. Dois trabalhadores comentaram: “as pessoas acham que camelô é tudo bicho. A imprensa então, nem se fala. Acontece um crime a não sei quantas quadras e o povo fala que foi no camelô”; “esses dias, roubaram e mataram um moço na Rua José de Alencar. O que fizeram? Associaram aos camelôs. Agora é sempre assim”.

A imagem negativa oculta o fato de que o entendimento da permanência da atividade nos espaços públicos é fundamental à análise da dinâmica da área central. “Daqui 50, 100 anos, quando falarem do centro de Campinas, farão referência aos ambulantes”, essa foi a frase utilizada na apresentação do trabalho aos entrevistados. Esta pesquisa não se propõe a ser um retrato absoluto da atividade nesse território, mas tenta lançar perspectivas para questões que necessitariam ser ampliadas no debate político da cidade.

²⁶ A ausência de registros sobre a formação das áreas regularizadas antes dos anos 2000 demandou a reconstituição do histórico de políticas adotadas pelo município nas duas décadas anteriores. Em certas passagens, as fontes secundárias foram as únicas referências; dificultando a análise, já que o discurso da mídia carrega um forte sentido ideológico em relação aos ambulantes e verifica-se o relato imparcial dos fatos em algumas publicações do governo. Dentro do que foi possível, breves críticas sobre esses posicionamentos foram feitas no decorrer do texto.

Espera-se que o mapeamento das políticas para regulação do comércio ambulante nos anos 1980 e 1990 configure-se como um material a ser melhor trabalhado por outros pesquisadores, já que o recorte de análise desta pesquisa prioriza o período de 2001 a 2004. Tal material, pelo que foi possível verificar, é inédito no âmbito das pesquisas acadêmicas ou outras publicações. Essa ausência tem resultado na divulgação de informações conflitantes. Em uma dissertação sobre o centro de Campinas, publicou-se: “No ano de 1996 também começam a vigorar nas páginas dos jornais locais as primeiras matérias relacionas a presença dos camelôs e vendedores ambulantes no centro. Inicialmente eles começaram a ocupar a área do entorno do Mercado Municipal e, posteriormente, foram subindo a rua lateral ao mercado, a rua Álvares Machado, que vai até o Terminal Central.” (PEDROSO, 2007, p.81). Uma matéria de junho de 2008 traz a seguinte informação: “O direito de explorar o comércio informal na região central foi concedido à categoria na gestão do prefeito Chico Amaral, entre os anos de 1997 e 2000”. In: Carlos Alciati Neto; Natan Dias. “Milícia faz segurança para camelôs”. Correio Popular Digital, 14 de junho de 2008.

²⁷ O antrópola Camilo Braz (2002, p.32) registrou a história contada por um ambulante dos setores chamado Zé: “(Ele) estava falando do preconceito por parte das pessoas com relação aos ‘camelôs’ quando se lembrou que, certa vez, estava dando um jantar em sua residência, quando um médico, ‘amigo’, começou a ‘falar mal’ dos ‘camelôs’. Zé não reagiu. Disse que para não ‘arranjar confusão’, afinal, o ‘doutor’ não sabia que seus anfitriões eram ‘camelôs’.”

Organização do texto

A dissertação é composta por quatro partes, seguidas de anexos ao final.

A primeira, intitulada “O comércio ambulante e os sentidos da revitalização”, discute o processo de regularização dos ambulantes em dois novos setores – Benedito e Jayme – e a inserção desta medida no programa de revitalização da área central empreendido pela administração municipal 2001-2004, comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Enfatiza-se a interlocução do Poder Público com o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) no período. Um momento específico analisado é a participação dos ambulantes na primeira experiência de Orçamento Participativo (OP) na cidade cuja mobilização foi fundamental para legitimar a delimitação dessas áreas regularizadas. Analisando as políticas de regulamentação elaboradas durante a gestão e os seus desdobramentos nos anos seguintes, observamos como a licença de uso do solo público é negociada – lícita e ilícitamente – por meio de valores monetários. Conforma-se praticamente um mercado imobiliário de pontos regularizados para o exercício do comércio ambulante, no qual, da mesma forma que há locais alugados e vendidos por altos preços, também há espaços desvalorizados.

Em “Trabalhadores, mercadorias e circuitos na área central”, segunda parte da dissertação, aborda-se como as trajetórias dos ambulantes entrevistados permitiram verificar a existência de duas gerações inseridas na atividade, revelando uma particularidade do caso de Campinas. São pais e filhos, tios e sobrinhos; graus de parentesco que foram classificados pela imprensa local como evidências de formação de grupos mafiosos nos espaços onde o comércio sobre a área pública é legal. Discute-se o envolvimento de famílias na atividade como um fenômeno que permite captar, além das táticas e percursos existentes no cotidiano, as mudanças no mundo do trabalho que têm reconfigurado a clássica questão da informalidade. A fala de cada geração expressa o “tempo social” que a atravessa, suas práticas sociais e representações. Contudo, nela também encontram-se as linhas para compreender a produção desse território específico que é a área central. Ao se captar a circulação de trabalhadores e mercadorias que marca a dinâmica do comércio ambulante do centro, observa-se a relação entre os produtos comercializados, a ocupação dos setores e os valores alcançados na negociação dos boxes. Construiu-se a análise tendo como eixo

alguns dos produtos encontrados no comércio ambulante: frutas e outros alimentos; cigarros; roupas e acessórios; eletrônicos; e mídias piratas. Por cada uma deles perpassam circuitos de produção e distribuição distintos cuja territorialização é importante para entender a produção do espaço. A partir dessa divisão, também procurou-se captar os saberes e as táticas acionadas para domínio dos circuitos. Esse conhecimento também perpassa a apropriação do centro pelos ambulantes cuja figura de trabalhador regularizado muitas vezes se sobrepõe ao que exerce irregularmente a atividade nos espaços públicos. A relação entre o território e o comércio de produtos com diferentes graus de ilicitude observada em Campinas é lida dentro de um contexto de mudanças nas formas de acumulação, principalmente pela influência do “custo chinês de produção”, que disseminou o “Made in China” pelo comércio popular das cidades.

Na terceira parte, “O sindicato e a gestão do território”, é discutida a atuação da primeira entidade de representação dos ambulantes da cidade, o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC). Analisam-se os significados da sua mobilização, tendo em vista que ela se originou com a reivindicação de pontos para o exercício regular do comércio ambulante em área pública. Com a consolidação das áreas regularizadas, a atuação passa a se configurar como a administração dos setores. A mudança de nome para Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas (Sindipeic) ocorreu em um contexto de disputas pela representação dos trabalhadores regularizados, em que se questionou a permanência de Maria José Massaioli Salles, conhecida como Zezé, na presidência da entidade há mais de uma década. Discute-se o quanto esse contexto de conflitos evidencia que o que está em questão é o domínio dos espaços do centro.

As “Notas Finais” compõem a quarta parte da dissertação. O eixo da reflexão concentra-se na forma como a negociação monetária da licença de uso está presente nas questões anteriormente levantadas, explicitando as ambiguidades e contradições existentes na gestão dos conflitos e do território. Aborda-se como a indeterminação entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito qualifica a atuação de diversos agentes, coloca-se como constante na vida dos ambulantes, é funcional para os padrões de acumulação e perpassa a produção do espaço urbano.

PARTE I

O comércio ambulante e os sentidos da revitalização

O centro de Campinas, os ambulantes e as políticas de regulamentação

A configuração do comércio popular em cada cidade apresenta especificidades decorrentes de diversos fatores locais: a atuação do Estado por meio da regulamentação do comércio ambulante no solo público, da fiscalização e da apreensão de mercadorias; a configuração dos agentes e do respectivo poder político de cada um deles; e a localização no mundo. Por exemplo, uma cidade de fronteira, próxima de uma zona franca de câmbio mais favorável, tem grande parte do seu comércio popular deslocado para o outro país; caso de Brasiléia, no Acre – cidade vizinha de Cobija, na Bolívia.

Os padrões de ocupação e a localização intra-urbana também variam, assim como algumas características da dinâmica da atividade.

Em Campinas, o chamado comércio popular está presente em todo o centro, mas a oferta de produtos falsificados, piratas ou contrabandeados concentra-se nas áreas regularizadas para os ambulantes; diferentemente do que ocorre na cidade de São Paulo, onde as galerias comerciais têm papel fundamental na distribuição dessas mercadorias.

Calcula-se que haja aproximadamente mil ambulantes licenciados nos setores. Dado que está longe de representar o número real de pessoas que vivem do comércio

ambulante na área central, já que não inclui os funcionários das bancas e os trabalhadores que se encontram em situação irregular.

A área central não é apenas o local de trabalho para alguns ambulantes. Os mais antigos foram progressivamente saindo da periferia e mudando para os edifícios residenciais da região. Em um dos prédios próximos ao Terminal Central, boa parte dos apartamentos é de “famílias de camelôs”, como contou um morador. “Tem muito funcionário que mora aqui no centro para economizar com transporte. Em três ou quatro, eles alugam uma quitinete e dividem as despesas. No fim de semana, voltam para casa”, contou a presidente do STEIC/Sindipeic, Zezé. As habitações precárias do centro também servem de moradia para aqueles que precisam morar próximo do seu local de trabalho²⁸. Por articular a rede de transporte coletivo da Região Metropolitana de Campinas (RMC), o centro é o local de trabalho de ambulantes moradores de outros municípios. Em alguns casos, bairros dessas cidades são mais acessíveis do que alguns localizados dentro do município, revelando a dificuldade em delimitar a regularização apenas para quem reside na cidade.

A heterogeneidade revelada dos locais de moradia dos ambulantes, também se reflete na variedade de denominações para os trabalhadores.

“Ambulante”, “camelô”, “paredeiro”, “para-quedas”, “fruteiro” são alguns dos nomes utilizados em Campinas. Retratar as diferenças entre os próprios trabalhadores. Na fala de alguns entrevistados, o “ambulante” é aquele que não é fixo; o “camelô” é o que tem um ponto; o “paredeiro” trabalha encostado nas paredes; o “para-quedas” expõe a mercadoria no chão, sobre uma lona; e o “fruteiro”, também chamado “carrioleiro”, vende frutas em uma carriola pelas ruas do centro, sem permanecer por longo tempo em um lugar.

No início do trabalho de campo, em 2005, vários ambulantes regularizados afirmavam que o certo era chamá-los de “informais”, pois faziam parte da Economia Informal, como atentava o nome da sua entidade de representação, o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC).

Em 2009, com a entrada em vigor da Lei do Empreendedor Individual – que visa legalizar como pequeno empresário quem tem faturamento anual de até R\$36mil – o termo “empreendedor” passa a ser utilizado pela diretoria do sindicato e

²⁸ Segundo a arquiteta e urbanista Camila Moreno (2010, p.123, 124, 153, 161) moradores de habitações precárias do centro de Campinas declararam que permaneciam nesses locais pois tinham como atividade de subsistência o comércio ambulante na região.

progressivamente por alguns trabalhadores. Mudanças nas formas de enunciação da categoria que se estenderam até o nome da entidade, que passou a se chamar Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas (Sindipeic).

Os termos utilizados para diferenciar os trabalhadores regularizados daqueles que praticam o comércio nas áreas públicas sem a licença são inconstantes. Como se afirmou, o nome “camelô” expressaria essa condição. Entretanto, o seu uso também é instável. Alguns não se denominam assim, pois consideram o termo negativo, por sua imagem estar associada às práticas ilícitas.

Outra instabilidade é verificada no uso do termo “permissionário”. Os comerciantes instalados sobre a área pública ou em propriedades do Estado são deste modo denominados. Caso dos jornaleiros, dos donos das bancas no Mercado Municipal, dos floristas em frente aos cemitérios. E dos ambulantes instalados ao redor do Terminal Mercado.

O permissionário paga taxas relativas ao uso do espaço à Setec, que regulamenta essa ocupação. É preciso ressaltar uma importante questão: segundo um decreto da Prefeitura²⁹, o permissionário pode repassar a terceiros a concessão

²⁹ Decreto nº 10.081 de 13 de fevereiro de 1990, altera o regulamento para o exercício do comércio em instalações removíveis e dá outras providências. Capítulo III “Da Transferência”: Artigo 13 - O permissionário, que não mais se interessar pela permissão recebida, devolverá a mesma à Setec, por meio de requerimento em que solicite o cancelamento de sua matrícula ou poderá requerer sua transferência, na forma deste regulamento.

Parágrafo único - Somente serão deferidos o cancelamento e/ou transferência desde que o permissionário não tenha débitos para com a Setec.

Artigo 14 - A transferência somente será permitida após decorrido o prazo de 03 (três) meses, contados da data do deferimento da permissão. § 1º - A Setec não deferirá nova permissão ao permissionário que houver transferido a que lhe tiver sido concedida, por um período de 02 (dois) anos. § 2º - Ficam proibidas a substituição dos permissionários e a transferência dos serviços sem prévia concordância da Setec. § 3º - Não se considera transferência de permissão quando ocorrer o falecimento do permissionário e o comércio passar a ser explorado pelo cônjuge ou herdeiros do falecido, devendo ser providenciada a devida anotação no Cadastro da Setec, no prazo de 90 (noventa) dias. § 4º - Na falta ou desinteresse do cônjuge, sucederão na permissão, por ordem, os filhos maiores, os pais ou os irmãos do permissionário, salvo se for estipulado de forma diversa em processo de inventário. § 5º - Não existindo interesse dos herdeiros na exploração da atividade, estes poderão transferir a permissão a terceiros, obedecendo os dispositivos legais.

Artigo 15 - Os pedidos de transferência de permissão serão requeridos à Setec e o novo pretendente somente poderá exercer as atividades após o deferimento do pedido e regularização de seu cadastro. Artigo 16 - Serão admitidas a mudança de ramo de atividade, aumento de ramo e mudança de local do equipamento desde que preenchidas

recebida da Prefeitura. O marco jurídico não informa se haverá alguma punição caso se verifique que a transferência envolveu valores monetários, apesar de ela ser uma prática corrente³⁰. Ou seja, a negociação monetária da licença de uso do solo público é tratada como crime quando efetuada pelos ambulantes regularizados nos outros setores, mas tem aparato legal no caso dos donos de bancas de jornal, por exemplo.

A condição de permissionário poderia ser estendida a todos os ambulantes? Talvez, caso fosse de interesse dos ambulantes filiados ao sindicato liderado por Zezé. Por razões que se discutirá no decorrer desta dissertação, responder ou não diretamente à Setec tornou-se uma fronteira que divide os trabalhadores das áreas regularizadas. Fora da aglomeração ao redor do Terminal Mercado, os outros ambulantes estão organizados pelo sindicato liderado por Zezé, antigo STEIC e hoje chamado Sindipeic. O papel desempenhado pela entidade sobrepõe-se às funções da Setec em muitos momentos. Por isso, na discussão sobre a relação entre o Poder Público e os ambulantes, é fundamental compreender a atuação da entidade.

Optou-se pela referência aos trabalhadores como “ambulantes”, demarcando as distinções entre aqueles que possuem ou não a licença de uso do solo público com os termos “regulares” e “irregulares”³¹. A denominação ajuda a enfatizar a particularidade deste tipo de comércio: ser realizado sobre o espaço público. Mesmo que o trabalhador seja fixo ou itinerante, proprietário ou funcionário do ponto, o modo como se insere na cidade é o que caracteriza. Está sobre a área pública praticando o comércio, uma atividade que foi progressivamente restrita aos espaços privados.

as demais disposições constantes deste decreto, ouvidos os órgãos competentes e obedecidas as disposições constantes no artigo anterior.

³⁰ Uma reportagem de 12 de setembro de 2002 relatou que uma ambulante permissionária do Setor Mercado, proprietária de um espaço formado por quatro boxes na Rua Álvares Machado, dizia “entregar na hora” sua banca por R\$ 100 mil. “É 100 mil na hora, uma em cima da outra. Daqui uns dias esse ponto vale R\$ 200 mil. Aqui é o único lugar regulamentado. Lá em cima (da Rua Álvares Machado, subindo em direção à Costa Aguiar) ninguém tem documento e por uma banca metade da minha você vai pagar R\$ 100 mil, R\$ 120 mil”, afirmou. A ambulante declarou que na área em que estava instalada era legal a venda de pontos e que mais ao alto da rua não havia garantia: “Aqui, se você comprar, ninguém vai te tirar. Aqui é como se fosse patrimônio histórico. Aqui é legalizado, lá em cima é clandestino, você corre o risco de amanhã o prefeito tirar você da rua”. A assessoria de imprensa da autarquia na época afirmou que a comercialização dos boxes que circundavam o Terminal Mercado era legal, pois tratava-se de um direito previsto por lei aos permissionários. In: COEV, Evandro. “Ponto de camelô custa até R\$ 100 mil”. Correio Popular, 12 de setembro de 2002.

³¹ As outras denominações foram mantidas quando presentes na fala dos entrevistados.

Muitos trabalhadores instalados nas áreas regularizadas não se vêem como ambulantes, por entender que estes são vendedores que perambulam pela cidade. Mas sua condição de trabalhador fixo é uma construção histórica e tem origem no comércio irregular, na relação conflituosa com a fiscalização, como relatam algumas reportagens publicadas em Campinas em fins dos anos 1970.

“A gente tem que esperar a pessoa, porque é proibido mudar de lugar. Se for ali pra cima, o fiscal me multa”, afirmou um senhor vendedor de pipoca³². Um garoto disse que o melhor era ser engraxate. “Pelo menos a gente se movimenta, grita na rua, dá um jeito de fazer os outros colocarem o pé na frente da gente. Não é preciso ficar parado no mesmo lugar. Essa de carrinho enche, viu! A gente fica de bobeira o dia inteiro, vendo o povo passar e esperando que o povo resolva comprar”, reclamou. Já entre os idosos, a opinião era outra: “a gente se diverte bastante olhando o movimento. Até que é um serviço bom. A gente está com o corpo cansado, sem condições de ficar andando. Então a gente arruma um banquinho e fica aí”.

A principal questão era permanecer em um local ou circular. As falas relatadas mostram que o julgamento sobre cada uma das condições variava, mas que a fixação já era uma imposição ao ambulante licenciado pela autarquia Serviços Técnicos Gerais (Setec). Em outra reportagem, um ambulante comentou que era

³² Segundo o Diário do Povo de 23 de setembro de 1976, Manoel Bezerra da Silva veio do estado de Alagoas em 1970 com a mulher e sete filhos. Tinha guardadas as certidões de nascimento e casamento, além da carteira profissional. Mas não sabia o que era título de eleitor, carteira de identidade e certificado de reservista. “Sabe, eu sou analfabeto, né. Só sei escrever o meu nome e ainda muito mal. Tinha também mais de 50 anos e nessas alturas nenhuma indústria ia querer me aceitar como empregado. Então eu não tive outro recurso”, disse Manoel, que desde sua chegada vendia saquinhos de pipoca em um local determinado pela prefeitura. Aos 13 anos, J.L.M trabalhava vendendo lanches em um carrinho na Avenida Francisco Glicério para ajudar o pai no sustento da família. “A gente mudou para Campinas e agora cada um tem que trabalhar para ganhar um pouquinho e ajudar em casa. O aluguel tá certo. A comida o pai custa dar conta de comprar tudo. E a gente faz o que pode pra ajudar”, afirmou. Contava não ganhar muito dinheiro, pois estudava e não podia trabalhar o dia todo. Dizia achar bobagem sair da escola por um trabalho como esse. Como relatou o repórter, o adolescente deixou o carrinho por uns instantes, correu até a panificadora mais próxima e comprou um pão. De volta, cortou-o com a faca e passou sobre ele mostarda e outros temperos disponíveis. Questionado por qual motivo não comia os sanduíches que vendia, respondeu: “Se eu comer, preciso pagar 6 cruzeiros, o mesmo preço que os outros pagam, e eu não posso”. Alguns ambulantes declararam, segundo reportagens da época, achar até bom este tipo de ocupação: “Na nossa condição, qualquer outro emprego ia pagar uma miséria. Aqui pelo menos a gente pode ganhar o salário mínimo, o que não ganharia no emprego, seguindo ordens, honorários e todo tipo de exigência”. Quando questionados se não tinham medo da ação dos fiscais responderam: “Não isso a gente não tem. Todos estão trabalhando legalmente com inscrição na Prefeitura. Quem não paga imposto é porque é isento, então estamos de acordo com a lei”.

exigido do trabalhador regularizado o pagamento trimestral de uma taxa. “O camelô vive arriscando e correndo do fiscal, às vezes ele pega a gente, mas é muito difícil e compensa o risco. Mesmo porque, na maioria das vezes, ao invés de apreender a mercadoria, a fiscalização apenas pede para nós irmos longe da Rua Treze de Maio, para não atrapalhar o comércio das lojas”, comentou³³.

As passagens contam do cotidiano desses trabalhadores antes da constituição das áreas regularizadas, as quais alteraram profundamente o imaginário sobre a prática da atividade no centro.

Nos discursos e representações sobre o comércio ambulante, predomina a ideia de que o seu público se restringe à população que utiliza o transporte coletivo. A própria localização das áreas delimitadas para os trabalhadores regularizados leva à hipótese de que a atividade prioriza a ocupação das estações de transporte, ideia disseminada em pesquisas sobre o comércio ambulante em outras cidades, também compartilhada por muitos trabalhadores.

A implantação de um terminal funciona como catalisador da circulação de transeuntes. No Brasil, associou-se a ideia de que o transporte coletivo destina-se especificamente à população moradora dos bairros periféricos e de menor renda, obscurecendo a sua dimensão de direito universal, qualificando a questão como uma preocupação dos pobres, das camadas populares. Desenvolveu-se também a concepção de que isso atrairia os ambulantes, os quais, em busca da sua clientela, priorizariam a permanência no entorno dos terminais e estações.

Em 2002, um jornal de Campinas noticiou a opinião do engenheiro e urbanista Dênio Benfatti que disse ser possível resolver o “problema dos camelôs”³⁴ com a retirada dos Terminais Mercado e Central³⁵. “O centro comporta algumas atividades de caráter desintegrador. Então tem que tomar uma atitude de retirar essas atividades desintegradoras do centro. Por exemplo, os terminais de transportes urbanos. Se você retira do centro e faz uma rearticulação do transporte público com pequenos terminais localizados perto do centro, você elimina boa parte ou mina um pouco o problema dos camelôs”, disse. Benfatti também afirmou: “terminal atrai pessoas e, se você extermina isso, deixa de ter camelôs de forma concentrada. E

³³ Só paga dez. Camelô o vendedor de ilusões”. Diário do Povo, 19 de janeiro de 1979.

³⁴ Maria Zoppi-Fontana (1997) faz uma interessante análise sobre o uso da expressão “o problema dos camelôs” em Campinas pelos meios de comunicação.

³⁵ COSTA, Maria Teresa. “Revitalização do Centro exige saída dos terminais: opinião é do urbanista Dênio Benfatti, que defende uma reconfiguração do transporte coletivo na área central de Campinas”. Correio Popular. Campinas, 7 de abril de 2002.

quando isso acontecer, você terá condições de controlar um pouco o lugar onde eles se instalam".

No sentido de elucidar alguns dos elementos dessa questão, é preciso traçar um panorama da instalação dos terminais no centro de Campinas.

O primeiro terminal foi implantado pela Prefeitura em 1980 na praça situada em frente ao Mercado Municipal, uma das construções que compõem o patrimônio histórico da cidade³⁶.

O edifício foi inaugurado em 12 de abril de 1908 com o intuito de substituir o Mercado das Hortaliças, situado no atual Largo das Andorinhas. Surgiu como exemplo de construção em uma cidade que adotava os parâmetros higienistas. Campinas passara por surtos de febre amarela entre 1888 e 1897, tendo sua população urbana reduzida de 20 mil para 5 mil habitantes. Para que a construção pudesse atender os critérios do urbanismo sanitaria, escolheu-se um terreno fora do perímetro urbano da época³⁷.

Antes mesmo da implantação do Mercado Municipal, funcionava na quadra em frente ao seu terreno a Escola Corrêa de Mello³⁸. Em 1888, a escola foi doada à prefeitura e tornou-se uma instituição de ensino público. Esteve ativa até 1962, ano em que foi demolida. No lugar construiu-se a Praça Corrêa de Mello.

De 1956 a 1963, a Prefeitura implantou na cidade mudanças no sistema viário baseadas no Anteprojeto do Plano de Melhoramentos Urbanos, desenvolvido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia nos anos 1930. Diversas avenidas do centro foram alargadas, construções demolidas e novos marcos urbanos referenciais construídos, reconfigurando a paisagem. Com a reestruturação, construiu-se, no lugar da praça existente atrás do Mercado Municipal, uma estrutura de articulação para as Avenidas Senador Saraiva e Orosimbo Maia, vias alargadas naquele período.

³⁶ Marcos Pimentel Bicalho e Marly Rodrigues (2004, p.128-135) analisam na publicação "Trilhos e linhas: história do transporte urbano em Campinas" a construção dos terminais de ônibus no centro.

³⁷ Uma das principais referências sobre a formação urbana de Campinas no século XX é a dissertação de mestrado do arquiteto e urbanista Ricardo Badaró, "O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)", publicada em 1986. Posteriormente ela foi lançada em livro com o título: "Campinas, o despontar da modernidade".

³⁸ Fundada em 18 de abril de 1881 como uma homenagem que a "Sociedade Corrêa de Mello" prestava ao cientista botânico campineiro Joaquim Corrêa de Mello, a escola tinha como propósito oferecer ensino gratuito às crianças órfãs pobres (ANANIAS, 2000).

Na outra extremidade da Avenida Senador Saraiva, implantou-se o Viaduto Miguel Vicente Cury. Projetado como uma grande ponte-rotatória, serviria para transposição do Antigo Complexo Ferroviário da FEPASA e a articulação do sistema de tráfego da área central com a região sul. A obra foi inaugurada em 1963 como símbolo do progresso de Campinas. A praça construída no interior do viaduto por anos foi um dos principais cartões postais da cidade. Era famosa pelo seu relógio-de-sol e os cisnes que viviam no lago.

O sentimento de valorização do espaço urbano pela praça não perdurou pelas décadas seguintes. Nos anos 1970, circularam reportagens falando dos “perigos que correm as famílias” ao frequentar o local, tomado por moradores de rua e outros “marginais”, formando uma imagem negativa do local. Além disso, a progressiva desativação das atividades do complexo da FEPASA – decorrentes da opção do Estado pelo sistema rodoviário, em detrimento da utilização da malha ferroviária existente - contribuiu para a diminuição do fluxo de pessoas na região.

Assim como no caso do Mercado Municipal e da Praça Corrêa de Mello, a área livre do interior do Viaduto Cury estava distante das ruas mais movimentadas da área central. Situadas nas bordas do centro, nos limites do sistema formado por grandes estruturas viárias de articulação do tráfego da região com o restante da cidade, tinham as condições ideais para a instalação dos terminais na década de 1980. No período, a Prefeitura implantava um plano de transporte coletivo para a cidade, com a proposta de integrar as linhas de ônibus em terminais (BICALHO & RODRIGUES, 2004, p.130).

Assim se deu a instalação do Terminal I – posteriormente chamado de Mercado I e Mercado – na Praça Corrêa de Mello, em 1980. Em 1983, a prefeitura inaugurou o Terminal Central, implantado no interior do Viaduto Cury. O projeto previa que os espaços intersticiais resultantes da sua inserção na Praça Ópera Guarani fossem utilizados como pequenas praças. Nos jornais da época, alguns moradores da região do Viaduto Cury afirmaram ver positivamente a proposta de ocupação da praça, pela possibilidade de trazer movimento ao local e, consequentemente, “mais segurança”

Figura 5: Mercado Municipal e a Praça Corrêa de Mello em 1966

Entorno da praça antes da construção da Radial João Penido Burnier, atrás do Mercado. Fonte: Centro de Memória da UNICAMP.

Figura 6: Viaduto Miguel Vicente Cury e a Praça Ópera Guarani

Foto: Cartão Postal dos anos 1980, autor desconhecido.

Com o intuito de articular os dois terminais, a Prefeitura determinou a construção de um calçadão em alguns trechos da Rua Álvares Machado, proibindo o acesso de veículos em 1985. Uma reportagem especial sobre a Álvares Machado relatou as mudanças no perfil da sua ocupação com a inauguração do Terminal Central. Grandes magazines instalavam-se ali e a via era anunciada como “a rua mais movimentada do estado”³⁹. O calçadão também atraía lojista.

Assim como a concentração das linhas de ônibus representou a ampliação dos espaços potenciais de negócios para os lojistas, o mesmo aconteceu para os ambulantes.

A implantação do Terminal I aumentou o movimento de pessoas na região do Mercado Municipal, atraindo trabalhadores que passaram a exercer o comércio no local de forma irregular, assim como faziam em outras ruas do centro.

Em 1982⁴⁰, a Prefeitura intensificava a fiscalização sobre os ambulantes que arriscavam expor seus produtos em locais proibidos. O objetivo era esvaziar as calçadas ao redor do Mercado Municipal e da Rua Treze de Maio, que de acordo com o jornal, eram os principais pontos de concentração do comércio ambulante. As viaturas ficavam lotadas de quilos de alho, melancias, abacaxis, facões, roupas, meias, artesanatos e até curiosos “tíquetes do além” – panfletos de papelão com um pequeno furo e alguns dizeres em inglês que permitiriam, segundo o vendedor, “enxergar tudo que não pode ser visto a olho nu”.

Para o então presidente da Setec, Hélio Sampaio, a permanência dos trabalhadores irregulares no centro promovia concorrência desleal com os cadastrados que pagavam seus impostos em consonância com os dispositivos legais da municipalidade.

O caso do vendedor “das melancias” Otaviano Rodrigues exemplifica o cotidiano dos trabalhadores que insistiam em permanecer irregulares nas proximidades do terminal.⁴¹ “Às vezes a gente dá sorte. Mas eles (os fiscais) sempre levam a melhor”, comentou revoltado. Assim como outros marreteiros, não conseguira escapar da inspeção dos fiscais da Setec realizada junto com a Polícia Militar no centro de Campinas em julho de 1982. Otaviano Rodrigues trabalhava clandestinamente na Rua Ernesto Khulman, em frente à TELESP, desde 1980. Toda

³⁹ “Álvares Machado, mercado persa de Campinas”. *Correio Popular*, 13 de agosto de 1990

⁴⁰ “É o rapa! E o camelô deve ser rápido”. 11 de julho de 1982.

⁴¹ *Idem*.

semana, uma ou duas vezes, as melancias, compradas logo cedo, eram jogadas nos carros da fiscalização. Conforme relatado no jornal, o ambulante, pai de três filhos, dizia não se conformar com “a lei dos homens de cima que só sabem mandar, mas não ouvem a gente”. “Meu trabalho é perfeito, limpo!”, gritava o ambulante ao ter sua mercadoria apreendida.

Diante da dificuldade em regular o comércio ambulante, a gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, adotou outra estratégia para organizar a presença da atividade no centro. Em abril de 1983⁴², era anunciada a implantação, em regime experimental, do “Projeto Camelô”. O programa consistia na destinação de pontos para os ambulantes nas três calçadas que circundavam o Terminal I.

A instalação funcionaria em sistema de rodízio, segundo o qual os dias de trabalho e o ponto a ser ocupado por cada um seriam definidos por sorteio. “Existirá no local uma cabine que controlará os vendedores. Cada um terá um número de inscrição e diariamente serão sorteados 78 deles. Os demais trabalharão no outro dia”, afirmava o presidente da Setec Francisco Ângelis Filho. Para tanto, cada um pagaria uma taxa de Cr\$ 200,00⁴³ por dia de trabalho. Dinheiro, segundo a Setec, necessário para manter a limpeza das calçadas e a organização de todo espaço ocupado.

Paralelamente, os 13 fiscais da autarquia intensificariam seu trabalho, levando as mercadorias dos vendedores sem credenciamento que estivessem no centro. “Não haverá tolerância e o ‘Projeto Camelô’ tenta transferir e regularizar o trabalho desses sub-empregados”, afirmava o presidente da autarquia naquele ano.

De acordo com o Diário do Povo⁴⁴, no primeiro dia, dos 78 demarcados, apenas dez haviam sido ocupados. Isabel de Souza Pereira, uma das ambulantes instaladas, mostrava-se satisfeita com a chance de trabalhar mesmo aposentada: “gostei muito, muito mesmo. Mas se os pontos fossem fixos ficaria um pouco melhor”. O assessor de imprensa interino da Setec explicava que eliminar o sistema de rodízio seria impossível, pois a medida visava dar chances iguais a todos aqueles que quisessem trabalhar. Outro ambulante, Juvenil Cesarine, não aprovou o esquema: “Essa medida só foi tomada pela Setec para tirar os camelôs da Treze de Maio. Lá, sim, é que se vende bem”.

⁴² “Camelôs’ terão postos para venda”. Correio Popular, 17 de abril de 1983.

⁴³ Como ocorreram muitas mudanças na denominação da moeda brasileira até 1994, os valores são reproduzidos do mesmo modo que apareceram nas publicações.

⁴⁴ “No primeiro dia, poucos camelôs ocupam os boxes”. Diário do Povo, 7 de maio de 1983.

Passados os 60 dias experimentais do “Projeto Camelô”⁴⁵, a Setec afirmou que daria continuidade ao “plano de levar os camelôs para longe do centro nobre de Campinas”.

O sorteio, entretanto, era usado apenas para definir os locais de venda. Um dia antes de o projeto completar dois meses, das 78 vagas disponíveis, 58 estavam ocupadas. A autarquia considerava positiva a experiência, embora centenas de ambulantes ainda trabalhassem clandestinamente pela área central.

O baixo nível de ocupação dos pontos pode ser explicado pelo modo como os vendedores costumavam exercer a atividade. Pelo que as reportagens mostram, havia a concepção de que circular era melhor do que permanecer em um local. Assim, era possível vender onde houvesse maior movimento, o que variava no decorrer do dia. Fixar-se significava restringir as oportunidades de negócio.

Quase dois anos após a implantação do Projeto Camelô⁴⁶, cerca de 200 pessoas aguardavam uma vaga no “camelódromo campineiro”. Além da taxa diária de 200 cruzeiros pagas à Setec, os trabalhadores arcavam com o custo de armazenamento das barracas, que ficavam numa loja próxima após o expediente. O estabelecimento cobrava 4.000 cruzeiros por mês, sem garantia contra o desaparecimento de mercadorias⁴⁷.

Segundo o Diário do Povo, o “camelódromo” era um dos melhores pontos para montar a banca, pois ali passava uma faixa de população mais pobre, moradores de bairro distantes do centro, que preferiam, em função do preço, comprar nas barracas do que nas lojas. Mas na opinião do ambulante Gilberto Eugênio, o melhor local ainda era a Avenida Campos Salles, seguida da Rua Treze de Maio.

Proprietário de uma das barracas instaladas no Terminal I, Eugênio vendia relógios digitais, óculos de sol e outros artigos⁴⁸. Apesar de seus vizinhos

⁴⁵ “Setec acha boa a experiência do ‘Projeto Camelô’”. *Correio Popular*, 8 de julho de 1983.

⁴⁶ OLIVEIRA, Maria Almeida. “Sair ‘colado’, medo no princípio do ano”. *Diário do Povo*, 5 de março de 1985.

⁴⁷ Alguns trabalhadores, em entrevista ao jornal, solicitaram a construção de um espaço para guardar as barracas e mercadorias no “camelódromo”. Como relatou a reportagem, um deles sugeriu que a prefeitura fizesse bancas de metal como as de jornais, que poderiam ser fechadas com segurança, evitando os percalços com o sol e a chuva. *Idem*.

⁴⁸ O ambulante afirmou que chegava a vender uma média de 10 relógios por dia cujo preço variava de 10.000 a 30.000 cruzeiros. Relatou-se que naquela época já havia a presença de ambulantes contratados na condição de empregados. Rosemeire Alves de Souza, 19 anos, recebia 60.000 cruzeiros para tomar conta de uma barraca de perfumes de segunda a sábado. Disse ao jornal ter sentido vergonha nos primeiros dias. Havia sido

comentarem que esse era o tipo de banca que mais faturava, dizia que a situação estava ruim e a família vivia mal com os rendimentos do negócio. Quem realmente tomava conta da banca era a esposa, Rita, enquanto ele procurava outros pontos de venda na área central. A regularização dos trabalhadores em pontos fixos não representou o total abandono da prática do comércio nos locais proibidos.

Caso algum ambulante não montasse a banca até as 9 horas, o fiscal da Setec colocava um suplente em seu lugar. Cerca de dez pessoas iam toda manhã ao local, esperando que alguém faltasse e fosse possível ocupar um ponto. Além disso, nas calçadas das Ruas Álvares Machado e Benjamin Constant, haveria uma escala obrigatória de folga semanal com a finalidade de dar a chance de trabalho a outras pessoas. Entretanto, por razões não explicadas nos jornais, os ambulantes da Rua Ernesto Kuhlmann contariam com o “privilégio de não serem obrigados a essa folga semanal”. Vigorava entre os trabalhadores instalados, principalmente nesta rua, até a prática da “reserva de mercado”, segundo a qual cada banca tinha que comercializar um tipo de produto diferente.

Em 1986⁴⁹, 82 ambulantes estavam instalados legalmente no “camelódromo” do Terminal I. Eram considerados privilegiados pelos demais trabalhadores que atuavam sem licença pelo centro. Contudo, segundo matéria do Diário do Povo, os regularizados também enfrentavam problemas. Como não havia espaço para todos os ambulantes cadastrados, ao final do dia realizava-se um sorteio e alguns ficavam de fora. Um dos trabalhadores denunciou que havia famílias que conseguiam sete barracas: “Isso não está certo. Sempre tem muita gente procurando barraca aqui, mas não consegue lugar, porque algumas famílias acabam monopolizando o camelódromo”.

Em 1989, para as 133 vagas de pouco mais de um metro quadrado existiam cerca de 450 ambulantes inscritos, que trabalhavam em pontos fixos na Rua Ernesto Kuhlmann ou segundo esquema de rodízio nas outras calçadas. Quem tinha a responsabilidade de determinar a forma de ocupação eram dois coordenadores, eleitos pelos ambulantes.

Segundo Pedro José Luiz Coelho, diretor da Setec na época, esses coordenadores “privilegiavam os mais chegados”. Tinha início a primeira prefeitura

contratada, a princípio, para tomar conta do casal proprietário da banca. Posteriormente, surgiu a ideia de que assumisse as vendas para os donos ficarem em casa. *Ibidem*.

⁴⁹ “Camelô, uma história que começa sempre no desemprego”. Diário do Povo, 19 de janeiro de 1986.

campineira sob comando do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵⁰. Segundo Coelho, a proposta do governo era que os próprios ambulantes se organizassem para controlar o uso dos pontos e a frequência de todos os vendedores, uma vez que era comum a disputa pelas vagas aumentar em dias de pagamento como 10, 15 ou 25 de cada mês. Nesse sentido, era preciso que a escolha de representantes fosse legítima e feita através de eleição. “Comecei a fazer uma convocatória onde coloco cinco itens: ter rodízio ou não na Ernesto Khulmann, continuar ou não com os pontos fixos, eleição de outra coordenação, nova mensalidade”, explicou.

O diretor justificava o aumento da mensalidade pelos custos do município com a fiscalização. Na sua opinião, a cidade estava “pagando para os ambulantes usarem os pontos” e era preciso que o grupo assumisse maiores compromissos. Também havia a proposta de criar outras áreas para atuação dos ambulantes no centro de Campinas, através de outro “Projeto Camelô”, sem com isso ter uma “atitude paternalista”.

Em termos ainda inexistentes naquela época, tratava-se de um evidente processo de terceirização das funções do Estado. O Poder Público isentava-se da gestão dos espaços e pretendia colocar sobre os trabalhadores a responsabilidade de administrar os conflitos na apropriação dos espaços públicos.

A virada dos anos 1980 para 1990 foi marcada por profundas mudanças na realidade do país, com impactos diretos na ocupação do centro pelo comércio ambulante. Diante dos níveis de desemprego, o número de pessoas na atividade aumentou.

A atuação dos fiscais sobre o grande número de ambulantes irregulares gerou uma série de protestos. No final de 1991, o confronto entre a Polícia Militar e ambulantes deixou diversos feridos. Em resposta à apreensão de mercadorias, uma perua da Setec foi incendiada no centro⁵¹, revelando a dimensão dos conflitos.

Nesse período, alguns ambulantes começavam a se organizar com orientação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁵². Em entrevista ao Correio Popular,

⁵⁰ Jacó Bittar, prefeito, iniciara o mandato tendo como vice e secretário de obras o arquiteto e urbanista Antônio da Costa Santos, o Toninho. Poucos meses depois do início do governo, ele se afastou do cargo. Também foram eleitos pelo partido seis vereadores: Luciano Zica, Vanda Russo, José Carlos Faria, Carlos Signorelli, Arlindo Dutra e Alcides Mamizuka. Durante seu mandato, Bittar desfilou-se do partido.

⁵¹ “Impasse existe há mais de um ano no centro”. Diário do Povo, 11 de novembro de 1992.

⁵² ALVES FILHO, Manuel. “Categoria começa a organizar sindicato”. Correio Popular, maio de 1992.

Nivaldo Doniseti Cruz, assessor da secretaria sindical, disse que o intuito era formar uma entidade de representação da categoria junto à Prefeitura e a Setec; seguindo o exemplo da fundação, em São Paulo, do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal, que já contava com cerca de 1,5 mil associados. “Lá, os camelôs estão apresentando grande unidade”, afirmou o sindicalista.

Segundo o estatuto da entidade, a data de fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) é 13 de maio de 1992. A pesquisadora Mônica Zoppi-Fontana (1997, p. 1174) entrevistou a diretoria do sindicato em 1996, momento no qual é feita uma avaliação do papel da entidade:

"O sindicato começou em 91, 92, por aí, né,... Um grupo de pessoal desempregado, né, daí começaram a vender na rua,... e é como eu te disse outro dia também, eu acho uma pena porque o nosso sindicato ele.. é dos metalúrgicos, dos químicos, empregada doméstica, quer dizer, o que... eh, os metalúrgicos desempregados vem pra gente, então a gente é..., como que eu poderia, eh qual o tema que eu poderia passar para você, a gente é uma mistura, tudo quanto é categoria junto, vem tudo para cá, e é aonde eu acho que é injusto, por exemplo, que nem o metalúrgico, eu acho que o sindicato dos metalúrgicos devia estar dando apoio para a gente porque tem muito metalúrgico aqui na rua desempregado."

Sob a égide da defesa do direito dos desempregados de trabalhar regularmente como ambulantes, a entidade pautou o seu discurso.

Seu primeiro presidente foi Antônio Belo. Segundo informações vinculadas pela imprensa da cidade, o sindicalista nunca havia trabalhado como ambulante e antes de assumir o cargo era membro do Movimento dos Sem-Teto⁵³. A organização dos trabalhadores irregulares em um sindicato ganhou destaque na imprensa e Belo foi reconhecido como representante do grupo também pelo Poder Público. Nesse contexto, a reivindicação por novas áreas regularizadas consolidou-se como luta do grupo.

A vereadora Vanda Russo (PT), em 14 de maio de 1992⁵⁴, encaminhou um projeto de lei, estabelecendo novas áreas para o comércio ambulante. A proposta era concentrar os trabalhadores no Terminal Central, na FEPASA e em duas quadras da

⁵³ “Camelôs compram banca e não recebem”. Correio Popular, 7 de agosto de 1994.

⁵⁴ Projeto de Lei Ordinária 286/1992. Disponível em:
http://sapl.camaracampinas.sp.gov.br/sapl_site/sapl_skin/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=63884

Álvares Machado, liberando a Rua Treze de Maio. A ocupação funcionaria pelo sistema de rodízio, que garantiria a ausência a cada cinco dias trabalhados⁵⁵.

O projeto foi fortemente criticado pelos lojistas. Reunidos na Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), pressionaram os vereadores para que o projeto não fosse aprovado. Guilherme Campos Júnior, presidente da entidade e dono da Casa Campos, localizada na Rua Treze de Maio, oficializou a posição dos empresários junto à Câmara.

Como resposta, o STEIC organizou um protesto em frente ao comércio, manifestando repúdio à medida. Belo comentou que não entendia o posicionamento dos lojistas: “Parece ignorância, porque o que não queremos é ficar na porta deles”.

O líder sindical, com o intuito de pressionar os vereadores para aprovação do projeto de Vanda Russo, ameaçou promover um “quebra-quebra” no centro⁵⁶. De acordo com o Diário do Povo, Belo afirmou que o grupo ainda usaria de violência contra lojas e fiscais da Setec para solidificar seus espaços. “Uma hora esse centro pega fogo”, disse. O posicionamento, no entanto, era visto com ressalvas até pelo grupo. O trabalhador Valmir de Souza afirmou: “Não existe essa intenção. Nós queremos é trabalhar tranquilo sem prejudicar ninguém”. Já um integrante do grupo mais radical, João da Silva Antônio, enfatizou: “Se não é pela violência, as autoridades não se mexem”.

O fechamento de lojas e os protestos frequentes fizeram com que em dezembro a Prefeitura estabelecesse um acordo com os ambulantes⁵⁷. O intuito era evitar confrontos durante o período de vendas do Natal. A prefeitura liberou a permanência dos ambulantes em cinco áreas do centro: três no entorno do Terminal Central e duas na Rua Álvares Machado. Cada trabalhador teria direito a ocupar um espaço de 2,25 metros quadrados. Segundo a Setec, a alocação de pelo menos 400 trabalhadores funcionaria pelo sistema de rodízio nos 300 pontos. Por dia, cada trabalhador pagaria Cr\$ 5,1 mil pelo uso do solo.

O projeto de lei encaminhado por Vanda Russo não foi aprovado até o fim do seu mandato, tendo sido arquivado em meados de 1993. A ex-vereadora, mesmo

⁵⁵ “Camelôs reivindicam espaço no Centro”. Diário do Povo, 5 de junho de 1992.

⁵⁶ “Fiscais impedem ação dos ambulantes”. Diário do Povo, 11 de novembro de 1992.

⁵⁷ “Ambulantes são cadastrados para ocupar camelódromo”. Diário do Povo, 4 de dezembro de 1992.

não tendo se candidatado novamente, por anos foi uma importante articuladora entre os ambulantes e o Poder Público⁵⁸.

Apesar da delimitação de novas áreas para o comércio ambulante não ter sido aprovada pela Câmara Municipal, outro instrumento jurídico permitiu a permanência dos trabalhadores em novas ocupações regularizadas.

O prefeito eleito no final de 1992, José Roberto Magalhães Teixeira⁵⁹ (PSDB), afirmou que a crise econômica não podia ser usada como justificativa para permitir a presença de 800 ambulantes clandestinos no centro. Afirmou que durante sua primeira gestão a crise econômica de 1983 fora tão grave como a daquele momento, mas a cidade não vivera um conflito semelhante. “Instalamos e cadastramos os ambulantes no Mercado e o caso foi resolvido sem traumas para a cidade”, analisou Teixeira.

Adotando política semelhante, por meio da Resolução da Setec 05/1993, o prefeito regulamentou em fevereiro a permanência do comércio ambulante nas áreas liberadas pelo município em dezembro, ampliando a determinação para as Ruas Benedito Cavalcanti Pinto e Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra⁶⁰.

A ocupação das áreas era concedida provisoriamente, podendo ser estendida o tempo que fosse necessário. A resolução também estabelecia o cadastro dos ambulantes irregulares já instalados para que eles, junto com os trabalhadores do entorno do Terminal Mercado, fossem transferidos posteriormente para um local definitivo⁶¹. A proposta, ainda em estudo pela Prefeitura, pretendia “limpar de uma vez as ruas do centro”, nas palavras de José Osvaldo Correia, presidente da autarquia na gestão de Magalhães Teixeira. Entretanto, a transferência dos ambulantes para um grande “camelódromo” tornou-se inviável pela resistência do grupo em sair da Rua Álvares Machado e do entorno dos terminais.

O arquiteto e urbanista Eduardo Homem de Mello, secretário de Transportes nos anos 1980, afirmou em 2002 que a implantação do Terminal Central havia sido pensada como “uma solução muito avançada de recuperação para a praça que existia no interior do viaduto”, considerada uma área “perigosa”⁶². Em resposta ao

⁵⁸ Informação dada por Paulo Daniel Silva em entrevista à pesquisa.

⁵⁹ “Prefeito eleito acena com solução”. *Diário do Povo*, 11 de novembro de 1992.

⁶⁰ Resolução da Setec 05/1993 de 8 de fevereiro de 1993: “Disciplina e regulamenta o comércio desenvolvido pelos trabalhadores da economia informal”.

⁶¹ “Camelôs podem ganhar ‘shopping’”. *Diário do Povo*, 27 de janeiro de 1993.

⁶² COSTA, Maria Teresa. “Ex-secretário desvincula terminais de camelôs”. *Correio Popular*. Campinas, 10 de abril de 2002.

engenheiro e urbanista Dênio Benfatti – cuja entrevista foi citada no início do texto – declarou ao Correio Popular que os terminais não eram o fator de “degradação do centro”, mas sim o comércio ambulante, instalado nos arredores desses espaços por falta de uma ação enérgica da Prefeitura.

Entretanto, nota-se nessa trajetória que a constituição das áreas regularizadas no centro de Campinas aconteceu com participação ativa do Poder Público.

As negociações para concessão desses locais basearam-se na saída dos ambulantes das principais ruas comerciais, em especial a Treze de Maio, dentro de um contexto de conflitos com os lojistas.

A atividade não foi proibida no centro. As políticas de regulamentação realizaram a gestão do território por meio da delimitação de espaços que poderiam ser ocupados e aqueles que deveriam ser preservados. É possível caracterizar esse processo como uma operação que visava “proteger” determinados locais da “invasão” dos ambulantes, para utilizar palavras comumente usadas no discurso de criminalização desses trabalhadores. Um jovem arquiteto, ex-funcionário da Prefeitura de Campinas, comentou sobre uma das tarefas que realizou em 2007: “fiz um levantamento dos locais do centro com camelôs, identificando os ‘focos’. É duro usar essa palavra, parece que estamos falando de uma doença, mas é assim que o pessoal se refere”.

O que arbitra esse jogo entre os locais a serem preservados e os que podem ser ocupados?

O conflito de interesses em torno do que é representativo da cidade.

A Rua Treze de Maio é tratada como o símbolo do comércio⁶³. A via tornou-se uma dos mais importantes espaços comerciais no início do século XX, após a instalação da Estação Ferroviária. Naquela época, com o nome de Rua São José, ligava a porta de entrada da cidade ao núcleo principal do centro. Pela rua foram se instalando os comércios mais especializados, de produtos importados e vindos de outras localidades do Brasil pela ferrovia. Hotéis de classe, hospedarias populares, serviços de telégrafo, correios, sapatarias, alfaiates e residências em grandes sobrados também se instalaram ali. A rua não sofreu intervenções urbanas tão profundas quanto outras áreas do centro que fizeram parte do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas.

⁶³ Este breve panorama histórico da ocupação da Rua Treze de Maio teve como referência Ricardo Badaró (1996) e Francis Pedroso (2007).

Figura 7: Rua Treze de Maio

A via, exclusiva para a passagem de pedestre, é o local onde os ambulantes comercializam suas mercadorias fora do horário comercial.

Fonte: Google Street View 2009.

Em 1975, foi reformulada por um plano urbanístico da Prefeitura de Campinas e se tornou um calçadão, bloqueando o trânsito de automóveis. A geógrafa Francis Pedroso considera a década de 1970 o período áureo do comércio na Rua Treze de Maio e no centro, impulsionado pela presença de grandes lojas de departamentos. Pessoas vinham de todos os bairros e de cidades da região comprar na rua que possuía desde o comércio mais refinado até o mais popular.

O comércio ambulante, praticado em todo o centro, passou a se instalar nas proximidades dos terminais e ali sua ocupação foi formalizada pelo Poder Público; primeiro, enfrentando a desconfiança e resistência dos trabalhadores; depois, como objeto de reivindicação do grupo. Não era uma questão de simples preferência por esses locais. Os trabalhadores sabiam que o melhor lugar para o comércio era a Treze de Maio. O que se verifica é todo um conjunto de medidas e negociações que tornaram o entorno dos Terminais Mercado e Central e a Rua Álvares Machado espaços por excelência dos ambulantes e formaram o que se conhece atualmente como Setores Mercado, Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente e Terminal Fundos.

O processo de formação das áreas regularizadas passa pela consolidação de um importante ator: o sindicato. Diante de um grupo tão heterogêneo, a existência de uma liderança tornou mais fácil a negociação com o Poder Público. Por outro lado, a eleição de uma representação legítima acabou por se constituir em vantagem para o próprio governo da cidade. Como relatado anteriormente, chegou a ser o anseio de representantes do governo na administração de Jacó Bittar.

Se não há um patronato, a quem reivindicar os direitos trabalhistas? E o que se pode definir como direito trabalhista nesse contexto?

Mesmo com a delimitação de mais áreas para o exercício do comércio ambulante pelo prefeito Magalhães Teixeira, o STEIC continuou a mobilizar a sua categoria, reivindicando novos espaços. Contudo, a partir daquele momento, passaria a exercer também o papel de interlocutor entre o Poder Público e os trabalhadores regularizados.

A concessão dos pontos estendeu, para além do entorno do Terminal Mercado, a presença dos ambulantes. O padrão de instalação nas áreas regularizadas era de barracas, como as utilizadas nas feiras livres. Equipamentos provisórios para uma ocupação que também tinha esse caráter.

O debate sobre as políticas para o centro era permeado pelas propostas de revitalização. Durante o governo de Magalhães Teixeira houve uma significativa

mobilização de empresários e entidades de representação em defesa de intervenções na região⁶⁴. O urbanista Jordi Borja chegou a visitar Campinas, convidado pela Secretaria de Planejamento. Para muitos, inclusive a Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), revitalizar era retirar os ambulantes dos espaços públicos.

Enquanto o impasse não apresentava solução, melhorava-se o aspecto visual das ocupações. Em fevereiro de 1994⁶⁵, a Setec determinou a padronização das instalações em todas as ocupações como medida de caráter provisório. A proposta era substituir as barracas por equipamentos semelhantes às bancas de jornal – compostas por estrutura e vedação metálicos – “uniformizando o comércio informal” no centro.

O STEIC, no início de março, responsabilizou-se pelo fornecimento aos trabalhadores de boxes simples e duplos – a partir da cobrança de 250 URV e 500 URV, respectivamente – prometendo que a entrega seria feita até o final de junho.

Em agosto, a maioria dos ambulantes não havia recebido as bancas⁶⁶.

Passaram a ser publicadas nos jornais de Campinas diversas denúncias contra o presidente do sindicato, Antônio Belo. Elas teriam partido de diretores da própria entidade. Belo estaria intermediando a venda de pontos de antigos trabalhadores, forçando-os a sair⁶⁷. “Ele começou a criar dificuldades para os ambulantes, como deixar de prestar ajuda em algumas situações que apenas o sindicato poderia resolver”, denunciou. “Os novos proprietários de bancas têm medo de enfrentar o Belo e por isso fazem tudo que ele manda”, afirmou.

Segundo o regulamento da Setec, apenas a autarquia podia repassar pontos aos ambulantes. O assessor para Ocupação do Solo Público, Hélio Bellenzani, negou que houvesse qualquer intermediação: “O sindicato não pode vender pontos, pois quem desiste é obrigado a entregar o ponto para a Setec, que vai repassar para outra pessoa da lista de espera”. Entretanto, Bellenzani admitia que a autarquia não estava efetuando uma fiscalização rigorosa.

Em julho de 1995⁶⁸, noticiou-se a cobrança pelo STEIC de uma taxa de “engajamento”. O valor de R\$ 25 seria cobrado a título de filiação sindical dos

⁶⁴ A geógrafa Francis Pedroso (2007) analisa esse debate.

⁶⁵ “Camelôs compram banca e não recebem”. *Correio Popular*, 7 de agosto de 1994.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ “Assessor da Setec nega intermediação”. *Correio Popular*, 7 de agosto de 1994.

⁶⁸ COSTA, Maria Teresa; VERZIGNASSE, Rogério. “Camelôs pagam taxa ilegal de ‘engajamento’”. *Correio Popular*, 18 de julho de 1995.

interessados em conseguir um ponto na área central. A lista de espera contaria com 300 candidatos, resultando na arrecadação de R\$ 7,5 mil. Até receberem a vaga, os cadastrados tinham que assumir o compromisso de participar das manifestações promovidas pelo sindicato, teria afirmado a secretária do sindicato:

“Enquanto você não é chamado, tem que entrar na nossa luta [...] Os camelôs estão indo para a rua, enfrentando a polícia, os lojistas e a turma da Prefeitura, que não quer atender nossas reivindicações. Aí você tem que se comprometer a participar do nosso movimento. É enfrentar mesmo. Até tomar porrada da polícia, se precisar. Porque a gente vai se dedicar a arrumar ponto para os engajados na nossa luta.”

A entidade também estaria inscrevendo interessados com residência em outras cidades, orientando-os a apresentar um comprovante emprestado de algum morador de Campinas.

Três pessoas que haviam procurado a Setec informaram ao Correio Popular que o sindicato garantira a duas delas vagas atrás da Catedral e a outra um ponto no paredão do antigo supermercado Eldorado, na Av. Senador Saraiva. “Isso não é verdade porque o sindicato não tem nenhuma autonomia para definir quem ocupa as possíveis vagas e nem tem autorização para fazer qualquer cadastro”, afirmou o presidente da autarquia José Osvaldo Correia.

Em resposta às acusações⁶⁹, Belo afirmou que não se responsabilizava pelas informações dadas pela funcionária do sindicato. Argumentou que a taxa de R\$ 25 era paga a título de sindicalização sem nenhuma garantia de recebimento do ponto. O sindicalista teria dado a declaração de Caruaru, de onde dizia participar de uma articulação nacional da Economia Informal para organizar um encontro da categoria que aconteceria em Campinas. Comentou que nem todos os ambulantes tinham os R\$ 25 para se sindicalizar e nem por isso deixava de cadastrá-los. “De jeito nenhum damos garantia de que irá conseguir um ponto. Temos uma luta para conseguir espaço para todo mundo trabalhar, especialmente os 300 que já estão cadastrados e que hoje já trabalham na rua, mas de forma clandestina, fugindo dos fiscais e da polícia”, informou. Segundo Belo, o dinheiro não era problema, porque o que o sindicato queria era “mais um companheiro na luta”.

“Ninguém está sendo enganado. Todos sabem que é preciso união e luta para conseguir espaços no centro da cidade”, frisou.

⁶⁹COSTA, Maria Teresa; VERZIGNASSE, Rogério. “Presidente diz que taxa é para sindicalização”. Correio Popular, 18 de julho de 1995.

Além da taxa de “engajamento”, cobrava-se dos filiados uma mensalidade de R\$ 30. A contribuição seria 500% mais elevada que a feita mensalmente pelos médicos da cidade ao seu sindicato, como relatou o Correio Popular em julho de 1995⁷⁰. Segundo a mesma reportagem, Belo emitiu uma circular para lembrar a categoria que era preciso valorizar a luta e ter consciência da importância do sindicato “na conquista de seus direitos”. Disse ainda que a entidade estava com a situação financeira complicada e que todos teriam que colaborar”.

A proprietária de um ponto no Terminal Central denunciou ao jornal que as taxas cobradas estavam sendo usadas para custear mordomias do presidente do sindicato, como um telefone celular e viagens com a família para o Nordeste e Rio de Janeiro.

Devido à pressão de diversos setores após as denúncias, o prefeito José Magalhães Teixeira enviou à Câmara Municipal um projeto de lei para regulamentar o comércio ambulante⁷¹. Em 1 de setembro⁷², o prefeito promulgou a Lei 488/95. Segundo suas determinações, podiam trabalhar como ambulante as pessoas que comprovadamente residissem há mais de dois anos na cidade e estivessem desempregadas há no mínimo 12 meses. Estabeleceu-se o prazo máximo de um ano para os desempregados trabalharem no centro. Após esse período, se o ambulante não tivesse retornado ao mercado de trabalho ou desejasse continuar na atividade, teria que ir para os bairros.

Com intuito de evitar a formação de novos “cartéis de concessão e venda de pontos”, a lei especificava que seria concedida somente uma autorização para cada grupo familiar e proibia a venda, transferência ou cessão de autorizações concedidas pela Setec⁷³. “As situações irregulares hoje existentes serão consertadas com o tempo, pois não há como resolver tudo de uma vez sem criar conflitos”, afirmou Magalhães Teixeira.

De acordo com um membro da diretoria entrevistado para essa pesquisa, em 2010, após a veiculação de diversas denúncias, Belo foi embora de Campinas sem entregar os boxes. Zezé, então secretária da entidade, assumiu a sua presidência.

⁷⁰ MARIA, Silvana. “Sindicato dos camelôs cobra taxa abusiva”. Correio Popular, julho de 1995. Os médicos pagavam uma taxa anual de R\$ 60, o que equivalia a R\$ 5 por mês.

⁷¹ “Câmara receberá projeto esta semana”. Correio Popular, 28 de agosto de 1995.

⁷² MARIA, Silvana. “Prefeito sanciona a lei que regulamenta comércio informal”. Correio Popular, 1 de setembro de 1995.

⁷³ Também ficava proibido o comércio de fogos de artifício, passes de ônibus, bebidas alcoólicas e de mercadorias de “procedência duvidosa” – como brinquedos, eletrônicos e cigarros importados do Paraguai.

O sindicalista teria utilizado o dinheiro do pagamento dos boxes na sua campanha para vereador, em 1996, na qual não foi eleito. “O Belo fez um puxadinho na casa dele para montar os boxes, falou que ele mesmo ia fazer com a ajuda de um serralheiro. Parecia ser um negócio bom, porque ficaria mais barato. Mas ele foi embora. Zezé teve que se virar para pagar o pessoal. Demorou, mas conseguiu.” A padronização foi concluída antes do final da gestão⁷⁴. Ao que parece, a prefeitura intermediou a compra de novas instalações.

A passagem da presidência do STEIC a Zezé é marcada por imprecisões que serão discutidas posteriormente⁷⁵. Cabe apenas registrar que até hoje permanecem sob seu comando as áreas regularizadas naquele período.

Para o sindicato campineiro, o ponto regularizado tornou-se o direito a ser reivindicado pela sua categoria. Não se trata da luta clássica do sindicalismo. Aos desempregados e informais, resta lutar pela licença de uso do solo público, por um espaço que lhes permitirá tentar sobreviver.

Quando o ponto do trabalhador regularizado é demarcado com uma estrutura fixa, abre-se um conjunto de questões. Elimina-se a possibilidade de outros usos, já que o espaço passa a ser ocupado permanentemente. Conformam-se a ideia de que a licença de uso representa a ocupação de uma construção, ainda que pequena, sobre a área pública. **A licença torna-se um atestado de propriedade.** E uma propriedade é negociada como mercadoria.

Formou-se assim parte do padrão de ocupação dos ambulantes no centro de Campinas, de espaços delimitados na área pública, constituídos por corredores de boxes. Ainda é preciso tratar da incorporação de um elemento fundamental: as grandes coberturas, que chegam a se estender por ruas inteiras.

Durante o governo de Magalhães Teixeira, o arquiteto Fábio Penteadou apresentou na imprensa campineira a proposta de transformação da Treze de Maio em uma espécie de *shopping* de rua⁷⁶, inspirada na “Rua 24 horas” de Curitiba. Sem a implantação do projeto, a administração seguinte cujo prefeito era Francisco Amaral continuou estudando a sua viabilidade⁷⁷.

⁷⁴ Magalhães Teixeira faleceu em fevereiro de 1996, durante o seu segundo mandato.

⁷⁵ Consultar a Parte III desta dissertação: “O sindicato e a gestão de um território.

⁷⁶ PEREIRA, Carlos Lemes. “Projeto estava engavetado há 14 anos”. *Correio Popular*. Campinas 17 de junho de 1994.

⁷⁷ ALVES, Manuel. “Câmara aprova o projeto de revitalização do Centro: vereadores aprovam projeto de lei que traz mudanças à área do Palácio dos Azulejos”. *Correio Popular*, Campinas, 16 de julho de 1994.

A ACIC apoiava a iniciativa. Empresários instalados na rua comprometiam-se a arcar com os custos da sua construção, que previa a cobertura de toda a rua.

O projeto encontrou forte resistência por parte de arquitetos, urbanistas e órgãos de defesa do patrimônio histórico⁷⁸. Críticas de que os empresários estavam privatizando o espaço público foram veiculadas nos jornais.

Antônio Belo, afirmou à imprensa que os ambulantes eram contrários à construção do *shopping* de rua⁷⁹. “O que os comerciantes querem é proibir os informais na Treze”, comentou.

A sua transformação em um espaço coberto era vista como uma ação que revitalizaria a área, trazendo de volta os clientes de classe média que passaram a preferir os *shopping's* do que o centro. Contudo havia um forte impasse em torno da proposta.

Próximo do fim da administração municipal de Francisco Amaral, em outubro de 2000⁸⁰, uma cobertura de 50 metros era construída sobre a área pública no centro de Campinas. Não sobre a Rua Treze de Maio, mas na Álvares Machado, no trecho compreendido entre as Ruas Costa Aguiar e Ferreira Penteado.

Os ambulantes regularizados ali começaram a construir uma cobertura única sobre os boxes e o corredor de passagem de pedestres. A obra, que era realizada sem autorização da prefeitura e fora das exigências do Corpo de Bombeiros, causou grande polêmica, sofrendo intervenção policial⁸¹.

O STEIC alegou que a construção não deveria ser proibida, pois o intuito era justamente oferecer mais segurança – principalmente em relação às instalações elétricas, que estavam expostas sobre os boxes. “Como em tudo na economia informal, e por estarmos em solo público, não existe uma aprovação formal da Setec para fecharmos o espaço [...] Mesmo assim, mandamos um comunicado à direção da

⁷⁸ LOURENÇO, José Manuel. “CMDU questiona legalidade da cessão de rua”. Diário do Povo, Campinas, 14 de agosto de 1993.

⁷⁹ “Camelôs protestam contra construção de *shopping* de rua.” Campinas, Correio Popular, 12 de agosto de 1993.

⁸⁰ “Reforma da discórdia”. Correio Popular, 11 de outubro de 2000.

⁸¹ Um dos diretores do Setor Jumbo informou em entrevista à pesquisa: “tomamos a iniciativa de instalarmos a cobertura na (rua) Álvares mesmo sem a autorização da Prefeitura. Foi uma luta, fizemos a construção com a polícia em cima. Depois, construímos outra cobertura, no Setor Carlos Gomes. A (prefeita) Izalene falou para mim: ‘Vocês tinham que ter me avisado, não podiam fazer desse jeito, do dia para a noite’. Mas eu respondi: ‘se não for assim, nunca acontece, porque ninguém vai nos dar autorização’.”

fiscalização informando sobre tudo. Estamos apenas trocando um material que já existia há mais de cinco anos”, declarou a então presidente da entidade, Zezé.

A construção foi finalizada e, em 2001, os ambulantes levantaram outra cobertura sobre a Rua Álvares Machado, no Setor Carlos Gomes, sem autorização da Prefeitura.

As obras representaram uma clara delimitação de território por parte dos trabalhadores sindicalizados e mostrou a capacidade de Zezé de representar o grupo em situação de forte conflito com o Poder Público.

Nesse histórico de formação e consolidação das áreas regularizadas, perpassam questões importantes para compreensão do contexto em que se inserem as políticas de regulamentação formuladas pela Prefeitura de 2001 a 2004, foco deste trabalho.

Figura 8: Setor Mercado

Fonte: Google Street View 2009.

Figura 9: Setor Carlos Gomes

Área regularizada no cruzamento da Rua Álvares Machado com a Av. Francisco Glicério. Foto: Google Street View, 2009.

Figura 10: Setor Jumbo

Área regularizada no cruzamento da Rua Álvares Machado com a Ferreira Penteado. Foto: Google Street View, 2009.

Figura 11: Setor Terminal Fundos

Área regularizada ao lado do Terminal Central.
Foto: Google Street View, 2009.

Figura 12: Setor Terminal Frente em 2003

Área regularizada ao lado do Terminal Central antes da padronização das instalações. Foto: Juliana Monferdini.

Revitalizar e organizar o comércio ambulante

Como ideário de intervenção urbana e não apenas como um programa de ações, a revitalização tem forte impacto sobre o comércio ambulante. Principalmente pela incerteza sobre a permanência da atividade, o que atinge tanto os trabalhadores regulares como aqueles que vivem da atividade sem autorização da Prefeitura.

Nos anos 1990, Campinas, como muitas cidades, procurava se alinhar a um novo receituário de planejamento urbano, baseado nas parcerias público-privadas de intervenção em áreas consideradas degradadas, com o intuito de promover a revalorização imobiliária da região.

Tempos em que muitas cidades queriam ser a nova Barcelona, cidade símbolo desse ideário após sua remodelação para os Jogos Olímpicos de 1992. Ninguém melhor para passar essa receita do que um dos autores do seu plano, o urbanista Jordi Borja.

Em 1993, durante a segunda gestão de Magalhães Teixeira (PSDB), foi convidado pela Secretaria Municipal de Planejamento a visitar Campinas. A avaliação de Borja não foi das mais animadoras. Havia uma “desordem” nas edificações: prédios muito altos em ruas estreitas e sem uma uniformidade de altura. A situação instalada tornava difícil a reorganização do centro, demandando intervenções profundas e com altos gastos com desapropriações. Sugeriu que as ações fossem realizadas aos poucos, transformando ruas mais estreitas em calçadas e demolindo gradativamente prédios mais baixos para aumentar o recuo das ruas⁸².

Dado o receituário, que viessem as propostas, de projeto e financiamento.

A primeira, de autoria do arquiteto Fábio Penteado, foi anunciada pelo Correio Popular em 9 de abril de 1994⁸³. Ele propôs a demolição das construções situadas no quadrilátero entre as Avenidas Moraes Salles e Francisco Glicério e as Ruas Ferreira Penteado e José Paulino para a construção de uma praça de 20 mil metros quadrados cujo interior seria ocupado por uma grande torre comercial. Seria

⁸² COSTA, Maria Teresa. “Urbanista espanhol vê centro feio e sem estilo”. Correio Popular, 14 de maio de 1993.

⁸³ “Espaço vai ser revigorado, diz arquiteto”. Correio Popular. Campinas, 9 de abril de 1994

necessária a derrubada de todas as construções, exceto o Palácio dos Azulejos⁸⁴, tombado como patrimônio histórico em 1967. A demolição incluía os prédios dos Correios e do Corpo de Bombeiros.

O projeto contava com o apoio da Prefeitura. A intenção era de que os proprietários de imóveis comerciais destas áreas trocassem o terreno por uma área na torre comercial. Esperava-se, inclusive, que o prédio dos Correios adotasse esse procedimento.

A Prefeitura não pretendia gastar recursos e tinha como ideia abrir licitações para a iniciativa privada. Os cálculos realizados na época estimavam o gasto por volta de 70 milhões de dólares, contando as construções e desapropriações. Segundo o secretário de Planejamento Ulysses Semeghini, o grupo que aceitasse participar do empreendimento ganharia o direito de explorar a torre comercial por tempo indeterminado. "Estamos também estudando como a Prefeitura poderá ter algum ganho financeiro, uma vez que parte da área é municipal", comentou.

Na mesma reportagem, o arquiteto afirmou que o centro de Campinas seria "revigorado" com esta obra, pois as quadras transformadas em praça dariam uma abertura visual ao centro. A torre comercial não precisava ser uma escultura, mas teria que ser esteticamente "extraordinária", pois traria modernidade ao espaço.

A proposta encontrou forte resistência por parte de arquitetos e urbanistas, além dos comerciantes instalados na área de intervenção.

Francis Pedroso (2007, p. 76) afirma que a partir desse momento, os jornais passaram a trazer reportagens quase em frequência diária sobre a questão. Muitas destas notícias e até mesmo entrevistas da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Sindicato dos Lojistas, Associações de Arquitetos e Engenheiros apelavam para que algo fosse feito em relação ao centro, mas com muito planejamento e cuidado.

Em junho de 1994⁸⁵, vários vereadores manifestaram-se contra o projeto da Prefeitura criando resistência às desapropriações. Foram apresentados abaixo-assinados recolhidos por vereadores solicitando o impedimento da obra. O vereador Luciano Zica, do Partido dos Trabalhadores, classificou o projeto como crime e falta de respeito com uma das áreas mais tradicionais da cidade. Na sua opinião, "investir

⁸⁴ O Palácio dos Azulejos foi construído pelo Barão de Itatiba em 1873. O prédio foi o Paço Municipal até a construção do Palácio dos Jequitibás em 1968 (PEDROSO, 2007, p.72)

⁸⁵ PEREIRA, Carlos Lemes. Para vereador, projeto é "criminoso". Coreio Popular. Campinas, 19 de junho de 1994.

no centro é humanizá-lo, em termos de segurança, facilidade de estacionamento e outras necessidades”.

O projeto chegou a ser aprovado pela Câmara Municipal, que estabeleceu os critérios para a obra, garantindo o direito de recebimento de indenizações, durante o período de construção, por parte dos comerciantes. Porém, uma comissão formada por lojistas e vereadores contrários ao projeto questionou a legalidade da votação⁸⁶. Em agosto de 1994, o resultado foi anulado pela justiça, por entender que o projeto de lei deveria ter sido publicado 30 dias antes da votação no Diário Oficial, como previa a Lei Orgânica do Município. A implantação do projeto não teve andamento.

Em 1997, o novo prefeito eleito, Francisco Amaral (PP), lançou um plano para o centro: o “Campinas Toda Nova” cuja finalidade era estabelecer parcerias com a iniciativa privada para “recuperação” da região.

Em uma reportagem do Diário do Povo⁸⁷, o então vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Guilherme de Campos Júnior, afirmou que “o comércio do centro vem perdendo clientes justamente por causa da degradação da região”. Para o presidente da Associação Regional dos Escritórios de Arquitetura (AREA), Jorge Villar, a revitalização era uma necessidade antiga. As velhas edificações deveriam ser substituídas por empreendimentos multifuncionais, que englobassem compras, prestação de serviços, atividades culturais e conjuntos habitacionais. A Prefeitura anunciou que em 90 dias lançaria um *Master Plan* com diretrizes para uma intervenção.

A imprensa campineira anunciou, em julho de 1997, a criação da Associação Campinas Toda Nova, pensada nos moldes da “Viva o Centro” de São Paulo⁸⁸. A entidade receberia apoio financeiro da indústria e de empresas para realizar seu trabalho de sondagem, levantamento de material histórico, incentivo às atividades culturais na área central durante o dia e à noite, fomentando a frequência da classe média no centro. Segundo a reportagem:

“No final do mês, os empresários vão escolher um executivo de alto nível, com salário de R\$ 10 a R\$ 15 mil mensais, para

⁸⁶ ALVES, Manuel. “Câmara aprova o projeto de revitalização do Centro”. Correio Popular, Campinas, 16 de julho de 1994.

⁸⁷ ALVES, Manuel. Vida Nova para o Centro: decreto da Prefeitura pretende estimular a revitalização urbana da região central da cidade por meio de parcerias com a iniciativa privada. Diário do Povo. Campinas, 28 de fevereiro de 1997.

⁸⁸ REZENDE, Luciana. “Executivos se unem para revitalizar o Centro”. Diário do Povo. Campinas, 11 de julho de 1997.

gerenciar a nova associação. [...] cada entidade indicará um representante para o conselho da associação. Estes representantes vão definir as mantenedoras, isto é, empresas que vão garantir o capital para o funcionamento da entidade. O próximo passo será definir onde será a sede da associação e o início de seu funcionamento efetivo, para que possam ser iniciados os estudos das prioridades pra a revitalização. De acordo com o secretário Silvio Romero, o Programa Campinas Toda Nova visa à melhoria da qualidade de vida em Campinas. Para este programa funcionar, ele realmente precisa da participação da iniciativa privada. ‘Nós queremos tornar o centro da cidade agradável de dia e de noite’, resume [...] mas o objetivo principal será trazer o campineiro de volta ao centro.”

Segundo Francis Pedroso (2007, p. 83), nos jornais, os comerciantes expressavam certa satisfação com as iniciativas para revitalizar o centro. Muitos eram a favor da implantação do *shopping* de rua na Treze de Maio, proposta que circulava na cidade desde a gestão anterior, argumentando que desta forma poderiam concorrer com os *shopping-centers* nos dias de chuva. Entretanto, de modo geral, não se sabia ao certo no que consistiria o conjunto de intervenções⁸⁹:

“A área central de Campinas é o que se pode chamar de mercado persa. Falta de segurança, pregações religiosas, comércio irregular, gritarias, mendicância e distribuição de folhetos. Isso pode ter fim em pouco tempo. A formação de uma associação que vai cuidar de revitalizar o centro de Campinas está dividindo a opinião dos mais diversos ramos do comércio local. Vendedores ambulantes, lojistas e consumidores, sem saber muito bem o que realmente será feito, não entram em um acordo quando o assunto é “reestruturação” de toda a região central. [...] “Essa região aqui sempre foi uma Torre de Babel”, mas piorou nos últimos anos. O que era pra ser banca de jornal e revista, está vendendo doces, cigarros e utilizando uma área maior do que a legalizada pela Prefeitura”, afirma o empresário Ezequiel Magalhães Júnior, proprietário da loja Ezequiel Roupas, que fica no calçadão da Treze de Maio.”

A retirada dos ambulantes era vista como uma questão fundamental. O Presidente da ACIC da época, Guilherme Campos Júnior declarava publicamente que a presença dos “camelôs” era uma das principais causas de deterioração do centro. Em maio de 1997, propôs à Setec a criação de uma “zona franca de Campinas”, com a instalação dos ambulantes em um prédio de 3,5 mil metros

⁸⁹ PILONI, Débora. “Centro de Campinas está um verdadeiro mercado persa”. Diário do Povo. Campinas, 12 de julho de 1997.

quadrados – situado na Avenida Andrade Neves, esquina com Bernardino e Campos, próximo à Rodoviária. A ACIC se dispunha a ajudar na manutenção do prédio⁹⁰.

Sem uma resposta da autarquia, Campos Júnior afirmou na imprensa que retirar os camelôs do centro era uma decisão política. “Ou se toma essa decisão, com todas as conseqüências que ela pode ter, ou continuaremos cada vez mais tendo um centro degradado”, disse.

Ao fim de mais um governo municipal, nenhuma das propostas havia sido efetivada. Tanto a apresentação de um *Master Plan* quanto a atuação de uma associação nos moldes da “Viva o Centro” de São Paulo.

O debate sobre a revitalização da área central e o destino dos ambulantes permaneceria na imprensa na gestão seguinte, mas em uma chave distinta dos anos anteriores.

A administração municipal do Partido dos Trabalhadores, nomeada “Governo Democrático e Popular de Campinas” ocorreu dentro de um contexto político muito particular na história da cidade, marcado pelo assassinato do prefeito eleito Antônio da Costa Santos, o Toninho, já em 2001⁹¹.

A escolha do arquiteto e urbanista para candidato ao cargo já ocorrera em clima de disputa entre grupos de oposição do PT. Após a eleição, também não houvera a rediscussão do plano de governo, com a formulação de estratégias claras a serem seguidas. A morte de Toninho teria agravado ainda mais a situação com a divisão do governo entre os nomeados no início do mandato e os que assumiram as secretarias após a posse da vice-prefeita, Izalene Tiene. Com a indefinição de uma posição política unificada sobre diversas questões, “cada secretaria fez a sua prefeitura”⁹².

⁹⁰ COSTA, Maria Teresa. “Campinas se une para revitalizar Centro”. Correio Popular. Campinas, 28 de maio de 1997.

⁹¹ Antônio da Costa Santos foi lembrado como uma pessoa “humilde” por um dos diretores do STEIC: “Toninho era como a gente. Se não tivesse morrido, os camelôs teriam alcançado mais conquistas”. Segundo Augusto, os ambulantes fizeram uma campanha intensa para sua eleição, em 2000, apoio que começou “sem pretensões”, para depois ser visto como uma importante oportunidade de diálogo com o Poder Público. Carlos Sampaio (PSDB) liderava as primeiras pesquisas de opinião para a prefeitura de Campinas, preocupando os ambulantes devido à oposição declarada do candidato ao grupo. Os trabalhadores então distribuíram santinhos e sacolas com os números e fotos de Toninho e do candidato a deputado Tiãozinho, também do Partido dos Trabalhadores. “Não vou dizer que o Toninho ganhou por nossa causa. Mas ele avançou nas pesquisas depois que demos essa ajuda”, comentou.

⁹² Segundo afirmou Paulo Daniel Silva em entrevista à pesquisa.

A expectativa em torno da eleição de Toninho era de que as propostas para a área central de Campinas fossem pautadas de um modo diferente dos anos 1990.

Toninho era professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Estudioso e defensor do patrimônio histórico da cidade, sempre denunciou o que considerava lesivo aos interesses públicos nas administrações municipais de Campinas. Até 1985 o fez pessoalmente e a partir de então, através da “Fundação Febre Amarela”, associação civil que liderou e da qual participaram arquitetos e amigos.⁹³

Em novembro de 2000⁹⁴, recém-eleito, declarou ao Correio Popular sua preocupação em inserir a Estação Ferroviária e o Palácio dos Azulejos no circuito cultural e social do centro para que estas áreas deixassem de ser locais abandonados pela maioria da população.

Segundo Pedroso (2007, p.87), Toninho afirmou em diversas entrevistas que se a Prefeitura valorizasse o espaço do centro por meio da conservação das áreas públicas e do patrimônio histórico, serviria de exemplo e incentivo para que cada um fizesse sua parte, em residências ou estabelecimentos comerciais, sem necessidade de uma lei de incentivos para essa finalidade

Antes de sua morte, o prefeito deu início à viabilização de algumas propostas, como a criação de um centro profissionalizante em um galpão da Estação Ferroviária e de um teatro na área central, a ser projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer⁹⁵.

⁹³Para informações sobre a trajetória de Toninho, ver :CASTELLANO, Antonio Luis Tebaldi, “Antonio da Costa Santos: uma arquitetura moderna e social em Campinas”.

⁹⁴ LIMA, Zezé de. “Reduto dos ‘excluídos’ expõe desafios da Estação Ferroviária em Campinas, exigem revitalização, reconhece prefeito eleito”. Correio Popular, Campinas, 26 de novembro de 2000.

⁹⁵ O arquiteto Ricardo Badaró, também professor da PUC-Campinas, contou em entrevista à pesquisa como a implantação dessas propostas foram dirigidas pelo prefeito antes de seu assassinato, em 11 de setembro de 2001, e os percalços que se sucederam no decorrer da administração. Badaró lembrou de quando ele, Toninho e o arquiteto Araken Martinho viajavam semanalmente a São Carlos na década de 1980. Os três eram professores da PUC-Campinas e se dirigiam à cidade para cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP. A atividade acadêmica e profissional os aproximou dos debates sobre as questões urbanas de Campinas. Quando eleito, Toninho nomeou os colegas para a secretaria de Planejamento, Arakem Martinho como secretário e Ricardo Badaró, diretor. Juntos, os três debatiam propostas para a área central. Algumas ações que vieram a ser anunciadas no âmbito do Projeto Centro, quando a Prefeitura já estava sob o comando de Izalene Tiene, haviam sido encaminhadas por Toninho. Entre elas, a instalação do Centro de Educação Profissional de Campinas, o CEPROCAM, em um dos prédios da Estação Ferroviária. Inaugurada no segundo semestre de 2004, a escola passou a se chamar Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antônio da Costa Santos”. As

No início de 2002, com o intuito de continuar o trabalho iniciado por Toninho, foi formada uma comissão para elaborar propostas para a área central, com representantes de diversas secretarias e a viúva do prefeito, Roseana Garcia⁹⁶. Como primeira ação, sistematizou-se um conjunto de diretrizes em um documento, o “Plano de Requalificação Urbana do Centro de Campinas”; entregue em março de 2002 à nova prefeita, Izalene Tieni (PT), vice de Toninho.

A Secretaria de Planejamento – nas figuras dos arquitetos Araken Martinho e Ricardo Badaró, respectivamente secretário e diretor – coordenava o andamento dos trabalhos na comissão. Segundo Badaró, a principal ideia contida no plano era a divisão do centro em cinco áreas. Cada uma abrigaria um importante marco histórico da cidade e receberia um conjunto de programas de ações que seria detalhado, gerido e implantado por cada setor da administração⁹⁷. Naquele momento, negociava-se a transferência do complexo da FEPASA para o município, o que demandaria o desenvolvimento de projetos para ocupação dos galpões vazios e do leito ferroviário. Além disso, arrastavam-se, desde administrações anteriores, a recuperação de prédios históricos.

O projeto era que os marcos históricos – edifícios ou espaços públicos – constituíssem um percurso na área central, de forma a contar sobre as mudanças no tecido urbano de Campinas. Eram propostas de intervenções diferentes das anunciadas nos anos 1990.

Entretanto, as demandas para o centro não estavam restritas à restauração do patrimônio histórico.

“Para não começar com conflito um trabalho que tem que ser de aproximação e parcerias, optamos por apontar uma diretriz para a questão dos camelôs, em vez de propor diretamente um lugar”, justificou Ricardo Badaró na

negociações com a Secretaria de Educação do governo do estado na época foram pessoalmente conduzidas na capital pelo arquiteto. Outra proposta era a construção de um teatro no centro. Campinas teve o seu teatro demolido nos anos 1960. “Como pode uma cidade do porte de Campinas não ter um teatro de grande porte?”, questionou Badaró. Para a elaboração do projeto, pensou-se no nome de Oscar Niemeyer. O arquiteto chegou a elaborar um estudo preliminar. Toninho faleceu dias antes de ir ao Rio de Janeiro encontrá-lo.

⁹⁶ COSTA, Maria Teresa. “Revitalizado, Centro priorizará pedestres”. *Correio Popular*, 19 de março de 2002. O jornal noticiou que uma comissão de representantes das secretarias de Planejamento, Transportes, Cultura, Obras, Assuntos Jurídicos; além da Companhia Popular de Habitação (Cohab), Serviços Técnicos Gerais (Setec) e a viúva de Toninho, Roseana Garcia discutia as diretrizes para elaboração de um plano de ações para a área central de Campinas.

⁹⁷ *Ibidem*.

época. A diretriz envolvia a pesquisa de novos espaços e o cadastro dos trabalhadores que atuavam irregularmente no centro para, a partir desse levantamento, “impedir a chegada de outros”⁹⁸.

Um posicionamento político unificado sobre o destino dos ambulantes nunca existiu dentro da gestão petista, como afirmou a esta pesquisa Paulo Daniel Silva⁹⁹, então presidente da Setec – autarquia responsável pela regulamentação do uso do solo público. Prevaleceu o embate de propostas entre diferentes grupos do governo no vazio criado pela morte de Toninho,.

Em 2002, a questão dos ambulantes irregulares cruzar-se-ia definitivamente com o anúncio de um programa de revitalização da área central.

Uma questão de planejamento urbano, cultura ou inclusão?

A assistente social Izalene Tiene assumiu a Prefeitura de Campinas após a morte de Toninho, ocorrida no nono mês de governo. Dentro de uma situação de disputas internas do PT, a nomeação de Tiene para vice foi uma forma de construir o apoio majoritário em torno da candidatura de Toninho em 2000. A passagem do comando da administração municipal à vice-prefeita representava a mudança de poder entre grupos divergentes do partido.

Por cerca de dois meses após o assassinato do prefeito, o governo viveu um período de indefinição em relação aos nomes que permaneceriam no secretariado. Entre as pessoas nomeadas por Toninho, chegou-se a levantar a possibilidade de demissão coletiva, para que a nova prefeita tivesse liberdade para montar a sua própria equipe. Além disso, havia a dúvida sobre como seriam as condições de trabalho dentro da nova gestão, caso algum secretário permanecesse no cargo. Ao fim, mantiveram-se as mesmas pessoas em algumas secretarias e em outras novas nomeações foram feitas.

⁹⁸ GALLACCI, Fábio. “Plano para Centro não define questão”. Correio Popular, 27 de março de 2002.

⁹⁹ Paulo Daniel Silva é economista formado pela PUC-São Paulo e militante do Partido dos Trabalhadores. Presidiu a Serviços Técnicos Gerais (Setec), autarquia responsável pelo uso do solo público, de 2001 a 2003. No último ano, foi nomeado secretário de Desenvolvimento Econômico pela prefeita Izalene Tiene, passando seu cargo na autarquia para o então diretor técnico Elvis Poletto, seu homem de confiança. Foi entrevistado para esta pesquisa em 2009.

O economista Paulo Daniel Silva (PT), então presidente da Setec, foi uma das pessoas nomeadas por Toninho que permaneceu no governo, dando continuidade ao seu trabalho de diálogo com o STEIC, iniciado já nos primeiros meses de 2001.

Uma das pessoas nomeadas por Tiene foi o historiador Valter Pomar, que assumiu a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Pomar era vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e pertencente ao mesmo grupo da prefeita. Sua trajetória política não estava vinculada à cidade de Campinas, tendo se mudado de São Paulo com a nomeação.

Nesse contexto político, as primeiras medidas para a área central da gestão de Tiene como prefeita foram anunciadas. Em abril de 2002¹⁰⁰, ela decretou o início da implantação do “Plano de Requalificação Urbana do Centro de Campinas”; definindo um prazo de trinta dias para apresentação da composição dos grupos temáticos que formariam a equipe de trabalho.

Até aquele momento, a condução da comissão que discutia as propostas para a área central estava a cargo da Secretaria de Planejamento.

Contudo, para comandar a implantação do Plano, a prefeita nomeou o secretário Valter Pomar.

A nomeação gerou grande polêmica. O ex-líder do governo na Câmara e vereador Sebastião Arcanjo, o Tiãozinho (PT), afirmou que a nomeação de Pomar fazia parte de um “processo de desconstituição” de tudo o que havia sido feito pelo prefeito Antônio da Costa Santos¹⁰¹:

“Ele (Pomar) não tem acúmulo político nem teórico e falta a ele um conhecimento da vida da cidade para comandar um projeto como esse [...] O Toninho tinha definido o secretário Araken (Araken Martinho, secretário de Planejamento) para propor projetos e comandar a revitalização. Araken e sua equipe estão trabalhando nisso desde o ano passado e agora a prefeita simplesmente passa o comando a outro”.

Para o vereador, o decreto havia sido usado para reafirmar uma posição do novo governo.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) também questionou a opção da prefeita pela Secretaria de Cultura. Segundo declarou o

¹⁰⁰ COSTA, Maria Teresa. “Decreto de Izalene abre revitalização do Centro”. Correio Popular, 10 de abril de 2002.

¹⁰¹ COSTA, Maria Teresa. “CMDU questiona decreto sobre revitalização”. Correio Popular, 11 de abril de 2002.

presidente da entidade, Marcelo Hobeika: “Revitalização do centro é uma questão de planejamento urbano [...] Não estamos questionando a capacidade do secretário de Cultura para essa tarefa [...] Mas os conselheiros entendem que o comando do processo deve estar com a Secretaria de Planejamento”.¹⁰²

Tiene justificou a nomeação afirmando, por meio da assessoria de imprensa, que sua escolha havia sido baseada nas qualidades técnicas de Pomar¹⁰³:

“Segundo a assessoria, a prefeita considera que Pomar tem as qualidades técnicas necessárias para gerenciar esse processo [...] ela cita o fato de Pomar estar envolvido nas discussões de revitalização, de ser uma pessoa com formação em História e que preside atualmente o Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc)”

A revitalização, na concepção da prefeita, não era apenas uma questão de planejamento. Como um dos principais motes era a visibilidade dos prédios históricos existentes na área central, além da política de ocupação do centro ter a atividade cultural como “agregadora da revitalização”, nada mais natural que o secretário de Cultura comandasse o processo, como justificou Tiene.

A prefeita classificou as críticas à indicação de Pomar como preconceito¹⁰⁴. Disse que para elegê-lo coordenador dos trabalhos de revitalização havia utilizado os critérios que a fizeram designá-lo secretário de Cultura. “Ele é um excelente coordenador”, afirmou. Enfatizou que a sua indicação não representava a exclusão de outras secretarias, já que os trabalhos seriam embasados na participação de vários segmentos. A função de Pomar era “gerenciar todo esse processo”.

Em todo o discurso que cerca a revitalização, a efetiva implantação de políticas públicas urbanas para a área central aparece sob a égide de uma eficiência gerencial. Se, em 2002, isso estava colocado na nomeação de Valter Pomar; nos anos 1990, perpassava a organização dos empresários em uma associação a ser comandada por um executivo.

Após uma reunião com todos os secretários, Tiene anunciou um conjunto de catorze ações que deveriam ter andamento até o final do ano para “requalificação e

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ COSTA, Maria Teresa. “Izalene diz que Pomar tem qualidades técnicas”. *Correio Popular*, 11 de abril de 2002

¹⁰⁴ MAGNUSSON, Gustavo. “Revitalização: Izalene considera ‘preconceito’ críticas contra Pomar”. *Correio Popular*, 19 de março de 2002.

revitalização” do centro de Campinas¹⁰⁵. Segundo avaliação da prefeita, o importante era “deflagrar” o processo de revitalização, definindo datas para início e término.

As medidas foram assim elencadas: 1) Ocupação do Antigo Complexo Ferroviário da FEPASA; 2) Implantação do CEPROCAMP; 3) Recuperação das áreas públicas e dos edifícios situados no entorno da Estação Ferroviária; 4) Instalação do Arquivo Histórico Municipal no prédio da antiga Cervejaria Colúmbia; 5) Inclusão das Vilas Operárias no Programa de Arrendamento Residencial (PAR); 6) Reforma da Rua Treze de Maio; 7) Restauo do Palácio dos Azulejos; 8) Retirada do Terminal II da Av. Moraes Salles; 9) Restauração da Catedral; 10) Intervenções no entorno do Largo do Rosário; 11) Criação da Zeladoria do centro; 12) Elaboração de um programa específico para o comércio ambulante; 13) Definição de medidas para melhoria do transporte coletivo e do tráfego de veículos; 14) Construção de um Teatro Municipal - ainda sem consenso sobre quem deveria ser o autor do projeto.

Segundo afirmou Ricardo Badaró em entrevista à pesquisa, as ações anunciadas pela Prefeitura correspondiam às diretrizes apontadas no Plano de Requalificação Urbana do centro de Campinas. Entretanto, a transformação das propostas em um conjunto de metas havia descaracterizado a sua ideia original, que era pensar cada intervenção em conjunto com o seu entorno, prevendo a divisão do centro em cinco áreas. O arquiteto comentou que a redução das diretrizes em metas surpreendeu os integrantes da comissão que havia elaborado o documento.

Posteriormente, o programa de revitalização recebeu o nome de “Projeto Centro”¹⁰⁶ e a imprensa frequentemente se referiu à equipe que discutiu sua implantação como “Comissão do Centro”.

Com a finalidade de discutir os significados que perpassam a revitalização, esta pesquisa aprofunda-se em uma das metas inseridas no programa: a organização do comércio ambulante.

Logo após o anúncio das catorze ações, o governo definiu que elaboraria um projeto específico junto a entidades de representação da área central, incluindo o “comércio formal” e o “informal”.

¹⁰⁵ In: COSTA, Maria Teresa. “Prefeitura define 14 ações para o Centro”. *Correio Popular*, 16 de abril de 2002.

¹⁰⁶ “Equipe especial vai debater a revitalização”. *Correio Popular*, 17 de julho de 2002. A equipe seria formada pelo economista Josmar Cappa, os arquitetos Caetano de Lima e Luiz Cláudio Bittencourt, a urbanista Andréa Lowen, a antropóloga Silvana Rubino e a advogada Enerstina Gomes de Oliveira. O grupo ainda seria composto por um profissional em engenharia dos transportes. Segundo afirmou Badaró, entrevistado para a pesquisa, o trabalho não teve andamento.

“O centro que temos hoje é fruto do desenvolvimento econômico. Não interessa mais para o investimento do capital. Temos que resgatar o centro não apenas em sua dimensão histórica, mas também para atender o interesse do capital”, afirmou a prefeita ao *Correio Popular*¹⁰⁷.

A primeira das reuniões convocadas pela prefeitura para debater a questão foi realizada em 17 de abril de 2002¹⁰⁸.

Dias antes, a Setec enviara ao STEIC vários folhetos convocando para esse encontro. A autarquia pediu ao sindicato que passasse no centro para entregar o material de divulgação para os trabalhadores, avisando da reunião e preenchendo a parte destacável do folheto com dados pessoais do “proprietário” do box ou ponto, estivesse ele em situação regular ou não. Inclusive, aos “fruteiros”, Zezé teria ressaltado que a presença era obrigatória, como relatou o antropólogo Camilo Braz¹⁰⁹:

“Quando o(a) “proprietário(a)” não estava presente, Zezé pedia para quem estava tomando conta da banca que os(as) avisasse para passar no sindicato naquele mesmo dia, “sem falta”, para preencher o canhoto. Me chamou a atenção ela dizer aos trabalhadores que sua presença era obrigatória na reunião. E que, quem não fosse, não iria conseguir mais trabalhar lá a partir do dia seguinte, porque os fiscais iriam impedir.” (BRAZ, 2002, p.36)

O objetivo era discutir uma solução para os ambulantes irregulares após a apresentação do programa de revitalização pelo secretariado. A primeira fala, do secretário de Gabinete de Governo Lauro Marcondes, baseou-se na apresentação das ações já divulgadas na imprensa e na constante afirmação de que a revitalização seria boa para os “camelôs”:

“[...] disse que o projeto é de “revitalização” por causa da atual deterioração do Centro e que a ideia vem do Toninho (ex-prefeito, morto tragicamente em 11 de setembro do ano

¹⁰⁷ COSTA, Maria Teresa. “Destino dos camelôs é ponto de maior polêmica”. *Correio Popular*, 16 de abril de 2002.

¹⁰⁸ Pelo que foi possível apurar, foram realizadas ao menos duas reuniões, cada uma com um segmento do comércio. No dia 17 de abril, deveriam estar presentes principalmente os comerciantes que trabalham com a venda de alimentos.

¹⁰⁹ O antropólogo Camilo Braz (2002, p.37) realizou pesquisa etnográfica com os ambulantes sindicalizados no ano de 2002, tendo acompanhado a mobilização dos ambulantes nos dias anteriores à reunião. Segundo o pesquisador, não foi notada a presença de nenhum repórter no evento. Nas fontes consultadas, também não se encontrou referência a esse evento.

passado), e que o intuito é “melhorar o Centro”. Lembrou que a criação de novos shoppings afastam os consumidores do Centro, bem como a “deterioração”, que afasta os clientes, inclusive dos comerciantes informais.” (BRAZ, 2002, p.38)

Sua fala foi interrompida por um trabalhador que gritou para o secretário explicar o que era essa “tal de revitalização”. Marcondes respondeu genericamente, apresentando algumas intenções:

“[...] disse que existem medidas que podem ser colocadas em prática já, e outras não – que há propostas de curto, médio e longo prazo [...] que algumas coisas seriam feitas com verbas municipais e outras com verbas da iniciativa privada – ou dos dois. Falou em ‘humanizar’ o centro da cidade com participação ativa de todos os envolvidos – do comércio ‘formal’ e ‘informal’, no processo. Disse que, ‘se melhorar, vai melhorar para todo mundo’. Falou que não está descartada a possibilidade da mudança de local dos trabalhadores do Terminal Central, sobretudo dos ‘fruteiros’.” (BRAZ, 2002, p.38)

Segundo relatou Braz, que acompanhou a reunião, a explanação do secretário causou grande tensão entre os ambulantes, principalmente pela possibilidade de retirada dos trabalhadores dos arredores do terminal. Uma ideia antiga na cidade era a transferência do comércio ambulante para os galpões vazios do Complexo da FEPASA, sempre refutada pelos trabalhadores devido ao pouco movimento na área¹¹⁰. No momento de sua fala na reunião, Zezé afirmou que a condição para os ambulantes irem à FEPASA era que os terminais de ônibus urbanos também fossem realocados para lá.

A dificuldade em mediar o conflito de ideias entre os chamados formais e informais ficou evidente no discurso do secretário de Cultura, Valter Pomar. Tentando estabelecer um consenso, afirmou que a proposta da administração era “revitalizar e requalificar” de forma a atender os direitos de todos:

¹¹⁰ O fluxo de pedestres mudou com a implantação em parte do antigo pátio da FEPASA do Terminal Multimodal Ramos de Azevedo, que concentra as estações de transporte rodoviário e metropolitano – esta oficialmente denominada “Terminal Metropolitano Prefeito Magalhães Teixeira” e sob responsabilidade da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).

“(Valter Pomar) disse que alguns pontos do projeto ainda estão sendo detalhados e outros geram dúvidas. Falou que a ideia geral é ‘revitalizar e requalificar’, e que para tanto serão ouvidos todos os setores envolvidos nesse processo: arquitetos, engenheiros, comerciantes formais e informais e Prefeitura. Disse que o centro da cidade não é de ninguém – ‘é de todo mundo’. Falou que a ideia é pensar o centro a longo prazo – 10 a 15 anos” (BRAZ, 2002, p.38)

Pomar enfatizou que, para os lojistas, a presença irregular dos ambulantes era o grande problema do centro e que as propostas deveriam atender as reivindicações dos dois lados:

“Falou que há várias propostas, uma delas sendo a Prefeitura ‘padronizar’ o comércio informal, com a criação de ‘quiosques’ etc. Outra ideia seria criar no centro um espaço específico ao comércio informal. Admitiu que não pode ser um local onde não haja movimento de pedestres e disse que a única certeza é a de que ‘do jeito que tá, não tá legal’ e que o desafio é ‘resolver o problema’.” (BRAZ, 2002, p.39)

Em resposta, Zezé disse que vinha acompanhando as manchetes dos jornais, nas quais limpar a cidade aparece como “limpar os camelôs das ruas”, e afirmou que isso era inadmissível¹¹¹. “O que eles querem é tirar nossa categoria da rua”, comentou. Para a presidente do STEIC, a preocupação dos lojistas não era com a cidade, mas em “ver a cidade bonita”. Para os ambulantes, a revitalização legitimava o discurso de sua retirada dos espaços públicos do centro, defendido pelos lojistas, conformando um campo de disputas.

Os discursos de Marcondes e Pomar apontaram de forma genérica para um conjunto de propostas ainda vagas em relação ao destino do comércio ambulante. Segundo declarado pelo então presidente da Setec na época, Paulo Daniel Silva, em entrevista a esta pesquisa, a autarquia mantinha a ideia de transferir os carroleiros/fruteiros e demais trabalhadores irregulares para um espaço definitivo e já tinha em mente a Rua Benedito Cavalcanti Pinto. Entretanto, com o debate sobre a revitalização e a crítica de diversos setores à permanência da atividade na área central, não havia consenso dentro da gestão em relação à proposta.

¹¹¹ Outro ponto de destaque na fala de Zezé foi usar como justificativa, para a permanência no centro, o fato dos ambulantes estarem defendendo uma ideia que era de Toninho; um político que representava a categoria, como teria reforçado.

Durante sua fala na reunião, relatada pelo antropólogo, o então presidente da Setec provocou o tensionamento desta questão ao afirmar que chegaria o momento em que o governo teria que definir sua posição:

“(Paulo Daniel Silva) Falou que a autarquia quer um ‘centro cidadão’ e uma ‘cidade cidadã’. E que é fundamental a participação de todos a fim de se garantir a inclusão e a justiça social. Lembrou que desde o ano passado a Setec vem mantendo contato com o sindicato [...] Disse que a ideia é ‘caminhar em conjunto’ – ‘ouvir, analisar, propor’. Lembrou que chegará um momento em que o governo vai ter de ‘tomar partido’ e que a intenção da Setec é a de ‘disciplinar e organizar’ o uso do solo público. Lembrou que em alguns locais não será permitido o ‘comércio ambulante’ e que em outros isso será ‘permitido’. Falou que tanto o comércio ‘formal’ quanto o ‘informal’ necessitam do fluxo de pessoas e que a ideia do projeto é tornar o espaço de ambos os comércios mais agradável. A política da Setec, em suas palavras: incluir, disciplinar e organizar, tendo como ponto fundamental e de consenso ‘melhorar’. (BRAZ, 2002, p.39)

Após a fala de Zezé e de alguns trabalhadores, os representantes do Poder Público voltaram a se manifestar.

O secretário de Gabinete de Governo, Lauro Marcondes, afirmou que, se o intuito da Prefeitura fosse ficar do lado dos comerciantes “formais”, não teria chamado os “camelôs” para conversar. Enfatizou que a Prefeitura não tinha o “rabo preso” com ninguém e que respeitava o “trabalho informal”. Entretanto, ressaltou que isso não significava que “liberou geral” e que os ambulantes não podiam ficar onde quisessem. Comentou que ele próprio comprava no comércio informal e que o intuito não era “tirar ninguém da rua”. Todos os tipos de comércio seriam chamados para conversar e ninguém seria “pego de surpresa” com a revitalização.

Em sua segunda fala, o presidente da Setec, Paulo Daniel Silva, lembrou que aquela era a primeira vez que o Poder Público chamava os diferentes setores para conversar sobre suas propostas. Frente à denúncia de um dos ambulantes de que um fiscal havia tratado sua filha, grávida, com violência, Silva afirmou que a autarquia estava procurando mudar o caráter “truculento” da fiscalização, mas que isso não aconteceria “do dia para a noite”.

Quando falou sobre o período em entrevista, Silva afirmou que, no seu entender, a revitalização não podia ser sinônima de “fachada pintada”, pois era preciso considerar a necessidade das pessoas que dependiam do centro para viver.

Disse que “governar é escolher, tomar partido” e a gestão precisava ter claro suas propostas.

Paulo Daniel Silva, durante sua gestão à frente da Setec, defendeu mudanças na forma do Poder Público lidar com o comércio ambulante¹¹². Uma das suas primeiras medidas foi a liberação da Polícia Militar das ações de fiscalização e a dispensa de dois fiscais e uma perua bancados pela Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC). O intuito era mudar o caráter do trabalho, tornando-o menos policial. A ideia teria encontrado resistência entre os fiscais, marcando o início de conflitos entre os funcionários e a direção, que se desdobraram em denúncias de favorecimento da autarquia em relação aos ambulantes.

Em fevereiro de 2001, o ex-presidente visitou os presidentes da ACIC e do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) com o intuito de saber o que poderia ser feito para resolver o impasse relativo à presença de carroleiros/fruteiros na área central, que se arrastava desde a administração anterior. A recepção da entidade de representação do comércio não teria sido positiva, tendo o presidente Guilherme Campos Jr. se recusado a debater qualquer proposta que não fosse a retirada dos trabalhadores. Já no STEIC a visita teria causado espanto, pois, até então, nenhum presidente da autarquia havia estado em sua sede.

Defendendo uma “Setec cidadã” e a “organização dos ambulantes com inclusão”, Silva incentivou a presença em massa dos trabalhadores em eventos, fóruns de participação e reuniões com o Poder Público, para que eles exercessem pressão a fim de ter seu espaço político reconhecido. Deste modo, Silva também legitimava suas propostas diante dos grupos que se manifestavam contrários à sua linha de trabalho na Prefeitura.

Além disso, fez uso de declarações na imprensa, deixando clara sua posição. Sabia que qualquer manifestação pública dificilmente seria contrariada pela prefeita ou pelos outros secretários, pois era preciso manter a imagem de que a administração municipal era coesa.

¹¹² No começo de 2001, a Prefeitura de Campinas, por meio da Setec, firmou convênio com o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), para identificação do perfil e das condições de trabalho de um conjunto de ambulantes do Centro. O objetivo era encontrar subsídios para formulação de políticas públicas. A análise dos dados coletados durante os meses de abril e maio de 2001, através da aplicação de um questionário com 60 questões dirigidas ao recolhimento de informações sobre a inserção sócio-econômica desses trabalhadores, foi publicada no caderno “Diagnóstico sobre as condições de trabalho dos comerciantes ambulantes de Campinas”.

No momento em que o início dos trabalhos para revitalização do centro passou a mediar o debate público sobre a presença dos ambulantes irregulares, Silva convocou a imprensa para manifestar sua posição na mídia.

Em junho de 2002, o Correio Popular publicou a entrevista de Silva com o seguinte título e chamada: “Se depender do presidente da Setec, camelô fica no centro: Paulo Daniel não crê que comércio informal seja responsável pela degradação da área central”¹¹³.

Segundo a reportagem, Silva afirmava ser possível revitalizar a área central com a participação de ambulantes, apesar da opinião contrária do comércio formal, urbanistas e entidades. “Todo mundo quer uma cidade bonita e organizada. Nós também queremos, mas com inclusão social. [...] Queremos incluir, organizar e disciplinar a economia informal [...] Nossa política tem sido o diálogo e nunca o pessoal da economia informal esteve tão aberto a participar das discussões”, declarou.

As manifestações de Silva ao jornal eram praticamente a repetição do seu discurso na reunião realizada em 17 de abril com os secretários e ambulantes. Entretanto, a publicação repercutiu entre as entidades de representação dos lojistas mais intensamente do que o esperado contou à pesquisa.

“Ele (Paulo Daniel) está favelizando o centro da cidade e, enquanto continuar presidindo a Setec, será daí para pior [...] Ele está fazendo um eficiente trabalho de conquista do espaço público. Está deixando os camelôs ocuparem todos os lugares. A Rua Treze de Maio só está sendo preservada porque não é interesse dos camelôs. Tomar a Treze de Maio chamaria muito a atenção. Por isso estão tomando todos os cantos”, afirmou Guilherme de Campos Jr., vice-presidente da ACIC, em resposta à entrevista.¹¹⁴

Fernando Piffer, diretor do Sindilojas, comentou que o projeto de revitalização do centro estaria “comprometido” com o posicionamento de Silva. “Ele fala em inclusão dos camelôs, mas o que ele está fazendo, na verdade, é promovendo mais exclusão”. Para Piffer, na medida em que a prefeitura fazia vistas grossas ao avanço da economia informal, ela estaria aumentando cada vez mais o desemprego;

¹¹³ COSTA, Maria Teresa. “Se depender do presidente da Setec, camelô fica no Centro”. Correio Popular, 16 de junho de 2002.)

¹¹⁴ COSTA, Maria Teresa. “Lideranças do comércio acusam Setec de ‘favelizar’ o Centro”. Correio Popular, 18 de junho de 2002.

já que os ambulantes promoviam a redução do faturamento do comércio que pagava impostos, levando a uma situação que obrigava os comerciantes a demitir.¹¹⁵

O presidente da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL), Edvaldo de Souza Pinto, avaliou como sendo uma “afronta” ao comércio formal as declarações de Silva: “Ele afirma que vai preservar o trabalho dos camelôs porque a revitalização será feita com inclusão. Oras, manter os camelôs que já começam a tomar também o Cambuí, é praticamente a desordem social e levar cidade ao caos [...] Porque as pessoas precisam trabalhar então a gente deixa que tomem as ruas, as calçadas, que pratiquem concorrência desleal?”¹¹⁶

A apreensão de 11 mil CDs piratas no centro de Campinas na manhã do dia 18 foi o estopim para que mais de 200 ambulantes ocupassem a Rua Treze de Maio em um protesto que já vinha sendo organizado pelo STEIC. Os ambulantes, segundo a reportagem, também estavam particularmente revoltados com a acusação de Campos Júnior de que a Setec estaria “favelizando” o centro. A presidente do STEIC, Zezé, afirmou que os ambulantes partiriam para o confronto caso fosse preciso garantir a permanência na área central.¹¹⁷

Ângelo Barreto, líder do partido na Câmara Municipal, afirmou que era querer demais que o governo do PT resolvesse um problema tão antigo como era o da presença dos ambulantes no centro. “Os camelôs estão aí tomando o centro porque tiveram liberdade para se instalar e eu não vejo a possibilidade da administração do PT tirá-los e jogá-los em qualquer lugar apenas porque o comércio formal quer se livrar deles [...] Temos que encontrar uma solução para o camelô, com a participação dele e não só com a visão do comércio formal. Algumas pessoas não têm moral para cobrar nada porque estavam em governos anteriores e nada fizeram”, afirmou¹¹⁸.

Segundo Silva, apesar de outros membros do governo não concordarem com sua declaração, nenhum deles manifestou-se publicamente para não prejudicar a imagem da prefeita Izalene Tiene.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ COSTA, Maria Teresa. “Presidente do CDL vê ‘afronta’ aos lojistas”. *Correio Popular*, 18 de junho de 2002.

¹¹⁷ LEITE, Adriana. “Camelôs sitiaram lojas e declaram guerra”. Agência Anhanguera, 19 de junho 2002.

¹¹⁸ COSTA, Maria Teresa. “Solução para o camelô é de longo prazo, diz líder do PT”. *Correio Popular*, 26 de junho de 2002.

Valter Pomar reuniu-se com a diretoria da ACIC para explicar os encaminhamentos do projeto de revitalização, em 26 de junho de 2002¹¹⁹. O encontro acabou tornando-se uma tentativa de acalmar as tensões geradas na última semana entre os empresários e a Prefeitura, segundo o Correio Popular.

Os comerciantes teriam gostado de ter Pomar como interlocutor com a Prefeitura, elogiando sua “habilidade e a demonstração da vontade política em melhorar o centro”. “Foi um encontro muito bom. Mostramos que estamos dispostos a participar do programa de revitalização. Mas também é necessária a devida interferência da Prefeitura na questão dos camelôs”, afirmou o presidente da ACIC, Mário Dino Gadioli.

No encontro, Pomar discutiu pela primeira vez com os empresários a possibilidade de retirar os “paredeiros” da Avenida Francisco Glicério e transferi-los para a Rua Benedito Cavalcanti (ao lado do Terminal Central). “Não dá para aceitar isso, porque só abrirá mais espaço para que outros paredeiros apareçam, como aconteceu com os carroleiros”, afirmou Edvaldo Sousa Pinto, presidente da CDI, também presente na reunião. De acordo com o jornal, Souza Pinto teria afirmado que com a continuidade de Silva na Setec não haveria progresso algum porque faltava a ele “vontade política para resolver a situação”,

O governo começava a sondar a possibilidade de implantar a proposta de transferência dos trabalhadores irregulares que já vinha sendo discutida entre a Setec e o STEIC. Entretanto, não havia nenhum posicionamento claro dentro do governo, como afirmou Silva.

O espaço de decisão: o Orçamento Participativo

A proposta de regularização dos ambulantes na Rua Benedito Cavalcanti Pinto previa a alocação dos trabalhadores em instalações padronizadas. Ou seja, ao contrário do que havia acontecido em outros períodos de regularização, os ambulantes já começariam a trabalhar em boxes cuja cobertura estender-se-ia por toda a via. A autarquia fez uma estimativa de custos cujo valor foi calculado em R\$300 mil. Para viabilizar a proposta, era preciso a captação de recursos, já que era inviável o seu custeamento com o orçamento da Setec.

¹¹⁹ COSTA, Maria Teresa. “Comerciantes exigem ação anticamelô”. Correio Popular, 27 de junho de 2002.

Em meados de 2002, implantou-se a primeira experiência de Orçamento Participativo¹²⁰ em Campinas, seguindo o exemplo de outras prefeituras lideradas pelo Partido dos Trabalhadores.

De acordo com José Reinaldo Braga (2006, p.19-21) – economista e coordenador da “Participação Popular e do Orçamento Participativo” na Prefeitura Municipal de Campinas de 2001 a 2004 –, o governo, em conjunto com os movimentos sociais, definiu como metodologia de trabalho do OP duas fontes geradoras de demandas: uma oriunda das diferentes regiões da cidade e outra a partir de diferentes temáticas¹²¹.

¹²⁰ Cibele Rizek (2007, p.130 e 135) afirma que “a partir do momento ‘heróico’ de suas origens, no fim dos anos 1980, muitos consideraram possível indicar que as experiências de OP, como parte de um novo ‘paradigma de planejamento’, calibrariam de uma nova forma as relações entre democracia participativa e deliberativa [...] As experiências de OP como instrumento de democratização e politização da gestão urbana se desenvolveram de modo bastante diverso em cerca de 140 cidades brasileiras (dados de 2000), atingindo cerca de 2% dos municípios do país [...] Parte significativa da documentação sobre o OP concorda que as experiências de democratização dos poderes municipais tiveram início nos anos 1970, a partir das experiências de Lages (SC) e Boa Esperança (RS), e cresceram significativamente no período das lutas pela democratização do país, com as primeiras gestões democráticas de Diadema, Pelotas e Vila Velha, entre 1983 e 1988. Entre 1989 e 1992, 12 cidades desenvolviam experiência de OP, entre elas Porto Alegre, Piracicaba e Santo André. Entre 1993 e 1996, essa cifra subiu para 36 e, no período de 1997 a 2000, chega a 140 cidades.”

¹²¹ Segundo Braga (2006, p.19-21), os trabalhos foram divididos em quatro momentos, que envolveram mais de 90 mil pessoas no período de 2001a 2004. O primeiro, a Primeira Rodada de Assembléias Populares Regionais e Temáticas, teve dois objetivos: realizar prestação de contas das ações desenvolvidas e eleger os Representantes Regionais ou Temáticos que compuseram os respectivos Fóruns de Representantes. Desta etapa, participaram 22,8 mil pessoas que elegeram em média de 940 Representantes por ano. Os Representantes tinham a responsabilidade de organizar as Assembléias Intermediárias, o segundo e talvez mais importante momento do processo, pois era nesta fase que a população autonomamente se reunia a partir de suas características e necessidades para debater, decidir e hierarquizar suas necessidades. Desta fase somando o os anos de 2002, 2003 e 2004 participaram mais de 44,4 mil pessoas, o que na média significa algo em torno de 14,8 mil pessoas por ano. Definidas as prioridades das regiões e dos temas, realizava-se a segunda rodada de Assembléias Populares, onde eram apresentadas as prioridades definidas nas ssembléias Intermediárias e eleitos os Conselheiros que compunham o Conselho Municipal do Orçamento Participativo – COP, nesta fase mais de 24 mil pessoas participaram das Assembléias.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo Conselho era a "visita pela cidade", ou seja, o conselho percorria as diferentes regiões da cidade onde cada conselheiro, ao passar pela sua região, a apresentava aos demais. O objetivo foi permitir que, coletivamente, o COP fizesse uma leitura das diferentes realidades sócio-espaciais da cidade. Em paralelo aos início dos trabalhos do COP as áreas da Administração responsáveis pelas diferentes prioridades elaboravam pareceres das demandas e os apresentavam como subsídio para o COP que se subdividia em Grupos de Trabalhos –

Quanto às prioridades temáticas, a participação deu-se a partir de temas setoriais e transversais em oito “Assembléias Populares Temáticas”: Assistência Social; Saúde; Gestão; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Desenvolvimento Econômico; Habitação e o que se denominou de Temas da Cidadania. Neste último, trabalharam-se questões referentes aos seguintes segmentos: comunidade negra, homossexuais, idosos, juventude, mulheres, e portadores de necessidades especiais.

Em relação à divisão regional, adotou-se a divisão administrativa existente na cidade, ou seja, dezoito regiões geográficas que correspondiam às catorze administrações regionais e quatro distritos administrativos. Como enfatizou Braga (2006, p.20), uma primeira característica do OP, a qual possibilitou perceber a tensão deste instrumento com a lógica burocrática de funcionamento do aparelho de Estado, foi o fato da totalidade de investimentos da Prefeitura – 100% dos recursos da Administração Direta – ser definida no OP:

“Neste movimento a primeira definição do Governo foi congelar o custo de funcionamento do aparelho de Estado com o objetivo de criar capacidade de investimento e uma nova racionalidade na sua gestão, pois o aparelho vinha reproduzindo rotinas cuja racionalidade e articulação estavam estruturadas numa perspectiva privatista e de pequenos grupos. A manutenção desta estratégia, somada às baixas taxas de crescimento econômico trouxeram um conjunto de implicações políticas para o Governo, sejam nas suas relações externas ou internas, pois na medida em que o custeio se congelou qualquer crescimento deste, para além dos reflexos das decisões passadas de investimento definidos no OP, só poderia ser efetuado se debatido também no OP. Contudo, possibilitou e possibilita um debate interessante sobre as conseqüências e a forma para se chegar à discussão democrática da totalidade do orçamento público.” (BRAGA, 2006, p.22)

A eleição do Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP) era direta, todos os cidadãos com mais de 16 anos tinham direito ao voto. Era realizada através de chapas e seguia o critério da proporcionalidade direta, ou seja, a composição – quatro nas regiões e dois nas temáticas – tinha a representatividade resultante da eleição, ou a chapa que obtivesse mais votos tinha mais representantes entre os conselheiros eleitos. Os conselheiros tinham mandato de um ano e

GT's a partir dos temas/áreas de interesse dos Conselheiros. Os GT's se reuniam com as respectivas áreas para, em conjunto, realizarem e apresentarem ao Conselho a proposta das demandas a serem aprovadas e constarem do Plano de Investimento – PI. Além da definição do plano de investimento o COP acompanhava a execução das demandas e do orçamento.

realizavam trabalho voluntário, não remunerado. O governo participava das reuniões do COP através de representação com direito a voz, mas sem direito a voto.

O COP era responsável pela compatibilização das demandas vindas das regiões e temas, as quais deveriam ser confrontadas com a previsão orçamentária para o ano seguinte. O trabalho resultava em um Plano de Investimentos, a ser encaminhado, pelo COP e a prefeita, à Câmara dos Vereadores como projeto de Lei Orçamentária Anual. Os vereadores deveriam discutir o projeto, propor emendas e votar a transformação do projeto em lei.

Em 28 de junho 2002¹²², foi convocada a primeira assembleia da temática “Desenvolvimento Econômico e Tributação”, na qual seriam decididas as dez prioridades da temática, além do conselheiro e suplente. Os conselheiros eleitos em cada temática e o Governo Municipal deveriam entregar à Câmara, em 30 de setembro, o orçamento da cidade para 2003 e acompanhar os debates sobre a peça orçamentária. O conselho também tinha o papel de sistematizar as obras e serviços a serem realizadas no ano seguinte, além de acompanhar a execução orçamentária depois de aprovada.

A temática “Desenvolvimento Econômico e Tributação” era composta de três segmentos: indústria, comércio e micro e pequenas empresas; sindicatos, economia informal e cooperativas; e produtores rurais. A sua composição já apontava para possíveis conflitos: ambulantes e lojistas deveriam eleger com outros grupos um único conselheiro a representar à temática.

Como em outras ocasiões, o STEIC, com incentivo da Setec, mobilizou os ambulantes, para que houvesse a presença em massa dos trabalhadores na assembleia.

Segundo o Correio Popular, 564 pessoas compareceram na votação que elegeu, com 64% dos votos, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas, Zezé, como representante da temática no COP.

O resultado da eleição foi noticiado apenas no dia 3 de julho, apesar do jornal ter circulação diária. O título da reportagem era “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”.

O anúncio foi acompanhado da opinião dos representantes das entidades do comércio. “Isso é inadmissível. Como é que a Prefeitura pode juntar a economia

¹²² COSTA, Maria Teresa. “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”. Correio Popular, 3 de julho de 2002.

formal, que paga os impostos que formam o orçamento da cidade, com os camelôs, que não pagam imposto nenhum? E vai ser a representante dos ilegais que vai defender nossos interesses? Não vamos aceitar isso.”¹²³, afirmou Fernando Piffer, diretor do Sindilojas.

Os representantes da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL) se retiraram da assembleia, em protesto. O presidente do CDL, Edvaldo Souza Pinto assim se manifestou ao jornal: “Não tinha as menores condições de participar. Como iríamos discutir com camelôs? Aquela assembleia estava direcionada. Pensávamos que seria uma assembleia democrática, mas quando vimos a quantidade de camelôs presente, percebemos que tudo estava dirigido.”¹²⁴

O presidente da Acic, Mário Dino Gadioli afirmou que as entidades tentariam reverter a eleição, porque não consideravam que a líder dos camelôs pudesse representar a economia formal. “Foi um erro político muito grande. Como quem paga imposto pode ser liderado por quem não paga?”, perguntou. Ele afirmou que esperava explicações do secretário Gerardo Mendes de Melo.¹²⁵

Já o representante da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Pedro Celso Gonçalves, que na reunião chegou a se inscrever em uma chapa como candidato, disse que a assembleia foi constrangedora diante da presença dos camelôs. “O secretário (Melo) nos disse que depois de definidas as dez prioridades dentro do tema, quem fosse eleito teria que defender essas prioridades no OP. Mas como é que a informalidade poderá fazer isso?”, questionou.¹²⁶

Das 10 prioridades aprovadas, nas palavras do jornal¹²⁷, apenas “três seriam de interesse dos setores do comércio, indústria e serviço”: definição de um projeto na área de segurança urbana e rural; implantação da Sala do Empreendedor e ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos. Os outros sete itens teria sido “emplacados pelo setor informal”: local de trabalho para as cooperativas; reforma do Terminal Central; isenção de tarifas públicas para os desempregados; Banco do

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ *Ibidem.*

¹²⁵ *Ibidem.*

¹²⁶ *Ibidem.*

¹²⁷ COSTA, Maria Teresa. “De dez prioridades, sete são ligadas aos informais”. *Correio Popular*, 3 de julho de 2002.

Povo¹²⁸; equipamentos para cooperativas; capacitação profissional; e creche na região central.

O jornal publicou no dia seguinte a resposta da Prefeitura e da conselheira eleita, Zezé, às declarações dos empresários¹²⁹.

A prefeita Izalene afirmou que a eleição de Zezé para representação dos segmentos que integravam a temática “Desenvolvimento Econômico e Trabalho” era legítima e que retirar os ambulantes da discussão seria uma violência. “Não é uma pessoa que decide onde será aplicado o recurso do orçamento, mas o Conselho. E cada conselheiro luta para que os segmentos que representa tenham suas reivindicações contempladas”, afirmou.

A presidente do STEIC disse que não via nenhum motivo para a reação do setor em relação à sua eleição. “Por que eles não se mobilizaram antes? Todo mundo foi avisado da assembleia. Nós (informais) estamos participando desde o início. Conseguimos eleger 11 delegados para o fórum de representantes. A assembleia foi aberta e, se eles não se mobilizaram como nós, paciência”, afirmou.

Diversas críticas ao posicionamento da mídia nesse episódio foram feitas pelo jornalista Wanderley Florêncio Garcia¹³⁰. Analisando as reportagens sobre o Orçamento Participativo, enfatizou o fato da eleição de Zezé não ter sido noticiada isoladamente. Junto ao anúncio, foram as reações contrárias à eleição vindas do empresariado. Nada foi escrito sobre a opinião dos ambulantes presentes na votação, da eleita Zezé ou do Poder Público. “A notícia deixa de transmitir o que a maioria dos presentes à assembleia pensa ao votar. Ao contrário, a minoria derrotada obtém o maior espaço no texto”, segundo Garcia (2007, p.147).

Outra questão é que o OP tinha o intuito de permitir maior participação. Mas para os representantes dos lojistas, a legitimidade basear-se-ia nas relações comerciais, ou seja, quem está dentro da formalidade teria mais direito do que os informais. O argumento da diferenciação entre quem paga imposto e quem não paga é a questão central para defender quem pode ou não representar a economia no OP.

¹²⁸ O Banco do Povo foi implantado e funciona hoje com o nome de Banco da Mulher. A população carente pode fazer empréstimos com juros de 1% ao mês.

¹²⁹ COSTA, Maria Teresa. “Líder dos camelôs no OP é legítimo, diz prefeita”. *Correio Popular*, 4 de julho de 2002.

¹³⁰ As críticas de Garcia (2007, p.14) estão na dissertação de mestrado: “Organização da informação no Centro de Documentação da RAC: O Orçamento Participativo no *Correio Popular*”.

A jornalista transferia aos leitores o apelo às emoções nos argumentos dos empresários, como analisou Garcia (2007, p.150):

"O lojista Edvaldo Souza Pinto, ao perceber que os camelôs estão em maior quantidade, afirma que a assembleia está 'dirigida' e 'direcionada', mas não diz por quem. Para ele, a adesão em massa dos camelôs faz com que a reunião não seja 'democrática' [...] O leitor percebe a insatisfação e a revolta da classe e a solução para o impasse é colocada nas mãos da administração municipal que terá que 'rever essa situação', nas palavras de Mário Dino Gadioli. A matéria também demonstra que os empresários tiveram poucas conquistas no OP e isto tenta convencer o leitor de que a revolta o setor é legítima, pois de dez prioridades, 'apenas' três foram apresentadas pelo setor formal da economia. O advérbio 'apenas' indica que é pouco, insuficiente, o uso repetitivo deste advérbio denota já um juízo de valor emitido pela empresa jornalística."

Em um espaço de embate político em que os segmentos da temática “Desenvolvimento Econômico e Tributação” estavam em situação de igualdade, em que as decisões seriam tomadas por meio do voto de cada cidadão presente, desconstruíam-se as tradicionais assimetrias de poder. Para os ambulantes era um momento particular de visibilidade. Para as entidades de representação dos comerciantes “formais” tratava-se de um momento de perda do seu espaço tradicionalmente construído. Seus interesses sempre foram entendidos como legítimos. São eles que tradicionalmente dialogam com as altas esferas do governo municipal, não os ambulantes.

Segundo Paulo Daniel Silva, que também fazia parte da coordenação da temática no OP, tanto a Setec como o STEIC estavam conscientes de que a eleição de Zezé ao conselho seria uma das únicas formas de viabilizar financeiramente a criação de mais uma área regularizada aos ambulantes no centro. Com 11 delegados, a presidente do sindicato teria base para aprovação de propostas.

O ex-presidente da Setec afirmou que a mobilização dos ambulantes no OP era a forma de levar as reivindicações do grupo para uma instância de decisão política na qual teria reconhecido seu direito de manifestação. Qualquer decisão não deixaria de ser executada pela Prefeitura, pois isso representaria a desqualificação do OP na cidade. Nesse caso, é preciso pensar o papel do Poder Público, já que pelos Orçamentos Participativos perpassa a promessa de que as decisões ocorrem sem a imposição dos seus interesses. A eleição de Zezé seria possível sem o prévio alinhamento de propostas entre o STEIC e a Setec, o qual se desdobrou no apoio do

então presidente da Setec? Incentivando a mobilização do grupo em diversas ocasiões, ele transferiu seu conhecimento político a uma entidade que sempre teve pouco espaço de interlocução com o governo.

A Setec calculou os custos de construção em R\$ 300 mil. Como previa Silva, o valor foi aprovado no Orçamento Participativo.

A ocupação do local para regularização dos ambulantes apoiava-se juridicamente na Resolução da Setec 05/93, que delimitou espaços para a atividade no centro. Com isso, não seria necessário enviar um projeto de lei à Câmara Municipal solicitando a liberação da área.

A socióloga Cibele Rizek (2007, p.153), analisando o Orçamento Participativo da cidade de São Paulo na gestão de Marta Suplicy (PT), levanta uma questão pertinente para pensar a experiência de Campinas em 2002: “em que medida, diante da história e da sociabilidade política brasileiras a experiência do OP constitui-se como a real possibilidade de negociação de políticas públicas, contrapondo-se “aos acessos truncados, à dificuldade de fala e de visibilidade, aos entraves classicamente colocados à construção do mundo público no Brasil”?

Talvez seja o caso de qualificar o episódio como um momento atípico dentro da história da cidade, de difícil repetição.

Na medida em que o empresariado responsabilizou o governo pelo resultado das eleições, desconsiderou a legitimidade de um processo de construção coletiva. Mesmo com o final da gestão petista, o OP não foi extinto em Campinas. Agora, para evitar que haja um novo resultado desfavorável, basta limitar os recursos que entrarão em votação, conformando simulacros de participação e democracia.

A presidente do STEIC Zezé e o ex-ambulante Adriano – um dos delegados eleitos na época – afirmaram em entrevistas a esta pesquisa que o OP legitimou a luta da “categoria”. Gerson, outro delegado e ambulante, lembrou com orgulho da mobilização da “Economia Informal” nas reuniões, já que a participação em massa era símbolo da força do grupo. Atualmente, os ambulantes liderados por Zezé não têm participado das reuniões do Orçamento. Ficou na memória a vivência de uma experiência política única.

A aprovação da verba para construção da nova área regularizada no OP definiu o impasse sobre o destino dos ambulantes no programa de revitalização.

A construção de uma versão oficial

A regularização dos ambulantes irregulares na Rua Benedito Cavalcanti Pinto foi oficialmente anunciada pela Prefeitura em fevereiro de 2003¹³¹ como medida do Projeto Centro. O Correto Popular publicou que a solução era parte da proposta da Prefeitura para “disciplinar a atividade informal”, respondendo à principal reivindicação do “comércio formal”, dentro do processo de revitalização.

Criava-se a versão oficial para uma decisão que, embora dissesse respeito ao debate sobre a revitalização, não havia sido construída dentro do programa ou da sua comissão. Havia nascido de um conflito de sentidos. De um lado, não haveria solução para o centro enquanto os ambulantes permanecessem nas áreas públicas, desvalorizando os imóveis da região. De outro, “revitalizar é incluir” e manter as populações que caracterizam a dinâmica atual desta parte da cidade. O anúncio na imprensa dava a ideia de que tudo acontecera com respeito a um programa de ações previamente definido.

Junto com a declaração de que criaria mais uma área regularizada para o comércio ambulante, a Prefeitura manifestou o intuito de intensificar o controle sobre a atividade. A Prefeitura afirmou que a partir de 15 de julho, um dia após o aniversário de Campinas, nenhuma modalidade do “comércio informal” seria tolerada fora dos locais autorizados¹³².

“Se conseguirem fazer, ótimo. Mas que garantia a Prefeitura me dá de que vai fiscalizar e impedir que os espaços deixados pelos camelôs nessa transferência não serão ocupados por outros? E mais: se até agora a Setec não fiscaliza, por que vai fiscalizar a partir de 15 de julho? Eu não acredito”, comentou o vice-presidente da ACIC, Guilherme Campos Júnior.¹³³

Para o diretor do STEIC, José Carlos dos Santos, a proposta resolvia apenas parte do problema. “Não vai dar para tirar todos os paredieiros da cidade e levar para a rua porque não haverá espaço para todos”, afirmou. Ele defendia uma solução mais abrangente, que seria a definição de um lugar apropriado, com fluxo de pessoas, para

¹³¹ COSTA, Maria Teresa. “Transferência de camelôs divide opiniões”. Correio Popular, 7 de fevereiro de 2003. Conforme constatou pesquisa DataCorp realizada em novembro, o fim da presença dos ambulantes irregulares, era a primeira condição imposta pelos comerciantes do centro para participarem do projeto de revitalização.

¹³² COSTA, Maria Teresa. “Izalene define data para tirar camelôs do Centro”. Correio Popular, 6 de fevereiro de 2003.

¹³³ *Idem*.

abrigar todos os paredeiros e carroleiros/fruteiros. Santos teria afirmado que, “depois disso, a Prefeitura deveria estabelecer rigorosa fiscalização para impedir o surgimento de outros paredeiros na cidade”¹³⁴.

Como visto, o sindicato defendia a delimitação de mais um setor. Contudo, a Prefeitura pretendia resolver a questão de outra forma. A transferência dos irregulares seria precedida de uma seleção cuja primeira exigência era a residência em Campinas. Aqueles que não fossem selecionados estavam proibidos de permanecer irregularmente na área central.

Apesar das críticas por parte das entidades de representação dos lojistas, a criação de mais um setor não foi totalmente refutada. “Se a Prefeitura conseguir isso, terá nosso total apoio. A sinalização de que pretende fazer já é animadora, porque mostra que finalmente a administração está acordando para o fato de que, ou ela controla a presença dos camelôs ou a situação fugirá do controle e o centro ficará cada vez pior”, afirmou o diretor do Sindicato dos Lojistas (Sindilojas), Fernando Piffer. Segundo o diretor, a entidade discutia internamente a questão e apresentaria a ideia de instalação dos ambulantes em uma espécie de *shopping* a ser construído no Terminal Central. “A proposta da Prefeitura é muito semelhante ao que pensamos”, afirmou¹³⁵.

As pistas para a construção do consenso podem ser encontradas no anúncio feito pela prefeita Tiene, publicado no Correio Popular em oito de abril. O programa de revitalização teria três ações prioritárias a serem executadas até o final de 2003¹³⁶: a “organização do comércio ambulante”; a implantação do projeto piloto da Zeladoria do centro e a remodelação da Rua Treze de Maio. Juntas, elas receberiam R\$ 6 milhões em investimento do município¹³⁷. Do total, R\$ 700 mil iriam para a Zeladoria e R\$ 4,9 milhões seriam aplicados na Rua Treze de Maio. Outros

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ COSTA, Maria Teresa. “Transferência de camelôs divide opiniões”. Correio Popular, 7 de fevereiro de 2003.

¹³⁶ COSTA, Maria Teresa. “Zeladoria do Centro está pronta para funcionar”. Correio Popular, 8 de fevereiro de 2003.

¹³⁷ O recurso seria proveniente dos juros sobre o capital que a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA) pagava à Prefeitura sua acionista majoritária e detidora de 99,99% das ações. A Setec, a Companhia de Habitação (Cohab), a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S.A. (Emdec), o ex-prefeito Lauro Pércles Gonçalves (PMDB) e o ex-presidente da SANASA, Ozair Rizzo, seriam os demais acionistas. Cada um detinha 0,00166764% do controle acionário, ou seja, 1.671 ações. O pagamento de juros, informou o presidente da SANASA, Vicente Andreu Guillo, foi possível devido ao lucro de R\$ 23 milhões, em 2001, e de aproximadamente R\$ 20 milhões em 2002.

R\$ 400 mil destinar-se-iam ao comércio ambulante. O fim do impasse entre os ambulantes e lojistas, ao que tudo indica, aconteceu quando houve a garantia de que ambas as partes receberiam investimentos dentro do programa de revitalização. Ainda que não houvesse o consenso entre os representantes do comércio “formal” sobre o destino dos ambulantes, a regularização em um novo setor poderia ser aprovada caso houvesse algo em benefício dos lojistas. Além disso, não era possível afirmar que estes estavam sendo preteridos pela administração municipal. Os investimentos a serem feitos na Treze de Maio eram 12 vezes maiores que a verba destinada aos ambulantes.

O projeto, que inicialmente previa apenas a transferência dos irregulares para a Rua Benedito Cavalcanti Pinto, foi ampliado para incluir a reorganização dos ambulantes já instalados no Setor Terminal Frente e no túnel sob o Viaduto Cury que dava acesso à área¹³⁸. Com isso, a obra requeria um investimento maior que o previsto inicialmente, de R\$ 300 mil. No total seriam necessários R\$ 600 mil, sendo R\$ 404 mil destinados ao Centro Popular de Compras e o restante, investido na contratação de fiscais e aquisição de viaturas.¹³⁹

Em maio de 2003¹⁴⁰, o pedido de autorização para a da verba da Prefeitura à Setec foi enviado à Câmara. Como nem todos os trabalhadores irregulares poderiam ser regularizados, os vereadores temiam que os excluídos tumultuassem o processo de transferência. Por isso, condicionaram a aprovação do pedido à promessa da Setec de realizar ostensiva fiscalização após implantação do projeto e ao compromisso do STEIC de que a transferência seria feita de forma pacífica.

Foi preciso que Zezé apresentasse garantias de que conseguiria administrar os conflitos. A presidente do sindicato afirmou que a realocação ocorreria sem percalços, pois os ambulantes vinham acompanhando a elaboração da proposta desde o início e a “categoria”, consciente da necessidade de realocação, demonstrava apoio. Mas a entidade, segundo o Correio Popular, requeria a participação no processo seletivo que definiria quem seria excluído do projeto. Os critérios que a Setec utilizaria para escolher os beneficiados incluíam ter residência em Campinas, o número de filhos e o tempo de desemprego. A Prefeitura afirmou que os excluídos

¹³⁸ Com a regularização na Rua Benedito Cavalcanti Pinto, o Setor Túnel foi extinto.

¹³⁹ COSTA, Maria Teresa. “Prefeitura vai cobrar camelôs pelo uso do solo”. Correio Popular, 21 de agosto de 2003.

¹⁴⁰ COSTA, Maria Teresa. “Câmara quer pacto para transferir camelôs”. Correio Popular, 13 de maio de 2003.

receberiam apoio da Prefeitura para treinamento e inclusão em cooperativas de trabalho¹⁴¹.

A Setec propunha, com a ampliação do projeto, a formação de um “Centro Popular de Compras”. Naquele período, segundo levantamento da autarquia, 370 ambulantes atuavam no centro como carrioleiros/fruteiros e 200 no Setor Terminal Frente – sendo 40 dentro do túnel de pedestres e 160 na área do terminal. Como apenas 439 dos 570 cadastrados seriam beneficiados, 130 ambulantes ficariam fora do projeto. A Rua Benedito Cavalcanti Pinto abrigaria 250 boxes e o Setor Terminal Frente, com a transferência dos trabalhadores instalados no Setor Túnel, 189 unidades.¹⁴²

O projeto do espaço e da padronização foi apresentado pela Prefeitura no dia 27 de junho, com a promessa de início das obras logo em seguida. A construção consistia na substituição do asfalto existente por blocos intertravados de concreto e instalação de boxes metálicos e de uma cobertura única cuja estrutura seria pintada de vermelho. Ao que se sabe, o projeto foi assinado por um arquiteto contratado pela Setec, mas nenhum dos entrevistados soube informar o seu nome.

A espera pelo início das obras foi acompanhada de tensões. A apreensão de mídias piratas pela Polícia Federal foi publicada trazendo declarações de fiscais da autarquia, que se mostravam a favor da ação. A situação teria acendido o conflito entre a fiscalização e os ambulantes. Uma viatura da Setec, estacionada na garagem da residência de um fiscal, no Taquaral, foi alvejada por tiros durante a madrugada. No mesmo período, Zezé, a presidente do STEIC registrou boletim de ocorrência relatando ter recebido ameaças de morte por telefone.¹⁴³

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² *Ibidem*

¹⁴³ “Vereador tenta amenizar os conflitos entre Setec e camelôs”. *Correio Popular*, 2 de agosto de 2003. A Polícia Civil realizou no dia 17 de julho de 2003 a “Operação Pirataria” da Polícia Civil, que resultou na apreensão de 110 mil CDs e DVDs de ambulantes no Centro de Campinas.¹⁴³ Um dos fiscais da Setec, Rodrigo Caetano, manifestou-se publicamente favorável à ação. Dias depois, uma viatura da autarquia estacionada na garagem da residência de um fiscal, no Taquaral, foi alvejada por tiros durante a madrugada. No mesmo período, a presidente do STEIC registrou boletim de ocorrência relatando ter recebido ameaças de morte por telefone. Ainda assim Zezé afirmou: “Não há nenhum clima tenso entre camelôs e fiscais. Nossa intenção é trabalhar de maneira honesta, sem prejudicar o trabalho de ninguém. Não temos nada contra os fiscais”. Mas a animosidade entre a fiscalização da Setec e alguns ambulantes, segundo o *Correio*, teria se acirrado após serem espalhados pelo Centro cartazes “pedindo a cabeça” do fiscal Rodrigo Caetano.

O contrato para início da obra do Centro Popular de Compras foi assinado em 20 de agosto¹⁴⁴. Segundo a prefeita Izalene, já teria início em 1º de setembro o trabalho de agentes, educadores e fiscais para que a “ordenação do comércio informal” fosse cumprida. A ação seria organizada como uma espécie de mutirão envolvendo os funcionários municipais dos diversos setores com atuação na área central, que realizariam uma atividade de orientação junto aos vendedores, subsidiando os fiscais. Ela afirmou desejar ver todos envolvidos nesse trabalho, mostrando alternativas aos ambulantes.

“Não queremos truculência, mas sim um trabalho educativo junto aos trabalhadores”, comentou. De acordo com a prefeita, esse trabalho era essencial para que a realocação acontecesse pacificamente, já que o Centro Popular de Compras não comportaria todos os ambulantes irregulares. Tene acreditava que medidas educativas, de disciplina do uso do solo público poderiam evitar os possíveis conflitos com os trabalhadores que haviam sido excluídos do processo.

O presidente da autarquia, Paulo Daniel da Silva, informou na mesma ocasião que cobraria dos ambulantes uma taxa pelo uso do solo público assim que estivesse concluído o “programa de reorganização da Economia Informal” no centro de Campinas¹⁴⁵. A cobrança seria uma forma dos “informais” darem sua contrapartida à cidade pelos investimentos que estavam sendo realizados. As taxas, chamadas de preços públicos, também passariam a ser cobradas dos ambulantes instalados na Rua Álvares Machado. Até então, apenas os proprietários de boxes no Setor Mercado pagavam a taxa de R\$ 40 mensais – chamada de preço público.

A prefeitura colocava uma série de exigências como contrapartida à regularização. Tanto o Poder Público quanto os ambulantes precisavam dar garantias de que tudo aconteceria conforme o previsto.

Mas a falta de vagas exercia pressão sobre o STEIC. Não seria possível simplesmente desconsiderar os irregulares, que tinham se mobilizado para participar das assembleias, reuniões e fóruns sob a promessa de que teriam reconhecido a sua reivindicação por novos pontos. “Vamos ter ainda que negociar muito com a Setec, porque todos precisam trabalhar e têm direito a um lugar”, comentou Zezé durante a

¹⁴⁴ COSTA, Maria Teresa. “Ambulantes serão orientados em setembro”. *Correio Popular*, 21 de agosto de 2003.

¹⁴⁵ COSTA, Maria Teresa. “Prefeitura vai cobrar camelôs pelo uso do solo”. *Correio Popular*, 21 de agosto de 2003.

assinatura do contrato. O momento era decisivo para legitimar a sua liderança na entidade.

Em 2003, Zezé conseguiu aprovar no OP a concessão da verba para criação de outro setor na Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, via adjacente ao Viaduto Miguel Vicente Cury.

O Correio Popular publicou, em 15 de janeiro de 2004¹⁴⁶, a declaração da presidente do STEIC, Zezé, de que o Centro Popular de Compras seria ampliado para abrigar os ambulantes que haviam sido inicialmente excluídos do projeto. O objetivo era ocupar em uma segunda fase a Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, formando – assim como na Rua Benedito Cavalcanti – “um cinturão de bancas com coberturas vermelhas”. A viabilidade da proposta foi justificada pela aprovação no Orçamento Participativo de R\$ 50 mil para investimentos na obra. Entretanto, segundo apuração do jornal, embora a destinação do dinheiro estivesse certa, a ampliação de vagas não era consenso dentro do governo. Dessa vez, a proposta não contava com apoio da Prefeitura, nem estava nos planos de Paulo Daniel Silva, que assumira outra secretaria.

Zezé garantiu que, com a medida, a transferência dos ambulantes seria feita de modo organizado. “Já há a compreensão daqueles que não foram selecionados, agora que há uma segunda chance, na próxima fase do projeto[...] É uma questão de sobrevivência. Estamos empenhados em resolver os problemas, mas é preciso que as pessoas entendam que a solução de fato só virá com a geração de empregos”, diz.

Além do atraso no início das obras, a sua execução não ocorreu dentro do cronograma previsto.

“Não é fácil trocar piso, retirar bancas, instalar outras com a população transitando na área”, contou Zezé sobre os trabalhos no Setor Terminal Frente. Funcionários da obra contaram que foram necessários alguns procedimentos extras não previstos no projeto inicial, como a construção de um muro de arrimo e de fundações para a cobertura. As bancas, 250 delas na Rua Benedito Cavalcanti Pinto, foram projetadas com as seguintes dimensões: 4 m de altura, 1,5m de frente e 2m de profundidade. Elvis Poleto, presidente da Setec desde setembro do ano anterior, informou que o Centro Popular de Compras seria inaugurado no dia 8 de fevereiro

¹⁴⁶ COSTA, Maria Teresa. “Ampliação de camelódromo tem verba garantida no OP”. Correio Popular, 15 de janeiro de 2004.

de 2004. Mas Zezé, que estava acompanhando a construção diariamente, avisou que o prazo dificilmente seria cumprido¹⁴⁷.

Os primeiros ambulantes começaram a ser transferidos para o Setor Benedito apenas em 14 de fevereiro de 2004¹⁴⁸, sem uma inauguração oficial. Zezé declarou que o Centro Popular de Compras era um avanço para a categoria, mas ressaltou que os ambulantes excluídos do projeto deveriam manter sua posição de resistir à fiscalização da prefeitura nesse momento. “Diante do nível de desemprego do município, é necessário ter alguma tolerância diante das famílias que estão lutando para sobreviver”, afirmou.

A ocupação da Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra ainda não havia sido aprovada pela Prefeitura. Os ambulantes mostravam-se contrários à determinação do Poder Público de que com a ocupação do Setor Benedito não seria mais tolerada a atividade irregular no centro. Ao mobilizar o grupo em torno da resistência à fiscalização, Zezé reavivava um antigo instrumento de manifestação política.

Em 17 de fevereiro¹⁴⁹, foi realizada por fiscais da Setec, logo nas primeiras horas da manhã, uma operação de retirada em massa de mercadorias, barracas e paredes de avenidas como a Francisco Glicério e a Senador Saraiva. O objetivo da prefeitura era realizar de uma só vez a mudança de todos os ambulantes cadastrados para a Rua Benedito Cavalcanti Pinto. Mas ao chegar ao local, muitos dos ambulantes constataram que seus respectivos boxes não estavam prontos e não poderiam trabalhar. Sem as mercadorias, recolhidas pela fiscalização, eles se juntaram aos 200 ambulantes que ainda esperavam por um espaço regularizado e deram início à manifestação que se estendeu das 9h30 às 11h50, causando congestionamento de quase um quilômetro. Para Zezé, a transferência foi mais uma “trapalhada” da administração, que deveria ter esperado o fim da montagem dos boxes para realizar qualquer operação¹⁵⁰.

O secretário de Gabinete e Governo, Lauro Marcondes, após reunião com o STEIC no mesmo dia, declarou: “Demonstramos a nossa disposição em dialogar e apontamos que os informais não deverão mais ocupar as calçadas e canteiros das

¹⁴⁷ COSTA, Maria Teresa. “Inauguração está marcada para o dia 8 de fevereiro”. *Correio Popular*, 15 de janeiro de 2004

¹⁴⁸ RIBEIRO, Bruno. “Camelódromo, no Centro, começa a receber informais pré-cadastrados”. *Correio Popular*, 15 de fevereiro de 2004.

¹⁴⁹ REI, Gilson; GALLACCI, Fábio. “Sem planejamento, transferência revolta camelôs”. *Correio Popular*, 17 de fevereiro de 2004.

¹⁵⁰ *Idem*.

Avenidas Senador Saraiva, Francisco Glicério, Moraes Salles e todas as entradas de terminais de ônibus. Estamos em uma fase de transição e não queremos qualquer tipo de confronto [...] É preciso que esses trabalhadores respeitem os limites para que o restante da população também não seja prejudicada”.

Ao fim, a Prefeitura informou que estava estudando novas alternativas para os ambulantes excluídos do primeiro processo de seleção¹⁵¹. No dia seguinte, realizou um acordo com o STEIC definindo diversas ações¹⁵².

Os ambulantes que ainda esperavam pela conclusão das obras ou não haviam sido selecionados para o Setor Benedito poderiam transferir-se temporariamente para a Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra. A autarquia emitiria uma credencial com o número do permissionário e a demarcação da área a ser ocupada. Além disso, com a ajuda do sindicato, a Setec faria uma operação “pente fino” para cassar a permissão de ambulantes que tivessem registro em carteira e mais de uma autorização. O secretário de Gabinete de Governo, Lauro Marcondes, informou que não seria tolerada a permanência de trabalhadores fora das áreas regularizadas. A Prefeitura cedia permissão para a construção de mais um setor.

As medidas educativas mostraram-se ineficientes e o receio de que poderiam ficar sem um ponto fez com que os trabalhadores ocupassem a rua antes do anúncio da Prefeitura. Não havia mais a crença em um processo de seleção. Cerca de 200 ambulantes já ocupavam a calçada da via no dia 18 de fevereiro de 2004¹⁵³. Entre as pessoas que queriam garantir uma vaga, estava Judite Maria de Jesus Oliveira, 43 anos, que vendia balas, chocolates e doces desde 1990, ou seja, há 14 anos na época. “Espero que tudo se regularize sem brigas e com justiça. Por isso, decidi garantir um espaço”, disse. Maria Ribeiro Gonçalves, 64 anos, vendedora de limões e maçãs, disse que não havia feito o cadastro com a Setec e que estava há cerca de um ano na Avenida Senador Saraiva. “Não tenho outra opção”, contou a senhora. Luciana Pereira, 32 anos, grávida de três meses, disse que vendia frutas há mais de dois anos, e que estava dormindo no local para garantir um espaço. “Minha vida está aqui e não posso abrir mão”, revelou.

¹⁵¹ ROSSI, Rodrigo. “Camelôs protestam e cobram mais vagas”. Folha de São Paulo, 17 de fevereiro de 2004.

¹⁵² BULHÕES, Nice. “Setec acomoda camelôs em nova rua”. Correio Popular, 18 de fevereiro de 2004.

¹⁵³ REI, Gilson; BULHÕES, Nice “Camelôs loteiam calçada sob os olhos da Setec”. Correio Popular, 19 de fevereiro de 2004.

Como a ambulante Luciana Pereira declarou ao Correio Popular, muitos passaram a dormir no local para garantir um ponto, muitas vezes sob chuva¹⁵⁴. Doralice Borges da Silva, de 40 anos, que há 15 anos atuava nas ruas como ambulante e há oito anos trabalhava nas proximidades, falou que caso a barraca fosse desmontada, o risco de perder o ponto era grande. “Tem uma porção de gente buscando uma vaga aqui. Quem já conseguiu, tem de garantir a sua”, disse a senhora que tomava banho em um bar próximo ao terminal e recebia roupas diariamente de seus familiares. “Não vamos ficar esperando nada. Da outra vez ficamos esperando e estamos aqui sem um local definitivo para trabalhar”, afirmou.

¹⁵⁴ “Ambulante dorme na rua por ponto em camelódromo”. Folha de São Paulo, 27 de fevereiro de 2004.

Figura 13: Ambulantes na Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra

Ambulantes trabalhando irregularmente enquanto aguardavam a construção dos boxes. Foto: arquivo pessoal, 2006.

Figura 14: Boxes na Rua Benedito Cavalcanti Pinto

Comércio no Setor Benedito meses após a inauguração. Foto: arquivo pessoal, 2005.

Negociações monetárias da licença de uso

As verbas conseguidas por meio do Orçamento Participativo viabilizariam em parte a construção do Centro Popular de Compras. Os recursos destinados seriam utilizados no que se pode chamar de obras de infraestrutura. As instalações padronizadas, contudo, não seriam pagas com o dinheiro público.

Uma informação pouco divulgada pela imprensa e a administração municipal é que os ambulantes teriam que arcar com o pagamento dos boxes, cobertura e instalações elétricas. O valor seria cobrado de cada trabalhador como se fosse a aquisição do equipamento.

Uma banca custaria entre R\$ 6,379 mil e R\$ 7,9 mil, dependendo do número de parcelas. O primeiro valor correspondia ao pagamento em 18 vezes de R\$ 354¹⁵⁵. O acerto seria feito diretamente com a empresa contratada para executar o serviço, sob supervisão do STEIC. Ela era a mesma que havia construído as coberturas dos Setores Jumbo e Carlos Gomes no início dos anos 2000.

Portanto, a viabilização financeira do projeto de “organização do comércio ambulante” ocorreu em parte com investimentos do Poder Público, o qual investiu no Centro Popular de Compras ao todo R\$ 704 mil¹⁵⁶. Um cálculo aproximado permitiu quantificar a soma do valor pago pelos ambulantes que adquiriram os equipamentos padronizados. Considerando os boxes construídos nos três setores que receberam as instalações padronizadas – Terminal Frente, Benedito e Jayme –, o valor chega a R\$ 4,8 milhões¹⁵⁷.

¹⁵⁵ REI, Gilson. “Atraso causa revolta entre os ambulantes”. *Correio Popular*, 20 de fevereiro de 2004. O jornal publicou, em uma pequena nota sobre o atraso na entrega das obras da Rua Benedito Cavalcanti Pinto, o custo da banca a cada ambulante. Pelo que foi possível averiguar, essa era a primeira vez que a mídia fazia referência ao fato dos trabalhadores pagarem pelas instalações. Segundo declarou Zezé em entrevista a esta pesquisa, o pagamento pôde ser feito em até 36 vezes.

¹⁵⁶ Nos Setores Terminal Frente e Benedito foram investidos R\$ 404 mil e no Jayme, R\$ 300 mil. Este último valor foi noticiado em: OLIVEIRA, Janaína. “Fiscais lacram bancas de camelôs em Campinas”. Agência Anhangüera. Publicada em 09/10/2009 - 22h43. Atualizada em 10/10/2009 - 07h52

¹⁵⁷ O número de boxes em cada setor apresenta certas divergências, mas considerou-se que foram alocados: 189 ambulantes no Setor Terminal Frente; 250 no Setor Benedito; e 316 no Setor Jayme. Ao todo, cerca de 755 trabalhadores arcaram com a despesa. Considerando o menor valor divulgado na imprensa, de R\$ 6,379 mil por box, o custo geral cobrado pela empresa para construção do Centro Popular de Compras foi de R\$ 4.816.145,00.

A vinculação de um valor monetário ao box serviu como uma espécie de lance inicial no mercado da negociação monetária da licença de uso do solo público.

Logo após a instalação dos ambulantes no Setor Benedito, surgiram na imprensa denúncias de que alguns “informais” eram proprietários de mais de uma banca¹⁵⁸. “Conheço um cara que conseguiu um Box no Centro Popular de Compras e o mantém fechado só para valorizar o ponto. Como ele tem uma segunda banca em outro lugar da cidade e não precisa daquilo para viver, fica apenas esperando os interessados em alugar. Quem der mais, leva. O valor pedido até a semana passada era de R\$ 600 [...] Enquanto isso, eu que tenho quase 30 anos de trabalho na rua não consegui sequer me cadastrar. Somos vítimas de uma panelinha”, declarou um trabalhador entrevistado.

De acordo com a reportagem, “quem não loteia suas bancas acaba alugando para desconhecidos desesperados por uma fonte de renda”. Um informante teria afirmado que um box já estava sendo alugada por R\$ 1,2 mil. A lógica de oferta e procura neste mercado é impactada pela incidência da fiscalização sobre os trabalhadores irregulares.

Enquanto isso, os 300 ambulantes que estavam na Rua Jayme Cintra declararam que dariam 24 horas de prazo para a Prefeitura organizar o local para o trabalho¹⁵⁹. “A Setec tirou a gente das ruas do centro e mandou para cá, mas não organizou o espaço. Estamos jogados como cachorro de rua e sem perspectiva de vendas”, afirmou uma das credenciadas para o local. Waldemir Ribeiro Valério, outro ambulante, disse que se considerava “discriminado” no processo apesar de ter recebido sua credencial. Valério, que era portador de deficiência física, foi incluído apenas no segundo projeto, mesmo tendo sido um dos primeiros a ser cadastrado. “Estou feliz por ter recebido a credencial, mas acho que o critério deveria ter considerado os meus 18 anos de atuação nas ruas e minha condição de deficiência. Além disso, tenho dinheiro para pagar a banca. A desorganização era grande, pois fui colocado injustamente no segundo projeto”, afirmou.

Diante das denúncias de aluguel dos boxes, entidades de representação dos lojistas propuseram medidas para tornar mais rigorosa a concessão da licença de

¹⁵⁸ GALLACCI, Fábio. “Várias bancas teriam o mesmo dono”. Correio Popular, 29 de fevereiro de 2004.

¹⁵⁹ GILSON, Rei. “Camelôs dão ‘ultimato’ à Prefeitura de Campinas”. Correio Popular, 4 de março de 2004.

uso¹⁶⁰. A melhor identificação dos ambulantes, segundo sua avaliação, evitaria os casos de “loteamento” de bancas ou o favorecimento de uns em prejuízo de muitos outros. “A locação de bancas era um costume antigo por aqui. Por isso, queremos acompanhar a fiscalização. Se a utilização dos crachás pelos camelôs fosse realmente respeitada, seria impossível haver alguém sendo dono de quatro pontos diferentes. Não teria como a pessoa estar em todos os lugares ao mesmo tempo”, afirmou o presidente da CDL.

Entre anúncios de que as obras no Setor Jayme terminariam até o fim de 2004, muitos ambulantes desistiram de permanecer no local e voltaram a ocupar outros espaços do centro para evitar maiores prejuízos¹⁶¹. No mês de março, a Prefeitura anunciou que o início da construção do “camelódromo” estava prevista para abril com finalização em agosto¹⁶². Contudo, elas começaram apenas nos últimos meses do ano¹⁶³.

Conseguir uma banca não foi a garantia de uma renda melhor. O movimento era baixo nos dois setores. “Aqui ainda está no começo, mas o movimento é garantido”, comentou uma ambulante do Setor Jayme em 2005. A expectativa dos trabalhadores era que, com a proximidade do Terminal, a situação melhorasse em breve.

Os ambulantes do Setor Benedito fizeram a distribuição gratuita de pipoca e sorteios de prêmios para atrair clientes. Em uma data comemorativa, sortearam uma bicicleta como contou uma das diretoras da área. O movimento consolidou-se, mas

¹⁶⁰ GALLACCI, Fábio. “Lojistas confirmam denúncia contra a Setec”. *Correio Popular*, 4 de março de 2004. As propostas apresentadas no ofício pelas entidades eram: 1) Que a coordenação do acordo entre Prefeitura Municipal de Campinas e o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal esteja sob comando de pessoa indicada pelas entidades; 2) Que seja confirmada a condição de munícipes e de endereço dos participantes a através da Secretaria de Assistência Social; 3) Que todos os informais identificados pela Polícia Civil como contraventores não tenham credenciais; 4) Que as “bancas” sejam identificadas com placa, foto do credenciado e que o mesmo use crachá com sua fotografia; 5) Que a partir de 1º de Março não sejam mais cadastradas pessoas interessadas em montar um comércio informal. Portanto, não existirá mais local para abrigar os interessados; 6) Que seja garantida a retirada de todos os ambulantes/permissionários das praças defronte e atrás da Catedral, permanecendo apenas duas bancas de jornais em cada um delas; 7) Também a retirada de todos os permissionários de bancas de canteiro central da Av. Campos Salles e também dos pontos localizados na praça em frente ao Fórum, além do Largo do Rosário.

¹⁶¹ REI, Gilson. “Obras param e o comércio informal vai embora”. Agência Anhangüera, 12 de maio de 2004.

¹⁶² REI, Gilson. “Setec remove 100 pontos de camelôs sem credencial”. Agência Anhangüera, 5 de março de 2004.

¹⁶³ “Camelôs reclamam de abandono”. Agência Anhangüera, 27 de março de 2007.

muitos trabalhadores encontraram dificuldades para honrar o pagamento das parcelas dos boxes. Fizeram empréstimos no Banco do Povo para comprar mercadorias e manter o negócio¹⁶⁴. Voltaram às ruas do centro, trabalhando irregularmente, para pagar o ponto. Alugaram espaços em fachadas de lojas para poder trabalhar sem correr riscos com a fiscalização¹⁶⁵. Foi como irregular que muitos conseguiram pagar seu ponto regularizado.

Alguns ambulantes não conseguiram arcar com os custos referentes à construção do setor, receberam ofertas de compra e repassaram seus pontos.

Segundo a presidente do STEIC, em entrevista à pesquisa, alguns trabalhadores chegaram a ter o nome incluído na lista do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Um dos diretores da entidade afirmou que o dono da empresa contratada para construção dos boxes e da cobertura “teve muita paciência” com os inadimplentes.

Em fins de 2005, as vendas no Setor Benedito já estavam melhores. Contudo, na Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, o movimento “não pegou”, como disse uma ambulante.

Atribuía-se a situação à inconclusão das obras. Os trabalhadores aguardavam o fim da construção expondo suas mercadorias em barracas e mesas em um dos trechos da Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra. Até 2007, apenas dois terços da obra

¹⁶⁴ “Tudo foi pago pela categoria, o Poder Público só cedeu a área e fez o piso. O resto foi tudo com a gente”, disse Zezé. Contou que o pagamento dos boxes do Setor Benedito foi financiado pelo Banco do Povo, a juros de 1%, e que no caso do Setor Jayme foi preciso recorrer a uma outra instituição financeira, com cobrança de juros de 4%.

¹⁶⁵ Se os boxes ocupados pelos trabalhadores regularizados ganharam valor monetário, outros espaços poucos usuais também passaram a ser negociados. A saída para aqueles que não tinham a licença de uso do solo público nos anos 1980 e 1990 era alugar as paredes das lojas. Como ali o trabalhador ainda podia ter sua mercadoria apreendida, o aluguel de parte das fachadas surgiu como outra alternativa. É possível alugar um pequeno espaço na entrada dos estabelecimentos comerciais de ruas de bom movimento. “O pessoal aluga porque é garantia de venda, melhor do que ficar de paredeiro em qualquer lugar. Eles aproveitam o movimento do local. Para a loja também é bom porque o cliente para, olha a mercadoria e acaba entrando para ver outras coisas”, disse um ambulante regularizado da Rua Álvares Machado. Por essas estratégias burla-se a fiscalização da Setec, já que os espaços privados não são de competência da autarquia. Um ambulante contou de quando um fiscal tentou autuá-lo por estar sentado no degrau de uma loja enquanto expunha seus produtos: “Ele disse que eu estava vendendo na área pública, mas expliquei que ali já era espaço da loja. Ali ele não podia pegar a minha mercadoria”.

havia sido entregues, por problemas com a empresa responsável pelas instalações elétricas¹⁶⁶.

Em março daquele ano, a proprietária de uma banca de DVD's, Edilene Pereira Amorim, reclamou das condições na Rua Jayme Cintra na imprensa. “Nós já estamos cansados de blá, blá, blá. Tem mais de dois anos que aguardamos por uma solução e ninguém faz nada. Toda semana ouvimos que as obras serão realizadas, mas até agora nós estamos aqui convivendo com sujeira, destruição e o perigo do roubo dos nossos produtos”, afirmou.

“O local funciona de forma precária. Só abrimos as portas porque precisamos trabalhar. Mas aqui está horrível. As bancas estão destruídas, o local era usado como banheiro e tem ainda o problema da falta de segurança da região”, comentou a ambulante Clara Pereira da Silva.

Raimundo Pinheiro Nunes lembrou que a Prefeitura de Campinas havia anunciado duas semanas antes que as obras começariam em breve, mas nada havia sido resolvido até então. “Alguma coisa tem que ser feita em relação ao Centro Popular de Compras. Não dá para a situação continuar da forma como está. Há um verdadeiro abandono do espaço e um desrespeito com os trabalhadores”, disse.

O setor foi concluído naquele ano, após a contratação de outra empresa para realizar os serviços pendentes. A administração do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) aproveitou para ampliar a ocupação. Inicialmente previa-se que ela ocuparia apenas o trecho entre a Rua Visconde de Rio Branco e Av. Senador Saraiva. Com a extensão do setor, foram construídos no total 316 boxes¹⁶⁷.

O fim da construção era a esperança de que o movimento melhoraria no local. Contudo, em 2009, passados praticamente dois anos da conclusão das obras, ao menos dois terços dos boxes encontravam-se fechados na Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra.

A diferença no padrão de ocupação nos Setores Jayme e Benedito era impressionante. As bancas funcionavam plenamente na Rua Benedito Cavalcanti

¹⁶⁶ “Camelôs reclamam de abandono”. Agência Anhangüera, 27 de março de 2007.

¹⁶⁷ O Setor Jayme foi entregue em três etapas. A primeira, em 2005, logo após o fim da gestão de Izalene Tiene. Corresponhia ao espaço entre a entrada pela Av. Senador Saraiva e a metade do trecho que vai dali até a entrada do túnel, na esquina com a Rua Rio Branco. “Essa parte de baixo é mais carente”, comentou Gerson. A segunda, completava o trecho e foi finalizada em 2006. A última, entregue em “2007, 2008” era onde estava situado seu box. Abarcava a construção entre o túnel e a esquina com a Rua dos Expedicionários. Em 2010, os pontos fechados concentravam-se no miolo formado pela parte concluída no ano de 2006.

Pinto. Destinos diferentes para ocupações formadas no mesmo período e que compartilhavam a proximidade com as saídas do Terminal Central.

Questionado sobre a situação no Setor Jayme, um senhor, vendedor de cintos e carteiras, explicou que muitos boxes eram de pessoas que já tinham banca em pontos mais movimentados e estavam esperando “valorizar o local” para abrir mais um negócio ou repassá-lo a alguém. Comentou achar injusta a situação: “tanta gente querendo trabalhar, precisando, e os boxes fechados assim”.

Outro ambulante comentou que o grande número de pontos fechados prejudicava o movimento, pois o “pessoal quer andar onde tem mercadoria pra ver. Se não tem nada, ninguém quer passar. E ainda fica com medo”.

Ele contou ficar na Jayme durante o dia esperando o fim do horário comercial para ir até o calçadão da Rua Treze de Maio, onde expunha suas mercadorias. “Coloco tudo no chão mesmo, em cima de um pano”, afirmou. Das sete da tarde até oito e meia da noite, vendia mais na Treze do que na Jayme. Aos sábados, costumava chegar ao local às cinco da tarde e aos domingos já de manhã. Outra vendedora de roupas femininas do Setor Jayme afirmou ir todos os dias à Treze, oferecer sua mercadoria “sempre no mesmo lugar, pode ir lá”. Para esses ambulantes, o comércio em um ponto regularizado não significava estar em uma situação diferente da dos trabalhadores sem licença.

A ocupação da Treze de Maio nesse modelo procura evitar conflitos com os lojistas. Os trabalhadores expõem seus produtos fora do horário comercial, principalmente à noite e aos sábados, aproveitando o movimento de funcionários que circulam pelo centro ao chegar e sair do trabalho.

Aos domingos e feriados também há chances de fazer bons negócios. Um exemplo foi feriado do dia 1º de maio de 2010, que caiu em um sábado naquele ano. Apesar da iminência do Dia das Mães, não houve acordo entre as entidades de representação dos lojistas e dos funcionários do comércio para que as lojas abrissem nesse dia. Muitas pessoas da região de Campinas e da própria cidade, sem saber do fechamento, foram até o centro. Encontraram as lojas fechadas e aproveitaram para comprar nos setores e no calçadão da Treze, onde os ambulantes expunham suas mercadorias. “Vendi R\$ 400 em um dia”, contou uma ambulante.

Figura 15: Ambulantes no calçadão da Rua Treze de Maio

Ambulantes irregulares na Rua Treze de Maio. Foto: Fábio Augusto Souza Freitas, 26 de dezembro de 2008.

É uma questão de sobrevivência manter os acordos, o bom relacionamento com o Poder Público e não ocupar a rua quando as lojas estiverem abertas. Já a Prefeitura parece tolerar a ocupação da Treze de Maio. Antes assim do que ver no centro uma arena de disputa. Uma determinada ilegalidade tolerada, como em muitas situações que permeiam a dinâmica do comércio ambulante.

Para dar a garantia de troca para as pessoas que adquirem seus produtos no calçadão, os ambulantes entregam uma espécie de cartão de visitas com o seu nome e a localização da sua banca. Segundo um trabalhador entrevistado, “ser camelô é saber montar o negócio, comprar mercadoria, dar um jeito de vender. A gente vai lá na Treze de Maio e já deixa o cartão com os clientes, falando onde fica nosso box. Tem que saber divulgar”.

Em uma das visitas de campo, realizada em uma tarde de sexta-feira, observou-se como funciona essa ocupação. Minutos antes da 19 horas, os ambulantes se postaram no cruzamento da rua com a Av. Senador Saraiva aguardando o fechamento das lojas para ocupar o trecho do calçadão que se estende até a Rua José de Alencar. Assim que o primeiro trabalhador começou a montar sua instalação, iniciou o movimento de lonas ao chão e o estalar das varetas de madeiras utilizadas para suportar as mesas montadas na hora, formando duas fileiras, uma de cada lado do calçadão. Os ambulantes gostavam de afirmar que era possível encontrá-los sempre no mesmo lugar. Conhecidos uns dos outros, ajudavam a guardar o lugar do vizinho porque sabiam que um dia precisariam desse tipo de apoio.

Para os ambulantes do Setor Jayme, como as vendas fora do box regularizado eram mais rentáveis, o ponto tornara-se o local de estoque ou descanso. Dois irmãos, vendedores de água e refrigerantes, mantinham seu box fechado na área regularizada, pois comercializavam seus produtos nas ruas do centro. Iam ao setor para abastecer suas caixas térmicas. Uma senhora dormia na banca durante a manhã, nos dias em que ia à Feira da Madrugada, em São Paulo. Repousava para aproveitar as vendas à noite na Treze de Maio¹⁶⁸.

A presidente do STEIC, Zezé, atribuiu o baixo movimento no setor ao fato da Prefeitura não ter realizado “a revitalização das ruas ao redor, que tinha

¹⁶⁸ Apesar das vendas na Treze de Maio serem rentáveis aos ambulantes do Setor Jayme, os trabalhadores de outros setores, quando questionados, não manifestaram o interesse em complementar as vendas no calçadão. “Já trabalhei muito na Treze. Mas graças a Deus não preciso mais, já tenho uma clientela conquistada com honestidade que vem aqui comprar comigo”, afirmou um ambulante regularizado.

prometido”. O termo “revitalização” foi constantemente citado por Zezé: “em breve será feita a revitalização do Terminal Fundos”¹⁶⁹ e “nós fizemos a revitalização do Terminal Frente com a cobertura”. Ao ser indagada sobre o motivo do termo ser tão utilizado, Zezé respondeu que os ambulantes “têm consciência de que ocupam o solo público, o centro da cidade e que, por isso, precisam ter uma preocupação estética, reconhecer o valor estético de onde estão”.

Zezé também argumentou que os boxes do Setor Jayme permaneciam fechados, pois os proprietários moravam na periferia e o baixo movimento não compensava os custos de transporte e alimentação diários. Além disso, a abertura de uma passagem de acesso ao Terminal Central pela Av. Senador Saraiva teria prejudicado os ambulantes. Antes dessa medida, o pedestre precisava passar pelos Setores Benedito e Terminal Frente ou Jayme e Terminal Fundos para chegar ali.

Um dos diretores do Setor Jayme reiterou a afirmação de Zezé. “A gente não tem apoio da Prefeitura. Depois que abriram a outra entrada, o fluxo de pessoas aqui no túnel diminuiu mais de 40%. O setor foi muito prejudicado”, disse.

Em outubro¹⁷⁰, a Prefeitura, lacrou com maçarico as bancas que permaneciam fechadas. A operação envolveu a Guarda Municipal (GM) e a autarquia Serviços Técnicos Gerais (Setec). De acordo com o secretário de Assuntos Jurídicos, Carlos Henrique Pinto, que esteve no local, foi feito um levantamento e diagnosticado que o comércio não estava funcionando com a sua principal finalidade que era a de oferecer trabalho e renda aos interessados em abrir uma banca. “Somente serão lacradas as bancas que estão com as portas fechadas. Sem a exploração social do local (sic), que seriam todos os boxes funcionando regularmente todos os dias, isso vem a comprometer a segurança e a revitalização do espaço”, afirmou. Dos 316 boxes existentes, 200 foram lacrados.¹⁷¹

¹⁶⁹ Aqui o termo é utilizado para se referir à padronização das instalações, que nunca foi realizada.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Janaína. "Fiscais lacram bancas de camelôs em Campinas". Agência Anhangüera. Publicada em 09/10/2009 - 22h43. Atualizada em 10/10/2009 - 07h52

¹⁷¹ Questionado sobre como a Prefeitura tinha controle do número de bancas abertas, um dos diretores do Setor Jayme informou que os funcionários da Setec haviam realizado o levantamento diário por cerca de um mês.

Figura 16: Centro Popular de Compras

Do lado direito, está a entrada do Centro Popular de Compras pela Rua Benedito Cavalcanti Pinto; do esquerdo, o acesso pela Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra. O canteiro da Avenida Senador Saraiva permite chegar ao Terminal Central sem passar pelas áreas regularizadas. Foto: Google Street View, 2009.

Zezé declarou à imprensa da cidade: “estamos conversando com a prefeitura para fazer uma revitalização do espaço. O que o sindicato quer é que tenha um funcionamento de todos os boxes, para que as pessoas possam comprar aqui.” O comunicado oficial foi fixado em cada box lacrado, convocando os proprietários a comparecerem na autarquia. O prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) prometeu retirar todas as bancas que permanecessem fechadas no setor até o final do ano. A manifestação do prefeito foi vista de forma positiva pelos trabalhadores que mantinham suas bancas abertas.

O baixo movimento no Setor Jayme também promoveu o que pode ser chamado de desvalorização dos pontos. Uma ambulante disse: “Muita gente vem perguntar quanto é o aluguel e fica impressionado. Tem de R\$ 50, R\$ 100. É muito barato, nos outros lugares é de R\$ 1 mil a R\$ 2mil”. “Muita gente quer trabalhar com um ponto certo. Aí o pessoal vem aqui e sabe que nem o dono conseguiu ficar no lugar por causa do prejuízo. Se não tá dando certo nem para o dono, por que vai alugar?”, comentou outro trabalhador.

A especulação seria uma das causas da situação no setor. Um ambulante assim expôs o seu ponto de vista: “Olha dá para falar de uma especulação assim: muita gente tem box aqui sem precisar para o sustento, mas é como uma garantia. A Álvares Machado tem um projeto de revitalização desde a época do Chico Amaral. Os camelôs de lá, com medo de terem que sair, resolveram comprar um box aqui. Era melhor garantir um lugar. E parece, eu ouvi dizer, que a Casas Bahia comprou aquele estacionamento na Álvares Machado (ao lado do Setor Jumbo). Talvez o pessoal não possa ficar mais lá. A Casas Bahia é forte, pode fazer pressão. Se eles tiverem que sair, vai ser bom porque todo mundo vai ter que vir pra cá.”

A situação de uma ambulante do Setor Mercado era semelhante. Em 2009, ela havia comprado um box no Setor Jayme por R\$ 8 mil e mantinha o pai, Manoel, no lugar apenas para que ele não fosse lacrado. Quando entrevistei o senhor, questionei se o preço não era alto, já que havia um processo de desvalorização. Manoel disse que a filha realmente havia pago um valor acima da média. Dois boxes próximos estavam sendo oferecidos por R\$ 2,5 mil e R\$ 5 mil, respectivamente. A filha manifestou interesse em adquiri-los para formar uma grande banca. “Mas para que uma grande banca se aqui não passa ninguém?”, comentou o pai. Tratava-se de uma ação especulativa para manter bancas em duas ocupações diferentes? Manoel não confirmou se a filha era proprietária da banca que ocupava no Setor Mercado.

Entretanto, o anseio em adquirir os boxes no Setor Jayme pode ser explicado pelo anúncio, em 2009, de um projeto que previa a retirada dos trabalhadores dos arredores do Terminal Mercado. A compra do box em outra área regularizada representava a possibilidade de continuar na atividade caso a medida de realocação se efetivasse. Qualquer intervenção nos setores, mesmo quando não passam de projetos, influenciam o mercado dos boxes. De um dia para o outro, os pontos no Setor Mercado podem perder seu valor, aumentando o preço das negociações em outros setores.

A forma como se constitui o parâmetro de desvalorização dos boxes é uma questão curiosa. O valor de R\$ 2,5 mil é considerado uma “pechincha” como classificou um entrevistado. Isso porque os trabalhadores pagaram mais do que o dobro ou o triplo desse valor quando receberam da Prefeitura o direito de se instalarem no local. Verifica-se que o pagamento dos boxes realmente funcionou como um lance inicial na negociação dos pontos desses setores.

Nesse mercado, algumas pessoas que atualmente estão no Setor Jayme guardam o sentimento de terem perdido dinheiro e oportunidades. Como o ambulante Zé Carlos que trocou seu box na Rua Benedito Cavalcanti Pinto por outro na Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, recebendo ainda R\$ 5mil na transação. “Tinha pago R\$ 8 mil, mas resolvi vender porque era ponto morto, não tinha movimento. Achei melhor me desfazer do box para não perder mais dinheiro”. Depois que o Setor Benedito passou a ter um movimento de clientes maior, soube que a pessoa com a qual tinha negociado conseguiu revender o box por R\$ 50 mil. “Saí de lá achando que aqui seria melhor e fiz mau negócio. Agora estou aqui, esperando o setor dar certo”, disse.

Apesar de também sofrerem com o baixo movimento, os trabalhadores instalados próximos à Rua dos Expedicionários consideravam que o lugar onde estavam era o de melhor fluxo no setor. “O pessoal que sai da rodoviária e quer ir ao Terminal Central passa por aqui. Mas vai melhorar mesmo quando a prefeitura revitalizar a região. Estão falando que vai ter um trem bala passando aqui na estação e vão colocar uma faculdade aqui perto”, disse Zé Carlos.

Segundo os ambulantes, o que mais prejudicava o setor era a proximidade com uma zona de prostituição e a presença de usuários e traficantes de drogas. “Agora tem muito casqueiro por aqui”, disse uma das trabalhadoras, referindo-se aos usuários, no geral, moradores de rua do centro. “Nunca tivemos problemas graves,

só teve um dia que dois deles resolveram brigar no meio do corredor. A gente agiu rápido e falou que ali ninguém ia tolerar encrenca. Foi uma advertência. Eles sabem que precisam respeitar a gente”, contou um diretor do setor. “Eles querem é um lugar sossegado para usar a droga, ter um barato, não querem encrenca. Antes eles ficavam perto da rodoviária velha, lá era a Cracolândia de Campinas. A Prefeitura está demolindo tudo e não quer mais esse pessoal lá. Agora eles esparramam pelo centro, estão em todo lugar”. A razão da passagem pelo setor era o acesso ao interior do Viaduto Miguel Vicente Cury, onde, embaixo de uma das vias elevadas, o município implantara a Casa da Cidadania, que oferece refeições e hospedagem aos moradores de rua.

“Sem a população”, disse um ambulante, “o traficante ocupa o espaço”. “Eu vendo mercadoria pirata, já é complicado, não posso ter problema com a polícia. Aí de noite o pessoal vem aqui e guarda droga embaixo do box. Se a polícia pega, estou ferrado. Por isso eu construí uma plataforma.” O trabalhador substituiu o piso metálico elevado por um platô com contrapiso e revestimento cerâmico. “Aqui tem problema de dia também. Hoje, por exemplo, teve um debate aqui, na frente do túnel.” Perguntei se esse debate era semelhante ao que o Primeiro Comando da Capital (PCC) costuma realizar para resolver problemas internos. “É isso mesmo, é barra pesada. Aí os poucos clientes que passam, ouvem um negócio assim, ficam com medo e não voltam mais... A gente fica com medo de denunciar porque tem família, não quer encrenca. E a polícia, quando prende alguém, só pega aviãozinho. Não resolve.” Os ambulantes até tentaram atrair clientes com distribuição de pipoca, mas a campanha não foi bem sucedida. “No fim, as famílias preferem ir a outros setores, onde tem segurança”, afirmou.

O acesso a um espaço regularizado perpassa a trajetória dos trabalhadores tanto com garantias como incertezas. A negociação monetária da licença de uso impacta sobre o cotidiano e a forma como se apropriam da cidade. A reconstrução feita até aqui pode ser contada por cada ambulante que hoje vive do comércio nas áreas públicas da área central de Campinas. Como retrata a trajetória de Fabiano, vendedor de acessórios masculinos do Setor Jayme, entrevistado em 2010.

Sua vida como ambulante começou em 2000. “Nunca pensei em ser camelô, mas eu mandava currículo e ninguém respondia”, disse. Havia trabalhado como eletricitista, balconista e com “auto” – mecânica de carros – atividade para a qual “tinha até formação”. Veio de São Paulo e ainda conseguiu dois empregos em

Campinas, entretanto, sem alternativa, foi ser ambulante. “Com 30 anos, não conseguia mais arranjar trabalho”, afirmou.

Dentro do Setor Jayme estava efetivamente há um ano e meio, apesar de ter recebido a licença da Prefeitura para ocupar um dos boxes em 2004. Até se instalar definitivamente, ocupou o box uma vez, mas teve que sair, pois o movimento era muito baixo. Durante o tempo em que o box “ficou parado” viu o comércio no Setor Benedito se consolidar. “Se aqui tivesse acontecido a mesma coisa, eu não precisava fazer a correria que estou fazendo. Trabalho durante a semana e nos sábados aqui e na Treze de Maio. De domingo, ainda vou à feirinha. O tempo que era para eu descansar tenho que trabalhar.” A feirinha acontecia na região do Campo Grande e do Itajaí, bairros da periferia de Campinas. Fabiano morava ali na casa própria da esposa. Deslocava-se todos os dias para trabalhar no centro.

O ambulante cadastrou-se para tentar uma vaga no Setor Benedito, quando a Prefeitura anunciou a regularização em 2003. Não foi contemplado. “Vim pra cá porque eles tiraram os paredeiros”¹⁷². Participou da ocupação improvisada da Rua Jayme P. de U. Cintra feita pelos trabalhadores, em 2004, para garantir um lugar. “Fizemos uma cobertura no monte que tinha na frente da Pajé para ficar ali embaixo vendendo as mercadorias”¹⁷³. Em dois meses o negócio não “virou”, Fabiano perdeu muito dinheiro e teve que voltar para as ruas do centro de Campinas como “para-quedas”. “Sabe o que é para-quedas? A gente vem, põe a mercadoria no chão, e fica de olho para ver se a fiscalização não aparece. Foi assim que me levantei”. Seu “ponto” era na Rua Ferreira Penteado, em frente aos bombeiros. Ficou ali por dois anos, tempo em que juntou dinheiro para comprar à vista seu box no Setor Jayme e ainda se abastecer de mercadorias enquanto fosse preciso esperar o negócio dar certo.

¹⁷² Trabalhador que expõe seus produtos nas paredes, usando varais ou grades como suporte.

¹⁷³ A Galeria Pajé é um prédio vermelho em frente à saída oeste do túnel sob o Viaduto Miguel Vicente Cury. Localizado na esquina entre as Ruas Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra e Visconde de Rio Branco, foi inaugurado para ser a versão campineira do prédio que comercializa eletrônicos na capital.

Figura 17: Acesso ao Setor Jayme pela Rua dos Expedicionários

Ocupação parcial da área regularizada. Foto: Google Street View, 2009.

O trabalho como ambulante regularizado não durou muito tempo. O dinheiro começou a ficar apertado e novamente, devido ao baixo movimento, saiu da Rua Jayme. Alugou um pequeno espaço, por R\$ 350, logo na entrada de uma loja da Av. Moraes Salles, uma forma de trabalhar sem ter que correr da fiscalização.

Em meados de 2008, Fabiano instalou-se definitivamente em seu ponto. As vendas no local não melhoraram, mas deixar o box fechado, à espera de melhor movimento, era impossível. Pesavam os custos de aluguel, que somavam R\$ 4,2 mil ao ano. Além disso, precisava abrir as portas do box para “fazer o ponto”. “Vou trabalhar para manter meu estabelecimento. Trabalhar regularizado, com tudo certo, é um sonho que sempre tive. É uma questão de fé.”

Novos e velhos significados

Até pouco tempo, quem saía do interior do Viaduto Miguel Vicente Cury pelo Setor Terminal Frente encontrava uma faixa do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) no cruzamento do Setor Benedito com a Rua Álvares Machado. Os escritos variavam, mas ali a entidade basicamente defendia que a Economia Informal era a solução para o desemprego existente na cidade. A enunciação como informais demarcava a fala dos ambulantes. “Eu sei que existe uma preocupação estética de como ficará a cidade daqui alguns com a Economia Informal, só que é preciso entender por que o Brasil possui 52% da população nessas condições”, disse um dos diretores do Setor Terminal Fundos em 2005.

A nomeação dos ambulantes como “informais” também servia como argumento para desqualificar os trabalhadores, principalmente por parte dos representantes do chamado comércio formal. O fato de não terem registro como empresa e não pagarem os encargos era um dos fatores de criminalização dos trabalhadores inseridos no comércio ambulante. Impedir a regularização de novas áreas era uma forma de conter a “informalidade”. Ou seja, a única medida voltada à questão tinha que ser implantada em nível local e se reduzia a uma forma de gestão dos espaços do centro.

Uma lei federal¹⁷⁴, que começou a vigorar em 2009, tem trazido algumas transformações nesse panorama. Ela criou a figura do Empreendedor Individual – também chamado de Microempreendedor Individual (MEI) – para legalizar como

¹⁷⁴ Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008.

pequeno empresário a pessoa que trabalha por conta própria. Para tanto, é necessário faturar no máximo até R\$ 36.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 60,40 (comércio ou indústria) ou R\$ 65,40 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Empreendedor Individual terá acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

Em conjunto com a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda – dirigida por Sebastião Arcanjo (PT), conhecido como Tãozinho –, o sindicato liderado por Zezé passou a fazer campanhas de “formalização” dos ambulantes.

“Um contador ficou lá embaixo do túnel (de acesso ao interior do Viaduto Miguel Vicente Cury) atendendo quem queria se cadastrar. Ainda não me inscrevi, mas estou pensando em fazer para poder colocar uma maquininha de cartão aqui. Todo mundo venderia bem mais se pudesse vender no crédito”, comentou uma ambulante que pretendia se “formalizar”. Sabia que precisava abrir uma conta bancária como pessoa jurídica para receber a máquina e estava pesquisando os valores. “A taxa de manutenção varia muito de banco pra banco, vai de R\$ 20 a R\$ 50 por mês”. Com o CNPJ, também pretendia abrir uma loja: “até pensei em perguntar quanto é o aluguel no *shopping* que vão abrir em Jundiaí, mas fiquei com receio. Primeiro preciso comprovar o rendimento da minha empresa para investir, conseguir um empréstimo”.

Apesar de querer trabalhar com “tudo certo”, outro ambulante disse estar “meio com o pé atrás” com a Lei do Microempreendedor Individual. Segundo informou, será preciso ter uma movimentação mensal de R\$ 1,6 mil comprovadas em nota fiscal. “Com o que eu vendo aqui, não dá para pagar a comida, o transporte e um contador. Assim não vai sobrar nada. Participei de uma reunião do sindicato para divulgar isso do Microempreendedor. Acho que nessa só vai ficar o grande camêlo.”

O “grande camelô”, na sua concepção, é aquele que está na Álvares Machado, que fatura bem com a atividade.

Em fevereiro de 2010, a entidade liderada por Zezé passou a se chamar Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas (Sindipeic), de forma atender os trabalhadores que se tornassem microempreendedores¹⁷⁵.

No dia 12 de maio daquele ano, a Prefeitura anunciou que estava em elaboração um projeto de transferência dos ambulantes instalados nos arredores dos Terminais Mercado e Central para “centros de compras”, seguindo o modelo de Campo Grande (MS). Segundo o Correio Popular¹⁷⁶, o objetivo era “revitalizar os dois locais de maior movimento no centro de Campinas”. O vice-prefeito, Demétrio Vilagra (PT), afirmou que em Campo Grande nenhum ambulante ficara de fora do processo:

“Já visitamos a proposta que foi adotada em Campo Grande e saímos com uma boa impressão. Queremos ter algo semelhante, mas será adaptado à realidade de Campinas. A ideia principal é levar todos esses comerciantes para a formalidade e mudar do centro [...] O sistema é rigoroso, exige o pagamento de uma taxa mensal de R\$ 140,00 para o uso do espaço no centro de compras. Todos foram contemplados pela medida que mostrou inúmeros resultados positivos.”

A Prefeitura estudava quais as áreas seriam adequadas para abrigar esses projetos. “Temos o prédio da antiga Cervejaria Colúmbia, uma área na região do Campo Grande, próximo à Praça da Concórdia, e também outra sugestão de construir no Campo Belo, próximo à estrada antiga de Indaiatuba”, afirmou Vilagra. A presidente do agora Sindipeic, Zezé, acompanhou a comissão da Prefeitura que viajou a Campo Grande para conhecer o projeto modelo. A realocação dos ambulantes que ocupavam a área pública foi feito para um grande galpão, onde cada trabalhador pôde instalar sua banca. Era proibida a venda de produtos contrabandeados, piratas e falsificados. A iniciativa ganhou destaque porque,

¹⁷⁵ Os trabalhadores que aderem ao programa precisam filiar-se ao sindicato da sua categoria. A mudança de nome da entidade liderada por Zezé também foi motivada por disputas pela direção da entidade (ver Parte III desta dissertação). A assembleia que ratificou a fundação do novo sindicato foi realizada no dia 20 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁶ MORETO, Milene. “Camelôs podem sair do viaduto Cury e Mercadão”. Agência Anhangüera de Notícias, 12 de maio de 2010.

segundo afirmou-se, os ambulantes conseguiram no local manter o volume de vendas que tinham na rua.

O Sindipeic convocou uma assembleia para discutir o projeto da Prefeitura no dia 26 de maio. Em uma grande mobilização, cerca de mil camelôs deliberaram que aceitavam debater propostas, mas não deixariam a área central. De acordo com a imprensa, a entidade exigia “ser ouvida na elaboração de qualquer projeto de revitalização do centro”.

“A categoria quer ficar onde tem movimento. Queriam mandar a gente lá para o Campo Belo”, afirmou um ambulante em entrevista à pesquisa.

Um dia depois da assembleia, a Prefeitura de Campinas publicou no “Diário Oficial do Município” o decreto nº 17.082, que determinava a “realização de estudos para a regulamentação da atividade dos camelôs e a destinação de espaços para este tipo de comércio”¹⁷⁷.

No dia 29, o prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos (PDT), afirmou à imprensa que manteria os ambulantes no centro da cidade¹⁷⁸. A nova posição aliviou as críticas e apaziguou a situação. Para a então presidente da Associação Comercial e Industrial, Adriana Flosi, não havia problema na permanência dos informais no centro. “Acho, inclusive, que existem locais no centro para isso. O importante é haver espaço adequado com condições de segurança, higiene, horários fixos e a formalização”, avaliou. Zezé, presidente do Sindipeic, assim reagiu quando foi informada sobre a decisão do prefeito: “eu digo graças a Deus. Vamos fazer um projeto para embelezar os nossos setores. Também queremos organizar. Na semana que vem vamos fechar os detalhes do projeto que estamos estudando e vamos apresentar ao prefeito”.

O Sindipeic convocou uma segunda assembleia para discutir com os ambulantes o posicionamento do grupo¹⁷⁹. A orientação dada por Zezé era que

¹⁷⁷ Gallacci, Fábio. "Decreto sobre comércio informal gera polêmica". Da Agência Anhangüera, 27/05/2010 - 22h16 . Atualizada em 27/05/2010 - 22h20

¹⁷⁸ Dr. Hélio vai manter camelôs no Centro de Campinas. Jornal todo dia, 29/5/2010.

¹⁷⁹ A assembleia foi realizada na manhã do dia 2 de junho, no Clube Concórdia, na Av. Moraes Salles. A orientação de fechar todas as bancas foi cumprida e alguns transeuntes estranhavam a falta de movimento. O comerciante de uma loja próxima esclareceu a um senhor: “Parece que vai ter uma reunião deles, a Prefeitura quer tirar todo mundo daqui”. Na entrada do clube, haviam duas viaturas e ao menos dez guardas municipais. O espaço foi ocupado aos poucos pelos ambulantes. Apesar do local estar lotado, o número de trabalhadores presentes era menor do que na assembleia anterior, como muitos comentaram. Apesar da presença de dois jornalistas, nenhuma notícia sobre a assembleia foi veiculada na imprensa.

novamente todas as bancas fossem fechadas. Durante o evento, além de Zezé, tiveram a palavra: o ex-vereador e ex-secretário de Trabalho e Renda da atual gestão, Tiãozinho (PT); o ex-secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura Dr. Hélio, Carlos Henrique (PDT); a então secretária de Trabalho e Renda, Maristela Braga (PT); o vereador Canarinho (PT); e José Carlos dos Santos, o Carlinhos, vice-presidente da entidade de Zezé e ambulante do Setor Jumbo.

A presença dos políticos explicitava as alianças do sindicato com os partidos. Tiãozinho, apresentado por Zezé como uma “pessoa muito querida da categoria”, há anos era o principal apoio da entidade, segundo declaração de Paulo Daniel Silva em entrevista à pesquisa. “O PT é o partido que sempre deu apoio aos camelôs, desde a década de 1990”, disse.

Além disso, como uma ambulante do Setor Jayme comentou, “os camelôs têm uma relação muito boa com o Dr. Hélio”. Assim como o PDT tem uma forte aliança com o PT em Campinas. Vide o fato do Dr. Hélio ter sido o presidente da comissão de prefeitos de São Paulo que apoiavam a candidatura de Dilma Rousseff à presidência em 2010.

Carlos Henrique, ex-secretário de Assuntos Jurídicos e assessor do Dr. Hélio há dez anos, fez da assembleia um palanque para divulgação da sua candidatura à deputado: “eu quero que vocês dêem a oportunidade para que um homem do povo, da periferia, simples como vocês, continue o seu trabalho”. Tiãozinho também mostrou ter o mesmo propósito, mas soube fazê-lo de maneira bem mais discreta, talvez porque sua imagem como representante da categoria já esteja consolidada. Canarinho deixou bem claro que não era candidato a nada este ano, falava como vereador. Mas, como os outros, estava ali para demarcar sua boa relação com a categoria. Lembrou de uma campanha de arrecadação de brinquedos para o dia das crianças: “pedi ajuda para as lojas aqui do centro, as Casas Bahia, ninguém deu uma ajuda. Vim falar com a Zezé, contei que queria dar alegria às crianças do bairro. Ela me disse, ‘Canarinho, pode deixar que a categoria vai te ajudar’. Em dois dias, fizemos uma grande arrecadação. Cada camelô ajudou com o que tinha, mas conseguimos fazer uma festa linda para as crianças. Até hoje elas lembram e me mostram o brinquedo que ganharam”.

Em meio à propaganda política, figuraram os temas que eram sensíveis aos ambulantes.

Zezé tratou da necessidade da categoria se manter unida e atenta. “O Dr. Hélio fez um decreto dizendo que uma comissão será montada para elaborar propostas. Aqui diz que fará parte da comissão o sindicato dos microempreendedores, que eu espero ser a gente... Isso é que foi definido até agora. Nós somos uma categoria informada, lemos o que sai nos jornais. Todo mundo tem que se manter informado, porque a revitalização vai acontecer”, afirmou.

O ex-vereador Tiãozinho comentou: “Quando ninguém mais queria ficar no centro, os camelôs foram para locais degradados, trouxeram mais segurança e ajudaram a desenvolver o comércio local. Vocês revitalizaram o centro”. Então anunciou uma proposta, segundo ele inédita, não discutida nem com a liderança da categoria. “O [prefeito] Dr. Hélio disse no decreto que a prefeitura passaria a discutir propostas nessa comissão. Eu proponho o seguinte, ao invés de esperar, nós vamos apresentar uma proposta. Vamos nos adiantar. Campinas tem duas universidades importantes com cursos de Arquitetura, uma pública e uma privada. A Unicamp e a PUC. Vamos chamar os universitários para colaborar com a gente. Se isso não der certo, podemos contratar um arquiteto, como fizemos antes.” Tiãozinho referir-se-ia ao projeto dos Setores Benedito e Jayme, elaborado por um profissional contratado pela prefeitura durante a gestão de 2001 a 2004 e cuja padronização das bancas estendeu-se ao Setor Terminal Frente. O ex-vereador também se lembrou das coberturas de duas ocupações, erguidas sem autorização da prefeitura, nos Setores Carlos Gomes e Jumbo. “Antes tudo era feito na pressa, na madrugada. Precisamos consertar isso, fazer melhor, mais bonito.”

Carlos Henrique disse não acreditar na necessidade de criação de um *shopping* popular semelhante ao instalado em Campo Grande, anunciado como modelo de transferência bem sucedido. “O *shopping* popular de Campinas já existe. Não precisa ser criado. O que a gente precisa fazer é deixar mais bonito e vamos chamar os arquitetos para nos ajudar”. Comentou que era a favor do fechamento de 200 bancas do Setor Jayme. “Meia-dúzia não podem denegrir a categoria. Porque ali o pessoal é trabalhador, honesto, não pode ser punido por causa de quem não quer trabalhar”, disse

Além da revitalização, outra questão discutida foi a formalização dos trabalhadores como microempreendedores. “Pessoal, quem ainda não fez, precisa fazer o cadastro de microempreendedor. Ninguém mais pode trabalhar como informal. A gente já tem 500 empreendedores, muitas pessoas já estavam

formalizadas, mas ainda falta muita gente aderir. Semana que vem, faremos mais um mutirão no túnel para que todos possam fazer o cadastro. Se o Dr. Hélio nos ajuda, ele tem todo o direito de pedir coisas para nós”, avisou Zezé.

Tiãozinho ressaltou: “Vários municípios estão encaminhando um projeto de lei para adesão do microempreendedor. Aqui em Campinas nada foi obrigado, o prefeito não quis forçar ninguém; mas todo mundo tem que ajudar”.

Maristela, então secretária de Trabalho e Renda, defendeu a formalização dizendo que era necessário conhecer a história para entender o que acontece hoje. “Há 15, 20 anos, vocês não tiveram opção. O governo fez uma das maiores privatizações do mundo. Só no setor elétrico, 50 mil pessoas perderam seus postos de trabalho. De engenheiros a motoristas. Vocês sabem, tiveram que ir para rua tentar a vida como informal. Mas hoje é diferente. O Governo tomou as medidas certas e o Brasil está em crescimento... Há mais de dez anos uma lei para ajudar os trabalhadores informais tramitava no congresso, não existia o interesse que ela fosse implantada. Preciso um ex-metalurgico chegar à presidência para a lei sair. Isso beneficia a todos. É preciso medir a influência de vocês na Economia, saber o quanto contribuem para o desenvolvimento do país. Hoje, vocês são ambulantes, mas, no futuro, podem ser donos de grandes lojas, redes de supermercado. A formalização é o primeiro passo. Não deixem de se tornar microempreendedores”, disse.

O salão começava a esvaziar quando Zezé anunciou a fala de Carlinhos. O ambulante enfatizou a necessidade de todos participarem desse processo e o papel da diretoria. “Eles estão aí, em cada setor, para ajudar. Procurem esse pessoal caso tenham algum problema. Eles são o apoio de vocês”.

Ao fim da assembleia, Zezé declarou: “Eu queria dizer que nós temos mil apreensões, mas nunca ninguém encontrou arma ou droga entre a gente! Todos temos que participar, temos que ser unidos! Não dá para cada um ficar na sua banca, esperando uma solução”.

Era perto das onze horas quando os boxes foram abertos. No Setor Jayme, o sentimento era que “muito se falou, mas pouco se resolveu”. Para uma ambulante, ficou a dúvida “será que eles estão fazendo a gente de massa de manobra por causa da eleição?”. Mas ali também tinha impacto a informação, há meses divulgada, da possível retirada dos boxes fechados. Uma moça perguntou a um dos diretores do setor: “é verdade que vão mesmo tirar as bancas?”. “Olha, é melhor você ir lá ao

sindicato, lá eles vão poder te responder melhor”, disse o ambulante. “Mas você não é diretor, você não sabe o que vai acontecer aqui?”.

No mesmo mês, em uma visita ao sindicato, outro diretor comentava com uma ambulante sobre os benefícios da transferência dos trabalhadores para um *shopping* popular, nos moldes do construído em Campo Grande. “Será muito mais organizado. Dali ninguém tira o pessoal, porque todos já entrarão como microempresários, não existirá mais esse negócio de camelô, informal. Se alguém falar assim, não vou mais concordar. Serão todos empresários formais”, disse. Reticente, a senhora questionou: “Mas vão levar as nossas bancas? Não? A gente vai ter que pagar de novo?!?”. “Até onde sei a Prefeitura vai bancar o projeto e os camelôs pagarão um valor mensal, será um pouco alto porque o lugar terá banheiro, segurança. O que posso te dizer é que vai ser muito melhor”, respondeu.

A revitalização enquanto ideário de intervenção na área central aparece no discurso de diferentes atores como uma forma de legitimar suas demandas.

Quando se observa os conflitos de opiniões sobre o destino dos ambulantes desde o início da gestão Toninho-Izalene, em 2001, é interessante notar as mudanças no posicionamento do sindicato que representa a maior parte dos trabalhadores regularizados. Se naquela época havia a postura de combate a qualquer proposta de realocação, em 2010, ficou evidente que o posicionamento da entidade era outro. O sindicato incorporou o discurso de que a revitalização seria um processo inevitável, ao qual não poderiam resistir, embora ninguém soubesse definir ao certo as suas implicações.

Talvez esse fosse apenas um posicionamento político momentâneo, colocado diante da necessidade de legitimar a chamada formalização dos trabalhadores. O discurso de que se o prefeito nos ajuda, é preciso recompensá-lo, apareceu no momento em que se tentava agilizar a adesão à Lei do Empreendedor Individual. Essa seria uma das principais bandeiras da candidatura de Tiãozinho como deputado estadual.

Em meados de 2010, segundo a secretaria do sindicato, cerca de 500 ambulantes haviam feito o seu registro. Sem questionar a importância dos direitos que passam a se estender aos trabalhadores com a contribuição tributária, existe a necessidade de entender o contexto em que a iniciativa se insere. Alguns ambulantes que fizeram o registro procuraram posteriormente o sindicato para tentar cancelá-lo, argumentando que não tinham entendido que era necessário realizar pagamentos

mensais para ter direito aos benefícios. Para o “pequeno camelô”, os rendimentos são exíguos e qualquer comprometimento da renda mensal afeta a sua subsistência. Por mais que o governo anuncie o Empreendedor Individual como uma política de inclusão, a lei ainda delimita um campo de desassistidos e vulneráveis.

PARTE II

Trabalhadores, mercadorias e circuitos na área central

Trajetórias

A consolidação das sete áreas regularizadas para o comércio ambulante é um importante dado para análise da dinâmica do centro de Campinas, levantando também questões para o estudo das trajetórias dos trabalhadores.

As figuras do “grande” e “pequeno camelô” revelam as diferenças entre os ambulantes e a dificuldade de definir um perfil único que os caracterize. Elas não conformam necessariamente condições antagônicas, mas passagens de uma situação a outra na vida; relações de complementaridade no cotidiano; e enunciações fundamentais para entender o imaginário sobre a atividade.

Retratando os impactos das políticas de regulamentação na apropriação dos espaços do centro, as trajetórias de vida evidenciam como o exercício da atividade demanda o conhecimento de saberes específicos¹⁸⁰. “Ser ambulante não é para qualquer um”, como afirmaram alguns dos entrevistados sobre a persistência e o

¹⁸⁰ Para Vera Telles (2009, p.170), “O fato é que indivíduos e suas famílias, que transitam nessas tênues fronteiras do legal e do ilegal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados, sabem jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Sabem, sobretudo, exercitar essa especial ‘arte do contornamento’ para evitar os riscos alojados justamente nas dobras dessas fronteiras porosas: a violência da polícia, sempre presente nesses percursos, e também a eventualidade de algum desarranjo nos acertos instáveis com os empresários do ilícito”.

conhecimento das diversas táticas e negociações necessárias para viver da atividade. O aluguel e venda dos pontos, por serem proibidos, compõem um campo de práticas restritas, pouco acessíveis a quem está fora dos setores.

Logo, as relações familiares conformam redes importantes de apoio para quem começa na atividade.

Em entrevista, uma trabalhadora contou de outros cinco parentes cuja renda vinha do comércio nos boxes. As características do trabalho ambulante regularizado em Campinas permitiram, inclusive, que uma segunda geração – cujo tempo de escolaridade muitas vezes é maior que a dos ambulantes mais antigos – se inserisse na atividade. São sobrinhos e filhos que se beneficiam do conhecimento adquirido pelos trabalhadores mais antigos.

A imprensa campineira já qualificou a presença de famílias de ambulantes como a evidência de máfias nas áreas regularizadas. Pelos regimentos, um grupo familiar pode ter apenas um ponto. Mas como defini-los? A relação entre tios e sobrinhos ou primos entra nessa classificação? E os filhos quando se tornam adultos, podem requerer a licença?

Dados como estes foram compondo interpretações para a dinâmica de apropriação do centro pela atividade, além de mostrar os significados da negociação monetária da licença de uso na vida dos ambulantes.

Pela heterogeneidade perpassam experiências distintas de acesso à regularização. De modo geral, a segunda geração é composta por jovens que começaram como funcionários e depois se tornaram trabalhadores regularizados por meio do aluguel ou compra dos boxes em locais de menor movimento. Embora o fato não indique a mudança total da população que vive da atividade, atenta para a necessidade de observação de novas questões.

A trajetória de uma das entrevistadas é exemplar. Vilma concluiu o curso técnico de enfermagem, mas desistiu da carreira porque não gostou de conviver com pessoas próximas da morte. “Ganho o mesmo como camelô, com a vantagem de fazer os meus horários”, disse a trabalhadora de 27 anos em 2010. O incentivo para dedicar-se ao comércio de rua veio dos familiares ligados à atividade. Sua maior referência era o tio instalado no Setor Terminal Frente.

Para o mais jovens, o envolvimento na atividade tem início com a ajuda no ponto de um conhecido ou parente que já tem o comércio estabelecido e precisa contratar funcionários. O ambulante regularizado que antes precisava se ocupar de toda a operação – da compra de mercadorias dos fornecedores até a venda – passa ser uma espécie de gerente comandando uma equipe de atendentes. Segundo informações do STEIC/Sindipeic, calcula-se que haja mil ambulantes regularizados, mas que o número de pessoas que vivem comércio de rua seja de 4 mil.

O regime de contratação é variável: com carteira assinada, “informal, mas como se fosse formal” ou “totalmente informal”. No primeiro caso, os direitos trabalhistas são pagos pela empresa formalizada; no segundo, o trabalhador recebe tudo o que tem direito, mas sem que se conste na carteira de trabalho; e, no terceiro, há apenas a remuneração mensal.

Nem sempre a ligação pessoal consegue manter-se como rede de contratação informal, como relatou um trabalhador, dono de uma banca que vendia salgados. O atendimento era feito por dois a três funcionários, alguns familiares do próprio ambulante. Uma sobrinha iniciara um processo trabalhista reivindicando os direitos que não recebeu, surpreendendo-o. Em entrevista à pesquisa, disse que não esperava esse tipo de atitude de uma pessoa a quem tinha oferecido emprego com o objetivo de ajudar. “Já falei que não tem como ela ganhar o processo porque isso não é uma empresa formal. É informal, como eles vão julgar?”.

Por outro lado, ser funcionário pode ser o caminho para começar o seu próprio negócio nos setores. Vilma adentrou o comércio ambulante trabalhando para o tio, que vendia roupas esportivas masculinas, e mais tarde alugou uma banca no Setor Jayme para comercializar a mesma mercadoria. Reproduziu o mesmo estilo de negócio ao priorizar a venda de roupas originais e beneficiou-se de toda a rede de fornecedores, composta por representantes de marcas brasileiras.

A ambulante aprendeu que era preciso saber administrar os ganhos e gastos diariamente. Por isso, anotava tudo o que vendia ou comprava de mercadorias em um caderno. Assim, chegou à conclusão que o pior mês de vendas era julho e pretendia tirar férias nessa época no ano seguinte. Calculava com base nas despesas da sua casa o mínimo que precisava vender por dia ou semana para se manter. O bom de ser comerciante era não receber apenas uma vez por mês, como os

assalariados, afirmava. Quando os negócios no ponto eram insuficientes para cobrir as despesas do dia ou havia a possibilidade de boas vendas, aproveitava para trabalhar fora dos horários comerciais, de fim de semana ou aos feriados no calçadão da Rua Treze de Maio.

Ela foi a última da família a se tornar “camelô”. O tio que a empregou tinha dois filhos, também ambulantes regularizados. A história da família nos setores começara com outro parente, que trabalhava com a esposa no comércio de cigarros. Curioso é o contraponto que a trabalhadora faz entre a trajetória dos filhos deste casal, que não seguiram a profissão dos pais e dos primos. “Eles têm mais ou menos a mesma idade. Os que viraram camelôs hoje têm carro próprio e já estão juntando dinheiro para comprar uma casa. Os meninos que fizeram faculdade ainda não têm muita coisa. Estudaram e começaram a trabalhar faz pouco tempo”, disse.

Um diploma universitário nem sempre resulta em uma renda melhor que a de um ambulante, como mostra a trajetória da jovem pedagoga Rosana. Ela tornou-se ambulante após enfrentar dificuldades para encontrar um emprego “decente”. O seu último trabalho na área que se formou foi em uma ONG, a qual, após perder um projeto junto à antiga FEBEM, encerrou as atividades sem pagar os direitos aos funcionários. Prestou concurso para professora durante a gestão de Izalene Tiene, contudo, a convocação nunca saiu. Procurou trabalho em creches particulares, mas o salário pago estava muito aquém do que ela considerava condizente com a sua formação. Desacreditada, foi trabalhar no comércio de rua; seguindo o namorado, que cuidava do box da família no Setor Mercado.

Quem contou a trajetória de Rosana foi seu pai, Manoel, entrevistado em uma banca do Setor Jayme que a filha havia comprado em 2007. O ambulante, que transportava alunos de uma universidade particular em van própria, se instalou no setor em fevereiro de 2010. Ficava no ponto nos horários livres entre o transporte dos alunos: das 8h às 11h e das 13h às 16h30. À noite, chegava em casa às onze horas. “Fico aqui mais para ajudar minha filha. Ela me paga uma ajuda de custo e eu faço isso enquanto não estou trabalhando”, comentou. Sabia que manter o box aberto, mesmo com pouco movimento, era necessário para evitar problemas com a Prefeitura.

Manoel contou ter trabalhado por muito tempo com o transporte de cargas. Nos anos 1960, foi funcionário da Força Aérea, onde chegou a receber treinamento de guerra. Arrependia-se de não ter seguido a carreira militar quando jovem: “Ali

você ganha estabilidade para o resto da vida, não fica desempregado”. Aos 37 anos, quase conseguiu uma vaga no Bamerindus. Já havia sido aprovado no processo de seleção quando a matriz de Curitiba recusou sua contratação. A justificativa era que ele tinha mais de 36 anos. Manoel fizera aniversário na semana anterior. Em outro processo de seleção, sentiu que mais uma vez não foi contratado por causa da idade. “Chamaram o moço que era mais novo, um menino. Falei para eles (os entrevistadores) que eu sabia que não estavam me contratando pela idade. Eu tinha mais experiência! Se o veículo quebrasse no caminho, saberia consertar. Tinha até treinamento para sobreviver na mata.” Nos anos 1990, viu muitos colegas de profissão serem assaltados na estrada. “Comigo nada aconteceu, mas foi um alerta. Resolvi não me arriscar, parei de trabalhar com caminhão”, disse.

O desemprego e a dificuldade de encontrar trabalho eram uma experiência familiar para a jovem pedagoga.

Outra questão está na própria trajetória da filha de Manoel. Sua formação não corresponde à imagem comum que se tem do ambulante, em geral alguém que entra na atividade por não ter uma formação. Como disse Zezé em uma entrevista realizada em fevereiro de 2010, nos últimos anos, verifica-se uma mudança no perfil dos trabalhadores. Muitos são jovens com nível superior.

A ausência de qualificação profissional são usualmente apontados como as causas que levam as pessoas a trabalhar como ambulantes. Contudo a existência de trabalhadores com diploma universitário nos setores questiona essa percepção. Em 2001, o “Diagnóstico sobre as condições dos trabalhadores do comércio ambulante na região central de Campinas”¹⁸¹ mostrou que a presença de ambulantes com nível universitário era de 1%. Apesar de pouco expressivo, o dado levantava a seguinte pergunta: por que pessoas com essa formação estavam inseridas na atividade?

O desemprego é uma das explicações possíveis. Outras, menos óbvias, foram captadas nas entrevistas realizadas nos setores. Com os ganhos obtidos na atividade, alguns voltaram a estudar e estavam matriculados em faculdades. Buscavam principalmente o título, já que ao concluírem o curso não pretendiam abandonar o negócio. Eram motivados a permanecer na rua pela própria condição de precarização do trabalho, visível nas diferentes carreiras. Quando a desfiliação das relações

¹⁸¹ Infelizmente, não há uma pesquisa atualizada, a qual poderia mostrar se esse índice mantém-se o mesmo depois de dez anos.

salariais promoveu a generalização da informalidade, da perda de direitos trabalhistas no chamado Setor Formal; a própria percepção sobre o trabalho precário mudou.

Caso de Elisa, de 37 anos, que cursava o último ano de Biomedicina quando foi entrevistada em 2010. Ao contrário da pedagoga Rosana, conseguiria o título depois de ter se tornado ambulante. No fim dos anos 1990, pediu demissão de um laboratório de análises clínicas para trabalhar com o marido, ambulante no extinto Setor Túnel. “Eu já tinha trabalhado na área, por isso fui fazer Biomedicina. Só pude ir para a faculdade agora, depois que a vida ficou um pouco melhor”. Mesmo com a conclusão do curso tão almejado, não sabia se exerceria a profissão. “É difícil, porque não ganha muito. Acho que é mais para ter o título, porque é diferente quando você fala que tem uma faculdade. As pessoas te respeitam mais”, comentou. Elisa estudava à noite no mesmo local que a sobrinha, funcionária da sua banca.

A amiga de Elisa, Priscila, também pretendia cursar uma faculdade no futuro, talvez algo que estivesse relacionado à sua profissão, como Administração de Empresas¹⁸². Queria começar a estudar logo, mas não podia por causas dos horários de trabalho. A banca alugada no Setor Jayme servia para guardar as mercadorias e fazer um eventual negócio, já que a renda vinha do comércio na Treze de Maio à noite.

Jovem, na casa dos vinte anos, vinha de uma “família de comerciantes”, como gostava de enfatizar. Sua mãe tinha uma loja no interior de Minas Gerais, na ela qual crescera ajudando nas vendas. Com problemas, a família fechou o negócio e mudou-se para a região de Campinas.

A mãe trabalhou de ambulante em outra área regularizada até alugar o ponto. O dinheiro servia como uma aposentadoria para a mulher que já não contava com a mesma saúde e disposição.

Assim como Vilma e Rosana, Priscila tinha uma boa formação escolar e a possibilidade de estar empregada em outro lugar. Estudou até o segundo grau, fez cursos de línguas e possuía conhecimentos de informática. Por que ser ambulante? Ex-vendedora de uma grande rede varejista de roupas masculinas, femininas e infantis, não via vantagem em trabalhar até no fim de semana, ter que bater metas para ganhar dois salários mínimos no fim do mês, mesmo registrada. Se ambas as

¹⁸² A entrevista tornou-se uma conversa pessoal, na qual se discutiu a melhoria de renda com uma formação universitária. Ao saber que um bolsista de mestrado ganhava cerca de R\$ 1,3 mil, a trabalhadora comentou: “você ganha pouco para quem estudou tanto, fez universidade. E ainda nem tem carteira assinada ou INSS?”. Ela, como ambulante, tinha uma renda média de R\$ 2,3 mil com a venda de bolsas.

ocupações são desgastantes, o melhor é optar por aquela na qual se ganha mais. “É melhor quando a gente se sacrifica por algo que é nosso”, comentou.

Vender na rua não era fácil. Priscila disse reparar na forma como as pessoas olhavam quando estendia a lona no chão e expunha suas bolsas no calçadão da Treze de Maio. Contra qualquer sentimento de inferioridade, dizia: “as pessoas saem do serviço, passam pela gente e olham com dó. Mas eu ganho mais do que elas”. O trabalho como ambulante era um estágio na sua vida. Seu objetivo era ter uma loja, um grande negócio com filiais. O trabalho como ambulante a aproximava desse objetivo mais que o emprego de funcionária no comércio.

Sua percepção mostra o que o trabalho precário, informal, representa para essa geração. Existe uma mudança de parâmetros. Em um contexto no qual a exceção tornou-se a regra, perdeu-se o trabalho formal como horizonte. O importante é o ganho imediato.

Com a ajuda dos pais, jovens começaram o seu negócio em boxes regularizados. Paulo abriu uma banca para vender camisetas masculinas originais, mas foi aos poucos incluindo camisetas de time falsificadas. Ao contrário do pai, que se orgulhava de trabalhar como uma empresa formalizadas, foi aos poucos se inserindo em outros circuitos. Desistiu de vender vestuário para comercializar eletrônicos, principalmente celulares. Para ter maiores lucros, fez um curso para aprender a consertar os aparelhos. Michele, de 18 anos, filha de outro ambulante, ganhou uma banca no Setor Jayme, “toda equipada”, como apontou um vizinho de ponto. O box contava com prateleiras retráteis, uma televisão e um aparelho de DVD, no qual seria possível testar as mídias piratas caso o cliente quisesse. A empreitada não durou mais que um mês. “Quando a pessoa tem as coisas muito fáceis, não sabe dar valor. Tem que saber fazer o ponto, não dá para ficar esperando os clientes”, disse o vizinho.

Com os ganhos, “grandes camelôs” também pagaram os estudos dos filhos em escolas particulares. “Ninguém nasce querendo ser camelô e ninguém pensa assim: ‘um dia meu filho vai ser camelô’. Por isso, quem pode, investe em uma boa educação para os filhos”, comentou uma trabalhadora. Ela contou do caso de um casal de ambulantes que não quis que os filhos seguissem a mesma profissão. Matricularam-nos em “boas escolas” de Campinas, de onde saíram para cursar as

universidades públicas do interior de São Paulo¹⁸³. Formados, trabalhavam em multinacionais da região.

O envolvimento de famílias na atividade é um fenômeno que permite captar, além das táticas e percursos existentes no cotidiano, as mudanças no mundo do trabalho que têm reconfigurado a clássica questão da informalidade. A fala de cada geração expressa o "tempo social" que a atravessa, suas práticas sociais e representações¹⁸⁴.

Essa segunda geração preferiu viver dos rendimentos do comércio ambulante nos boxes a se sujeitar aos contratos temporários, às longas jornadas e aos baixos salários, mesmo possuindo alguma qualificação profissional. Afinal, o importante é “ser dono do próprio negócio”, “não ter patrão”, “ser como empresário”, como muitos afirmaram.

Como parâmetro na comparação entre os ganhos e possibilidades no comércio de rua, tem papel fundamental as trajetórias de ambulantes bem-sucedidos.

Nesse sentido, a história de vida de um ex-ambulante da Rua Álvares Machado com “quinze anos de Paraguai” destaca-se. Atuante na diretoria do sindicato, a sua entrevista aconteceu após a indicação de diversos trabalhadores¹⁸⁵. Na banca que ocupava no Setor Jumbo, o atendente informou: “Você não encontra mais o Augusto por aqui, ele tem uma loja na Treze de Maio”. Sendo ele um dos que assistiram à fundação do STEIC, foi impressionante encontrá-lo em 2007 justamente naquele endereço, lugar de tantos conflitos entre ambulantes e lojistas. “Todos querem chegar nesse estágio, mas poucos conseguem. Ninguém quer ser camelô o resto da vida. Você trabalha muito, mas acaba sempre sendo considerado um

¹⁸³ Possuir um diploma universitário é a oportunidade que os trabalhadores mais antigos não tiveram, por isso, ter dados condições dos filhos estudarem e vê-los formados é de grande valor. Durante uma visita ao Mercado Popular da Uruguaiana, no centro do Rio de Janeiro, Fátima, ambulante e vice-presidente da associação que administra a feira, contou orgulhosa da geração composta por filhos e sobrinhos de ambulantes que estavam formados, alguns cursando a pós-graduação.

¹⁸⁴ Segundo Robert Cabanes (2006, p.392): “a história da família não se fecha em si mesma; ela diz respeito à articulação de seus membros no ‘tempo social’ que atravessam. É nessa relação com o tempo social que é possível posicionar tanto o conjunto dos indivíduos quanto o das famílias em sua relação recíproca; é esse posicionamento que nos interessa, assim como a relação de interação que esse posicionamento mantém com as relações internas à família”.

¹⁸⁵ Augusto foi diretor do Setor Jumbo por muitos anos. “Nosso setor sempre foi muito ativo, organizado”. Como antigo membro do sindicato referia-se com orgulho à construção do Centro Popular de Compras: “nós organizamos o centro, conseguimos retirar todos os carroleiros das ruas”. Embora não fizesse parte do sindicato, em 2010, Augusto esteve presente em uma assembleia convocada pelo STEIC/Sindipec.

criminoso. Ninguém quer trabalhar duro para ser reconhecido como escória”, respondeu.

Muitos do que personificam essa figura do “grande camelô”, do ambulante bem sucedido, participaram das manifestações pela delimitação de novas áreas. A reivindicação da licença de uso era símbolo de mobilização política, levantando uma diferença fundamental na experiência das duas gerações.

O ambulante Paraná¹⁸⁶, exemplo de trabalhador “bem-sucedido” era dono de uma banca de salgados no Setor Terminal Fundos. No início dos anos 1990, ganhava a vida no Terminal Central vendendo passes de ônibus. Entretanto, com a proibição dessa atividade pela Prefeitura e a repressão aos ambulantes irregulares, começou a se mobilizar com outros trabalhadores para defender o direito de viver do comércio de rua. O STEIC, do qual era representante, teria se originado dessa mobilização. Assim, por meio da “luta”, conseguiu seu ponto em uma das áreas livres situadas ao lado do Terminal Central.

Desde que saíra ainda adolescente de sua cidade no estado do Paraná, o ambulante passou por diversos empregos cujo único denominador comum era o fato de não ser “registrado”. Em 2005, dois a três funcionários faziam o atendimento na sua banca; alguns deles, seus familiares. Sua função era mais administrar o negócio. Naquele ano, o ambulante comentou do projeto social que desenvolvia em um dos galpões vazios do seu setor, localizado sob o Viaduto Miguel Vicente Cury. Havia fundado uma ONG para ensinar capoeira aos meninos de rua e pretendia equipar uma sala com computadores dirigida à “inclusão digital”. Quando a internet sem fio era uma novidade, Paraná planejava instalar uma antena e fornecer acesso à rede gratuitamente no entorno do terminal. “Faço isso porque quero a melhoria do local com algo útil para a sociedade. Não tenho o interesse de me candidatar a vereador, virar político. Assim como os formais, nós da informalidade também temos projetos.”

¹⁸⁶ Com exceção de Paraná, os ambulantes entrevistados tiveram os nomes trocados para preservar sua identidade. A etnografia realizada por Camilo Braz (2002, p.85) traz uma entrevista com o mesmo ambulante em que esse período é contado com mais detalhes: “A ideia era fazer uma associação. Surgiu, assim, o Sindicato – com Antônio Belo à frente, auxiliado por Paraná, Calixto e outros. Obtiveram apoio da CUT – Central Única dos Trabalhadores, à qual o Sindicato é filiado. Segundo Paraná, a ideia era ‘legalizar esse pessoal’. Ele diz que, nessa época, não existiam ‘comerciantes informais’, nem ‘pontos fixos’ como hoje. O que havia eram ‘ambulantes’, os chamados ‘paraquedas’ – sujeitos que vendem seus produtos em panos, toalhas abertos na rua e que, quando chega o ‘fiscal’, ‘juntam tudo e correm’. A ideia de fundar o Sindicato partiu de Belo, que foi seu primeiro presidente. Ele foi apoiado por outros trabalhadores. Contaram, ainda, com a ajuda de políticos e vereadores do PT.”

Quando os rendimentos permitiram, outros ambulantes abriram seu próprio negócio, embora tenham continuado a trabalhar nos boxes. Como o trabalhador que abriu uma casa de shows na região de Campinas, com tudo “formalizado”¹⁸⁷. Em entrevista, comentou ter ampliado seus negócios para além do “camelódromo”, pois não queria depender exclusivamente da atividade, permeada de incertezas. “Não posso largar o ponto porque muitas famílias dependem daqui”, justificou falando dos atendentes e fornecedores. Fez questão de enfatizar que todos os funcionários da banca eram registrados. Pela empresa formalizada.

A passagem à acumulação de riquezas sempre será um ponto de conflito, porque é com o argumento do direito à subsistência que o comércio nos espaços públicos é regulamentado. O enriquecimento subverte a lógica assistencial e o imaginário do que se convencionou de informalidade. Mas estando o comércio ambulante inserido no sistema capitalista poderia ser diferente? A explicação dada por outro trabalhador qualifica adequadamente a questão: “Aqui é como a sociedade, tem gente rica e gente pobre”. Se há desigualdades no campo social, ela também se mostra aqui, pois o comércio ambulante não se constitui como um setor à margem.

O enriquecimento de alguns trabalhadores conforma um campo de enunciação importante. “Antes, ambulante era tudo miserável, analfabeto. Assim que as pessoas falavam. Olha lá na Álvares, tem gente que mora em condomínio fechado, tem carro bom. Hoje ser camelô não é a mesma coisa. Melhorou muito”, comentou uma jovem sobre as perspectivas e para refutar os estereótipos atribuídos aos trabalhadores.

Se da segunda geração surgirá um grande empresário, é impossível saber; já que inexistente uma total correspondência entre o “pequeno camelô” e o trabalhador que começa na atividade e o “grande camelô” e os mais antigos, como relatam algumas trajetórias.

“Faz 24 anos que sou camelô”, disse Dona Joana em 2010. “Comecei a ter muitas problemas de saúde, então, parei de trabalhar de doméstica e vim pra rua”. Contou que não tinha perspectiva em outras ocupações por ser semi-analfabeta. Afirmando já ter vendido de tudo, dedicava-se ao comércio de roupas femininas que trazia do Brás semanalmente.

¹⁸⁷ As atrações eram artistas de grande projeção nacional no cenário popular, como a duplas sertanejas e grupos de pagode e samba. O box também servia como ponto de venda de ingressos.

Com os ganhos na atividade, criou sozinha os três filhos. Disse dar graças a Deus por eles não serem ambulantes. “São todos cartazistas de supermercado. Já estão criados, têm a vida deles. Agora eu tenho que cuidar da minha.”

Pela trajetória de D. Joana, é possível visualizar como a atividade apropriou-se dos diferentes espaços do centro de Campinas. Nos anos 1980, trabalhou como paredeira no calçadão da Rua Treze de Maio. “Para ficar nas paredes, a gente tinha que pagar para a loja”. Lembrou da época em que as manifestações do sindicato, recém-criado, eram reprimidas com a força policial. “Era cassetete de tudo quanto é lado. Eles vinham mesmo, batiam em quem estivesse na frente. Mulher, homem, todo mundo. Apanhei aqui nas costas.” Na época, não acreditava que a Prefeitura cederia as áreas. Conseguiu um box no Setor Carlos Gomes, mas teve que ir embora para o Paraná, deixando a banca com um amigo. Sem explicar o motivo, quando retornou, não pode mais requerer seu ponto.

Em 2003, D. Joana foi contemplada com um ponto na Rua Benedito Cavalcanti Pinto. “Você pensa que lá deu certo de primeira? Não, também demorou para pegar. A gente não vendia nada.” Devido ao baixo movimento, não conseguiu pagar as parcelas do box que adquirira. “O que é a única coisa que pobre pode ter? O nome limpo, né? Foi isso que eu pensei. Um homem com banca aqui (Setor Jayme) ofereceu uma troca. Ele assumia a minha dívida e ainda me dava R\$ 10 mil e uma banca quitada. Só que lá (Setor Benedito) o movimento aumentou, deu certo, aqui não.” Questionada se havia tentado algum financiamento pelo Banco do Povo, D. Joana disse que tratou diretamente com a empresa contratada para execução das instalações e parecia desconhecer que alguns ambulantes usufruíram do empréstimo a juros baixos.

“O movimento aqui tem que dar certo porque é como uma garantia. Trabalhei muito na rua, fugindo de fiscal. Agora queria trabalhar com tudo certinho... Vou me aposentar daqui um ano, por idade, porque não tenho tempo suficiente na carteira. Queria poder alugar o box para ter uma renda a mais e não precisar trabalhar tanto. Mas seja o que Deus quiser.” Apesar de ter um ponto, sua renda vinha das vendas no calçadão da Rua Treze de Maio para onde se dirigia de manhã ou depois das 19 horas, oferecer sua mercadoria fora do horário comercial.

A trajetória de D. Joana tem semelhanças com a de outra trabalhadora, Antônia. Entrevistada em uma tarde de segunda-feira de abril de 2010, assim com dois ambulantes, mantinha o box aberto no Setor Jayme em meio a um extenso

corredor onde poucas pessoas passavam. Seu box era de apenas um módulo, tinha algumas prateleiras metálicas e uma máquina de costura na qual a senhora de aproximadamente 60 anos trabalhava. As roupas femininas comercializadas ficavam expostas em manequins de busto ou simplesmente dobradas sobre uma mesa de madeira do lado de fora do box. Havia pouca mercadoria – comprada em São Paulo –, somando no máximo 20 peças.

D. Antônia mostrou-se a todo o momento receosa durante a entrevista. Em um momento perguntou se o que estava dizendo podia prejudicá-la e afirmou que “não sabia de nada porque não se envolvia com as coisas”.

Antes de trabalhar na rua, D. Antônia era empregada doméstica. Devido aos problemas de saúde e dores de coluna, preferiu viver como ambulante. Instalou-se no Setor Jayme em 2005, quando alugou um ponto próximo à entrada pela Av. Senador Saraiva. Como não foi aprovada no primeiro cadastro feito pela Prefeitura para ocupar a área, trabalhou desse modo até comprar, em outubro de 2009. Sobre o preço, disse não saber porque o marido havia cuidado de tudo. Os três filhos já “criados” não tinham interesse em assumir o ponto. “Isso aqui é só pra mim”, disse. Trabalhava sozinha, ajudando a complementar a renda mensal de R\$ 700 do marido, pedreiro. Alguns dias, contou, era difícil tirar até o dinheiro do almoço. A situação não era mais complicada porque não tinha despesas com transporte, pois morava no Centro. Os poucos negócios ocorriam quando a ambulante vendia no calçadão da Rua Treze de Maio. Antônia levava o negócio com poucos recursos. Disse que se tivesse dinheiro investiria mais em mercadorias.

Continuava trabalhando por acreditar que a situação ainda melhoraria: “Pode ser que algum dia mude... Fico pedindo a Deus que eles achem uma solução”. Por “eles”, Antônia entendia a Prefeitura, vereadores, enfim, alguma autoridade. Afirmou ser apenas uma “abelha que não poderia fazer nada sozinha”.

Se, em outubro de 2009, o movimento já era baixo, e muitas bancas permaneciam vazias, por que a ambulante ainda investiu no negócio?

O comércio ambulante torna-se uma alternativa aos trabalhadores impossibilitados de permanecer em empregos de grande desgaste físico – caso das empregadas domésticas. Contudo, o cotidiano de trabalho nas áreas regularizadas demanda que os ambulantes se adaptem ao desconforto. Os trabalhadores fazem suas refeições sentados nos corredores ou dentro dos boxes, quando há espaço. Tudo se sobrepõe nas bancas cujas dimensões são mínimas: exposição de

mercadorias, estoque e atendimento. As áreas regularizadas são aglomerados de boxes e não há espaço para satisfazer as necessidades mínimas. Quem não mora por perto, utiliza os sanitários públicos do Terminal Central ou de algum comércio¹⁸⁸.

O avanço da idade colocou essas mulheres em outros circuitos de trabalho precário, antes da aposentadoria, pois muitas contarão com esse direito somente aos 60 anos. Para parte dos ambulantes, a passagem para o trabalho de rua foi a perda dos direitos da carteira assinada ou do seu horizonte, que ao menos se constituía como possibilidade. As senhoras empregadas domésticas nem ao menos tiveram essa perspectiva em sua ocupação anterior. Se contribuíram para a previdência, foi por conta própria, enquanto o salário ainda permitia. Nesse ponto, a compra de um box é instigante, por representar um investimento seguro, para o qual compensa destinar seus recursos financeiros, ainda que o comércio no setor não renda nem o mínimo para subsistência.

O box é “como a casa própria, é uma garantia na vida da gente”, nas palavras de D. Joana.

Seja como fruto da mobilização política; seja por representar oportunidades de trabalho, garantias de vida ou investimento, revela-se a construção de diferentes imaginários para a posse da licença de uso do solo público, que alimentam a prática da negociação monetária.

Para o “pequeno camelô” é a possibilidade de auferir algum ganho financeiro mesmo que o negócio não dê certo. No caso dos ambulantes dos Setores Jayme e Benedito é a forma de ter alguma compensação pelo pagamento das instalações padronizadas já no ato da regularização.

¹⁸⁸ Uma ambulante acordou com o dono de uma farmácia que ela arcaria com os custos do papel higiênico mediante o direito de dividir o banheiro com os funcionários. Os donos de boxes que trabalham sozinhos dependem da ajuda dos colegas, quando precisam se ausentar da banca, formando uma rede solidária. “Aqui nós somos como uma família. Quando um precisa, o outro cuida da banca, atende o cliente. Todo mundo se ajuda, se preocupa com o outro. Um dia, era uma segunda-feira, eu não abri o box. Sabe quando dá aquela preguiça e você quer descansar? Eu já tinha trabalhado no domingo lá na Treze, resolvi ficar em casa. Não é que me ligaram? O pessoal ficou preocupado comigo. Aqui é assim, se um falta, a gente já liga. Eu falo para o meu marido, agora eu não tenho mais depressão, coisa que eu tinha antes de trabalhar no camelô. Aqui tem muita amizade”, disse uma ambulante sobre o vínculo com os seus vizinhos de banca. Para guardar a moto que usava no transporte ao centro de Campinas todos os dias, ela também dependia de uma rede de apoio. O meio de locomoção ficava guardado na garagem de um prédio residencial próximo de seu setor, na vaga de um familiar, comerciante regularizado nos setores.

A licença ganha dimensões monetárias pela limitação do direito de trabalhar dentro da legalidade a um número restrito de ambulantes. Mas isso não explica a valorização, a razão dos valores de venda alcançarem preços como R\$ 100 mil, R\$ 200 mil.

Alguns faturaram na esteira da valorização dos setores. “Cleuza já ganhou muito dinheiro investindo em banca”, comentou um trabalhador. “Ela tinha uma banca no Jumbo, comprou outra no Mercado e vendeu por R\$ 150 mil. Comprou duas bancas na Benedito, vendeu e agora tem essas aqui”, disse uma ambulante referindo-se a dois boxes no Setor Jayme.

A negociação do solo público torna-se uma das formas de acumulação, conformando nas áreas regularizadas algo próximo de um mercado imobiliário.

“Saber fazer o ponto”, como alguns trabalhadores afirmaram é conseguir tornar seu box referência no comércio de determinada mercadoria. A localização em um lugar de bom movimento é fundamental, assim como em qualquer negócio.

Os valores da negociação monetária da licença de uso são influenciados pela condição de espaços comerciais que os boxes exercem. Logo, é preciso atentar à influência dos diferentes circuitos de produtos na dinâmica da atividade. Construiu-se o quadro dessa relação a partir das trajetórias dos trabalhadores e das observações em campo.

Vendendo de frutas a mídias piratas

“Cada um tem que trabalhar com a mercadoria que gosta”, enfatizou uma ambulante. O verbo “gostar” carrega o sentido de adaptação, de domínio dos circuitos e dos seus riscos; pois no comércio de cada produto há uma rede de relações específicas, que podem existir na mais absoluta legalidade ou fazer parte de um conjunto de negociações situadas nas liminaridades do ilegal, ilícito e informal. A relação com os diferentes circuitos acontece no cotidiano dos trabalhadores, ajudando a demarcar a heterogeneidade característica do grupo.

A vinculação dos trabalhadores com práticas condenadas se situa em um cenário urbano no qual se expande uma zona que tornam incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas, como lembram Vera Telles & Daniel Hirata (2007, p.174):

“Nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, de forma descontínua e intermitente, constituem-se as figuras modernas do trabalhador urbano, o qual se utiliza das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem no mercado de trabalho.”

Os ganhos da população que vive do comércio ambulante também refletem a variedade de produtos ofertados nas áreas regularizadas do centro e as diferentes formas de inserção em cada circuito.¹⁸⁹

Tratando-se de um mercado cuja venda de alguns itens é criminalizada, o retrato das táticas e saberes concernentes a cada um é o registro de um momento. O conhecimento não é perene, pois a “arte do contornamento”¹⁹⁰ das regulações precisa modificar-se constantemente.

Os espaços ocupados pelo comércio popular são essenciais para a distribuição dessas mercadorias, pois permitem que a oferta seja feita a custos baixos para o consumidor final. Ainda que a crítica concentre-se na sonegação de impostos, concorrência desleal com o denominado Setor Formal e oferta de produtos criminalizados; um dos principais fatores para acumulação está na incorporação, pelo trabalhador, de todos os riscos que envolvem os circuitos. Seja um atravessador ou um ambulante, é ele quem materializa a imagem do criminoso que opera nas liminaridades do ilegal, ilícito e informal.

Transita-se entre a legalidade e a ilegalidade constantemente¹⁹¹, sem que isso conforme a imagem de uma organização criminosa.

A oferta de produtos contrabandeados, piratas e falsificados convive com venda de outras mercadorias: ervas, frutas, legumes e verduras, roupas, bolsas, calçados e acessórios, salgados, doces e bebidas. Também é possível encontrar nos setores de menor movimento pequenos salões com manicures e cabeleireiros, lan houses e serviços de digitação e impressão de currículos.

¹⁸⁹ Para Carlos Freire (2008, p.117), a dinâmica do comércio ambulante caracteriza-se por articular “processos distintos de produção em uma mesma estratégia de distribuição”.

¹⁹⁰ Telles & Hirata (2007), indicam como referência sobre a “arte do contornamento” o trabalho de Marion Fresia, no qual a autora fala dos inusitados percursos de jovens refugiados nas fronteiras do Senegal e da Mauritânia. Ver: FRESIA, M. “Frauder lorsqu’on est réfugié”, *Politique Africaine*, Paris, n.93, p.63-81, mars 2004.

¹⁹¹ Em “Ilegalismos Urbanos e a Cidade”, Telles (2009, p.156) discute como os trabalhadores “transitam nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias”.

“Lá no camelô vendem frutas!”, disse surpreso um jovem de 25 anos ao andar pela primeira vez nos arredores do Terminal Central de Campinas. Comentou ter se espantado ao sair do Setor Terminal Fundos e ter visto na Rua Jayme P. De Ulhôa Cintra uma banca com essa mercadoria. Na experiência desse jovem reside uma questão geracional: a percepção de que o comércio ambulante está estritamente relacionado à venda de contrabando, falsificação e pirataria. De outra cidade do interior de São Paulo, era nos espaços da atividade que ele sempre procurava jogos para videogame a preços mais baixos. O comércio de alimentos pelos ambulantes regularizados não fazia parte do seu repertório.

A venda de frutas também acontecia no Setor Terminal Frente, onde um conjunto de bancas que comercializava frutas, legumes e verduras passou a ser chamado de “Ceasinha”, em referência à Centrais de Abastecimento de Campinas S.A (CEASA-Campinas)¹⁹². Próximo à entrada do terminal, localizavam-se boxes de salgados, churros, biscoitos – cujas vendas eram beneficiadas pelo movimento diário de passageiros de ônibus.

Do outro lado, no Setor Terminal Fundos encontravam-se as lanchonetes e bares, destinos de muitos motoristas e cobradores após o expediente. A baixa visibilidade sobre o local permitiu por muito tempo que máquinas caça-níquel ficassem logo na frente dos estabelecimentos e a ela também era possível atribuir o contorno de construções cada vez mais permanentes que os boxes foram adquirindo, mesmo estando sobre a área pública. As instalações na área diferenciavam-se, como disse Zezé em uma entrevista, por não terem sido “revitalizadas”, ou seja, reformadas dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura no Projeto Centro. Isso não significava que eram totalmente precárias. O piso da área comum apresentava pontos de desgaste, algumas instalações estavam aparentes. Contudo as paredes e o piso eram de alvenaria em grande parte dos boxes. A ausência de padronização dos materiais, adotada nas outras ocupações, também se refletia na dimensão dos boxes. A lanchonete de Paraná, por exemplo, tinha área três ou quatro vezes maior que a da menor unidade padronizada. Como gostava de dizer, seu negócio respeitava todas as normas da Vigilância Sanitária. “Consegui que a Sanasa puxasse a água para cá”. Seu comércio, além de piso e paredes em revestimento cerâmico, tinha uma pequena cozinha separada da área de atendimento.

¹⁹² A empresa pertencente à Prefeitura de Campinas foi criada em 1972 e opera desde 1975. É o 4º entreposto do Brasil e o 2º do estado de São Paulo onde funciona também o maior Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da América Latina.

A venda de alimentos é tão antiga quanto o comércio ambulante, sendo essencial para o abastecimento da população. Em “Crítica à Razão Dualista”, texto de 1972, Francisco de Oliveira lembrou a importância dos trabalhadores de rua para escoamento da produção agrícola no período:

“Uma declaração do presidente do Sindicato Rural dos Agricultores de São Roque, Estado de São Paulo, ao Estado de São Paulo, edição de domingo, 19 de março de 1972, explica bem a relação existente: falando a respeito da crise surgida na fruticultura, decorrente de uma excelente safra e de um fraco movimento de vendas, ele diz: “... foi um golpe inesperado para o comércio de frutas (a proibição do comércio ambulante pela Prefeitura de São Paulo), pois os ambulantes são imprescindíveis para a colocação das frutas junto aos consumidores. Sem eles — existem cerca de 600 — houve um colapso no sistema de distribuição e os produtores tiveram que arcar com os prejuízos, enquanto o povo ficou sem condições de comprar frutas, apesar do preço ‘básico’”. Essa lição elementar nos diz que: os produtores arcaram com os prejuízos, que não decorreram dos preços “básicos”, mas da ausência física do comércio ambulante.”

A restrição à venda de hortifrutigranjeiros nas ruas delimitou as feiras livres como locais de comércio para o produtor. Deste modo, formou-se a separação entre os trabalhadores regularizados que vendem alimentos e aqueles que oferecem outras mercadorias nos espaços públicos. No primeiro caso, coube-lhes a denominação de feirantes; no outro, de ambulantes, camelôs, informais etc.

“É melhor trabalhar com alimentação porque não causa problemas com a Polícia”, disse um dos ambulantes. Ao contrário de muitas mercadorias, não se trata de um circuito criminalizado. Sendo assim, a incriminação de seus trabalhadores baseia-se na ocupação irregular da área pública, formando outro jogo de forças entre a fiscalização e os trabalhadores sem licença.

Caso da gestão municipal Toninho-Izalene. Os chamados carroleiros ou fruteiros – ambulantes que carregam as frutas em carrolas utilizadas na construção civil – tornaram-se protagonistas dos conflitos entre o Poder Público, entidades de representação do comércio e os ambulantes em geral.

A venda de frutas persiste no centro de Campinas, em contínuo conflito com a fiscalização. Pensando em como o equipamento nos diz sobre as condições de trabalho do ambulante, a carrola revela a necessidade de se locomover rapidamente caso se aviste um fiscal da Setec, autarquia responsável pela uso do solo público.

Segundo uma ambulante entrevistada, em um bom dia de venda era possível vender até R\$ 700, um valor alto se comparado com o rendimento de algumas atividades. Por exemplo, um faturamento de R\$ 400 no comércio de roupas e acessórios já é considerado excelente.

Para fazer o seu negócio dar certo, o fruteiro tem que oferecer uma mercadoria de boa qualidade. Uma fruta sem danos e boa para o consumo pode ser vendida por um valor mais alto do que em varejões e supermercados. Além disso, o preço é por unidade ou quantidade, dificilmente por peso.

Em uma das visitas aos setores, foi possível observar um jovem carroleiro/fruteiro. Ele gastava mais tempo fugindo da fiscalização do que expondo a mercadoria. Aquele dia, em especial, a fiscalização estava intensa no centro e ele corria para o interior do Setor Jayme se refugiar¹⁹³. Dias antes, dois ambulantes regularizados da área disseram a um fiscal que não aceitariam a prisão de um carroleiro ali dentro. “Ele era como se fosse o nosso colega de trabalho. A gente avisou: ‘Aqui não pode pegar ninguém! Se quiser encrenca, a gente chama a Zezé e toda a categoria’”, disse a senhora dona de um box no setor.

O comércio de alimentos é a opção de muitos ambulantes que estão começando na atividade. Demanda-se um investimento menor e a produção pode ser caseira. Mas nem sempre o negócio compensava, como observou Manoel, ambulante do Setor Jayme: “Semana passada, uma senhora começou a vender marmitas na banca da frente. A comida era muito boa, comprei algumas vezes, mas agora a porta está fechada. Pelo visto, desistiu do negócio”. Outra senhora, professora de piano, alugou um ponto para vender tapiocas e café e manteve seu comércio por menos de um ano.

Espalhados pelo centro, ainda circulavam os ambulantes que vendiam salgados, bolos, bebidas e refeições em marmitas. Uns levavam a mercadoria em caixas de isopor, outros tinham um carrinho que os ajudava a percorrer os setores. Uma trabalhadora contou do caso da família que pagou R\$ 2 mil por um equipamento móvel fabricado pela mesma empresa que construiu os boxes. Havia espaço para um botijão de gás, uma chapa para crepes e algumas garrafas térmicas. O projeto específico poderia facilitar a venda, se não fosse por um detalhe: a

¹⁹³ Segundo dois ambulantes, dias antes, um fruteiro colocou o pé na frente de um fiscal da Setec, fazendo com que ele tropeçasse e caísse. A fiscalização mais intensa seria uma forma de retaliação.

inexistência de travas nas rodas. “Cobram um absurdo por um negócio que não funciona direito. O carrinho é pesado e corre o risco de sair andando sozinho”, disse.

Muitos se movimentavam entre uma clientela fiel: os trabalhadores instalados nos setores, formando uma rede de atendimento nesses espaços. Um comércio ambulante a atender outro de mesma natureza.¹⁹⁴

“Fico na banca o dia todo, não tenho tempo para ir ao supermercado”, justificou uma trabalhadora depois de comprar frutas de um carroleiro no fim do expediente.

Adotando a mesma estratégia dos vendedores de alimentos, sacoleiras de roupas e acessórios aproveitavam para fazer negócios entre as colegas que trabalhavam nos boxes.

“Aqui é apenas a minha base. Minha clientela são as meninas. Deixo as sacolas nas bancas, elas levam para casa, experimentam e depois me pagam”, disse Laura. A ambulante comercializava roupas de Monte Sião e lingerie de Minas Gerais, algumas trazidas por fornecedores. Era funcionária no Setor Jumbo quando começou a revender, alugou uma banca – formada por três boxes unificados no Setor Jayme, ao custo de R\$ 250 – para ajudar a movimentar o local e mostrar que queria um box para “trabalhar mesmo”. “Dei meu nome lá no sindicato, se a Prefeitura colocar o pessoal no galpão, quero conseguir um lugar”, afirmou.

Os circuitos que abastecem os boxes de vestuário e acessórios são variados. A rede de fornecedores que atendem as áreas regularizadas mostra a relação do centro de Campinas com pólos de produção e distribuição do setor de confecções.

A ambulante Vilma tinha um fornecedor que trazia calças e bermudas jeans masculinas de Pernambuco. O curioso é que ela vendia essas peças a muitos nordestinos que trabalhavam no corte de cana-de-açúcar na região. Com o fim da colheita, eles voltavam aos seus estados de origem com presentes para a família. “Faço boas vendas nessa época porque eles pagam tudo à vista, em dinheiro”, contou.

As poucas roupas femininas que tinha à venda foram deixadas em consignação. Um fornecedor insistiu para que Vilma ficasse com as peças. “Deixo aqui no manequim; se não vender, não perco dinheiro”. Achava complicado vender para mulher, que “quer experimentar muito e às vezes não leva nada”.

¹⁹⁴ Segundo Zezé afirmou em entrevista, esses trabalhadores não pagavam nenhum tipo de taxa ao sindicato.

Certas roupas de marca nacionais vendidas em lojas e *shopping's* podiam ser encontradas nos setores de Campinas. “A banca é como uma pequena loja, tem provador, aceita cartão”, contou um ambulante conhecido do dono do negócio, formalizado muito antes da Lei do Empreendedor Individual. Segundo o informante, o proprietário não obtinha maiores lucros porque as pessoas custavam a acreditar que no “camelô” existia produto original. Em uma loja poderia vender mais. “Mas ele não quer, gosta de trabalhar ali”, disse.

Outra ambulante que vendia roupas originais, contou que mostrava a etiqueta aos clientes e mostrava a nota fiscal em caso de dúvida. As peças de marca chegavam a ser comercializadas no calçadão da Treze de Maio.

Apesar de evitar a venda de mercadoria ilegal, às vezes abria exceções. Revendia blusas da Adidas, trazidas do Paraguai por um amigo. Disse que a peça era “igual à original” e saía bem no inverno. “Quando é assim, eu aviso o cliente”, garantiu.

A trabalhadora comentou dos perigos de distribuir produtos falsificados: “esse meu amigo atravessador já teve muito prejuízo. Uma vez a polícia encontrou R\$ 13 mil em mercadoria no carro dele. Levaram tudo, inclusive o carro... Já camisa da Lacoste nem é bom vender. Quando meu tio contou que o pessoal vêm até com o mandato de justiça, e te prendem na hora, parei de vender aqui na banca”.

As camisetas de time falsificadas presentes em diversos boxes eram trazidas por um fornecedor de São Paulo, informou o ambulante Zé Carlos. “Antes eu ia para São Paulo, lá na Vinte e Cinco de Março. Pagava R\$ 5 numa camiseta. Aí apareceu um fornecedor trazendo aqui na banca por R\$ 8, que era o preço que eu pagava mais o custo da viagem. Parei de viajar, não compensa. É como o Paraguai, ninguém mais vai para lá”. A venda de camisetas já havia sido mais lucrativa. “Só eu vendia, ninguém mais. Cheguei a cobrar R\$ 40 por camiseta. Hoje não dá para fazer esse preço, vendo por R\$ 20”.

Segundo a funcionária Juliana, dependendo da quantidade e do tipo de mercadoria, era melhor comprar em Campinas do que em São Paulo. “Aqui no camelô também tem atacadista”, afirmou. Deu o exemplo da sua chefe, Lídia, que fornecia acessórios –femininos e masculinos – e recarregadores de celular.

Mesmo com a rede de fornecedores, muitos trabalhadores ainda viajavam para se abastecer na busca de mercadorias diferenciadas.

Fabiano ia com frequência à região da Rua Vinte e Cinco de Março, em São Paulo, comprar as braceleiras, bonés e carteiras masculinas que revendia. Visando a venda no atacado, as lojas exigiam a compra de no mínimo R\$ 50; por isso as viagens tinham que ser planejadas para compensar a operação.

D. Joana dirigir-se-ia sempre que necessário para se abastecer na Feira da Madrugada, no bairro do Brás. Chegava em São Paulo no último ônibus que saía de sua cidade em direção à capital, dormia na rodoviária do Tietê até próximo do horário de início da feira – 2 ou 3 horas da manhã – e pegava um táxi com os sacoleiros, vindos de todo o país, que seguiam o mesmo caminho. “Fica R\$ 25. Sempre tem muita gente, dá para juntar um grupo e rachar a viagem”

No Brás, preferia comprar nas bancas dos ambulantes das Ruas Monsenhor de Andrade, Oriente, entre outras, a adquirir os produtos na chamada “feirinha” ou “bolsão” – um antigo estacionamento transformado em um grande mercado composto por pequenas bancas. Dizia que as mercadorias comercializadas eram as mesmas, apesar da diferença de preço.

Comprava poucas peças para não ter prejuízos com estoques ao fim de cada estação. Aos poucos, no controle diário das vendas, levava o seu negócio. Assim, também mantinha a oferta de novidades para sua clientela, parte dela formada pelas colegas de setor. Em 2010, foi uma das poucas ambulantes a vender cachecóis e calças legging – estas confeccionadas com o tecido que imitava o jeans.

D. Joana procurava voltar a Campinas a tempo de expor na Rua Treze de Maio o que havia adquirido. Aproveitava o período que antecedia a abertura das lojas e descansava no box do seu setor até o fim do horário comercial para voltar ao calçadão, cumprindo uma exaustiva rotina.

A passagem do box para uma loja é mais fácil aos ambulantes inseridos no circuito das roupas, bolsas e acessórios; na medida em que esse produtos, quando não são falsificados, dividem os mesmos caminhos de distribuição do chamado comércio formal¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Em uma incursão de campo no Bom Retiro, foi possível conhecer uma senhora que carregava uma sacola cheia de guarda-chuvas e bolsas de festa. Estava ali como tantas outras mulheres para abastecer seu comércio. A diferença é que ela era dona, com seu marido armênio, de várias “lojas de grife” instaladas nos principais *shopping's* da cidade de São Paulo. Ela escolhia as mercadorias enquanto o companheiro cuidava da administração. Situação semelhante à observada no Brás. Quem vai às compras são as mulheres. Os homens – maridos, pais ou filhos –, quando as acompanham, é para carregar as mercadorias.

Vilma pretendia oficializar seu negócio segundo a Lei do Empreendedor Individual. Com o CNPJ, também pretendia uma loja. Pensou em perguntar quanto era o aluguel no *shopping* que seria aberto em Jundiaí, mas ficou com receio. Primeiro, precisava comprovar o rendimento da sua empresa, a capacidade de investimento e conseguir um empréstimo. “Os fornecedores eu já tenho. Além disso, gosto de trabalhar no comércio”, comentou.

As diferenças entre as mercadorias comercializadas nos setores ficam evidentes quando se compara os circuitos discutidos acima com os de produtos que apresentam algum grau de contravenção.

Nos últimos anos, o cigarro tornou-se uma mercadoria sem box. Junto à progressiva proibição do consumo em espaços fechados e as campanhas de saúde que incentivaram o tratamento do vício, houve um combate maior ao contrabando. Ter uma banca só para a venda de cigarros tornou-se muito arriscado. É possível encontrar pacotes nas prateleiras de alguns boxes ou nos bancos dispostos nos corredores, sempre em pequena quantidade. O circuito não se espacializa nas áreas regularizadas como outros produtos.

Apesar das restrições, não se desistiu do seu comércio, como mostra a trajetória de um casal. Sem poder utilizar sua banca para a oferta do produto, alugaram-na e passaram a atuar como fornecedores.

O casal passou por uma situação difícil tempos atrás. A mulher foi presa por contrabando. Chegou a passar alguns dias na cadeia e, por não ter formação universitária, ficou em uma cela comum. “Ela estava perto da mercadoria, a polícia chegou e ela não conseguiu explicar direito o que estava fazendo ali. Ficou nervosa e deu informações confusas. Disse uma hora que não tinha filhos, depois disse que tinha. Viram que ela estava mentindo. Não teve jeito”, contou o conhecido. “Nessas horas você tem que falar que não tem nada a ver com a mercadoria, que não conhece o dono da carga”, disse. A grande quantidade de pacotes de cigarros foi encontrada na garagem do prédio residencial onde o casal morava.

Mesmo após a prisão, eles continuaram a vender o produto. “Não há crise com essa mercadoria. É perigoso, mas você tira 20% de lucro”, informou. Questionado se não havia o receio de uma nova prisão ele comentou: “quando você vende uma mercadoria que chega a dar R\$ 20 mil de renda por mês, não abandona o trabalho. Até compensa o risco”, afirmou.

A inserção do casal na atividade é semelhante à trajetória de outras famílias de ambulantes. O marido trabalhava como operário em uma indústria de Campinas, foi demitido em meados dos anos 1990 e não conseguiu se recolocar no mercado. Para sustentar a casa, passou a revender mercadorias compradas no Paraguai com a ajuda da esposa. Juntos, eles criaram os filhos como qualquer casal trabalhador e continuavam o seu negócio, apesar das restrições impostas.

Embora as informações coletadas em campo sejam imprecisas, o recrudescimento da fiscalização no Paraguai parece ter reconfigurado outros circuitos. Segundo Zezé, ninguém mais se arrisca na fronteira: “Agora o pessoal viaja a São Paulo ou recebe as mercadorias aqui”. Outro trabalhador, no entanto, informou: “Pra quem trabalha com eletrônico, não compensa comprar em São Paulo, porque o preço é o valor do produto mais o custo para trazer do Paraguai. Ainda compensa viajar até a fronteira. Toda semana saem dez carros de Campinas”. Em relação à fiscalização, disse: “os caras não querem largar o osso. A fiscalização aumentou porque a pressão foi grande, mas sempre vai ter negócio por lá. Você acha que os caras vão perder o dinheiro deles?” Mesmo assim a passagem da mercadoria pela fronteira teve que mudar: “Agora é pelo rio. A gente nem atravessa mais a fronteira, recebe a mercadoria do lado brasileiro. Quem faz a passagem são as lojas do Paraguai”.

Mesmo que as viagens ainda ocorram, nada se compara ao que existia anteriormente, quando os riscos de ter os produtos apreendidos eram menores. Em 2005, um dos ambulantes de eletrônicos contou que chegava a fazer o transporte semanal de sacoleiros até Ciudad del Este em dois ônibus próprios. Deste modo, garantia o seu abastecimento e ganhava com o serviço. Rendimentos adquiridos com seu conhecimento sobre os circuitos de distribuição das mercadorias no Paraguai e as negociações para passagem na fronteira.

Por anos a imagem do produto chinês esteve vinculada ao contrabando pela fronteira do Paraguai. Era lá que muitos brasileiros buscavam mercadorias que seriam revendidas em todo o país.

Felipe trabalhava como ambulante no centro de Campinas desde 2000. Dentre as mudanças às quais assistiu em dez anos, destacou a concorrência com as lojas. “Tinha produtos que o pessoal só encontrava no camelô. Agora as lojas de ‘1,99’, a Skala, Americanas também vendem e ainda passam o cartão de crédito. Fui

numa loja, olhei atrás do produto e vi 'Made in China'. Antes só a gente trabalhava com mercadoria assim”.

A abertura das fronteiras no anos 1990 permitiu a importação legal da China¹⁹⁶, “ao contrário dos argumentos econômicos liberais, a abertura dos mercados não diminuiu o contrabando, pelo contrário ele aumentou”, como afirma Freire:

“Mudaram as mediações do contrabando e as vias pelas quais estas mercadorias chegam à cidade, das margens estreitas da Ponte da Amizade aos contêineres dos navios do Porto de Santos. Através das importações legais abriram-se novos caminhos para as importações ilegais.”(2008, p.117)

Com a proliferação da oferta desses produtos no comércio popular brasileiro e o arrefecimento da fiscalização na fronteira, passou a ser mais vantajoso se abastecer no país. Para os industriais, o preço mais competitivo fez com que a importação se tornasse mais rentável do que a produção. O resultado é a predominância do “Made in China” em diversos segmentos do comércio, principalmente brinquedos e eletrônicos.

¹⁹⁶ Para mostrar como mudaram as mediações em torno das quais o contrabando realizava-se, Carlos Freire (2008, p.116), relata a trajetória de Paulo, 53 anos, “ex-sacoleiro”: “Ele foi micro empresário do setor gráfico até meados dos anos 80. Depois que teve que vender sua empresa, ele fez uma sociedade com um amigo que tinha um espaço e trabalhava na Galeria Pajé, [...] O acordo para que Paulo entrasse no negócio consistia em que ele deveria vender produtos nacionais, isto ajudaria a ‘limpar’ a loja, que poderia apresentar notas fiscais. Ele decidiu trabalhar vendendo artigos folhados a ouro e prata. Uma vez dentro da galeria, outras oportunidades de trabalho apareciam, como buscar mercadorias no Paraguai para abastecer os demais lojistas. Eram comerciantes chineses que forneciam os contatos de outros chineses estabelecidos no país vizinho: ‘(...) naquela época, todo mundo que quisesse buscar mercadorias tinha emprego, tinha trabalho, né. Pagava-se... Por exemplo, pagava-se meio dólar por peça de relógio que você trazia. E 20, 25%, 30%, de acordo com a mercadoria que você trouxesse’. Sua esposa se encarregava da loja enquanto ele chegava a fazer 2 viagens por semana e até 8 viagens por mês. Além de abastecer os lojistas da galeria, ele também atuava no contrabando de relógios, logo esta se tornou sua principal atividade. Comprava no Paraguai e fornecia para os ambulantes indo de banca em banca em vários lugares de São Paulo e também do interior. Os negócios sempre eram informais, sem nenhuma garantia contratual, dependendo apenas do empenho da palavra dada. Mas Paulo se tornou experiente, conhecia os riscos de se faltar com a palavra e também os riscos de ser pego pela fiscalização, e quais os meios para evitá-la com o uso das cotas de importação e dos ‘laranjas’. Ele permaneceu no negócio até o ano de 1994, os rendimentos haviam caído bastante por causa da abertura econômica. A abertura representou uma verdadeira desvalorização para os sacoleiros. Os chineses de quem ele comprava no Paraguai se instalaram nas galerias do centro de São Paulo, sendo que os produtos contrabandeados passaram a vir diretamente para a cidade sem a necessidade da intermediação dos sacoleiros.”

Essas mudanças foram perceptíveis nos anos de visita aos setores de Campinas. Videogames, impressoras, câmeras digitais – grande novidade na época – e outros eletrônicos lotavam as prateleiras do box do ambulante Motta em 2005. Também eram oferecidos porta-CD's, “mercadoria nacional”, como enfatizava o trabalhador do Setor Jumbo. Um jovem funcionário atendia os clientes no corredor de passagem enquanto ele ficava no interior, atrás do display de relógios. “As pessoas não percebem que no camelô também tem produto nacional e com nota”. Comentou que a diferença entre quem vendia eletrônicos em Campinas e os comerciantes das galerias de São Paulo era que estes traziam os produtos direto da China, por meio de containers descarregados no porto de Santos. A maioria dos produtos eletrônicos, argumentava, não era falsificação. Vinha da mesma fábrica chinesa que produzia o que era comercializado nas grandes lojas, só que distribuída por outro circuito. “Essa câmera, por exemplo, é original, idêntica a que é vendida por um preço muito maior por causa dos impostos.”

Relatado por Alain Tarrius¹⁹⁷, o percurso de uma câmera de vídeo até a Europa exemplifica como esse circuito se articula para distribuir mercadorias em diferentes países:

“[...] eis a título de exemplo, as peregrinações de uma câmara de vídeo, de concepção nova – grava diretamente no DVD – dotada de boas lentes, e que apareceu no mercado mundial em 2005. Em dezembro desse ano, eram vendidas por 420 euros em Dubai e no Kuwait, onde chegavam massivamente, como ‘destino final’, enquanto os distribuidores franceses, alemães, espanhóis, as comercializavam por um preço em torno de 1400 euros. Depois de uma passagem furtiva pelas fronteiras dos Emirados, graças aos migrantes afegãos, iranianos, caucasianos, etc, esses aparelhos eram revendidos por volta de 440 euros em Beirute e em Istambul, e 430 euros em Sofia, capital de uma nação pobre membro da União Européia. Mas, nessa cidade, o salário médio é 120 euros. Iremos reencontrar essa mesma câmara, por 460 euros, nas periferias francesas, tendo lá aparecido, como se diz, ‘caídas do caminhão’ (‘tombé du camion’), mas que passaram pela Alemanha através dos turcos, que, por sua vez, as receberam dos Afegãos e dos Azeris que seguiram os itinerários que passam por Dubai. Quanto aos fabricantes do produto, eles respeitaram estritamente os

¹⁹⁷ Tarrius (2007, p.10 *apud* Peralva & Telles, 2009) afirma que a clássica migração de força de trabalho, antigamente utilizada para atividades localizadas, se desdobra agora em uma “mobilização ‘moderna’ para passar as mercadorias e atingir as populações esquecidas na partilha das riquezas”. Ver: “La remontée des Suds: afghans et marocains en Europe Méridionale.” Paris: L’Aube, 2007.

acordos do comércio internacional, entregando, como ‘destino final’, centenas de milhares de aparelhos em um Estado que conta com apenas alguns milhares de cidadãos. Essa empresa, certamente, gosta dos pobres”.

O importante é distribuir a produção. Mesmo que seja necessária a passagem irregular pelas fronteiras, ora utilizando a mão-de-obra imigrante, ora destinando a pequenos países – como o Paraguai – um volume de mercadorias desproporcional à capacidade de consumo da sua população. Através dessas estratégias, o produto eletrônico contrabandeado chega ao seu destino final mais barato do que o importado legalmente.

O baixo custo também provinha de uma prática verificada no comércio ambulante. Tão variável quanto a procedência dos produtos é a sua qualidade. Nota-se na distribuição de diferentes mercadorias o que pode ser chamado de “sistema de descarte”: a prática de vender a preços menores produtos com pequenos defeitos, que foram consertados após devolução ou troca ou que simplesmente não funcionam. Ela é essencial para a acumulação. Da mesma maneira que alguns ambulantes se utilizam dessa estratégia para aumentar seus rendimentos, é importante enfatizar, as empresas o fazem.

É o caso da fabricante de um videogame de alto valor. Como contou Billy, vendedor de DVD’s de jogos piratas, a identificação de uma peça que já apresentou problemas é feita com uma etiqueta colorida. Podem chegar ao comércio ambulante por meio da aquisição em uma assistência técnica. Quando o comprador recebe um novo videogame por problemas no aparelho durante o prazo de garantia, o produto danificado, se consertado, pode continuar funcionando. Ele não pode ser revendido nas lojas, nos comércios estabelecidos. Aparece nas estantes de alguns boxes. Entretanto, há todo um jogo de compensações a observar: os prejuízos de vender uma mercadoria que pode continuar apresentando defeitos, os percalços para realizar a troca.

Vilma, outra trabalhadora entrevistada, contou dos problemas no uso do celular, que “tinha até TV”, comprado na banca de um conhecido. Foram seis trocas. “Nem sei se compensa vender esse tipo de mercadoria”, comentou. Como os celulares são a mercadoria do momento, consertá-los é uma boa maneira de potencializar o negócio. Os trabalhadores fazem cursos, aprendem a consertar e desbloquear. Oferecem o serviço e utilizam para demandas internas. “O pessoal pensa que a margem de lucro é maior, mas às vezes não se ganha muito. De uma

câmera de R\$ 400, você tira R\$ 20. Pen-drive e cartão de memória dão mais retorno”, contou um vendedor.

Andando pelos setores, verificava-se em 2005 que o Jumbo era o principal espaço de comercialização de eletrônicos nas áreas regularizadas, apesar de outras mercadorias também serem oferecidas no local, como tênis falsificados e mídias piratas. Vendedores negociavam os produtos em frente aos boxes cheios de mercadorias. Muitos deles, jovens contratados por outros trabalhadores. Na passagem que restou com a instalação dos boxes, os pedestres se apertavam para atravessá-la.

Um volume tão significativo de mercadorias não poderia permanecer na área pública sem a mínima proteção às intempéries. Se fosse em barracas, seria complicado expor tantos produtos de considerável valor. Um trabalhador contou que há boxes no Jumbo com mais de R\$ 10 mil em mercadorias. Fácil constatar. Se uma câmera é vendida na média a R\$ 300, dez aparelhos já somam R\$ 3 mil. Há mais do que isso em estoque. As instalações foram fundamentais na viabilização, nos espaços públicos, do comércio ambulante nas dimensões encontradas atualmente no centro de Campinas.

Com a permanência da oferta de produtos criminalizados nos setores, as galerias comerciais não ganharam a mesma importância na distribuição das mercadorias como observado no município de São Paulo. Durante os anos 1990, foi construído um edifício de sete andares na esquina das Ruas Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra e Visconde de Rio Branco, em frente ao túnel de acesso ao interior do Viaduto Cury e ao Terminal Central. O objetivo era que ele fosse a versão campineira da Galeria Pajé, famosa pelo comércio de eletrônicos na área central da capital¹⁹⁸. De acordo com um ambulante, a população preferiu continuar comprando nos “camelôs” e o edifício ficou vazio.

O prédio situa-se na mesma rua na qual está instalado o Setor Jayme, onde os trabalhadores sofrem com o baixo movimento de clientes e as poucas vendas.

¹⁹⁸ A Galeria Pajé é um prédio de oito andares situado na região da Rua Vinte e Cinco de Março, inaugurado em 1963. É a mais antiga galeria comercial de São Paulo (FREIRE, 2008, p.116).

Figura 18: Galeria Pajé de Campinas

Edifício que ficou conhecido como a Galeria Pajé campineira. Na frente é possível observar a cobertura do Setor Jayme. Foto: Google Street View, 2009.

Para o comércio ambulante, ou melhor, para qualquer categoria de comércio, a localização é fundamental. Nas falas dos trabalhadores, ouvia-se com frequência que “o local de maior movimento é o Jumbo”, “na Álvares Machado vende-se mais” – considerando-se aqui o Setor Carlos Gomes, onde também são vendidos eletrônicos, mas predomina o comércio de mídias piratas. Nenhuma dessas áreas regularizadas está ao lado dos terminais. São dependentes, é claro, da circulação de passageiros dos ônibus por ali. Contudo, estão mais próximos de dois dos principais endereços comerciais, a Rua Treze de Maio e a Avenida Campos Salles, beneficiando-se desse movimento.

No início da pesquisa, em 2005, o contrabando de eletrônicos era o maior fator de criminalização dos ambulantes, papel que progressivamente passou a ser ocupado pela mídia pirata. “Essa mercadoria gira bem, dá retorno rápido e é mais barata que os eletrônicos”, afirmou um ambulante, oferecendo algumas pistas para entender a expansão da sua oferta nas áreas regularizadas.

O modo como o ambulante comercializa seus produtos ajuda a interpretar as condições de trabalho às quais está submetido. Apesar do cerco das fabricantes de softwares, gravadoras e da indústria de entretenimento à pirataria, a forma como a proibição à venda desse tipo de mercadoria incide sobre os ambulantes varia de acordo com arranjos locais.

Na região da famosa Rua Vinte e Cinco de Março, no centro de São Paulo, o comércio de mídias, além de ser feito em mesas improvisadas ou lonas no chão, contava com outro aparato. Observou-se em 2007, o uso de um carrinho de bagagem para transporte de uma caixa de som, um aparelho de reprodução e alguma mercadoria. Com o equipamento de som, os ambulantes testavam a mídia para os clientes e chamavam a atenção por onde passavam. Ao alerta de que o “rapa” estava próximo, as rodinhas facilitavam a fuga. A mobilidade é essencial em uma região em que a fiscalização é intensa.

Em Campinas, os trabalhadores não precisavam utilizar estratégias semelhantes. No final de 2006, percorrendo o Setor Benedito, era impressionante uma banca de CD's e DVD's que mais parecia uma loja, resultado da unificação de três a cinco boxes¹⁹⁹. Os produtos não ficavam expostos no corredor, mas no interior

¹⁹⁹ Na época, um dos trabalhadores informou que os donos das bancas haviam se juntado para formar um negócio maior. Em dezembro de 2010, a imprensa local verificou que a banca já abarcava 10 boxes unificados. In: SERAPIÃO, Fábio. "Região

da banca. Eram dispostos em prateleiras nas quais se indicava em recortes de folhas de caderno escritos à mão as categorias das músicas – gospel, axé, sertanejo, pagode, MPB, rock – e dos filmes e séries – infantil, adulto, humor, nacional etc. Para facilitar a circulação, delimitou-se a entrada e a saída nas extremidades, formando no meio uma passagem onde os clientes podiam escolher seus produtos com a ajuda de atendentes. A quantidade comercializada de CD's e DVD's podia ser calculada na casa das centenas. Vendidos em sacos plásticos, ocupavam pouco espaço.

É de se questionar sobre os riscos de ter um ponto de venda dessas dimensões. Um negócio maior representava prejuízos proporcionais quando houvessem apreensões. Entretanto, atentando ao número de ambulantes que comercializavam o mesmo produto, essa banca era apenas uma amostra.

A significativa quantidade de boxes retrata uma intrigante particularidade nas condições de trabalho dos ambulantes regularizados do centro de Campinas: a viabilização, em grande escala e na área pública, da venda da mídia pirata.

“Temos todos os lançamentos, até os que ainda não chegaram à locadora e ao cinema”, teria afirmado o funcionário de uma banca à imprensa²⁰⁰. A reportagem assim descreveu: “Os filmes ficavam separados em lançamentos da internet, das locadoras e dos cinemas. ‘São todos de qualidade, apenas os lançamentos da internet que garantimos apenas 80% do que se encontra na cópia original’, informa o vendedor, vestido com uma camisa azul, com a inscrição ‘Posso Ajudar?’”.

Ao se percorrer os setores nos horários de menor movimento frequentemente via-se cenas como esta: sentado próximo ao seu ponto, cada ambulante montava o conjunto – DVD, capa e embalagem – que já ficava exposto no seu box. De uma caixa média ou pequena, o trabalhador retirava a mídia, que estava sem qualquer identificação. A capa colorida, impressa em baixa definição no papel sulfite A4²⁰¹, era dobrada antes de ser inserida no saco plástico²⁰².

Ao entrevistar Gerson, vendedor de mídias piratas, foi possível perceber ao redor outros ambulantes embalarem o mesmo título que ele organizava no seu mostruário. Cada um tinha em mãos uma caixa de papelão um pouco maior que a de

central concentra pirataria em Campinas". Campinas, 04/12/2010 - 12h31 . Atualizada em 24/01/2011 - 11h37. Agência Anhanguera de Notícias.

²⁰⁰ SERAPIÃO, Fábio. "Região central concentra pirataria em Campinas". Campinas, 04/12/2010 - 12h31 . Atualizada em 24/01/2011 - 11h37. Agência Anhanguera de Notícias.

²⁰¹ Medidas: 210x297 mm.

²⁰² Algumas bancas oferecem o produto em caixa própria, mediante acréscimo de preço.

sapatos, dando a entender que o fornecedor havia passado há pouco tempo e abastecido ao grupo de uma vez.

O fato das mídias não serem fornecidas dentro das embalagens e chegarem em pequenas quantidades revelava as táticas usadas para amenizar os riscos de distribuição da mercadoria. Pois o alvo das prisões não era o ambulante, mas o produtor da mídia. Como explicou outro trabalhador: “não compensa pegar peixe pequeno, chama pouca atenção na mídia e ainda cria conflito com os camelôs. O pessoal se revolta”.

Para quem apenas comercializava, o maior problema estava nas apreensões. “Perco toda a mercadoria, é muito prejuízo”, contou Gerson. O vendedor de mídias piratas começou os negócios com a venda de fitas K-7, investiu em CD’s até chegar aos DVD’s.

“A pirataria sempre existiu, mas hoje ela está massificada”, comentou um trabalhador. A revolução digital potencializou a reprodução dos conteúdos. Gravadores de excelente qualidade – e acessíveis em qualquer computador – fazem cópias fiéis de filmes e músicas; ao contrário das fitas k-7 e de vídeo, sempre com algum tipo de ruído ou falha. A internet generalizou o consumo ilícito desses produtos ao tornar disponível conteúdos e legendas, que são compartilhados por pessoas de todo o mundo.

Em uma banca de filmes e apresentações musicais, era possível encontrar centenas de títulos, alguns há anos fora de circulação. Caso da apresentação de Vinícius de Moraes, Tom Jobim, Miúcha e Toquinho gravada na Itália nos anos 1970 e indisponível no mercado, o que mostra que o comércio de mídias piratas não vive apenas de lançamentos.

Certos títulos apareciam com o nome de uma produtora responsável pela gravação pirata no verso da capa ou na exibição do índice²⁰³. Eram praticamente selos específicos de produção pirata, que serviam como uma forma de identificação da sua proposta. Havia produtoras especializadas em filmes cult ou antigos. Outras que se concentravam no diferencial de oferecer mais de um título em apenas um DVD.

As mídias piratas de cópias de filmes, séries e apresentações musicais eram comercializadas em todas as ocupações. A venda de jogos para videogames acontecia

²⁰³ Agradeço ao geógrafo Fábio Tozi, pesquisador da pirataria, por ter compartilhado essa informação.

de forma mais restrita e a de programas de computador se concentrava no setor Carlos Gomes. Ambos demandavam um conhecimento mais especializado no atendimento ao cliente, como disse Billy, um senhor de cerca de sessenta anos: “Vendo jogos e nesse negócio cada dia sai uma novidade. Quem atende na banca é um menino fissurado em game. Ele conhece bem os aparelhos. Eu não sei mexer nisso, cuido mais da administração”.

Para o ambulante Gerson, “o camelô vende porque a população depende de um preço mais acessível. Apesar de não ser original, a qualidade do produto é a mesma. E nós damos garantia”. Havia o compromisso de que o cliente poderia trocar a mercadoria caso tivesse qualquer problema. Para tanto, o DVD era carimbado ou o comprador recebia um cartão com o nome da banca e a localização.

Outro ambulante comentou que é possível devolver ao fornecedor as mercadorias com defeito. “Quem quer fazer nome, trabalha certo. Eu não empurrava produto que não funcionava, pegava os DVD’s com problema e já deixava no canto, separado. Nem colocava para vender novamente. Mas tem pessoas que querem fazer dinheiro sem honestidade. Quando você vê um camelô nas ruas oferecendo DVD por R\$ 1, bem mais barato que nos setores, desconfie. É DVD com defeito, já descartado”, contou.

Como se trata de um circuito cujas relações são extremamente protegidas pelos trabalhadores, as informações sobre o funcionamento da produção das mídias são esparsas.

Uma trabalhadora, moradora região metropolitana de Campinas, relatou a prisão de um vizinho, preso em um laboratório de gravação. “É fácil identificar um lugar assim. Uma casa com internet banda larga da mais cara chama muita atenção”, disse. Perguntei se a família também foi presa. “Ali não era a casa dele, era alugada só para isso. Não dá para colocar o laboratório onde você mora. O importante é não se comprometer. Qualquer coisa, se a polícia chegar, dá tempo de largar tudo e não deixar rastros”, contou.

Diversas operações da polícia na região de Campinas desmontaram laboratórios de gravação. Em outubro de 2009, foi encontrada uma edícula onde estavam 14 torres com quase 100 gravadores de mídias, além de quatro impressoras. De acordo com a reportagem da Agência Anhangüera de Notícias²⁰⁴, eram gravados

²⁰⁴ BAPTISTA, Adagoberto. “Polícia Civil desmonta laboratório de DVD pirata”. Agência Anhangüera de Notícias, 29 de outubro de 2010.

3 mil discos diariamente. Por DVD, um homem, detido durante a operação, recebia R\$ 0,20.

A ambulante também contou do colega – “vizinho de banca” – que havia desistido do seu negócio de comercialização de papel sulfite para trabalhar como gravador. Nas minhas visitas de campo, seu box chamava a atenção por oferecer um produto pouco usual entre os ambulantes. “Vender papel sulfite dava retorno?”, perguntei à trabalhadora. “Saía porque você vendia para as pessoas que gravam DVD. Tem demanda por aqui. Só que ele foi convidado para fazer gravação e resolveu deixar o negócio de lado. O trabalho é arriscado, mas também dá mais dinheiro”, disse.

Uma fonte contou quem faz esse convite. Afirmou que o circuito da pirataria é comandado por um grupo “bem fechado”. “Quem comanda a pirataria não necessariamente tem banca, a pessoa faz o intermédio entre a produção e a distribuição. Se você topa fazer cópia, ganha na hora doze torres, entendeu? Eles te financiam”, disse. Caso alguém quisesse entrar no mercado vendendo as próprias cópias, seria alertado: “vai ter gente que vai te abordar, tem gente no comando”.

Pelos riscos, esse circuito conforma-se de um modo particular, articulando-se a redes locais de produção. É certo que há conexões globais quando se fala da origem dos mídias virgens, as fábricas chinesas. Entretanto, ao contrário de certas mercadorias comercializadas pelos ambulantes, a mídia não é encontrada em concentrações comerciais como a Rua Vinte Cinco de Março ou a Feira da Madrugada, onde os trabalhadores podem livremente se abastecer comprando a preço de atacado. O território de produção articula-se de modo mais invisível. São estratégias de viabilização dos circuitos que estão em constante mudança.

Os riscos fazem com que alguns prefiram não entrar no do circuito de mídias piratas. Foi a opção do ambulante Felipe, que começou na atividade como paredeiro, comercializando LP's. Chegou a vender DVD's por cerca de 4 meses, mas preferiu “ganhar dinheiro de forma lenta, aos poucos, mas sem perseguição”. Muitas pessoas o incentivaram, disseram que era possível ganhar mais fazendo as cópias. “Não quis tentar. Vi amigo perdendo 10 anos de trabalho em duas batidas da Polícia, levaram tudo”. Dizia agradecer a Deus por “ter a cabeça no lugar” e não se deixar levar pelo “dinheiro fácil”.

A mídia é mais uma mercadoria a circular pelas áreas regularizadas, como qualquer outra. Não há maior ou menor legitimidade na extensão dos direitos aos trabalhadores de acordo com o grau de contravenção do produto que comercializam, reforçando um jogo moral sobre a venda da pirataria particular. Assim, as políticas de assistência aos ambulantes acabam alimentando os circuitos criminalizados, estabelecendo uma relação de apropriação.

A vendedora de DVD's Helena contou de quando teve acesso ao empréstimo oferecido pela Prefeitura a 1% logo após a transferência da banca de sua família do Setor Túnel para a Rua Benedito Cavalcanti Pinto:

“O problema é que o movimento não foi no começo. Tive que fazer um empréstimo no Banco do Povo para conseguir fazer estoque. Mas paguei tudo direitinho, tenho todas as notas guardadas. O bom é que isso aqui é como a casa própria, é tudo certo na Prefeitura, ninguém pode tirar da gente.”

O negócio deu certo e ela e o marido puderam contratar três funcionários. “Um deles é ex-gerente do Bradesco para você ter uma ideia, está comigo aqui faz muitos anos”, comentou.

Construindo a análise pela relação de apropriação que determinados circuitos estabelecem com o comércio ambulante regularizado nas áreas públicas, é possível encontrar explicações para a valorização da licença de uso, a qual se desdobra em altos preços tanto de venda, quanto aluguel.

A localização e o chamado bom movimento refletem a espacialização da oferta de mercadorias. Nos melhores pontos estão os produtos de maior retorno, como mostra a trajetória de uma banca que ficava no Setor Benedito, bem no cruzamento entre as Ruas Álvares Machado e Benedito Cavalcanti. No início do trabalho de campo, ali se vendiam mangas. O box foi sendo remodelado, ganhou novas prateleiras, vitrines e um letreiro. Hoje as frutas não estão mais lá. O exemplo relata as mudanças no Setor Benedito, em especial no trecho próximo ao túnel de acesso ao interior do Viaduto Cury; onde o comércio de eletrônicos desenvolveu-se nos últimos anos. Celulares, equipamentos de som para carros e outros eletrônicos tornaram o local um segundo Setor Jumbo.

Uma simples mudança dos produtos vendidos pelos ambulantes instalados logo após a inauguração do Centro Popular de Compras? Talvez.

Um entrevistado contou sobre o negócio feito pelo dono de um box no Setor Terminal Frente. Diante da oferta de aluguel da sua banca por R\$ 1,8 mil, ele preferiu parar de trabalhar no local. Questionado sobre as vantagens, se não era possível ganhar mais comercializando, respondeu: “depende do produto que você vende. Mas para o ponto dele o preço está muito bom, dificilmente ele tiraria esse valor limpo.”

A espacialização de circuitos altamente rentáveis reconfigura a dinâmica de apropriação das áreas públicas, aumentando os preços da licença de uso em um mercado em que ela já comparece como mercadoria rara.

O comércio de produtos com algum grau de contravenção insere as áreas regularizadas em circuitos de produção de riquezas baseados na porosidade entre o legal e ilegal, o lícito e ilícito, o formal e informal. Trata-se de uma nova dimensão para o que se considerou um dia sintoma das nossas incompletudes. Por isso, para entender a dinâmica atual da atividade na área central, é preciso ter em perspectiva essa indeterminação, que permeia os espaços de todo o comércio popular e é fundamental para os processos de acumulação contemporâneos.

A produção do espaço urbano e os mercados informais

As relações entre o formal e informal, o legal e ilegal têm sido tema reiterado da reflexão crítica brasileira há tempos, como observa Vera da Silva Telles (2007, p.203-205). Em suas várias formulações teóricas, a tensão ou descompasso entre o “Brasil legal” e o “Brasil real” nunca deixou de estar na pauta dos debates e ganhou especial densidade teórica nos anos que se seguiram à restauração democrática na década de 1980, quando os debates puseram em foco as ambivalências e os limites da legalidade então recém-construída. Vale lembrar que esse debate foi em grande medida pautado pela “questão nacional” – o problema da “formação nacional” incompleta – e em seu foco estavam os dilemas nunca superados para a universalização de leis e direitos. Mas é justamente esse foco de questões que foi deslocado ou sobreposto por outras tantas que precisam ainda ser mais bem qualificadas. Para Telles, “se, hoje, há uma ritualização de uma história de longa duração, há também um deslocamento considerável na ordem das coisas”. Não mais essa espécie de buraco negro a indicar os bloqueios e impasses de uma modernidade incompleta. Justamente o que sempre foi considerado evidência de nossas incompletudes, a “exceção do subdesenvolvimento”, tomando uma proposição de

Francisco de Oliveira, é que passou a se generalizar nos rumos de um mundo globalizado.

Pensando no âmbito urbano, a produção da chamada “cidade ilegal” mereceria uma interrogação mais detida; já que o jogo entre o legal e ilegal hoje é feito em termos muito diferentes do tão debatido descompasso entre a cidade legal e a cidade real. Para além da oposição entre noções duais, trata-se de analisar o cenário urbano sob a ótica de uma “zona de indeterminação” entre o direito e o não-direito, a norma e a exceção, o lícito e o ilícito.

O fato é que as relações incertas entre o lícito, o ilegal e o ilícito constituem um fenômeno transversal na experiência contemporânea, demandando uma nova perspectiva de análise para os estudos urbanos segundo Telles (2009, p.156):

“Será importante verificar o modo como as dinâmicas urbanas são redefinidas por essas novas formas de produção e circulação de riquezas que caracterizam a experiência contemporânea. Trata-se do engendramento de formas urbanas atravessadas por circuitos econômicos em escalas variadas que se superpõem e se entrecruzam nos mercados informais, também eles redefinidos, pois agora conectados a economias transnacionais que mobilizam os trabalhadores e ativam agenciamentos locais informais, também ilegais, para fazer circular bens e mercadorias.” (TELLES, 2009, p.168)

Para entender as implicações da articulação dos chamados mercados informais com circuitos de produção e distribuição de mercadorias transnacionais é fundamental ampliar o olhar para além das áreas regularizadas do centro de Campinas.

A indeterminação entre o legal e ilegal, o formal e informal, o lícito e ilícito perpassa todo o espaço mundial, mas manifesta-se de forma diferente em cada território. Rosana Pinheiro-Machado (2008, p.120-121), ao analisar a rota China-Paraguai-Brasil, discute como os parâmetros de informalidade variam entre um país e outro. Além das discrepâncias entre os Estados, em cada micro contexto observado há uma grande variação na tolerância das autoridades locais em relação à determinada prática mercantil, o que, em certa medida, influenciará nas nuances de legalidade:

“Na China, mesmo diante do abuso das condições de trabalho e da própria natureza do que se comercializa, a zona industrial do Delta é exemplar de um grande setor formal, respaldado pelo Estado. No Paraguai, o mesmo acontece com o comércio estabelecido de Ciudad del Este, uma vez

que é vital para alicerçar a economia do país que detém um dos menores PIB do mundo. Já no Brasil, tal sistema não se configura da mesma forma, visto que a tolerância oficial em relação a essas práticas é menor por parte do Estado e até mesmo por alguns setores da sociedade. Isso não significa que o país tenha menores níveis de informalidade, apenas que o papel social que se atribui a ela seja moralmente inferior.” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.126).

Sua conclusão é que, comparando os empresários chineses pesquisados com os ambulantes brasileiros, seria possível dizer que no início e no meio de tal cadeia, nas fábricas da China e nas lojas do Paraguai, o sistema começa mais formal, porém permeado por práticas informais. Já o final da cadeia observada tende a se constituir como um grande Setor Informal, que são os “mercados de rua”, entretanto seus atores podem se utilizar de meios formais, inclusive como uma estratégia de legitimação social e valorização moral, bem como uma espécie de fuga ao estereótipo de “contrabandista” e “mafioso” tão banalizado nos meios de comunicação.

O primeiro impulso do pesquisador envolvido com objetos que perpassam as liminaridades da ilegalidade, segundo Michel Misse (2002), é buscar padrões para estabelecer uma nítida separação dessa prática com os mercados legais e regulados. “Mas nas ‘esferas’ informais e formais da economia, essa separação não é bem nítida, nem realmente decisiva para uma perspectiva analítica, é antes, uma representação social normalizadora”, pois “as fronteiras com os mercados legais e regulados são basicamente tênues e negociáveis”. Para o autor, a distinção entre um mercado “formal” e um “informal” pode ser estabelecida a partir da maior ou menor participação em um conjunto de regulamentações estatais. A lógica econômica, no entanto, produziria relações complexas e muitas vezes contraditórias com essas regulamentações, como no caso de mercadorias cuja oferta é passível de ser enquadrada legalmente como delito ou crime.

O crime não é um acontecimento individual, mas social. Não está no evento, mas na relação social que o interpreta. Neste sentido, a designação criminal de certo tipo de mercadoria dependeria do seu significado contextual para a ordem pública, para a reação moral da sociedade e por suas possíveis (ou imaginárias) afinidades com outras mercadorias e práticas criminalizadas. O enfraquecimento da dimensão “moral” dessa designação muitas vezes é proveniente da frequência com que as trocas são realizadas, inclusive, pela impossibilidade de acesso a determinadas mercadorias pelos meios legais. É o que parece acontecer com a “pirataria” de CD’s,

DVD's e softwares ou com o contrabando de eletrônicos. Como relata Alain Tarrius²⁰⁵: “a importância social das ‘zonas de informalidade’ é que elas tornam acessíveis às populações pobres do mundo em desenvolvimento os principais produtos manufaturados e objetos tecnológicos que estruturam a experiência contemporânea, garantindo-lhes uma participação eficaz no mundo moderno”.

O sistema de comercialização da "muamba" se altera e adquire ora a face da legalidade, ora da irregularidade. Um mesmo processo de produção pode se caracterizar por uma fachada formal, sendo que grande parte de seus subsídios são informais²⁰⁶. Pinheiro-Machado afirma que:

“[...] o circuito que vai da China ao Brasil só pode ser viabilizado se sustentado por redes informais de interesses mútuos. O Estado, ou melhor, os seus atores (encarregados de cumprir a lei e punir) não apenas se beneficiam da economia informal, como acabam sendo eles mesmos os executores de práticas informais e ilícitas”.

A produção do “Made in China” é fundamental para se tentar entender a configuração do chamado comércio popular nas cidades. Seu impacto está não apenas na dimensão da sua oferta no mundo, mas na forma como ela está atrelada ao desenvolvimento chinês.

Segundo a autora, a reforma econômica encabeçada por Deng Xiaoping na China trouxe uma nova era cujo valor primordial se caracteriza pela prosperidade. A partir de 1979, abriram-se quatro Zonas Econômicas Especiais. A cidade de Shenzhen (localizada na Província de Guangdong, fronteira com Hong Kong) foi a que mais prosperou, e hoje constitui a “janela chinesa para o mundo” em termos de riqueza, crescimento e desenvolvimento. Guangdong é a província que detém o maior PIB da China, concentrando mais de 1/3 de toda a indústria do país na região conhecida como “O Grande Delta (do Rio da Pérola)”.

A ideia era crescer rapidamente, fazer com que as economias locais se desenvolvessem e realocar capital. Para tanto, o mercado de cópias era o caminho mais veloz, visto que dispensava a qualidade e a precisão em nome da produção em

²⁰⁵ TARRIUS, 2007 *apud* Peralva & Telles (2008).

²⁰⁶ Por exemplo, é possível encontrar uma fábrica na China totalmente dentro dos critérios da legislação trabalhista chinesa, mas que produz produtos falsificados. Nesse sentido, o marco legal não diz respeito apenas às condições de trabalho regulamentadas, mas à própria natureza do que se comercializa, envolvendo outros estatutos jurídicos relacionados, como por exemplo, os direitos autorais (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.120).

massa e descuidada. Logo, o *boom* da economia da China estaria imbricado à explosão do mercado de bugigangas e falsificações. A diretriz que vinha do governo incitava um desenvolvimento rápido da indústria que abarcasse, assim, um grande contingente de mão-de-obra, especialmente advinda da zona rural, onde a pobreza era extremada. Pinheiro-Machado verificou nas entrevistas feitas em seu trabalho de campo que houve uma espécie de acordo tácito entre governo e população, no qual qualquer um que quisesse abrir uma fábrica teria incentivo e facilidades, na medida em que a meta mais urgente era justamente “fazer dinheiro” e gerar empregos nas comunidades locais para, posteriormente, o negócio ser cada vez mais regulamentado²⁰⁷.

As falsificações constituíam-se como um dos meios mais eficazes para dar um primeiro impulso na economia, uma vez que não necessitavam dos processos de criação e de *marketing*, por exemplo. Sob a leniência do Estado ou consentimento calado, houve uma disseminação da informalidade das condições de trabalho, atreladas a um sistema mercantil ilícito de produção de falsificações.

Para a pesquisadora, os brinquedos fabricados na China são um dos melhores exemplos do que representa esse mercado de bugigangas que chegou ao Brasil:

“Numa fábrica da cidade de Longguan, achei exatamente aqueles produtos característicos de camelôs e lojas do ‘1,99’, em que a marca parece ser apenas o made in China. O estabelecimento era todo legalizado, e o proprietário esforçava-se para afirmar que todas as condições de trabalho dos operários estavam de acordo com as legislações específicas locais (salário mínimo), bem como as nacionais (número de horas de trabalho mensal permitido por lei). Ao ficar conhecendo esse tipo de fábrica, da mesma forma como a fábrica de fivelas, aumentava minha dificuldade de entender onde, enfim, era feito o produto falsificado, se tudo

²⁰⁷ “Todos aqueles que desejaram abrir uma empresa conseguiram fazer. A corrida empresarial não cessa até os dias de hoje e, em detrimento de outras áreas, a preferência sempre é trabalhar para si próprio. Um fabricante de bolsas de grifes italianas entrevistado, sócio de uma fábrica em PingHu (entorno de Shenzhen), disse-me que estava consciente de que seus empregados não permanecem muito tempo no emprego e, no momento em que têm uma oportunidade, abrem uma fabriqueta, não longe da dele, para fazer cópias do que lá se produz. Na mesma direção, depoimentos de diretores-executivos das maiores companhias do mundo presentes na China concordam que uma das maiores dificuldades de se instalar no país é o fato de que os empregados, tão logo adquiram *know-how*, demitem-se e abrem um negócio, o que acontece de forma incontrolável” (FERNADEZ e UNDERWOOD, 2006 *apud* PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.121).

o que eu encontrava eram fábricas com pouca “margem de contravenção”. Em entrevista, o proprietário da fábrica mostrou, então, que fornecia determinados ursos de pelúcia para uma grande marca holandesa, porém se algum cliente (uma exportadora) pedisse o mesmo brinquedo (uma cópia), assim o faria, em função de que só estaria cumprindo uma ordem. A responsabilidade, portanto, não era dele. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.125)

Como mostra o episódio acima, nem tudo que é ilícito, é informal e vice-versa. “Boa parte das falsificações (ilícito) surge por caminhos legais, mostrando a grande complexidade desse mercado que o torna tão abstrato”. As informações levantadas na China reafirma a ideia que a chamada informalidade não perpassa o circuito dos chamados produtos “contrabandeados” de maneira constante. Além disso, as políticas adotadas pelo Estado chinês são uma importante chave para entender como uma cadeia produtiva calcada em uma série de ilicitudes pode manter-se. Na medida em que não há medidas repressivas, prevalece o sentimento incorporado pela população de que é preciso produzir a riqueza, independente das convenções comerciais:

“Conforme me explicava Hu, um entrevistado de 32 anos, empresário de Shenzhen na área de bebidas alcoólicas: ‘Não importa se o gato é preto ou branco, desde que morda os ratos. Na China, o importante era começar e desenvolver. Tivemos muito incentivo para isso do governo, a pobreza era imensa, não importava se o negócio era de “coisa preta”, ninguém gosta de gato preto, mas os gatos pretos sabem morder os ratos e então fazem o que tem que fazer, que nem os brancos. A pirataria dá emprego e é isso que importa. Zuo ba! Faça!’ ” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.121)

Essa produção refletiu na constituição do território. Segundo a jornalista Cláudia Trevisan²⁰⁸, nas últimas três décadas de reforma e abertura econômica, Pequim construiu uma máquina de vender, com estradas, portos e aeroportos modernos, que ficam prontos antes mesmo de serem necessários. “Na China, não há gargalo de infraestrutura que limita o crescimento do Brasil. No começo dos anos 80, o país asiático tinha participação inferior a 1% no comércio mundial, semelhante à da brasileira na mesma época. Agora, o percentual gira em torno de 8%, enquanto nós

²⁰⁸ Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/claudia-trevisan/tag/yiwu/>

estamos um pouco acima de 1%. Também não existe o gargalo burocrático da demora do processamento das exportações”, afirma²⁰⁹.

Na China, os espaços de oferta de muitos produtos estão muito distantes da imagem de precariedade que encontramos no comércio popular brasileiro

Pinheiro-Machado (2008, p.28) relata que um dos melhores exemplos é o *shopping* LouHu de Shenzhen, uma construção envidraçada com seis andares, onde se vendem somente imitações em lojas estabelecidas. “Nada semelhante a qualquer ideia de mercado negro. Um dos maiores templos do comércio de falsificações do mundo num prédio que possui conexão direta com o prédio da Alfândega”, afirma. Em outra cidade chinesa, Yiwu, foi construído um grande centro de comércio de 4 milhões de metros quadrados, que abriga 62 mil boxes de venda:

“No imenso mercado de Yiwu é possível encontrar de tudo, de algemas para sex shops a imagens religiosas vendidas em Aparecida do Norte, cidade de São Paulo. Entre esses dois extremos, há enfeites, bijuterias, botões, zíperes, artigos para casa, canetas, material para esportes, meias, maquiagem, eletrônicos, bolsas, óculos, relógios, embalagens, canetas, brinquedos, acessórios para roupas, lingerie e inúmeras coisas cuja existência é desconhecida pelo comprador até que ele a vê em Yiwu. [...] Colares podem ser comprados pelo equivalente a R\$ 2,00. Os mais sofisticados chegam a R\$ 5,20. Brincos custam em torno de R\$ 0,50. Cartelas com 12 presilhas de pressão saem a R\$ 0,12. Com R\$ 10 é possível comprar um carrinho eletrônico com controle remoto que dá cambalhotas para todos os lados. O conjunto de roupão com chinelo atalhado é levado por R\$ 14,50. Echarpe de algodão com fios prateados custa R\$ 1,68 e 12 pares de meia soquete feminina saem por R\$ 11,70.”²¹⁰

Diariamente, circulam pelo local 400 mil pessoas, cerca de 200 mil vendedores e 200 mil compradores. Entre eles muitos brasileiros. Era o caso de Fabio Caliman. Ele era proprietário de uma loja na Rua Vinte e Cinco de Março em São Paulo quando viajou pela primeira vez a Yiwu, em 2001. Em 2007, deixou o negócio no Brasil e se estabelecer na cidade chinesa. Abriu uma empresa, a Skiway, para dar apoio aos brasileiros que vão ao local em busca de produtos populares. “A

²⁰⁹ Toda essa infraestrutura criada na China para a exportação contrapõe-se à imagem dos imigrantes que fazem a passagem das mercadorias pela fronteira do país – cuja extensão possui uma grande permeabilidade.

²¹⁰ “Yiwu, o paraíso de bugigangas que atrai brasileiros”. Reportagem publicada na página eletrônica do jornal “O Estado de São Paulo”. In: www.estado.com.br/estadaodehoje/20100321/not_imp527155,0.php

nossa moeda está estável, o preço aqui é muito baixo e a variedade é fantástica. Não há nenhum outro lugar no mundo com essas características."

Mauro Eduardo Ricciardi fazia sua quarta viagem a Yiwu em um ano, em pleno mês de maio. Sua missão era comprar bijuterias e acessórios femininos para sua rede Mil Opções, que tem 15 lojas no Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão. "Cerca de 30% do que vendemos vêm daqui. O resto vem de São Paulo, de importadoras que também comprem aqui", afirmou Ricciardi, que fazia parte de um grupo de 12 brasileiros levados a cidade por Caliman.

A maioria esmagadora dos compradores de Yiwu é de chineses de outras regiões do país. Mas, a cada dia, quase 10 mil compradores estrangeiros circulam pelos corredores do mercado. Em 2009, a cidade recebeu 320 mil visitantes estrangeiros e exportou US\$ 2,14 bilhões para 189 países. As exportações de Yiwu para o Brasil atingiram US\$ 67,32 milhões, quase o dobro dos US\$ 34,35 milhões registrados em 2008, quando 1.802 brasileiros estiveram na cidade²¹¹.

Segundo Trevisan, Yiwu está a 300 quilômetros do mar, mas o governo criou em 2002 um centro logístico para facilitar as exportações, onde as mercadorias são colocadas em contêineres e carregadas em caminhões com destino aos portos de Ningbo ou Xangai. Desde o ano passado, a cidade também tem um posto de alfândega, que faz a liberação das mercadorias que serão destinadas a outros países. Em 2009, o centro logístico de Yiwu despachou 440 mil teu (unidade que equivale a um contêiner de 20 pés), segundo sua diretora Zhu Jiao Li. O volume equivale a 20% dos containers movimentados no porto de Santos, o maior da América Latina. O centro logístico funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, com exceção do período do Ano Novo chinês, quando fecha por uma semana. Todos os fins de tarde chegam ao local as mercadorias que foram negociadas durante o dia, que são colocadas nos contêineres e acomodadas em caminhões.

O circuito do "Made in China" mostra como uma grande economia que opera nas liminaridades do informal, ilegal e ilícito está totalmente inserida nos processos de acumulação, gerando riquezas e uma produção capaz de influenciar o comércio mundial.

²¹¹ De acordo com Olivier Pliez, de 80 a 90% dos produtos comercializados em Yiwu são considerados contravenção. Quem responderia por esse grande mercadoria é o governo local, não o Estado chinês. Assim, o país isentar-se-ia de processos comerciais. (Seminário FFLCH, 2009).

Contudo, em outro países, há outro julgamento sobre práticas aceitas na economia chinesa. No Brasil, predomina uma alta criminalização sobre o comércio de mercadorias piratas e falsificadas, apesar serem consideráveis os níveis de consumo e a inserção de trabalhadores no circuito.

Segundo Pinheiro-Machado (2008, p.122), do mesmo modo que muitos migrantes chineses foram para Guangdong, somando um movimento de dezenas de milhões de pessoas, os próprios cantoneses dirigiram-se além-mar, o que explica a sua chegada a Ciudad del Este nos anos de 1980, logo após a instalação dos taiwaneses, que estavam lá desde a década anterior devido às relações diplomáticas que Taiwan mantém com o Paraguai. Na fronteira Ciudad del Este, há cerca de 10 mil chineses da ilha e do continente chinês e, nesse contingente, praticamente não há empregados, já que a maioria deles trabalha como proprietário de loja, importando as bugigangas de Guangdong e revendendo-as para os sacoleiros brasileiros.

A rota China-Paraguai-Brasil funcionou por muito anos como principal caminho para distribuição, dos produtos trazidos do sul da China por imigrantes chineses e árabes, aos sacoleiros brasileiros. Estes, por meio do trabalho "formiga", eram responsáveis pela presença de grande parte desses bens nos mercados populares do Brasil²¹². A passagem de mercadorias pela Ponte da Amizade era bem conhecida dos brasileiros, do tempo em que o produto importado era muitas vezes sinônimo de mercadoria "paraguaia". O trabalho de sacoleiro sobrepunha-se ao de ambulante ou era a ocupação daquele que servia de fornecedor aos que não tinham disponibilidade de viajar até a fronteira. A abertura dos mercados pelo governo Collor em 1992 trouxe mudanças significativas.

Segundo Carlos Freire (2008, p.116), a partir de então, muitos chineses e libaneses, antes estavam estabelecidos no Paraguai, mudaram-se para a cidade de São Paulo, conformando outra rota, China-Brasil²¹³. Deste modo, a região central de

²¹² Para Pinheiro-Machado (2008, p.119), acompanhar esse processo, bem como as redes sociais imbricadas a ele, pode representar uma "biografia sociocultural da mercadoria" (Kopytoff, 2006, p.27) que acompanha desde o seu "nascimento" até o destino final, remontando aquilo que Arjun Appadurai chamou de "*commodity ecumene*": "uma rede de relações transcultural unindo produtores, distribuidores e consumidores de uma determinada mercadoria ou conjunto de mercadoria".

²¹³ Como visto nas duas rotas, a imigração chinesa e libanesa constituem-se como uma questão transversal. Segundo Gustavo Lins Ribeiro (2008, p.19-20), são diásporas fundamentais para a "globalização popular", provavelmente duas das maiores e mais complexas redes de imigração do mundo. A primeira, revigorada pelo papel proeminente da China na economia global tem crescido também em países onde sua presença era irrisória, como Portugal. A segunda, além de manter uma forte presença na fronteira

São Paulo, juntamente com o Brás e o Bom Retiro, tornou-se um grande centro atacadista de produtos importados – e também nacionais – que atraem milhares de revendedores de outros lugares e da própria cidade, entre eles os ambulantes. É um pólo de atração para consumidores da região metropolitana, mas também para revendedores de outros estados, principalmente do sudeste e do sul, e até de outros países como a Argentina e Angola também podem ser encontrados nestas regiões. Por atrair tantos revendedores, afirma Freire, estas regiões vêm se constituindo como a porta de entrada para um imenso mercado popular brasileiro e internacional, atraindo assim a atuação de investidores estrangeiros.

Em boa parte das cidades brasileiras, assim como na capital paulista, é no chamado centro “degradado” e “decadente” que se concentra a oferta dos produtos chineses e de outras mercadorias a preços baixos. Tudo sob a denominação “comércio popular”, que se proliferou na mídia assim como o destaque dado à movimentação dessa região nas vésperas de datas comemorativas. A possibilidade de comprar gastando menos é um imaginário de consumo que atrai todas as classes.

Contudo, se no Brasil o comércio de produtos contrabandeados, piratas e falsificados é proibido, o que explicaria a oferta abundante destes nos espaços de comércio popular? Segundo a ideia de um “mercado de proteção”, que agencia os riscos, os acordos ilícitos para manutenção da ocupação dos espaços e as garantias de que a polícia não realizará apreensões constantes²¹⁴. Para Freire (2008, p. 118):

Ciudad del Este-Foz do Iguaçu desempenhou importante papel no crescimento de San Andresitos, empreendimentos similares às galerias 25 de Março e Pajé na Colômbia. Além de São Paulo, podem ser vistas pelo território brasileiro em mercados populares das cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e Caruaru (Pernambuco). No centro do Rio de Janeiro, na zona conhecida como Saara, a presença de ambos os grupos seria marcada por claras disputas. Esses migrantes fazem parte de redes que colocam em movimento homens e mulheres que circulam entre países e regiões, conforme as circunstâncias e oportunidades de trocas e comércio. “Formigas da mundialização”, diz Tarrius, atores de um “capitalismo nômade” emergente, que operam em redes mais ou menos extensas, seguindo as “tramas circulatórias” tecidas por laços familiares e de proximidade (núcleos sedentarizados das vagas migratórias anteriores ou de diásporas recentes) ancoradas nas várias localidades (cidades, vilarejos, núcleos de assentamentos) por onde passam pessoas e produtos. São, ademais, excedentes em relação aos limites das nações por onde atravessam, estão fora do raio de ação das políticas ditas de integração e de igualdade de oportunidades para os recém-chegados, generosas mas pouco eficientes já há várias décadas para inúmeros estrangeiros (PERALVA & TELLES, 2009, p.7). É nessa perspectiva que o contrabando e a prática do comércio ambulante estão muito associados nas cidades européias aos imigrantes, principalmente africanos e asiáticos.

²¹⁴ Em São Paulo, Law Kin Chong, considerado o maior contrabandista do país, era dono de *shopping's* populares na região da Rua Vinte e Cinco de Março, onde havia uma

“Este mercado de proteção se desenvolve com base em acordos que são muito variados. Dependem das configurações das alianças que são desenvolvidas em cada localidade e da valorização comercial do lugar. Eles determinam o quanto é necessário investir para trabalhar no ponto, a segurança para o desenvolvimento da atividade e o jogo de tolerância e repressão nas intervenções da fiscalização.”

Segundo Misse, o mercado informal de produtos cuja oferta e consumo são criminalizados gera outro que produz e transaciona “mercadorias políticas”. Esse outro mercado informal combina especificamente dimensões políticas e econômicas, de tal modo que um recurso político é metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço dessas mercadorias – que podem ser tanto bens como serviços – “ganha a autonomia de uma negociação política, algo como mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas”

Para o autor (MISSE, 2008, p.18 e 19), esse mercado clandestino de troca de bens ou serviços políticos privadamente apropriados não designa apenas uma “corrupção” dos costumes ou um “desvio”. Constitui uma **ordem ilícita funcional** para o tratamento, encaminhamento e solução de contradições sociais em escala microssocial, interindividual, algo como uma “ordem legítima paralela”²¹⁵. Uma convivência contraditória, mas não necessariamente conflitual com a ordem legítima legal. O mesmo acontece nas avaliações que definem quando uma norma geral e aceitável pode ser ajustada ou simplesmente abandonada em situações específicas de interesse. Aquilo que deveria ser regulado no plano da negociação legal passa a ser objeto de uma negociação “moral”, microssocial, do legalismo e das normas sociais gerais. As negociações não ocorrem de forma neutra, implicando em situações de vulnerabilidade de todos os lados pela formação de mercados ilícitos de proteção.

grande oferta de produtos dessa natureza. Estimava-se em 2004 que seus negócios movimentavam R\$ 600 milhões por ano. Ao todo, ele era dono de mais de 600 lojas no centro de São Paulo e tudo levava a crer que era proprietário de fábricas de produtos piratas em Manaus e na China. Segundo apurou-se na época pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pirataria, 10% do seu faturamento era gasto com propinas a fiscais, policiais e outros funcionários de órgãos públicos, formando uma rede de proteção de 200 pessoas. Ver: BRASIL, Sandra. O propinoduto do contrabando. Revista Veja, edição 1857, 9 de junho de 2004.

²¹⁵ Misse (2008) toma como referência os estudos de Luiz Antônio Machado da Silva sobre a convivência no Brasil de duas ordens legítimas paralelas.

A espacialização dos circuitos relacionados à pirataria, falsificação e ao contrabando demanda a transação de mercadorias políticas em diferentes instâncias, desde a produção até a distribuição.

O comércio ambulante é um dos locais de oferta dos produtos com algum grau de contravenção ao consumidor final. Observando o caso de Campinas, é importante atentar como essa ordem ilícita, fundamental para o funcionamento dos mercados informais, se desenha na cidade.

A análise realizada até o momento procurou discutir como a indeterminação entre o legal e o ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito perpassa a apropriação dos espaços públicos da área central, o cotidiano da atividade e as trajetórias de vida dos trabalhadores.

No equilíbrio dessa dinâmica marcada por acordos instáveis, um agente tem papel fundamental: o STEIC/Sindipeic, entidade que representa a maioria dos trabalhadores regularizados.

Sua atuação ultrapassa a administração dos conflitos entre os trabalhadores ou a interlocução com o Poder Público. Ao exercer o papel de autoridade nos setores, o sindicato torna-se um gestor dos espaços do centro.

PARTE III

O sindicato e a gestão de um território

Entre o Poder Público e os ambulantes

A relação entre entidades de representação – em especial os sindicatos – e os trabalhadores²¹⁶ é uma discussão clássica nos estudos sobre o comércio ambulante. Entre as pesquisas latino-americanas, tem destaque o caso da Cidade do México, em que a articulação entre partidos políticos e entidades caracterizou-se pelo clientelismo e a cooptação das lideranças. Segundo observou Victor Tokman ao realizar um estudo comparado entre Rio de Janeiro, Santiago e Bogotá; algumas das maiores associações acumularam poder suficiente para contrabalancear até o poder do governo local. Ao invés de legitimar a participação dos trabalhadores na condução das políticas, esses desdobramentos frustraram ainda mais as tentativas de organizá-los.

Essa situação acontece em muitas cidades em que o Poder Público exige que os ambulantes estejam filiados a uma entidade de representação para receber a

²¹⁶ Luciana Itikawa no artigo “Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo”, de 2006, traça um importante panorama da bibliografia sobre o tema. As referências citadas no texto foram retiradas deste trabalho. Sobre o trabalho ambulante na capital mexicana ver o livro de John Cross: “Informal politics: street vendors and the State in Mexico City”, Stanford: Stanford University Press, 1998. Em relação ao estudo comparativo entre as cidades latino-americanas: TOKMAN, Victor. (Org.), “De la informalidad a la modernidad”, Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2001. Quanto ao caso na Guatemala, ver: CASTEJON, G. “Déjennos trabajar! Los bujoneros de La zona central”. In: Debate. Número 28. Guatemala: Flacso, 1995.

licença de uso do solo público. A filiação termina por produzir diferenciações entre os trabalhadores; conformando grupos considerados privilegiados por terem interlocução com o Estado frente a outros que, ao permanecerem na ilegalidade, estão mais vulneráveis aos abusos de poder e à violência. Na cidade da Guatemala oito em cada dez trabalhadores eram filiados a uma associação da categoria, gerando conflitos entre os ambulantes. Os legalizados lutavam pela expulsão dos ilegais e pediam ao governo: “limpe a rua de novos invasores”.

A licença torna-se então uma “mercadoria política”²¹⁷:

“No caso do trabalho informal de rua, negocia-se a licença como mercadoria política. A intermediação é feita não só por um parlamentar, mas também pelas lideranças dos próprios trabalhadores, que, teoricamente, deveriam representá-los nos poucos canais de interlocução com o governo” (ITIKAWA, 2006, P.183)

Itikawa (2006, p.183-186) verificou no centro de São Paulo que os “protegidos” de determinados parlamentares tinham maior possibilidade de permanecer nos espaços públicos, mesmo sem possuir a licença. Alguns trabalhadores de rua entrevistados afirmaram que um “bolsão de comércio” permanecia irregularmente instalado na área pública porque estava sob o controle de um parlamentar estadual. A posse da licença nem sempre é uma garantia para o trabalhador não ser molestado pela polícia. Dos regularizados também se cobra propina sob o argumento de que é preciso “garantir a ‘futura’ permanência nas ruas”. Outra questão presente na cidade é a disputa entre diferentes entidades pela representação do comércio ambulante, caracterizando uma “extrema fragmentação organizativa”²¹⁸ e a divisão da área central em territórios de domínio de cada uma delas. Segundo a autora, o pouco conhecimento sobre a dinâmica do comércio ambulante, gera o consenso de que corrupção e clientelismo estão presentes no cotidiano da atividade como situações criadas pelos próprios trabalhadores, criminalizando e anulando as necessidades dessa população.

Diversas destas questões estão presentes no comércio ambulante de Campinas, como a diferenciação que se cria entre regulares e irregulares. Contudo, é

²¹⁷ Segundo a autora informou, o uso do termo “mercadoria política” tem com referência o livro de José Eduardo Cardozo, “A Máfia das Propinas”, não havendo relação direta com a formulação de Michel Misse.

²¹⁸ Para Heitor Frúgoli Jr. (2000) essa fragmentação dificultaria a atuação política dos trabalhadores.

preciso analisá-las à luz das especificidades da organização dos trabalhadores na cidade.

O primeiro dado a considerar é a existência, até recentemente, de uma única entidade na representação dos ambulantes regularizadas, tendo em vista que a sua presidência há anos é ocupada por uma única pessoa. Se a pulverização em mais de uma representação dificulta a implantação de políticas e acende disputas entre as lideranças, cabe refletir sobre o papel exercido por Zezé e o Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) – agora Sindipeic – e também analisar as disputas pela legítima representação nos últimos três anos.

Os vínculos com o movimento sindical na fundação da entidade – mesmo que distantes da mobilização dos trabalhadores atualmente – demarcaram campos de enunciação importantes naquele período e no debate sobre a legitimidade do comando de Zezé. A organização de um sindicato dos “informais” pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos 1990, diz sobre as mudanças no mundo do trabalho e como elas acabam por se cruzar com uma questão importante aos estudos urbanos: o comércio ambulante. Outro fato peculiar em Campinas é que a consolidação da organização dos ambulantes esteve ligada de algum modo à formação das áreas regularizadas, tendo o sindicato papel fundamental nessa trajetória.

Período	Setor implantado	Prefeito	Liderança sindical	Padronização das Instalações
Anos 1980	Mercado	Magalhães Teixeira (MDB)	Inexistente	A posteriori
Anos 1990	Carlos Gomes Jumbo Terminal Frente Terminal Fundos Túnel (extinto)	Magalhães Teixeira (PSDB)	Belo	No período
Anos 2000	Benedito Jayme	Toninho-Izalene (PT)	Zezé	Antes da ocupação

Tabela 1: Períodos de regularização do comércio ambulante

Como observa-se na Tabela 1, cada um dos três períodos de regularização correspondem a processos com características singulares. Os anos 1980 assistiram à criação do primeiro setor. As dificuldades em administrar a área e os conflitos entre os trabalhadores levaram o Poder Público a incentivar que os ambulantes assumissem algumas responsabilidades da Setec, por meio da organização e da

eleição de representantes legítimos. Na década seguinte, o processo de regularização aconteceu após uma série de manifestações na área central, em que os ambulantes reivindicaram o direito de poder trabalhar e a delimitação de mais áreas para a praticar regular da atividade. Nos anos 2000, a construção de um novo setor era o projeto comum de determinado segmento do governo e do sindicato. Foi o período de fortalecimento de Zezé como interlocutora.

O ponto de partida das regularizações está na dificuldade de controlar a permanência dos ambulantes irregulares na área central. É difícil negociar com trabalhadores dispersos. Uma liderança ajuda a alinhar reivindicações e propostas, mas é preciso que ela tenha legitimidade. Legitimidade construída não apenas por parte dos ambulantes, mas também pelo Poder Público. Nesse papel de interlocutor, o sindicato precisa ter o reconhecimento consensual de ambos para que sua atuação seja efetiva.

Essa interlocução, é preciso observar, pode criar com o tempo uma sobreposição de papéis entre a entidade de representação e o Poder Público. No caso de Campinas, como o sindicato liderado por Zezé intermedia todas as ações da Setec nos setores sobre o seu comando, existe a dificuldade por parte dos trabalhadores de diferenciar as responsabilidades da autarquia e da entidade²¹⁹.

Para melhor qualificar esta questão, adentrou-se o cotidiano do sindicato e das áreas regularizadas sob seu comando.

²¹⁹ O comentário final do “Diagnóstico sobre as condições de trabalho dos comerciantes ambulantes de Campinas”, realizado em 2001, explicita essa problemática: “Uma questão importante a ser ressaltada, se refere à atuação do Poder Público. Ainda que poucos tenham clareza das demandas a serem respondidas pela administração pública, a maior preocupação dos trabalhadores ambulantes dizia respeito ao reconhecimento e à regulamentação da sua atividade. Essa preocupação está relacionada, evidentemente, com as dificuldades encontradas e relatadas pelos trabalhadores no que tange sua inserção no mercado de trabalho. Mas, sobretudo, essa preocupação decorre do fato de que o comércio ambulante foi a única alternativa de obtenção de renda que estas pessoas encontraram para garantir o seu próprio sustento e o de suas famílias de forma digna e legítima. Em virtude disso, demonstram imensa preocupação em garantir o reconhecimento de sua ocupação pela sociedade e pelo Poder Público” (DIAGNÓSTICO, 2001, p. 24). Os questionários utilizados na composição dos dados foram respondidos pelos ambulantes instalados nas áreas regularizadas. Logo, por já atuarem regularmente, reconheciam a importância da posse da licença de uso para exercício da atividade e tinham a percepção de que a função do Poder Público é manter esse direito.

A administração dos setores

Em 2005, quando da primeira visita de pesquisa ao Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC), a sede da entidade liderada por Zezé estava instalado em um edifício na Rua Rio Branco, perto da esquina com a Treze de Maio. A secretária, Jaqueline, era quem ficava na recepção das 8h às 11h e das 13h às 17h. Nora de Zezé, ela permaneceu na entidade até março de 2010, quando Edinéia, que antigamente ocupava a função, voltou a trabalhar na entidade. Além de uma secretária, Zezé contava com a ajuda de seu marido, conhecido como Oliveira e de um advogado. “Não é verdade que tudo é informal por aqui. Tem muita mercadoria comprada em atacados com nota fiscal. Além disso, nós temos um contador que calcula os direitos trabalhistas dos funcionários dos camelôs. O sindicato exige que eles recebam tudo certo. É informal, mas funciona como formalizado”, disse²²⁰.

O escritório foi transferido para a sala comercial de um edifício na Rua Benedito Cavalcanti Pinto no primeiro semestre de 2010. De acordo com um trabalhador, a mudança era uma medida de segurança: “Zezé resolveu sair do outro prédio porque teve um assalto lá, dentro do escritório. Pegaram o dinheiro e ainda fizeram ameaças. Por um lado foi bom, por que agora ela fica mais perto da gente”. O novo espaço era bem mais amplo que o anterior e da sua janela era possível o Viaduto Miguel Vicente Cury, o Terminal Central e os setores do entorno.

A estrutura de apoio do sindicato era formada pelos ambulantes membros da diretoria cuja função era auxiliar na resolução de pequenos problemas e avisar Zezé sobre questões mais graves:

²²⁰ Segundo Braz (2002, p.28), em 2002, o sindicato havia contratado um advogado “permanente” para prestar assessoria jurídica: “Trata-se de Dr. João Roberto, que trabalha na sala ao lado da do sindicato (cujo aluguel é pago por este) e recebe R\$ 700 mensais. Há também um contador que trabalha para o sindicato, o Júlio, cujo escritório fica na avenida General Osório, bem próximo ao ‘camelódromo’. Segundo Zezé, Júlio faz a contabilidade dos pagamentos dos ‘camelôs’ que trabalham como ‘funcionários’ em algumas bancas. De acordo com ela, e isso eu mesmo pude observar, muitos ‘proprietários’ contratam alguém para trabalhar em suas bancas, geralmente familiares (sobrinhos etc). Ela diz que essas pessoas têm consciência de que têm de pagar todos os ‘direitos’ a esses funcionários, tais como FGTS, 13º etc. E é Júlio quem calcula esses benefícios. Como Zezé diz, o ‘funcionário’ é ‘como se fosse’ um trabalhador com carteira assinada, ‘sem a carteira assinada’”.

“Não, veja bem, todo sindicato tem uma diretoria de vinte e um, vinte e quatro membros...tá? então um é secretário, um é diretor, outro é...é tesoureiro, outro sei lá...aqui não...mesmo porque nós não conseguimos porque...os...os nossos ambulantes, eles não saem da banca...então não dá prá você ficar tendo reunião aqui, não dá, é muito difícil, porque ele não larga o ponto dele...então, nós criamos comissões dentro dos setores...nós temos um setor lá embaixo, tem outro aqui, outro ali...e cada setor tem a sua comissão...cinco, seis ali dentro daquele setor...então eles são os nossos diretores...é eles que vêem os problemas que acontecem ali...e ali mesmo eles resolvem...quando não conseguem, aí eu vou até lá...e de vez em quando a gente se reúne [...] eles vivem no dia-a-dia os problemas da rua...então eles tão lá, os erros que tem eles consertam...então, se tá tendo um problema lá no Carlos Gomes, que é um setor ali de baixo...então eles me ligam, eu desço lá...então eu já me reúno com eles ali, ali mesmo a gente resolve...entendeu? então a gente não tem aquela...frescura toda, aquela coisa toda”. Entrevista de Zezé para o antropólogo Camilo Braz (2002, p.68 e 69) em 2002

Apesar de contar com uma grande equipe, Zezé centralizava as decisões. Era uma líder presente no cotidiano dos setores. Fazia a sua “ronda” pelas áreas regularizadas quase diariamente. Em 2005, nas primeiras visitas ao Setor Terminal Fundos, conheci Oliveira, marido de Zezé. Solícito, disse que eu poderia ir ao escritório da entidade para consultar o arquivo de reportagens. “Nós temos tudo guardado. Você pode ir ao sindicato e consultar. Já conhece o sindicato? Vai lá que a Jaqueline mostra as pastas para você”, disse. No dia que fui à entidade, Oliveira logo disse à secretária: “Jaqueline, mostra a pasta de reportagens para a moça”. “Não posso, ordens da Zezé. Ela só pode ver a pasta com os trabalhos”, respondeu. A pasta à qual tive acesso continha pesquisas de iniciação científica e trabalhos finais de graduação de diversas universidades da região de Campinas, todos relacionados com os ambulantes do centro. Oliveira não questionou. Quando Zezé dá a palavra de ordem, poucos se arriscam a falar o contrário.

Como apurou Camilo Braz (2002, p.28), o sindicato sobrevivia de contribuições mensais dos trabalhadores informais:

“Segundo Zezé, elas não são obrigatórias. É diferente de um sindicato ‘formal’, segundo ela, por que nesses os membros são obrigados a pagar as taxas. Nesse sindicato ‘informal’, o que ocorre é um ‘acordo’ entre os trabalhadores e o sindicato, para que os primeiros paguem a taxa mensal – até porque, do contrário, o sindicato deixa de existir.”

Em 2002, período em que Braz acompanhou os ambulantes, o valor variava de setor para setor. No Setor Terminal Fundo, a taxa era de R\$ 15 mensais “por ponto”. No caso de uma banca ocupar dois ou mais “pontos” paga-se a taxa correspondente ao número de boxes. Nos demais setores, a contribuição era de R\$ 20 mensais, com exceção do Setor Jumbo, onde a taxa era de R\$ 50 mensais – já que este era o setor “mais bem localizado, num local ‘estratégico’, e por isso mais movimentado”.

Sete anos depois, Zezé declarou à pesquisa que cada ambulante pagava uma taxa de R\$ 40 ao sindicato. De acordo com uma ambulante do Setor Jayme, devido aos baixos ganhos, quem tinha um ponto nesta ocupação não precisava pagá-la. “É justo, é uma forma de ajudar o pessoal que está tentando trabalhar aqui”, comentou. É preciso enfatizar que o pagamento é feito ao sindicato e não à Setec, como é de obrigação dos permissionários e é feito pelos ambulantes do Setor Mercado. Um trabalhador comentou: “Nós sempre lutamos para não sermos permissionários, por isso não pagamos nenhuma taxa à Setec. Se aceitássemos essa condição, poderíamos nos tornar uma espécie de fantoche da autarquia ou de algum governo. Preferimos ser independentes”, comentou.

Apesar de o sindicato negar a prática de venda de boxes nos setores, algumas evidências verificadas no trabalho de campo revelaram como o processo é legalizado. Cada trabalhador regularizado é identificado por uma carteirinha emitida pela Setec, na qual está registrado o número do box. Após a negociação entre os interessados, entra-se com um processo de mudança de nomes na autarquia – preenchendo formulários e anexando fotos 3x4 e cópias de documentos pessoais – no qual é transferido a licença de uso de um trabalhador para outro. O sindicato se dispõe a levar os papéis para a Setec e trazer as carteirinhas, já que a sede da autarquia não está localizada no centro. Em todo o trâmite legal, o processo é simplesmente uma transferência de nomes, ou seja, não há indícios da negociação monetária.

A administração dos setores envolve a tolerância com uma série de ações presentes no cotidiano da atividade e situadas entre o formal e o informal, o legal e ilegal, o lícito e o ilícito. Além da venda de boxes, há o aluguel a terceiros. Inúmeros exemplos já foram citados, mas tratar-se-á aqui de um em específico, narrando como se teve conhecimento dele durante a pesquisa.

Em uma das visitas à sede do sindicato foi possível conhecer Marta, uma senhora de aproximadamente 40 anos. Questionada em qual setor trabalhava,

respondeu: “sou da Jayme”. Comentei que não me recordava dela. Marta ficou constrangida e explicou que não ficava na banca porque havia passado em um concurso público em uma cidade da região de Campinas. “Pedi licença hoje para poder vir no sindicato, perguntar se é mesmo verdade que estão querendo tirar as nossas bancas”, contou.

A filha assumira o negócio da mãe, mas teve que parar de trabalhar. “Ela ficou grávida, é menor de idade. Vi que não dava para deixá-la sozinha na banca, podia ser perigoso. Tem uma moça que fica lá. Ela vende CD na minha banca, me paga tudo direitinho e eu deixo tudo pago também. Eu tenho meu relógio de luz, não tenho nada de gato”, comentou²²¹.

Marta trabalhou por dez anos no Setor Terminal Fundos, vendendo ervas. Nesse período, juntou dinheiro para ter seu próprio ponto: “Paguei R\$ 13,5 mil por duas bancas, queria que elas fossem geminadas. Uma comprei à vista, a outra pelo boleto bancário. Mas o ponto não deu certo. Muita gente acreditou que seria diferente e investiu. Tenho medo do que pode acontecer... Não dá para sair de lá e ir para outro local com pouco movimento, ter mais prejuízo ainda... A Zezé não faria isso com a gente”.

Assim como outros trabalhadores entrevistados, Marta mostrou saber que a venda e aluguel dos pontos é proibida, mas justificou a prática como uma forma de compensar os desgastes que enfrentou no exercício da atividade e os investimentos feitos na manutenção do seu negócio.

A garantia de que a negociação monetária do direito de uso do solo público não será condenada, dá legitimidade aos acordos informais. De certa forma, essa tolerância ajudou a consolidar o sindicato na administração das áreas regularizadas. Durante a visita à uma ocupação regularizada de comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro, um dos membros da diretoria que representava os trabalhadores afirmou: “nós não vendemos boxes, mas o que cada associado faz é por conta dele”. Essa é uma das atitudes que a Setec não poderia tomar se atuasse diretamente nos espaços; já que os ambulantes dos Setores Carlos Gomes, Jumbo, Terminal Frente, Terminal Fundo, Benedito e Jayme não são permissionários.

²²¹ Ela realmente mostrava-se constrangida ao dar essas informações. Depois de explicar novamente que alugava o box porque a filha tinha engravidado, comentei: “Ela tem todo o direito de se ausentar. Se estivesse em outro emprego, teria direito à licença maternidade”.

Há certa ordem ilícita funcional nos espaços regularizados cuja responsabilidade é do sindicato.

Os códigos de conduta são constituídos por regras bem específicas, como mostra o esboço de um regimento interno cujo título era “União e organização, palavra-chave (sic) que nos garante a rua”. Entre os deveres, estavam elencados: respeitar o local de trabalho, o companheiro ao lado, o pedestre e o cliente; evitar brigas tumultos e palavrões; “limitar” a altura do som para não prejudicar os vizinhos; manter limpo o local de trabalho; não jogar lixo na rua e embaixo das bancas e ter uma lixeira em cada uma delas. Algumas medidas procuravam disciplinar o comportamento. Havia um alerta para os donos de bancas, dizendo que as brincadeiras de ajudantes – “bombas, chutes em bancas, desrespeito com pedestre, enfim, qualquer tipo de brincadeira que possa prejudicar o setor” – seriam punidas com o fechamento do box. O regimento também estabelecia que todas as bancas deveriam “ter o seu cartão de garantia para o cliente, identificando o número do box e o setor”. Reformas, soldas e pinturas deveriam ser feitas apenas quando as bancas estivessem fechadas – à noite, nos domingos e feriados. Além disso, curiosamente, eram proibidas “placas com preços nas bancas”. Uma das orientações dizia: “Proibido vender e alugar banca, caso seja necessário se afastar, procure o sindicato para fazer preposto”.

A linha de trabalho da entidade também está pautada na manutenção das instalações. Logo, os investimentos feitos no ponto não dizem respeito apenas à aquisição dos equipamentos padronizados, mas também ao custeamento de melhorias realizadas para resolver problemas de infraestrutura.

Segundo apurou Camilo Braz (p. 47 e 48) em 2002, no Setor Carlos Gomes havia um relógio de luz, cuja conta era dividida entre todos os comerciantes locais. Quem passava recebendo o valor era sempre alguém da comissão do setor. No Setor Túnel²²², de acordo com Ezequiel, o esquema era o mesmo:

“No Setor Jumbo, Chiquinho me explicou que até há bem pouco tempo havia apenas um relógio – mas que hoje o Setor, onde há, segundo ele, cerca de 80 ‘pontos’, foi dividido em duas partes, a ‘de baixo’ e a ‘de cima’, a fim de facilitar o trabalho dos membros da comissão. Assim, ele e Lurdes, que trabalham na parte ‘de cima’, são responsáveis por ela e os demais membros da comissão, que trabalham no outro lado, fiscalizam a parte ‘de baixo’ – embora, segundo ele, essa divisão

²²² Ocupação regularizada extinta com a criação do Setor Benedito.

não seja ‘formal’: quando não há alguém para fiscalizar a parte ‘de baixo’, os da parte ‘de cima’ o fazem, e vice-versa. Quanto à energia elétrica, funciona da mesma forma que nos outros setores. No Setor Terminal Central Frente, segundo me relatou Nei, há três relógios – esse é o maior setor. É sempre o ‘Cabelo’, o membro mais velho da comissão desse setor (com quem ainda não conversei) quem passa recendo o valor das contas, que é dividido entre todos os que trabalham no local. Por fim, no Setor Terminal Central Fundo (sic), segundo Ana, não cabe à comissão arrecadar o valor da conta de luz, porque lá os comerciantes se juntam em grupos de 3 ou 4 (no caso dela, tem um relógio próprio), ‘puxam’ a força e depois dividem as despesas entre si (com o eletricitista), bem como as contas de luz subsequentes. Paraná me confirmou que, lá, cada um tem seu relógio – ou dois comerciantes dividem um.” (BRAZ, 2002, p. 47 e 48)

Em 2009, Zezé informou que as instalações do Setor Jumbo estavam sendo refeitas para colocação de um disjuntor em cada box. “No Terminal Frente, nós instalamos um relógio de luz em cada banca. Ficou R\$ 650 em três vezes para cada proprietário. Lá na Benedito, é um relógio a cada 40 bancas. Isso dá muita encrenca porque um sempre acha que o outro gastou mais do que ele. Mas lá não tem como instalar um relógio para cada banca porque não tem espaço”²²³.

A substituição da cobertura do Setor Jumbo em 2009 também foi um exemplo da atuação do sindicato na manutenção dos setores. Desta vez, a obra ocorreu sem conflitos, como enfatizou Zezé: “Hoje eu tenho credibilidade com o Poder Público, mudou o respeito”. Lembrou que, em 2000, a prefeitura não queria a construção da cobertura, a qual os ambulantes defendiam como “necessária para melhorar a segurança dos trabalhadores e dos clientes”. “Passei três dias dormindo na rua. Enfrentamos a polícia e não cedemos. Se a construção parasse, ela nunca terminaria”, disse.

Pela administração dos setores também perpassava outra questão, a segurança. Havia boxes com estoques de grande valor e era preciso evitar furtos principalmente quando as bancas estivessem fechadas. No Setor Jumbo, foram instaladas câmeras de vigilância. Mas ali, como em outros setores, houve a contratação de pessoas para fazer a segurança.

²²³ Gastos com a conta de luz fazem parte da ocupação dos setores, apesar do senso comum associar o comércio ambulante a todo tipo de prática ilegal. Ao contrário do que se poderia pensar de um mercado informal, não há “gatos” – conexões ilegais da rede elétrica. Assim como os setores de Campinas, o Mercado da Uruguaiana, no Rio de Janeiro, honra o pagamento da conta de luz cujo valor chega a R\$ 80 mil mensais.

Segundo reportagem publicada no Correio Popular em 2008²²⁴, havia um grupo “de cinco a seis pessoas” que terceirizava a contratação de seguranças. Um dos entrevistados, o comerciante Antônio Soares, de 68 anos, que coordenava dois vigias no Terminal Central, afirmou que o valor cobrado variava entre R\$ 7 a R\$ 10 por semana. Para saber quem pagava, eram coladas nas portas das bancas o adesivo ‘Vigilante Alarme Ativo’. Um dos ambulantes contou que pagava R\$ 20 semanais para evitar transtornos: “Pago para que eles fiquem de olho para ninguém fazer necessidades na minha porta, colocar alguma coisa nos trincos ou tentar arrombar a fechadura”.

O coordenador de uma das áreas onde os vigilantes ficavam, Cícero José dos Santos, de 49 anos, disse que o valor mensal cobrado de R\$ 40 não era obrigatório. “Sempre peço antecedente criminal para quem eu contrato. Não é preciso ter experiência nenhuma. Apenas não dormir em serviço e ficar de olho”, afirmou. Para ele, sem os vigilantes, o local seria um paraíso para os bandidos. “Sem alguém para olhar, não teria condições”, defendeu.²²⁵

Durante o trabalho de campo em 2010, foi possível conversar brevemente com esse coordenador. Toda a segunda-feira Cícero passava pelos boxes recolhendo a taxa cobrada, que variava de acordo com o serviço oferecido. Havia locais em que a segurança era feita durante todo o dia, em outros, como o Setor Jayme, ela era feita somente à noite. Ficava a cargo de cada ambulante contratar ou não o serviço. Como contou uma vendedora, alguns não tinham como arcar com mais essa despesa e optavam por não contratar o serviço. O encontro com Cícero aconteceu durante a entrevista de um grupo de ambulantes sobre os problemas do Setor Jayme. “Chegou o cara que conhece todos os problemas de segurança daqui”, disse um dos trabalhadores. Cícero tinha em mãos o dinheiro que ia recolhendo no setor e uma lista com o nome dos pagadores. Além da presença de usuários de drogas, que às vezes escondiam papelotes no vão existente em baixo dos boxes, havia o risco de roubos de bancas que chegavam a ter mais de R\$ 100 mil em mercadorias. O maior problema era fazer a segurança à noite. “para você ter uma ideia é difícil até achar

²²⁴ ALCIATI NETO, Carlos; DIAS, Natan. “Milícia faz segurança para camelôs”. Correio Popular Digital, 14 de junho de 2008.

²²⁵ O jornal assim noticiou o trabalho dos seguranças particulares: “Uma milícia formada por seguranças clandestinos vende proteção a camelôs em troca da garantia de impedir furtos e arrombamentos nas bancas dos camelódromos. Esse pequeno exército é formado por vigias sem qualificação profissional e, em alguns casos, com antecedentes criminais”. ALCIATI NETO, Carlos; DIAS, Natan. “Milícia faz segurança para camelôs”. Correio Popular Digital, 14 de junho de 2008.

quem queira pegar o serviço”. “Coxinha” era o nome dado aos policiais militares que faziam a ronda fora do horário de serviço. Segundo Cícero, nem eles se arriscavam a trabalhar nos setores.

A configuração espacial dos setores dificultava a atuação da segurança terceirizada, pois alguns corredores formavam labirintos isolados, de difícil visibilidade. Como se tratava de uma ocupação sobre a área pública, não era possível fechar o acesso.

Cícero era considerado praticamente um membro da direção do sindicato. Na assembleia do sindicato de 2 de Junho de 2010, na qual foi discutida a revitalização e o destino dos ambulantes, Zezé anunciava ao microfone o início dos trabalhos, com toda a diretoria ocupando o palco do Clube Concórdia. Quando o viu entrando no salão, interrompeu sua fala e pediu que ele se aproximasse: “Cícero, por favor, venha aqui, junte-se à diretoria”. A segurança terceirizada era uma extensão da administração dos setores pelo sindicato.

A Guarda Municipal realizava rondas diárias nas áreas regularizadas, às vezes com o uso de viaturas. Entretanto, como em outros espaços da cidades, o controle da ordem passou a ser realizado pelo setor privado.

Se o sindicato tivesse mantido apenas uma atuação representativa, de figura política, provavelmente Zezé não estivesse há tantos anos na presidência. Ela acumulou funções que a Setec não tem condições de oferecer nos setores. O anseio da direção da autarquia, na virada dos anos 1980 a 1990, de que os ambulantes se organizassem e passassem a gerir os espaços regularizados, realizou-se. Seu comando legitimou-se na atuação diferencial enquanto liderança, atuando na administração do espaço, das melhorias e dos serviços.

As disputas pela legítima representação

A trajetória política de Zezé teve início nas Comunidades Eclesiásticas de Base da Igreja Católica:

“[...] eu fui Ministra da Eucaristia, eu fui Ministra do Batismo, eu trabalhei na ‘Pastoral da Saúde’, eu fundei [sendo enfática] a ‘Pastoral Carcerária’, no presídio de Hortolândia, fui uma das pioneiras lá, então eu que abri espaço lá...fiquei na ‘Pastoral Carcerária’ durante 5 anos...tá...eu fundei o ‘Grupo de Mulheres’, no ‘Parque Santa Bárbara’ também, eu coordenava o ‘Grupo de Mulheres’, e através desse ‘Grupo de Mulheres’ levei

muitas benfeitorias pro bairro, como posto de saúde, nós éramos um grupo...e que a gente ia pra Prefeitura, isso na época do Magalhães...então a gente chegava, Nossa Senhora! A gente atormentava mesmo, certo.” (BRAZ, 2002, p.61)

Foi em um desses momentos de mobilização que Zezé “teve um contato mais direto” com o arquiteto e urbanista Antônio da Costa Santos, o Toninho. Segundo relatou a Braz, quando Jacó Bittar estava a frente da Prefeitura, a população do Parque Santa Bárbara reivindicou a retirada do aterro sanitário “Delta I”, instalado no local pela administração de Magalhães Teixeira. Zezé contou: “[...] nós ficamos acampados durante sete dias...no meio do lixo...aí veio o Pelotão de Choque, veio aqueles cachorros, ih...foi uma confusão...mas a gente conseguiu tirar”. A líder enfatizou a importância da atuação de Toninho nesse processo:

“[...] foi com a ajuda do Toninho, hã...ele fez todo o lado jurídico...e uma boa parte, também, do lado político da coisa...que a gente conseguiu tirar...o aterro sanitário do bairro [...] Ah...eu já conhecia ele porque a gente já era...hã...sempre fui petista...tá? sempre fui petista...tenho muito orgulho disso...e a gente já era militante, a gente já...fazia campanha junto, tudo, né.” (BRAZ, 2002, p.61 e 62)

Nesse mesmo período, foi convidada pela vereadora Vanda Russo (PT) para assessorá-la principalmente na mobilização da mulheres, estender sua militância pela periferia de Campinas:

“Então, a gente começou...visitar outros bairros, então levamos o grupo de mulheres pra outros bairros, fazia reuniões mensais...então outros problemas que...é...que as mulheres tinham, no caso, nesse espaço que a gente tanto buscava...então através da Vanda, eu fui me aprofundando mais e a gente foi levando isso pra outros bairros...então, a coisa foi crescendo, né.” (BRAZ, 2002, p.63)

A vereadora foi a autora do projeto de lei – apresentado no início dos anos 1990 – que delimitava novas áreas regularizadas para o exercício do comércio ambulante no centro de Campinas. Pelo contato da parlamentar com o STEIC, Zezé veio a trabalhar com os ambulantes, tornando-se secretária da entidade após o fim do mandato de Russo:

“[...] inclusive quando nós começamos o sindicato aqui...eu ainda estava trabalhando com a Vanda, o sindicato começou com Antônio Belo...e nessa época a gente se conheceu...aí quando eu saí da Vanda, eu já vim...as primeiras brigas que teve com os camelôs, quem...hã...o pessoal foi pedir ajuda no

gabinete da Vanda [...] Então, foi lá que socorreu os primeiros ambulantes machucados, tudo isso...e na época eu tava trabalhando lá.” (BRAZ, 2002, p.65)

O ano era 1994 e, na época, o sindicato contava com 23 diretores²²⁶. O então líder dos informais começou a atuar com a venda de áreas no Projeto Uruguai²²⁷ e no então recém-criado Vida Nova, na região Oeste da cidade. A atuação de Belo gerou suspeitas e passou a ser investigada pela Justiça. Logo em seguida, ele deixou Campinas.

Segundo um diretor do STEIC, no Projeto Uruguai, Belo fez a venda irregular de lotes: “Ele enganou muita gente. Mas lá o pessoal pelo menos conseguiu ficar com o terreno. Na Coopersucar foi um rolo. O terreno da Coopersucar era um terreno que dava para dividir em 800 terrenos de 125 m². A CDHU não permitia, mas, depois, os moradores teriam que lutar pela regularização. Era proibido ter terreno nessa medida. O valor de cada um era R\$ 1 mil naquela época, 1996. A Coopersucar disse que vendia o terreno se até tal data recebesse o valor fechado. Belo foi arrecadando o dinheiro do pessoal, mas no mesmo ano candidatou-se a vereador. Gastou o dinheiro na campanha, não se elegeu e também não comprou o terreno. Uma senhora, que mora no nosso bairro, nós conhecemos, pegou todo o dinheiro de uma indenização e comprou cinco lotes para os filhos. Perdeu tudo”, contou.

“Muita gente caiu nesse golpe”, disse uma senhora que ouvia a conversa.

O diretor ressaltou: “E ele não foi preso porque fez tudo embaixo do pano, colocou no nome de um tal de Sandoval. O cara perdeu tudo: a casa, os bens, a família. A mulher se separou dele, ficou sozinho. O Belo foi embora depois das eleições, tem gente que não pode nem ouvir falar nele. Foi esperto, acabou não sendo acusado de nada”. “Eu conhecia o Belo, estava junto com ele na época, bem no começo. Era um jeito da gente ajudar o pessoal”, comentou. Perguntei se “esse pessoal” eram os ambulantes. “Isso, eles iam poder construir sua casa. Hoje tenho pavor de vê-lo, ele aprontou demais. Antes de ir embora, também vendeu boxes e não entregou.”

Segundo alguns registros, Belo já era vinculado ao Movimento dos Sem-Teto quando fundou o sindicato. Um militante de Campinas contou que as conquistas dos

²²⁶ GALLACCI, Fábio. "Disputa amplia racha entre camelôs". Correio Popular, 13 de agosto de 2009.

²²⁷ O Bairro Projeto Uruguai está localizado na região noroeste de Campinas.

ambulantes sindicalizados, no começo dos anos 1990, tornou o grupo referência para os movimentos sociais da periferia e Belo ascendeu como líder também na luta por moradia. Deste modo, conseguiu convencer muitas pessoas a pagarem adiantado por terrenos que estavam sendo loteados ilegalmente.

Belo candidatou-se à vereador em 1996 em meio a acusações de desvio de dinheiro do STEIC, noticiadas pela imprensa em 1995. Sua eleição foi marcada pelo embate com outra figura política de destaque hoje na cidade: Tiãozinho, também candidato à uma vaga na Câmara Municipal naquele ano. Alguns movimentos sindicais e parte do PT preferiu apoiar a candidatura de Tiãozinho em detrimento à de Belo. O presidente do STEIC não foi eleito e teria ido embora de Campinas em 1997. O seu destino após a saída da entidade foi por muito tempo desconhecido.

Camilo Braz (2002, p. 37) averiguou em sua pesquisa de campo que apesar da fama de “trambiqueiro”, Belo era lembrado como uma espécie de “herói” por alguns ambulantes, “porque ‘peitava’ a polícia, os ficiais e os comerciantes, naquela época tão conturbada”.

Zezé assumiu o comando do STEIC após a saída de Belo. Ela assim se referiu ao falar deste período a Braz (2002, p. 74) durante entrevista em 2002:

“No começo foi meio complicado, porque...tinha outro diretor aqui que...deixou alguns vestígios, sei lá...que não foi muito bom...ele manchou muito o nome da nossa categoria...mas, assim, eu consegui com tranquilidade, com muita...um trabalho de formiguinha mesmo, foi, tá...(risos)...mas eu consegui mudar todo esse visual, toda essa visão que o pessoal tinha desse sindicato.”

A permanência de Zezé no comando da entidade sempre aparecia como consenso no trabalho de campo. Quando questionado se haviam outras pessoas interessadas em assumir a presidência, um diretor afirmou: “de vez em quando a gente escuta boatos de que alguém vai se candidatar, mas não acontece nada”.

Em 2007, contudo, um grupo de ambulantes que haviam participado da fundação do STEIC passaram a questionar a liderança. A ambulante Maria de Fátima de Souza havia sido por muito tempo conselheira do sindicato e desde a saída de Belo, segundo noticiou a imprensa²²⁸, ela e outros antigos diretores mantiveram o trabalho de oposição a Zezé:

²²⁸ GALLACCI, Fábio. "Disputa amplia racha entre camelôs". Correio Popular, 13 de agosto de 2009.

“Nós temos o direito legal de carregar o nome do sindicato da categoria. Temos todos os documentos que comprovam que a nossa entidade é a única totalmente legalizada em Campinas, que retomou o estatuto do antigo sindicato de 1993. A Zezé se autodenominou presidente, mas, juridicamente, ela não é. Estamos há quase 15 anos sem uma eleição para definir de verdade a liderança da categoria”

Eles passaram a reivindicar o uso do nome “Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas”, já que todos os registros estavam no nome de Antônio Belo e José Carlos Calixto, um dos fundadores da entidade e apontado pela Polícia Civil como o “rei da pirataria” de CD’s e DVD’s em Campinas.

Dentro da CUT, duas pessoas foram nomeadas para tentar resolver o impasse em 2007, já que o STEIC era filiado à central. O vínculo estava estampado no cartão de visitas da entidade, mas a relação não era efetiva²²⁹.

Para Zezé restavam duas alternativas: chamar novas eleições ou criar uma nova entidade na qual poderia se legitimar presidente.

Entidades de ambos os lados surgiram no decorrer dessa disputa. O grupo de Maria de Fátima fundou a Associação do Comércio Informal de Campinas (Associcamp) e passou a utilizar o nome Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas e Região (STEIC). Zezé passou a dirigir a Sociedade dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas e Região, mantendo a mesma sigla, STEIC (grifo meu).

Foi difícil averiguar os encaminhamentos que resultaram na legalização dessas entidades e qual a ordem de surgimento delas. Mas o que claramente se colocou é que Zezé optou por não disputar uma eleição com o grupo opositor, preferindo legitimar sua liderança à frente das áreas regularizadas a partir da aprovação de um novo estatuto. No dia 29 de setembro de 2007²³⁰, segundo declarou Zezé à imprensa, foi realizada uma assembleia que ratificou seu papel de representante dos trabalhadores instalados nos setores.

Já que não era mais possível questionar a sua legitimidade como presidente, a estratégia do grupo opositor passou a ser outra: tentar trazer para as suas entidades – Associcamp e STEIC – os ambulantes filiados à entidade de Zezé. O que também

²²⁹ Ao que as informações coletadas em campo indicam, a relação entre a CUT e o STEIC era apenas burocrática; não havendo nenhuma interferência da central na liderança dos ambulantes.

²³⁰ GALLACCI, Fábio. "Disputa amplia racha entre camelôs". Correio Popular, 13 de agosto de 2009.

não foi bem sucedido: “Tentamos mobilizar a categoria, mas não conseguimos nem distribuir os nossos panfletos, já que as pessoas vêm atrás recolhendo tudo de banca em banca”, disse Fátima²³¹.

A disputa ganhou destaque na mídia impressa em 2008, com o assassinato de José Carlos Calixto em 28 de maio. Aos 45 anos, ele foi executado com três tiros, um na cabeça e dois no peito. O crime ocorreu na Rua Ferreira Penteado, perto do Terminal Central. Segundo o *Correio Popular*, Calixto conversava com uma garota de programa quando um homem se aproximou, sacou uma arma e fez os disparos.

O assassinato foi associado a outras cinco mortes “ocorridos na região dos camelódromos” desde o começo daquele ano²³². O jornal defendia a tese de correlação entre os crimes e a “segurança clandestina” presente nos setores. O delegado que apurava os seis crimes, Eriberto Piva, disse que não existiam provas nos autos que relacionassem a segurança clandestina do local com os assassinatos, mas afirmou: “existem várias vertentes e vamos checar todas, não podemos descartar qualquer tipo de informação que chegue até nós”²³³.

O jornal também usava como argumento a motivação política do crime:

²³¹ *Idem*.

²³² ALCIATI NETO, Carlos; DIAS, Natan. “Milícia faz segurança para camelôs”. *Correio Popular Digital*, 14 de junho de 2008. Os outros assassinatos foram assim elencados de acordo com as datas em que ocorreram: 13/02/2008 — André Luis Giovanini, de 19 anos, foi assassinado com um tiro na axila, a poucos metros do portão de acesso ao Terminal Central. Segundo os camelôs, que viram a cena do crime e não quiseram se identificar, o assassino era um vendedor ambulante de passes de ônibus nas imediações do terminal. Porém, todos alegaram não saber o seu nome; 25/04/2008 — O morador de Rua Ícaro de Oliveira, de 20 anos, foi encontrado morto com ferimento na cabeça dentro de uma banca de camelô na Rua Regente Feijó. O caso, inicialmente, era apurado como morte acidental por queda, porém, de acordo com a informação da necropsia do Instituto Médico Legal, foi constatada uma perfuração e ‘caminho’ de um tiro na cabeça da vítima. O disparo teria saído pelo nariz; 30/04/2008 — O segurança Manoel Messias Dutra, de 33 anos, que atuava no camelódromo do Centro de Campinas, foi preso por policiais militares acusado de ter assassinado um homem sem identificação com quatro tiros (três no rosto e outro no peito). O crime aconteceu na esquina das ruas 13 de Maio e Ernesto Kuhlmann; 3/06/2008 — O flanelinha Aparecido André Ramos, de 42 anos, foi morto a facadas na Rua Costa Aguiar, no trecho entre as ruas José Paulino e Regente Feijó. A polícia suspeita que o motivo do crime seja uma disputa por ponto de guardadores de carro. Testemunhas informaram que a vítima foi atacada por três homens que fugiram a pé depois do crime; 10/06/2008 — O estudante Guilherme Hou Chan, de 16 anos, foi assassinado no apartamento onde morava com os pais e o irmão de 17 anos, na Rua Álvares Machado. No mesmo local, os pais do jovem, que são chineses, possuem uma loja de artigos comercializados a R\$ 1,99. Morto com um tiro na cabeça, Chan foi encontrado pelo irmão.

²³³ ALCIATI NETO, Carlos; DIAS, Natan. “Milícia faz segurança para camelôs”. *Correio Popular Digital*, 14 de junho de 2008.

“Além disso, os camelôs atravessam uma crise de liderança, com disputa pelo poder no Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas. Nas bancas do comércio informal, é comum ouvir comentários de grupos que estariam se articulando para disputar a diretoria da entidade presidida por Maria José Sales, a Zezé, que está no poder há quase uma década.”

Segundo o jornal, Zezé não se manifestou após ser procurada pela reportagem por duas semanas. O vice-presidente do sindicato, José Carlos Santos, o Carlinhos, negou a existência de oposição:

“Nós ouvimos com frequência que alguém insatisfeito estaria para montar uma chapa e concorrer, mas nunca ninguém fez isso porque é apenas conversa, boato.”

Carlinhos contestou a ligação dos homicídios com a entidade sindical ou com os camelôs. ‘Isso é conversa, até porque o segurança acusado (pela morte de um homem não-identificado, em 30 de abril) trabalhava na Rua Treze de Maio e apenas foi encontrado na área dos camelôs.’²³⁴

Por mais que o jornal fizesse referência às declarações da polícia, que negavam a relação entre os assassinatos, as notícias levantavam a possibilidade de conexão entre os crimes e apontavam a segurança dos setores como a responsável. Colocavam também o estigma de “terra sem lei”²³⁵ sobre as áreas regularizadas.

Entretanto, no dia 22 de julho, o diretor do STEIC, Ivo Domingos, foi assassinado com quatro tiros a poucos metros de sua casa, na Rua Cônego Cipião²³⁶.

De acordo com o delegado do 1º Distrito Policial (Botafogo) na época, José Eduardo Cury, o assassinato seria investigado como homicídio premeditado, pois a execução aconteceu quando a vítima chegava a sua casa:

“Quem matou, sabia do trajeto de Ivo para pegá-lo perto de sua residência, sendo que os disparos foram em regiões vitais do corpo, como peito e abdômen. Tiros mortais... inicialmente, não trabalhamos com hipótese de latrocínio (roubo seguido de morte), pois pertences de Ivo, como dinheiro e celular, estavam com ele ao ser achado morto.”

Como foi informado na reportagem “Guerra de camelôs’ faz outra vítima”, de 24 de julho de 2008, além de integrar a atual diretoria do sindicato da categoria, o

²³⁴ *Idem*.

²³⁵ “Camelô: programa tenta acabar com ‘terra sem lei’”. Agência Anhanguera de Notícias, 27 de julho de 2008.

²³⁶ “Guerra de camelôs’ faz outra vítima”. Agência Anhanguera, 24 de julho de 2008.

ambulante era braço-direito de Zezé. Os dois eram vistos com frequência circulando juntos pelos setores:

“Domingos, no entanto, não tinha má fama entre boa parte dos informais. ‘Ele era uma pessoa muito simpática, sempre de papo com todo mundo, não recebia ameaça de ninguém’, disse um camelô que revelou ter certa proximidade com a vítima.”

Com a segunda morte de pessoas relacionadas aos ambulantes, as investigações passaram a ser realizadas pelo Setor de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP)²³⁷.

A pedido do Ministério Público, o trabalho de investigação passou a ser efetuado sob segredo de justiça e até o momento não apontou publicamente alguma condenação.

Em agosto de 2009, o Correio Popular noticiou que a Promotoria de Justiça da Cidadania do Ministério Público Estadual (MP) havia instaurado um inquérito civil para apurar denúncias de suposta troca de favores, em 2007, entre a direção da Serviços Técnicos Gerais (Setec) e os integrantes da Associação do Comércio Informal de Campinas (Associcamp). A presidente da Associcamp, Maria de Fátima de Souza afirmou que, em uma reunião realizada no dia 23 de agosto de 2007, a direção da Setec teria proposto um acordo em que os camelôs deveriam comprar mil planos funerários em troca de 300 novos pontos para trabalhar na região central da cidade²³⁸. Segundo ela, com o aval da autarquia, os camelôs teriam “loteado” o centro da cidade em setembro daquele mesmo ano para uma futura ocupação.

Fiscais da Setec teriam acompanhado pessoalmente o trabalho de escolha de 45 locais pelos informais, que incluíam 13 pontos na Avenida Francisco Glicério, a

²³⁷ SILVA, Carlos; ALCIATI NETO, Carlos. “SHPP vai apurar mortes de camelôs.” Agência Anhanguera de Notícias, 25 de julho de 2008.

²³⁸ Teriam participado do encontro, além da própria Fátima, o ex-presidente da autarquia José Antonio de Azevedo, o então diretor operacional Valdir Deling, o vereador Paulo Oya (PDT) — que integrava a Comissão Especial de Inquérito (CEI) dos Camelôs na Câmara de Campinas em andamento na época — e seu assessor Denis Teruya. A CEI investigou denúncias sobre a venda ilegal de espaços em solo público por ambulantes no Centro da cidade. No seu relatório final, aprovado em 9 de novembro, inocentou, por falta de provas, a autarquia Serviços Técnicos Gerais (Setec) de qualquer envolvimento no assunto. No texto final, o relator chegou a concluir de que “há indícios de comércio do solo público no âmbito privado”, que “permissionários que desejam se retirar do negócio ‘vendem’ o ponto a outro” e que “oficiosamente, essa situação é conhecida pela autarquia”, mas optou pelo engavetamento do assunto. GALLACCI, Fábio. “MP investiga denúncia contra Setec”. Correio Popular, 12 de agosto de 2009 / “Câmara arquiva CEI dos Camelôs e inocenta Setec”. Agência Anhanguera de Notícias, 10 de novembro de 2009.

calçada da nova rodoviária, o Largo do Rosário e até mesmo o espaço em frente ao Fórum Municipal.

Os camelôs apresentaram à reportagem alguns comprovantes de pagamento de adesão e das mensalidades vitalícias – nos valores de R\$ 145 e R\$ 17,60, respectivamente –; além de uma lista contendo 99 nomes de ambulantes que teriam comprado o plano funerário na esperança de poder explorar um espaço na rua. “Eles ficaram com o dinheiro do povo e não deram nada em troca”, acusa Fátima, lembrando que a soma arrecadada entre os ambulantes na época foi próxima de R\$ 15 mil.

De acordo com Ednaldo José dos Santos, um dos diretores da Associcamp, depois de esperarem um ano pelo cumprimento da suposta promessa da autarquia, os ambulantes que compraram os planos começaram a pressionar a Setec por uma resposta. Por isso, a direção da autarquia, segundo relatou Santos, teria autorizado, no final de 2007, a ocupação da Avenida João Penido Burnier, na região do Mercado, onde havia intenso embarque e desembarque de passageiros vindos das cidades vizinhas. “Foi um trabalho para descongestionar o centro da cidade. Até que houvesse um projeto para colocar o pessoal em outros locais, a gente ficaria ali. Entramos com a autorização da Setec. Essa troca (de favores) foi feita através desses planos (funerários) aí”, afirmou Santos. “Era uma rua mais descentralizada, fora da área VIP da cidade”, informou.

No começo de 2010, Antônio Belo retornou a Campinas²³⁹ para ser presidente de uma nova entidade de representação dos ambulantes: o “Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal e Formal com Estabelecimentos em Solo Público, com Ponto Fixo ou Removível da Macrorregião de Campinas”. Há 13 anos afastado da cidade, Belo voltava a Campinas após ter sido procurado – em Bragança Paulista, onde morava – por representantes do grupo de oposição a Zezé. Belo declarou ter aceitado a proposta de fazer frente a sua antiga assessora e “disputar espaço dentro de uma categoria dividida nas ruas”. Já pensava em se candidatar a vereador em 2012.

O primeiro presidente do STEIC disse que não havia fugido:

“[...] sempre estive em Campinas vendendo os meus produtos. Se você for a qualquer estabelecimento da periferia vai encontrar uma mercadoria minha. Vendo salgadinhos,

²³⁹ GALACCI, Fábio. Ex-líder volta a comandar camelôs após 13 anos. Agência Anhangüera de Notícias. Campinas, 18/03/2010 - 20h38. Atualizada em 19/03/2010 - 07h50

isqueiros, lâminas de barbear, essas coisas. Fui embora porque sofri muita pressão, fui perseguido por pessoas que queriam me destruir. No caso do Projeto Uruguai, eu fui acusado de algo que não estava fazendo. Diziam que eu ia fugir com o dinheiro do povo. Eu estava do lado deles, mas o Procon e a Promotoria de Justiça entenderam que eu estava burlando a lei [...] Me acusaram sozinho de uma coisa que eu estava fazendo com muitas outras famílias. Diziam que eu tinha de abrir ruas e colocar iluminação antes de vender os lotes. Foi perseguição política.”

A área para o loteamento do Projeto Uruguai foi comprada, segundo Belo, por US\$ 248 mil (R\$ 436,4 mil em valores atuais) pela Associação em Defesa da Moradia Popular de Campinas. Inicialmente, o grupo contava com cem famílias participantes.

“Quando saí do sindicato, a Zezé foi ficando, ficando... até que se tornou dona de todo esse pessoal. Não tenho nada a favor e nem contra ela, só que o seu trabalho não deu embasamento legal à categoria. Queremos fazer isso agora”, afirmou (grifo meu).

Em outra declaração, dada no ano anterior por telefone ao Correio Popular, Belo comentou: “Ela é madrinha de um dos meus filhos. Depois disso (de conquistar a liderança do sindicato), ela nunca mais falou comigo. Tem medo que volte para retomar a entidade. Ela fez uma manobra muito grande para tomar o poder”²⁴⁰.

Em fevereiro de 2010, após a disputa pela direção do STEIC e com a aprovação da Lei do Empreendedor Individual, a entidade liderada por Zezé mudou definitivamente de nome e estatuto para poder representar os trabalhadores que passassem a ser registrados como microempreendedores. A entidade passou a se chamar Sindicato dos Empreendedores Individuais de Ponto Público Fixo e Móvel de Campinas e utilizar a sigla Sindipeic.

Sobre as disputas pela legítima representatividade, um antigo ambulante, hoje lojista, comentou: “quantas pessoas são corrompidas por dinheiro? Uns noventa e nove por cento? É só pensar na religião. O que é a religião hoje? Até o que é mais sagrado foi contaminado pela ganância das pessoas, pela vontade de ganhar dinheiro. Acontece em qualquer lugar e, infelizmente, aconteceu com a gente. O dinheiro, a briga por poder, dividiu uma categoria que sempre foi unida pela luta”.

²⁴⁰ GALLACCI, Fábio. "Disputa amplia racha entre camelôs". Correio Popular, 13 de agosto de 2009.

O ex-ambulante também explicou da seguinte forma essa situação: “imagine que você trabalha em uma empresa, é gerente ou diretor. Você escolhe dentro da sua equipe algumas pessoas para trabalharem diretamente com você, para ocupar cargos de confiança. O que acontece com quem não foi escolhido? A pessoa não se sente bem e isso gera ciúmes, intriga. Esse tipo de situação acontece em todo ambiente de trabalho. Aqui não foi diferente”.

Para ele, a entidade liderada por Zezé, apesar de “não ser perfeita e ter seus problemas”, exercia papel fundamental na defesa dos ambulantes.

A importância de Zezé para a categoria, na sua opinião, estava na sua dedicação à categoria. Foi lembrada como uma “grande mãe”, alguém que dificilmente será “substituída à altura”²⁴¹. A partir dessa fala, levantou-se a seguinte dúvida: isso não seria um grande problema no futuro? Mesmo dizendo que era impossível prevê-lo, afirmou que deverá haver grandes dificuldades porque as conquistas alcançadas são resultado da dedicação de Zezé, uma “líder nata”.

“Não é fácil trabalhar com camelô, é uma categoria difícil de lidar porque o cotidiano envolve muitos conflitos, brigas pelo espaço em frente à banca, brigas por causa do barulho. Zezé é chamada o dia todo para resolver esse tipo de problema, não tem sossego. Aqui existem mais ou menos 1.000 bancas. Agora calcula o quanto de problemas ela tem. Zezé tem uma capacidade muito grande de lidar com os conflitos. Sem ela, não sei o que seria do sindicato, porque o sindicato é a Zezé. Em 2008, o Carlinhos candidatou-se a vereador, mas não foi eleito. Quem era para ter saído como candidata era a Zezé. Ela ganhava fácil, todo mundo sabe. Só que a Zezé não aceitou o convite porque tem consciência de que sua saída pode representar o fim do sindicato”, comentou o ex-ambulante.

A trajetória de uma entidade de representação do comércio ambulantes que se consolida na interlocução do grupo com o Poder Público é marcada pelo seguinte impasse: até que ponto sua mobilização pode abranger mais trabalhadores, aumentando o número de licenças concedidas?

Essa questão conformou mudanças na forma de atuação do STEIC, hoje liderado por Zezé. Nos anos 1990, a luta foi pautada pela reivindicação de novos pontos, com manifestações e protestos pelo centro, como os membros da entidade declararam à pesquisadora Maria Zoppi-Fontana em 1997 (p.1174):

²⁴¹ José Carlos do Santos, o Carlinhos, ambulante do Setor Jumbo e vice-presidente do STEIC/Sindipec é apontado como o possível substituto de Zezé.

“[...] se a gente pedir a área, uma rua assim que não tem movimento, eles dão/só que/, não adianta né, então, só aquele monte de gente, este final de ano, final de mandato vai ter tipo pancadaria mesmo porque não tem outro jeito, nós vamos ter que ir pra rua mesmo.”

O último processo de regularização, que resultou na implantação dos Setores Benedito e Jayme, pode ser lido como um momento de transição, no qual a negociação, de um modo geral, se dá de forma mais institucional. Interessante é a percepção de um diretor da entidade sobre o que foi realizado no período: “tudo foi feito pelo sindicato com apoio do Poder Público”.

A transformação no modo de reivindicar foi acompanhada da mudança na própria pauta. Em uma entrevista, a líder disse que seria impossível realizar outro processo de regularização como esse: “não dá para a gente resolver o problema do desemprego”. Para dimensionar o problema, citou como exemplo o número de inscritos para a possível concessão de novos pontos nos galpões do Antigo Complexo da FEPASA, anunciada pela Prefeitura. A lista contaria com três mil nomes. “Onde dá para colocar tanta gente? O problema é que aqui no centro não tem mais lugar para expandir”.

Este é um sentimento compartilhado por alguns trabalhadores que já estão regularizados. Sobre a possibilidade de regularização de novas áreas, um ambulante disse acreditar que não há mais “espaço para crescer” na área central: “A gente tem que ter bom senso, todo espaço tem uma regra. Ninguém mais quer briga com Setec... A verdade é que camelô não aguenta mais camelô”.

O impasse baseia-se na constatação de que a reivindicação de novas áreas coloca em discussão a permanência das áreas regularizadas já consolidadas. Mas também revela o distanciamento de alguns ambulantes dos setores da luta original de seu grupo.

Este contexto coloca em questão a própria representatividade do STEIC/Sindipeic, por muitos anos a principal referência dos trabalhadores que queriam tornar-se ambulantes regularizados. Se a própria entidade assume a impossibilidade de criar novas áreas regularizadas no centro, como poderá se pautar a sua atuação?

Talvez pelo incentivo à delimitação de novas ocupações na periferia da cidade, promovendo a interlocução entre o Poder Público e os ambulantes que já têm seu negócio nos bairros. Em uma das últimas visitas à sede da entidade, soube que um grupo de trabalhadores da periferia havia se reunido com Zezé e dois vereadores para discutir a regularização do comércio ambulante no bairro em que moravam. Existe um contingente de ambulantes trabalhando fora da área central e sem a licença de uso da Prefeitura. Um entrevistado falou sobre o comércio ambulante situado em um conjunto residencial construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em Campinas e que abriga cerca de 1,2 mil famílias. Como o centro comercial mais próximo estava a 4 km dali os próprios moradores passaram a comercializar produtos de primeira necessidade nas garagens e áreas livres do local. Uma moradora teria começado vendendo verduras; hoje seu negócio é quase um pequeno mercado. O problema é que todo o espaço é destinado apenas para a habitação e a qualquer momento os ambulantes podem ser obrigados fechar seu comércio.

A regularização é de grande interesse para estes e outros trabalhadores que atuam irregularmente na periferia e no próprio centro. É nesse contexto que o grupo opositor à liderança de Zezé começa a ganhar espaço e chegará o momento de decisão para o STEIC/Sindipeic.

Um papel incerto

Sendo o sindicato uma entidade de defesa do interesse dos trabalhadores de um determinado segmento econômico, seria preciso entender o que isso significa no caso comércio ambulante. Em 2002, questionada por Camilo Braz (2002, p. 67 e 68) sobre qual seria a categoria que representa como líder de um sindicato de ambulantes, Zezé respondeu:

“Assim...todas as pessoas, que nem: eu já trabalhei com comunidade de base, eu já trabalhei com presidiário, eu trabalhei com menor de rua, eu já trabalhei com prostituta...e a nossa categoria, ela é uma mistura de tudo isso...é assim...porque todas as pessoas que tão no final da linha, no desespero, no desemprego...então vêm prá cá...então aí temos o ex-presidiário, no meio de nós, temos a ex-prostituta, no meio de nós, tem...tem muito menino que era [enfática] chamado ‘trombadinha’...e que hoje mudou a vida, tá no meio de nós...entendeu? então você se relaciona com tudo quanto é tipo

de pessoa, com outro tipo de religião...no meio de nós existe espírita, existe católico, existe crente, existe tudo...então é uma...eu vejo assim: a minha é um pouco de tudo que eu já fiz na vida ...então é assim...o sindicato daqui, eu não vejo, assim, ele não trabalha, ele não atua como um 'sindicato' mesmo...ele atua mais como...o lado social da coisa, uma promoção social aqui...entendeu? porque tudo que acontece, o pessoal já chega aqui no desespero...então aqui a gente ajuda com mantimento, aqui a gente ajuda com remédio”

A população carente da cidade e de outros municípios da região procura a entidade muitas vezes como último recurso. Durante a entrevista com a presidente do sindicato, Braz comentou: “Eu tava vendo a moça que tava lá fora...eu percebi como é... [uma moça havia chegado depois de mim e queria falar com a Zezé, sobre a possibilidade de poder vir a trabalhar como camelô...estava desesperada”. Ao que Zezé respondeu: “Entendeu? Então é...é complicado...a pessoa já chega aqui no desespero...muita gente doente...então aqui a gente é...nós somos um sindicato diferente, porque nós somos um sindicato informal, nossa diretoria é uma diretoria totalmente diferente...e nossa maneira de trabalhar também é diferente”.

A legitimidade da entidade perante muitos trabalhadores foi construída no vazio político da atuação do Estado em determinadas situações. Paulo Daniel Silva, ex-presidente da Setec, comentou sobre e uma ocasião em que uma mãe pediu para que Zezé cuidasse de seus filhos por um tempo, pois não tinha condições de sustentá-los naquele momento e não queria entregá-los ao Conselho Tutelar. Nas palavras da própria líder:

“[...] tá...no caso do desemprego, você vê...chega pessoas aqui, dizendo pra mim, ‘olha, se você não puder me ajudar, eu vou ter que dar meus filhos embora [...] se você ficar aqui o dia todo você vai sentir isso, cada um com o seu problema, cada um da sua maneira, mas todos desesperados, entendeu?[...] talvez eu não consiga ajudar...hã...50% tá? dos que me procuram, porque também, a cidade não é minha, eu não tenho espaço prá dar...mas eu tenho certeza que acho que...uns 20% eu consigo...se não ajudar, pelo menos amenizar...entendeu?...tentar ajudar a fugir de fiscal...essa coisa toda...eu acho que...isso compensa um pouco...o muito do que eu poderia fazer...e, infelizmente, não depende de mim...entendeu?...existe um setor público, existe os lojistas, existe um monte de coisas, aí.” (BRAZ, 2002, p.78).

É difícil não pensar que a imagem do sindicato liderado por Zezé é influenciada pela sua trajetória nos movimentos sociais de Campinas. O sentimento

de que todos os tipos de pessoas são bem vindos no “camelô”, está presente no cotidiano dos setores. Durante o trabalho de campo, ouvi uma ambulante comentar dos problemas pessoais que uma sobrinha adolescente vinha sofrendo. A vizinha de banca comentou: “traz ela para cá, para trabalhar com você, quem sabe ela não se sente melhor. Aqui no camelô não tem preconceito, aqui todo mundo é acolhido”.

A licença de uso do solo público torna-se uma mercadoria política cuja transação está inserida em uma realidade de “desespero”, de dificuldades de acesso aos direitos a uma grande parcela da população. Esta não é uma situação presente apenas em Campinas, está calcada na história social brasileira.

Os horizontes de emancipação estão muito distantes nesse contexto de administração das necessidades. Afinal, o que pode haver de emancipador na luta pelo direito ao trabalho precário? Infelizmente, é a isso que parecem estar restritas as possibilidades de participação política. A mobilização não se pauta contra as desigualdades, pois a problemática do desemprego encontra-se esvaziada como “questão social”. Ganham espaço as políticas de compensação e a defesa ideológica de um inevitável descarte da força de trabalho diante das mudanças estruturais do sistema capitalista²⁴².

O que se pede ao Estado não é a aplicação do Direito – garantido por Constituição –, mas sim a produção de novas práticas de certa forma ilegais do ponto de vista dos códigos²⁴³. Para Bruno Lautier, “nesta visão dos direitos sociais, pode-se ver sinais de uma ‘dupla cidadania’: uma parte da população continua num sistema de

²⁴² Roberto Vêras de Oliveira (2007, p.62) lembra que construiu-se em torno do desemprego um campo de representações que procura justificá-lo, desqualificando o seu sentido enquanto “questão social”: “Para os trabalhadores, o desemprego foi sistematicamente pregado, por meio do discurso empresarial, governamental e midiático da “‘empregabilidade’, como responsabilidade de cada um, só passível de ser superada no plano individual mediante mais qualificação profissional. No âmbito microeconômico (plano interno das empresas), o desemprego adquiriu um sentido técnico-administrativo de estratégia de redução de custos necessária à busca de maior competitividade (uma exigência cada vez maior do mercado globalizado). No âmbito macroeconômico (plano das políticas governamentais), foi justificado como uma inevitabilidade da globalização. Por se tratar de um problema *do mercado* (da esfera privada, portanto), ao Estado caberia basicamente: o incentivo à formação profissional e a adoção de políticas focadas e compensatórias”.

²⁴³ Bruno Lautier (1993, p.33) assim exemplifica essa questão: “o acesso à cidadania é visto como o acesso às condições econômicas do exercício dos direitos políticos, quaisquer que sejam as relações sociais de trabalho nas quais o indivíduo esteja inserido”. Neste sentido, a instalação de água corrente, o preço dos transportes urbanos, a legalização dos terrenos das “invasões” são considerados como “acesso à cidadania”, contudo, “o acesso à água corrente não está inscrito na Constituição e as ‘invasões’ são claramente ilegais.

seguridade e percebe como direitos o que a outra parte considera como privilégios” (1993, p.35). O autor enfatiza que, para a parte da população cujos direitos não se fazem valer, resta a assistência e a inserção nas relações clientelistas individualizadas; ainda que o clientelismo se apresente como um clientelismo de grupo. Nos termos que tratei até o momento, coloca-se a política em uma zona de negociação das fronteiras entre o legal e ilegal, formal e informal, lícito e ilícito.

Os problemas sociais da sociedade e as carências da população perpassam a gestão das áreas regularizadas. Contudo, pelos setores, também estão presentes as demandas de circuitos de produção de riquezas.

Zezé é a porta-voz do grupo, quem responde pela imagem da categoria. Em entrevistas a esta pesquisa, contestou a associação dos trabalhadores com práticas comerciais ilegais. “Aqui ninguém mais vai ao Paraguai, recebe tudo nas bancas” ou como chegou a afirmar a um pesquisador, “aqui não tem produção de pirataria”.

Chegamos a outro ponto de análise da legitimidade da sua liderança. Dentro de um contexto de iminentes conflitos, sua administração também é medida pela capacidade de manter o equilíbrio entre os interesses de diferentes grupos. Por exemplo, as demandas dos vendedores de frutas são bem menos complexas juridicamente que as dos comerciantes de mídias piratas cuja oferta é altamente criminalizada. Por uma pressão do Poder Público, o sindicato poderia proibir nos setores a venda desse produto. Contudo, a sua liderança também se legitima pela boa relação com os ambulantes inseridos nesses circuitos.

Talvez seja possível recontar sob essa perspectiva a própria história da entidade, conforme relatou outro militante dos movimentos sociais da cidade.

Na visão desse interlocutor, quem comanda o comércio ambulante regularizado da área central é o “capital”. “É uma questão de financiamento, de capital, tem um grupo muito fechado que comanda isso”. Como dito anteriormente, nem sempre quem tem banca faz a produção e distribuição da mercadoria; além disso, uma pessoa pode ser contratada apenas para fazer a gravação, recebendo o dinheiro para comprar o equipamento necessário. Esse grupo realiza a gestão dos riscos, procurando fragmentar a estrutura do negócio. Por algum tempo, três pessoas estiveram à frente desse circuito de Campinas.

Uma delas era o ambulante Calixto, um dos fundadores do STEIC, conhecido como o “rei da pirataria” e assassinado em 2008. Em 23 de maio de 2002, foi preso por policiais do Departamento de Investigações Sobre o Crime Organizado

(Deic) da capital, que executaram uma ação de apreensão de “Cd’s piratas” no “camelódromo”. Esse fato foi amplamente coberto pela mídia local. Segundo matéria do Correio Popular²⁴⁴, cerca de 50 mil Cd’s foram apreendidos, em uma sala que servia de “depósito” e em três boxes do “camelódromo da Álvares Machado”:

“O comerciante José Carlos Calixto se defendeu, já na Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Campinas. “Eu vendia os CDs piratas porque tenho uma família com três filhos para criar. “Não estava roubando nem maltratando as pessoas”, afirmou. O camelô contou que apenas vendia os CDs no varejo, com preços variando de R\$ 4,00 a R\$ 5,00. Os CDs eram comprados na Capital e montados no cômodo onde estavam estocados. “Eu comprava o CD por R\$ 1,00 e ainda gastava R\$ 0,40 com o encarte. Era um risco fazer isto, porque sabia que não era legal. Agora, resta pagar pelo que fiz”, afirmou na DIG. Calixto disse que vende CDs piratas há um ano e meio, e que ganhava cerca de R\$ 1,2 mil com o comércio dos discos, mantendo na barraca três funcionários.

O ambulante foi preso autuado por “crime de direito autoral”.

Ele era um dos diretores do Setor Jumbo. Segundo Zezé afirmou a Braz (2002, p. 48), Calixto era um dos mais queridos trabalhadores do local por parte de seus colegas. A última apreensão semelhante, contou a presidente do STEIC, havia acontecido quatro anos antes. Sem o receio de terem suas mercadorias apreendidas, os ambulantes depositavam o estoque em espaços próximos aos setores. Calixto estava “na hora errada, no lugar errado”: chegou mais cedo naquele dia e foi pego de surpresa pelos policiais, tendo “levado a culpa” por todos. O episódio foi assim narrado por Braz (2002, p.48 e 49):

“Zezé disse achar estranho que tenham apreendido apenas os Cd’s – havia outros tipos de mercadorias no depósito, também ‘ilegais’. Ela acha que a operação foi feita por causa da força do ‘sindicato dos artistas’ e Calixto teria sido, segundo ela, um ‘bode expiatório’. De acordo com Zezé, quando o ‘pessoal’ chegou, Calixto já estava no camburão, algemado. Já havia ‘assumido a culpa’. Ela acredita que se no momento da prisão ele estivesse ‘acompanhado’, se seus colegas de trabalho, seus ‘companheiros’, estivessem lá com ele, talvez sua prisão não tivesse se efetivado. Tanto é que conta que, quando os comerciantes foram chegando, os policiais foram ficando cada vez mais apreensivos ao notarem que estavam ‘cercados pelos camelôs’. Naquelas condições, acredita, ‘ou eles atiravam ou ‘negociavam’ conosco’. Optaram pela segunda: houve, narra

²⁴⁴ BAPTISTA, Adagoberto. "Deic apreende 50 mil CDs piratas em Campinas". Campinas, 24 de Maio de 2002. Agência Anhangüera de Notícias.

Zezé, uma ‘negociação’ entre os policiais e os comerciantes – esses últimos ‘liberavam a passagem’ dos primeiros caso estes dessem a ‘operação’ por terminada. Pelo menos foi assim que ela me contou. Zezé disse que a prisão de Calixto gerou uma ‘tensão’ entre os ‘camelôs’. Estavam apreensivos pelo companheiro e por si mesmos. Não se sabia se novas operações iriam ocorrer.”

Após 29 dias presos, Calixto foi libertado, mas pelos processos a que veio responder perdeu tudo o que tinha. Há rumores de que seu patrimônio era milionário. Seu caso ajuda a explicitar os vínculos ilegais entre os mercados informais e o Estado. Quando foi preso, Calixto tinha uma “lista de contatos”. Nela estavam nomes de membros de corporações policiais que recebiam propinas para proteger a produção e o comércio mídias piratas. Calixto foi assassinado em um momento de passagem de poder em uma dessas corporações, que teria gerado uma disputa pelo mercado de proteção. “É meio crime organizado mesmo”, comentou o militante. “As mortes (de Calixto e Ivo Domingos) que aconteceram naquela época não tinham a ver com disputa de poder, de sindicato. Era disputa de mercado”, complementou. Um ambulante, que havia encontrado Calixto semanas antes da sua morte, disse que a motivação para o crime foram dívidas não pagas: “ele ficou devendo para quem não podia. Na época ele estava contente, porque tinha conseguido os papéis do sindicato (STEIC), ia tentar voltar ao comando; andava aqui (no Setor Jayme) e conversava com as pessoas numa boa”.

Segundo o militante, na época em que Calixto foi preso, outros ambulantes antigos e atuantes no sindicato se afastaram por problemas com a justiça, alguns sofrendo processos pelo contrabando de mercadorias. Com isso, o comando da entidade esvaziou-se e Zezé consolidou-se como líder. Após assumir a presidência com a saída de Antônio Belo, ela ainda dividia as decisões com os membros mais antigos do STEIC; era a representante da entidade, mas não centralizava a administração dos setores como passou a fazer. A sua legitimidade como presidente do sindicato, sem uma deliberação por assembleia, seria questionada apenas posteriormente, quando este grupo tentou retornar ao comando e não encontrou mais abertura.

“Ambulantes sempre existiram, mas hoje tem esse comando, o ‘capital’, que veio com tudo nos anos 1990”. disse. Na interpretação do militante, trata-se de um encontro que produziu a seguinte situação: quem formou o sindicato nos anos 1990 acabou comandando os circuitos na cidade. “Não era só trabalhar na entidade – que

tinha pouca atuação – era coordenar tudo”, disse. Alguns antigos ambulantes acabaram regulando os circuitos, produzindo uma “reserva de mercado” e impedindo a entrada de outros. Mas, pelo que parece, aconteceram muitos rearranjos nessa organização desde o início dos anos 1990.

“O ‘capital’ é uma rede muito fechada, onde tem muita coerção. Ele vem, te financia. Sabe, vem de fora, não é uma coisa só de Campinas. Por exemplo, esse negócio de ir para a fronteira do Paraguai, lotar ônibus, ir de sacoleiro, isso agora é contrabando tupiniquim. Aqui quem comanda são os coreanos. Eles que centralizam o fornecimento”, comentou o militante.

A líder legitimar-se-ia à frente dos setores pela anuência das pessoas que estão no comando dos circuitos de mercadorias mais criminalizadas. “A Zezé não comanda sozinha os camelôs, quem manda é o ‘capital’”, disse. É possível exemplificar esta questão analisando as manifestações de protesto no centro, dirigidas pelo sindicato após as operações de apreensão. Nesse contexto, ocorre a sobreposição de duas reivindicações: o direito de trabalhar em um ponto regularizado, de interesse de todos os ambulantes, e o direito de comercialização dessas mercadorias. A questão torna-se sensível aos ambulantes que comercializam frutas e alimentos, pois configura-se como um momento de defesa da atividade. Ou seja, os “pequenos camelôs”, inseridos em outros circuitos de mercadorias, são funcionais para a manutenção da oferta desses produtos criminalizados por formarem uma grande massa de trabalhadores com condições de pressionar publicamente o Poder Público e os outros setores da sociedade a deixar que todos trabalhem em paz.

“Nós passamos pelos anos 2000 sem discutir os anos 1990”, comentou o militante ao lembrar que nessa década o Estado teve que atuar sem a estrutura adequada. “Fui à Receita Federal, acho que em 96, 97. Sabe quantas viaturas haviam por lá para fiscalizar 72 cidades? Uma.” No seu entender, a vinda do “capital” para Campinas somente pode ser entendida com o problema de desmonte do Estado. “O governo Lula aumentou o número de funcionários, fez concursos públicos, aumentou o efetivo. Isso faz diferença na atuação do Poder Público”, comentou. Há lógica nessa colocação, se pensarmos que uma maior eficiência na fiscalização, com apreensões sistemáticas, pode trazer prejuízos que inviabilizam o negócio de pirataria, falsificação e contrabando. Por outro lado, a possibilidade de acumulação nesses circuitos pode ser de tamanha dimensão que a negociação de mercadorias políticas é

um custo pequeno e possível de ser pago. O desafio de fiscalizar e impedir a oferta desses produtos é imensa quando considerável parte da sociedade não vê como crime o seu consumo.

Outra questão que perpassa a década de 1990 é o “desemprego estrutural”. A fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (STEIC) está inserida em um contexto de generalização da “ocupação” no lugar do emprego para a população trabalhadora. Logo, não é à toa que se tenha assistido ao surgimento de entidades de representação de categorias que não faziam parte do que se conhecia como operariado: “informais”, “permissionários do transporte coletivo”, “seguranças”, “domésticas”. A sindicalização desses profissionais ocorreu por uma própria mudança no movimento sindical frente às transformações no mundo do trabalho, desdobrando-se em conflitos dentro próprio movimento. Bancários, metalúrgicos e funcionários públicos polarizam as decisões e demandas. Suas reivindicações são diferentes, já que se verifica a identificação da figura do patronato e a consolidação de um conjunto de pautas. Mas no caso dos ambulantes sindicalizados, com quem é possível discutir e reivindicar os seus direitos? A trajetória da primeira entidade de representação dos ambulantes de Campinas evidencia que a luta difere das dimensões clássicas do movimento sindical. O direito reivindicado – a regularização – termina por ser a posse de um ponto, o direito de permanecer nos espaços públicos. Por outro lado, ainda é preciso considerar a situação dos ambulantes que não conseguem se filiar, que estão fora até da assistência das entidades de representação. Sem uma interlocução com o Estado, o que resta a esses trabalhadores?

PARTE IV

Notas finais

A ocupação da área central de Campinas pelo comércio ambulante foi discutida nesta dissertação sob diferentes perspectivas, formando um quadro de questões sobre a produção do espaço urbano pela atividade. Observou-se que as negociações envolvidas na gestão do território – pelo Estado e outros agentes – estão colocadas continuamente em um contexto de indeterminação entre o legal e ilegal, o lícito e o ilícito.

Na primeira parte, “Os sentidos da revitalização nos anos 2000”, reconstituiu-se o debate sobre as propostas de intervenção no centro e o destino dos ambulantes, em especial na gestão municipal 2001-2004. O impasse sobre a regularização de novas áreas, apesar de aparecer na imprensa e em publicações oficiais como uma medida tomada dentro do programa de revitalização “Projeto Centro”, foi resolvido dentro do Orçamento Participativo (OP). A partir de uma grande mobilização, os ambulantes conseguiram aprovar a verba para construção de mais dois setores, que vieram a formar, com a padronização das instalações de outra área regularizada, o Centro Popular de Compras.

A primeira experiência de OP na cidade mereceria uma análise mais apurada, já que o modelo adotado – direcionando 100% do orçamento para deliberação coletiva – é uma exceção no panorama geral de políticas de participação no país.

Há de se considerar o programa de revitalização como uma forma de propaganda política da administração, que colocou posteriormente a regularização dos ambulantes como consenso. Além disso, o anúncio de qualquer intervenção no centro tem forte impacto sobre o comércio ambulante, interferindo no mercado de negociação da licença de uso do solo público. O último exemplo tratado foi a possível transferência dos trabalhadores do entorno dos Terminais Mercado e Central para construções em terrenos privados. Até o momento nenhuma proposta foi encaminhada, contudo, esse assunto constantemente volta a ser pauta de administrações municipais. Um projeto de realocação dos ambulantes levanta a seguinte pergunta: alguns ambulantes aceitariam sair da área pública sabendo que o comércio de pirataria, contrabando e falsificação poderá ser proibido?

É provável que uma ação como esta, de repressão à oferta de mercadorias criminalizadas pelos ambulantes, promova a mudança do seu comércio para galerias comerciais, como acontece em São Paulo. Isso representaria o rearranjo do mercado de proteção, já que a gestão dos espaços não estaria mais a cargo do sindicato que representa os ambulantes. Atualmente os setores são fundamentais na espacialização

desses circuitos, como discutido na segunda parte, “Trabalhadores, mercadorias e circuitos na área central”, Analisando os percursos dos trabalhadores e as redes de distribuição de diferentes produtos, verificou-se a ligação do comércio popular de Campinas com o de outras cidades, em especial São Paulo. Se o chamado centro “degradado” e “decadente” é o *locus* do comércio popular brasileiro, é possível falar de uma economia que conecta as áreas centrais.

A imagem dessas zonas de informalidade nas cidades brasileiras – com instalações precárias e o movimento de sacoleiros – contrasta com os grandes centros de distribuição na China e a sua articulação com uma infraestrutura de exportação eficiente. O breve panorama sobre a produção do “Made in China” ajuda a entender como se viabiliza o comércio em tão grande escala de produtos com contravenções comerciais. A produção do espaço urbano é dissonante na China e no Brasil e corresponde ao valor moral que se atribui à informalidade em cada lugar. É curioso um relato de Rosana Pinheiro Machado (2008, p.132): “Os policiais de Shenzhen falavam com quase orgulho a respeito da pirataria e da sua importância para um primeiro impulso na economia, relacionando isso com a necessidade urgente de se acabar com a fome e a miséria do interior do país”.

O circuito do “Made in China” é fundamental para entender as novas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo. Um ponto que poderá ser melhor estudado é a sua influência na produção do espaço urbano. Dificilmente entender-se-á a configuração do comércio popular em cada cidade e em regiões como a Rua Vinte e Cinco de Março, o Brás e a Santa Ifigênia – grandes pólos atacadistas de São Paulo – sem atentar a esse padrão de acumulação influenciado pelo “custo chinês” de produção. Outra questão é até que ponto a desvalorização da imagem do centro, a sua qualificação como espaço “degradado”, não é funcional para permanência do comércio popular no seu perímetro.

É impossível compreender essa economia de ilegalidades sem considerar as mudanças no mundo do trabalho, que produziram em escala mundial um grande contingente de mão-de-obra para esse circuito e estão colocando em questionamento as dimensões clássicas do trabalhador ambulante. Não se trata de uma anulação. Verificou-se em Campinas, principalmente nas falas das duas gerações inseridas na atividade, que essas dimensões convivem muito bem com as novas formas, tornando ainda mais complexa a caracterização do grupo. Encontrou-se no comércio ambulante pessoas com pouca escolaridade e com curso superior; trabalhadores que

ainda circulam pela cidade, mesmo tendo um ponto regularizado, e outros que empregam até três funcionários. Seguindo os relatos dos trabalhadores, conheceu-se as dificuldades de viver como ambulante e verificou-se que a figura do “grande camelô” – aquele que conseguiu enriquecer trabalhando na rua – é tomado pelos próprios trabalhadores como a contraposição ao estereótipo do “miserável”.

Cada mercadoria possui um circuito próprio de produção e distribuição, além de uma associação variável com práticas criminalizadas. As possibilidades de acumulação também são distintas, sendo a localização nas áreas regularizadas um fator importante. O local com maior movimento, por ser o melhor ponto, adquire um valor mais alto de mercado, o que ocorre em todo o comércio. Dentro do que pode-se chamar de mercado imobiliário dos boxes, o que regula os preços de venda e aluguel é o faturamento da banca com o comércio de determinado produto. Um ponto é negociado por R\$ 100 mil porque sabe-se que as vendas no local compensarão o valor investido. Ali, certamente, não serão comercializadas frutas, uma mercadoria que dá pouco retorno se comparada, por exemplo, com a mídia pirata. Conforma-se uma relação dialética: ao mesmo tempo em que os espaços regularizados são destinados aos desempregados e às pessoas carentes, eles se tornam funcionais para os circuitos produtores de riquezas no âmbito do que se convencionou chamar de Economia Informal.

O mercado da licença de uso do solo público se sustenta em um conjunto de garantias, nem sempre inseridas nos parâmetro legais. Na terceira parte, “O sindicato e a gestão de um território”, discutimos a atuação do STEIC – agora Sindipeic –, as disputas pela sua liderança e os possíveis desdobramentos com o surgimento de novas entidades. A sobreposição de funções com a autarquia municipal responsável pelo uso do solo público, a Setec, mostra que a representação dos trabalhadores de seis das sete áreas regularizadas ultrapassa essa função. A entidade faz desde o trabalho de manutenção das instalações até a resolução de conflitos de convivência, tudo sob o comando direto da sua presidente, Zezé. Apesar do sindicato e do Poder Público negarem, a negociação monetária dos pontos regularizados é comum no cotidiano dos setores e tem na tolerância de ambos uma das suas garantias. Além disso, a possibilidade de alterar o registro da carteirinha que identifica o trabalhador licenciado é como a passagem de um contrato de propriedade sobre o ponto regularizado.

A atuação de um sindicato de representação dos ambulantes pressupõe o domínio sobre o território. A entidade se legitima a partir do momento que ela consegue que o Poder Público atenda a reivindicação de seus filiados por novas regularizações. O governo, em determinados períodos, faz essa concessão como uma maneira de evitar os conflitos que a permanência dos trabalhadores em alguns espaços do centro pode gerar. Nesses dois casos, pode-se qualificar a licença de uso do solo público como uma “mercadoria política”. Essa negociação ganha a dimensão de um direito, de uma conquista política para os trabalhadores, mas sua inserção em um grande mercado da necessidade e do desespero das pessoas torna-a uma mercadoria rara. Em Campinas, pelo fato dos setores serem os locais por excelência da oferta de produtos contrabandeados, piratas ou falsificados, há uma valorização ainda maior da licença.

Os diversos casos de negociação dos boxes contados pelos trabalhadores mostram o impacto das políticas de regulamentação adotadas pelo município de 2001 a 2004. São histórias de dificuldades em pagar as instalações padronizadas, de acordos mal sucedidos, de crença de que o movimento do ponto pode algum dia melhorar, como atestam os ambulantes instalados no Setor Jayme. Impossível não compará-la com a narrativa de um box vendido no Setor Benedito por R\$ 50 mil e depois renegociado por um valor maior. Destinos diferentes para áreas que foram regularizadas no mesmo período. De certo modo, na percepção dos ambulantes, a transferência para o chamado Centro Popular de Compras terminou por ser uma loteria. Alguns tiveram sorte; outros, azar.

Ainda que existam ambulantes que tenham enriquecido, adquirido outro patamar de renda com a atividade na rua, a maioria ainda tem no comércio ambulante uma atividade de subsistência. A posse de um ponto regularizado cria diferenciações entre pessoas que estão na mesma condição. Pensando a licença de uso do solo público como uma “mercadoria política” de negociação da legalidade na apropriação do espaço público para o comércio, em que medida é possível classificá-la como um direito? De que forma algo que cria uma fronteira de exclusão pode ter um sentido emancipador?

Não se trata de criminalizar os trabalhadores regularizados, mas de atentar ao fato de que nesse percurso de análise estivemos diante de políticas de compensação: a regularização é uma forma de resolver o problema do desemprego; o custeamento dos boxes, ao preço de R\$ 2,6 mil por m², serve como contrapartida dos ambulantes

por estarem ocupando a área pública²⁴⁵. As pessoas viram-se como podem, trabalhando precariamente, e pagam pela concessão do solo público um valor por metro quadrado maior do que de construções privadas. Tudo porque o problema original, o desemprego, é naturalizado e deixa de ser uma questão social.

Está-se diante de uma “perversa combinação entre situação urbana, crise do desemprego, dificuldades e precarização de toda ordem”, como enfatiza Cibele Rizek (2010, p.233), sustentada por formas de governança que transitam continuamente pelas fronteiras entre o legal e ilegal, lícito e ilícito, formal e informal. Nota-se nos espaços do comércio ambulante, que a gestão é dividida entre o Poder Público, sindicatos de representação dos trabalhadores inseridos nesta atividade e outros agentes – econômicos, podemos dizer – que se fazem desconhecidos como um modo de proteção.

As negociações que viabilizam essa gestão dos conflitos e interesses caracterizam o território como uma “zona de indeterminação” entre o direito e não-direito, a lei e a norma, o juízo e o arbítrio, para usar os termos de Giorgio Agamben. Indeterminação que perpassa a vida dos ambulantes, as formas políticas – situadas entre o desejo de emancipação e a reposição da dominação – e esse território específico que é a área central.

²⁴⁵ Para o cálculo utilizou-se o valor do box de R\$ 8 mil e a área de 3m².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte**. Editora da UFMG, 2010.

ANANIAS, Mauricéia. **As Escolas para o povo em Campinas: 1860-1889. Origens, Ideário e Contexto**. Dissertação (Mestrado). Unicamp, 2000.

BRAGA, José Reinaldo. **Campinas entre o feito fetichizado e o fazer coletivo na definição dos investimentos públicos: limites e possibilidades**. In: http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/320_c5bd73cdd216a74c68eb338ad567ede.pdf. Acessado em julho de 2010.

BADARÓ, Ricardo. **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 1986.

BICALHO, Marcos Pimentel; RODRIGUES, Marly. **Trilhos e linhas: história do transporte urbano em Campinas**. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Transportes. Emdec, 2004.

BRAZ, Camilo A. de. **Camelôs no Sindicato: etnografia de um conflito no universo do trabalho**. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002.

CABANES, Robert. **Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações**. In: TELLES, Vera; CABANES, Robert (Org.). **Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CASTELLANO, Antonio Luis Tebaldi. **Antônio da Costa Santos: uma arquitetura moderna e social em Campinas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Campinas, SP, 2009.

CROSS, John. **Informal Politics: street vendors and the State in Mexico City**. Stanford: Stanford University Press, 1998.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da Cidade-Global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: ANPUR, 2007.

FREIRE, Carlos. **Trabalho Informal e Redes de Subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

FRÚGOLI Jr, Heitor. **O Centro, a Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: centralidade urbana e exclusão social**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. Publicada pelas editoras Cortez e da Universidade de São Paulo, 2000.

GARCIA, Wanderley Florêncio. **Organização da informação no Centro de Documentação da RAC: O Orçamento Participativo no Correio Popular**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Campinas, 2007.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. **Trabalho informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas**. Tese de doutorado da FAU-USP, 2007.

_____. **Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 136-147, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <<http://www.scielo.br>>.

MISSE, Michel. **Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação**. In: MISSE, Michel (Org.). Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008

_____. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, v. 21, p. 139-157, 2007.

_____. **A violência como sujeito difuso**. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). Reflexões sobre a violência urbana: (in)seguranças e (des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. **O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política**. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p. 68-79, 2002.

MORENO, Camila. **Habitação Coletiva Popular na Área Central de Campinas: tendências e caracterização**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

PEDROSO, Francis. **O Centro de Campinas: usos e transformações**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2007.

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. **Trajetórias, circuitos e redes urbanas, nacionais e transnacionais e o seu impacto sobre a arquitetura institucional democrática**. Projeto CAPES-COFECUB 2008. Segunda fase 2009-2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal**. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/09.pdf>

Prefeitura Municipal de Campinas. **Governo Democrático e Popular de Campinas**. Campinas: 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular**. Alambre, Comunicación, información, cultura., v. 1, p. 1-15, 2008. In: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie410empdf.pdf>

RIZEK, Cibebe Saliba. **São Paulo: Orçamento e Participação**. In: Francisco de Oliveira; Cibebe Saliba Rizek. (Org.). A Era da Indeterminação. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Setec – Serviços Técnicos Gerais (Prefeitura Municipal de Campinas); CESIT – Instituto de Economia da Unicamp. **Trabalhadores do Comércio Ambulante de Campinas: diagnóstico sobre as condições de trabalho**. Campinas/SP, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos Urbanos e a Cidade**. Novos Estudos, nº 84, julho de 2009, pp. 153-173.

_____; HIRATA, Daniel. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito**. Estudos Avançados, v. 61, p. 173-192, 2007.

_____; CABANES, Robert (Org.). **Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institut, 1998.

ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela. **Camelôs e O Direito À Cidade**. In: VII ENCONTRO DA ANPUR “Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento”, 1997, Recife. Anais do VII ENANPUR “Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento”. Recife - PE : Mestrado de Desenvolvimento Urbano (UFPE)/ ANPUR, 1997. v. 2. p. 1160-1179.

ANEXOS

Relação das áreas regularizadas para o Comércio Ambulante no Centro de Campinas

Setor	Localização	Descrição	Foto
Mercado (1983)	Praça Corrêa de Mello, nas calçadas das Ruas Álvares Machado, Bernardino de Campos e Ernesto Khulmann. A praça localiza-se em frente ao Mercado Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 120. - Administração: Serviços Técnicos Gerais (Setec) - Instalações: Boxes em estrutura e vedação metálicas. Não há uma cobertura única.
Carlos Gomes (1993)	Rua Álvares Machado, entre as Ruas General Osório e Campos Salles	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 90. - Administração: Sindipeic (antigo STEIC) - Instalações: Boxes em estrutura e vedação metálicas. A cobertura, que abriga os boxes e o corredor de passagem, foi construída em 2001.
Jumbo (1993)	Rua Álvares Machado, entre as Ruas Costa Aguiar e Ferreira Penteado	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 90. - Administração: Sindipeic (antigo STEIC) - Instalações: Boxes em estrutura e vedação metálicas. A cobertura, que abriga os boxes e o corredor de passagem, foi construída em 2000.
Terminal Frente (1993)	Praça Ópera Guarani, na área intersticial leste delimitada pelo Viaduto Miguel Vicente Cury e o Terminal Central, que dá acesso à Rua Benedito Cavalcanti Pinto pelo túnel construído sob o viaduto.	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 189. - Administração: Sindipeic (antigo STEIC) - Instalações: Os boxes em estrutura e vedação metálicas, assim como a cobertura, foram padronizados segundo as diretrizes do programa de revitalização "Projeto Centro".
Terminal Fundos (1993)	Praça Ópera Guarani, na área intersticial oeste delimitada pelo Viaduto Miguel Vicente Cury e o Terminal Central, que dá acesso à Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra pelo túnel construído sob o viaduto.	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 60. - Administração: Sindipeic (antigo STEIC) - Instalações: Boxes em estrutura e vedação metálica e construções em alvenaria. A padronização, que deveria seguir as diretrizes do programa de revitalização "Projeto Centro", não foi realizada.

Túnel (1993-2003)	Túnel de acesso ao interior do Viaduto Miguel Vicente Cury no cruzamento das Ruas Álvares Machado e Benedito Cavalcanti Pinto.	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 40. - Administração: STEIC (hoje Sindipeic) - Instalações: Removíveis. 	Sem registro
Benedito (2003)	Rua Benedito Cavalcanti Pinto, entre as Avenidas Senador Saraiva e Moraes Salles	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 250. - Administração: Sindipeic - Instalações: Os boxes em estrutura e vedação metálicas, assim como a cobertura, foram construídos segundo as diretrizes do programa de revitalização "Projeto Centro".
Jayme (2004)	Rua Jayme Pinheiro de Ulhôa Cintra, entre a Avenida Senador Saraiva e a Rua Saldanha Marinho	<ul style="list-style-type: none"> - Número estimado de boxes: 316. - Administração: Sindipeic - Instalações: Os boxes em estrutura e vedação metálicas, assim como a cobertura, foram construídos segundo as diretrizes do programa de revitalização "Projeto Centro". - Obra finalizada em 2007.

Mapas de Campinas

Localização dos Setores no Centro de Campinas.

Região Metropolitana de Campinas (RMC). Fonte: Wikipedia.

Localização de Campinas no estado de São Paulo. Fonte: Wikipedia

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados de 2003 a 2007, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) concentra 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e 7,83% do PIB paulista, ou seja, aproximadamente R\$ 70,7 bilhões/ano.